

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGC/FAC

A metamorfose de *Zero Hora*
Seleção, agendamento e enquadramento das notícias sobre
crime e segurança pública, durante as administrações do PT
e do PMDB, no Rio Grande do Sul

Leonardo Araujo

Brasília
2006

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGC/FAC

A metamorfose de *Zero Hora*
Seleção, agendamento e enquadramento das notícias sobre
crime e segurança pública, durante as administrações do PT
e do PMDB, no Rio Grande do Sul

Leonardo Araujo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, na Linha de Pesquisa *Jornalismo e Sociedade*, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Zélia Leal Adghirni

Brasília
2006

Araujo, Leonardo.

A metamorfose de *Zero Hora*: Seleção, agendamento e enquadramento das notícias sobre crime e segurança pública, durante as administrações do PT e do PMDB, no Rio Grande do Sul / Leonardo Araujo. 2006.

258 p.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, 2006.

1. *Agenda-setting*. 2. Enquadramento. 3. Notícia. 4. Controle social. 5. Segurança pública. 6. Ideologia.

A metamorfose de *Zero Hora*

Seleção, agendamento e enquadramento das notícias sobre crime e segurança pública, durante as administrações do PT e do PMDB, no Rio Grande do Sul

Leonardo Araujo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, na Linha de Pesquisa *Jornalismo e Sociedade*, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Banca Examinadora:

Prof. Doutor Eugênio Bucci – Presidente da Radiobrás

Prof. Doutor Luiz Gonzaga F. Motta – FAC/UnB

Profª. Doutora Zélia Leal Adghrini (Orientadora) – FAC/UnB

Profª. Doutora Nélia R. Del Bianco (Suplente) – FAC/UnB

Examinada a Dissertação

Data:

Conceito:

DEDICATÓRIA

Ao José Paulo Bisol e à Isabel Freitas, vítimas de muitas violências simbólicas, que enfrentaram com coragem os desafios de estruturar uma polícia cidadã no Rio Grande do Sul.

Ao José Luiz Dias da Silva Lima, amigo de muitos silêncios e de proveitosas conversas.

Aos meus pais Luiz e Érika; à minha segunda-mãe, Nia; e aos irmãos Maurício, Leandro, Luciano, Ana e Fabiane. São as pessoas que primeiro me ensinaram a conviver, repartir, brigar, desejar e amar.

Aos pequenos Felipe, Caetano, Lucas, Gustavo Mariana e Rafaela, herdeiros do mundo que estamos construindo.

A todas as mulheres da minha vida. Em especial às de quem mais roubei o tempo para fazer esta dissertação: Luciane, minha companheira, amante e amiga e, mais do que todas, Camille, poesia em forma de gente, que me concedeu o título de pai, reavivando meu olhar de criança e minha esperança na humanidade.

AGRADECIMENTOS

À Zélia Leal Adghirni, orientadora paciente e de generosidade singular, capaz de transformar um jornalista em pesquisador e um aluno em amigo.

Aos professores Luiz Motta e Eugênio Bucci, que aceitaram participar da banca de avaliação e ofereceram contribuições importantíssimas para enriquecer o texto final.

Aos Colegas da Caixa Economica Federal, em especial à Isabel, Rachel, Aleana, Andressa, Michelle, Marina e Lindauto.

Ao amigo José Augusto Mazuco, que revisou detalhadamente cada página. E à Sandra Mazuco, de quem o companheiro roubou o tempo para a tarefa.

Aos ex-colegas da Assessoria de Comunicação da SJS pelo aprendizado que me proporcionaram. Em especial ao Haiton e Vinícius, companheiros que ajudaram na coleta do material; e ao Celso Sant'Anna, o Manu Blau, que respondeu com presteza os inúmeros pedidos de informação.

Uma vez, quando menino, fui chamado a segurar uma lâmpada, enquanto um soldado operava um pobre-diabo que tinha sido carneado por soldados da polícia municipal. Ele estava horrivelmente ferido, apareciam-lhe os intestinos e tinha o rosto todo retalhado. Eu sentia medo e náusea, mas não larguei a lâmpada. Acho que a nossa tarefa é esta: com medo ou não, segurar a luz acesa pra deixar que apareçam as injustiças do mundo.

Érico Veríssimo

Resumo

Com base nos conceitos de *Agenda-setting*, seleção (*gatekeeper*), valores-notícia e enquadramento, este estudo analisa a forma como o jornal *Zero Hora* trata os assuntos relacionados à criminalidade e à segurança pública no Rio Grande do Sul, nos anos de 2001 e 2005, períodos administrados por partidos com projetos político-ideológicos distintos. A relação afetivo-institucional entre os atores partidários e o grupo proprietário do jornal, a Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), também é bastante distinta e completa o pano de fundo da análise. Ao contestar o paradigma de que o jornal é um espelho da realidade, este trabalho analisa o tratamento das notícias sobre segurança pública e criminalidade e compara desde o espaço destinado aos assuntos na capa do jornal até os enquadramentos predominantes em cada um dos períodos. Para isso, identifica os definidores primários e secundários, os valores-notícia, a geografia, a tipologia, a ideologia e os aspectos relacionados ao controle social.

Palavras-chave: *Agenda-setting*, seleção, enquadramento, mapas sociais, construção da notícia, valor-notícia, controle social, criminalidade, segurança pública, ideologia.

Abstract

Based on the concepts of Agenda-setting, gatekeeper, news values and framing, this study analyses how the Newspaper *Zero Hora* addresses subjects concerning criminality and public security in Rio Grande do Sul, in 2001 and 2005. These two terms were managed by parties with distinct politico-ideological projects. The affective institutional relationship between the parties actors and the group that owns the newspaper, Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), are also very distinct and completes the background of this analysis. By refuting the paradigm that the newspaper reflects the reality, this work analyses the treatment of news on public security and criminality. It compares the room reserved to subjects in the cover of a newspaper to the predominant framings in each one of the periods studied. To that, it identifies the primary and secondary definers, news values, geography, typology, ideology and the aspects related to social control.

Key-words: Journalism, Agenda-setting, gatekeeper, framings, news values, ideology, public security and criminality.

Sumário

1	Introdução	15
2	Rio Grande do Sul: <i>Azul ou vermelho</i>	20
2.1	O Partido dos Trabalhadores (PT)	23
2.2	O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	27
2.3	<i>Zero Hora</i> e a RBS	29
2.4	A ação partidária e eleitoral da RBS/ZH	32
2.5	A segurança pública no centro da <i>crise</i>	35
3	Atos e idéias – Um mundo em construção	41
3.1	Ideologia e hegemonia	45
3.2	O controle social no discurso da imprensa – estratégias e atitudes	50
3.2.1	A evolução dos métodos punitivos	52
4	Teorias do jornalismo: da seleção aos enquadramentos	59
4.1	Valores-notícia (de seleção e de construção)	63
4.2	O crime como notícia	64
4.3	Seleção das notícias – <i>Gatekeeper</i>	67
4.4	A hipótese do <i>Agenda-setting</i>	69
4.4.1	Mapas para se compreender o mundo	74
4.4.2	Definidores primários	76
4.5	Enquadramento	79
4.5.1	Estatísticas, fontes e ética	82
4.6	Método da pesquisa	85
4.6.1	Análise de conteúdo	89
4.6.2	Escolha da amostra – Período e critérios de seleção	91
4.6.3	Categorias de análise	94
4.6.3.1	Geografia	94
4.6.3.2	Tipologia e valores-notícia	95
4.6.3.3	Ideologia e enquadramentos	97
5	Criminalidade e segurança pública	103
5.1	A morte vira notícia	103
5.2	Precariedade das estatísticas no Brasil	107
5.3	Estatísticas do crime no RS	110
5.4	Custos da violência	114
5.5	Dinheiro, drogas, violência e morte: um sistema complexo	117
6	A segurança pública em <i>Zero Hora</i>	120
6.1	O crime como notícia de capa	123
6.2	A geografia das ocorrências	125
6.3	A tipologia das ocorrências	127
6.4	<i>O que é ruim é bom</i> – Valores-notícia	131
6.5	As fontes – Os definidores da notícia	134
6.6	A procura pelos <i>culpados</i> – Ideologia	138

6.7	Enquadramentos – Metáforas, citações, descrições e exemplos	142
6.7.1	Um enquadramento típico ou <i>Tipo Ideal</i>	145
6.7.2	As estatísticas	152
6.7.3	A CPI da Segurança Pública	160
6.7.4	O riso e o pranto – A voz das vítimas	164
6.7.5	Pesos e medidas	169
6.7.6	A alquimia dos relatos	173
6.8	Controle social em <i>Zero Hora</i> – A base do consenso	177
7	Conclusão	183
8	Bibliografia	195
	Anexo I – Título das matérias selecionadas para análise	202
	Anexo II – Formulário de pesquisa	210
	Anexo III – Identificação das fontes - 2001	214
	Anexo IV – Identificação das fontes - 2005	219
	Anexo V – Material de análise das informações sobre ideologia	220
	Anexo VI – Conceitos e siglas	223
	Anexo VII – Para iniciar uma discussão sobre políticas para a área da Justiça e da Segurança Pública	
	– Carta à Associação Rio-Grandense de Imprensa	228
	Anexo VIII – Capas das edições analisadas	233
	Anexo IX – Matérias sobre falta de policiais (enquadramento típico)	246
	Anexo X – Outras matérias interessantes referidas no estudo	250

Lista de Figuras

Figura 4.1: Tipo de espaço destinado na capa – 1 e 2.....	98
Figura 4.2: Tipo de espaço destinado na capa – 3 e 4.....	99
Figura 4.3: Tipo de espaço destinado na capa – 1 e 2.....	99
Figura 6.1: ZH, 01/04/2001: 40	146
Figura 6.2: ZH, 17/04/2005: 44	149
Figura 6.3: ZH, 17/04/2005: 44	150
Figura 6.4: ZH, 01/04/2001: 45	150
Figura 6.5: ZH, 17/04/2005: 45	151
Figura 6.6: ZH, 17/04/2005: 45	152
Figura 6.7: ZH, 15/04/2001: 34	154
Figura 6.8: ZH, 03/06/2001: 1	156
Figura 6.9: ZH, 01/06/2001: 4.....	158
Figura 6.10: ZH, 22/05/2005: 1	158
Figura 6.11: ZH, 29/05/2005: 1	160
Figura 6.12: ZH, 19/05/2001: 6	162
Figura 6.13: ZH, 28/04/2005: 1	165
Figura 6.14: ZH, 01/06/2001: 4	167
Figura 6.15: ZH, 01/06/2001: 5.....	168
Figura 6.16: ZH, 26/06/2005: 42	170
Figura 6.17: ZH, 26/06/2005: 43	174
Figura 6.18: ZH, 13/06/2001: 1.....	176
Figura 6.19: ZH, 13/06/2001: 34	176
Figura 6.20: ZH, 03/06/2005:1	179
Figura 6.21: ZH, 27/05/2001:1	180

Lista de Gráficos

Gráfico 5.1: Comparativo entre taxas de furto 1999-2001 e 2003-2005.....	112
Gráfico 5.2: Comparativo entre taxas de roubos 1999-2001 e 2003-2005.....	113
Gráfico 6.1: Avaliação do desempenho do governo do PMDB em relação ao do PT.....	122
Gráfico 6.2: Quantidade de dias com matérias sobre segurança pública e/ou criminalidade publicadas na capa do jornal – Comparativo 2001-2005.....	123
Gráfico 6.3: Quantidade de matérias publicadas na capa – Comparativo 2001-2005.....	124
Gráfico 6.4: Quantidade de matérias publicadas na capa – Comparativo por origem geográfica 2001-2005.....	126
Gráfico 6.5: Quantidade de matérias publicadas na capa – Segmentação geográfica – 2001.....	126
Gráfico 6.6: Quantidade de matérias publicadas na capa – Segmentação geográfica – 2005.....	127
Gráfico 6.7: Matérias publicadas na capa sobre fatos ocorridos no RS – Tipologia – Do que a notícia trata? – 2001.....	128
Gráfico 6.8: Matérias publicadas na capa sobre fatos ocorridos no RS – Tipologia – Do que a notícia trata? – 2005.....	129
Gráfico 6.9: Matérias publicadas na capa sobre eventos no RS – Tipologia – Do que a notícia trata? – Comparativo 2001-2005.....	130

Gráfico 6.10: Matérias publicadas na capa sobre fatos ocorridos no RS – Tipologia – Fatos relativos à segurança pública – Comparativo 2001-2005.....	131
Gráfico 6.11: Valores-notícia das matérias da capa – Comparativo 2001–2005.....	132
Gráfico 6.12: Definidores primários – Qualificação e incidência – Comparativo 2001–2005.....	134
Gráfico 6.13: Definidores primários – 2001	135
Gráfico 6.14: Definidores secundários – 2001.....	136
Gráfico 6.15: Definidores primários – 2005.....	137
Gráfico 6.16: Definidores secundários – 2005.....	138
Gráfico 6.17: Matérias publicadas na capa – 2001 – Do que a notícia trata?.....	139
Gráfico 6.18: Matérias publicadas na capa – 2005 – Do que a notícia trata?.....	140
Gráfico 6.19: Grau de exposição geral – comparativo 2001-2005 (Grau negativo subtraído o grau positivo)	141
Gráfico 6.20: Quem o jornal responsabiliza pelo delito/problema – Comparativo 2001-2005.....	142
Gráfico 6.21: O tipo de enquadramento em 2001.....	143
Gráfico 6.22: O tipo de enquadramento em 2005.....	144
Gráfico 6.23: Comparativo do enquadramento 2001-2005.....	145
Anexo IV - Gráfico 01: Quem o jornal responsabiliza pelo delito/problema – 2001.....	219
Anexo V - Gráfico 01: Quem o jornal responsabiliza pelo delito/problema – 2005.....	221
Anexo V - Gráfico 02: Matérias publicadas na capa – Comparativo 2001-2005 – Do que a notícia trata?.....	222
Anexo V - Gráfico 03: Grau de exposição positiva e negativa – Comparativo 2001-2005.....	222

Lista de Tabelas

Tabela 4.1: Período em que cada partido administra o RS	91
Tabela 4.2: Anos selecionados para a pesquisa.....	92
Tabela 4.3: Trimestre sorteado para a pesquisa.....	92
Tabela 4.4: Dias da semana sorteados para a pesquisa	92
Tabela 4.5: Dias selecionados para a pesquisa em 2001	92
Tabela 4.6: Dias selecionados para a pesquisa em 2005.....	93
Tabela 4.7: Grade de pontos para quantificar espaço destinado ao tema	103
Tabela 5.1: Taxa de homicídios dolosos consumados por grupo de 100 mil habitantes - 1995 a 2005	110
Tabela 5.2: Taxa de furtos por grupo de 100 mil habitantes - 1997 a 2005.....	111
Tabela 5.3: Taxa de roubos por grupo de 100 mil habitantes - 1997 a 2005.....	113
Tabela 6.1: Comparativo entre as taxas de homicídios, roubos e furtos por 100 mil habitantes, com variação percentual - 2001 e 2005	121
Tabela 6.2: Quantidade de matérias publicadas na capa – Comparativo 2001-2005.....	124
Tabela 6.3: Quantidade de matérias publicadas no corpo do jornal relacionadas à notícia da capa.....	124
Tabela 6.4: Quantidade de informações complementares publicadas no corpo do jornal relacionadas à notícia da capa.....	125
Tabela 6.5: Notícias publicadas na capa do jornal, por localização geográfica	

– 2001 e 2005.....	125
Tabela 6.6: Notícias publicadas na capa do jornal relativas ao RS	
– Tipologia – 2001 e 2005.....	128
Tabela 6.7: Valores-notícia preponderantes nas matérias publicadas na capa do jornal relativas ao RS - 2001 e 2005.....	133
Tabela 6.8: Quantidade de matérias publicadas na capa – 2001 e 2005	
Classificação ideológica - Do que a notícia trata?.....	139
Tabela 6.9: Comparativo do enquadramento 2001-2005.....	146
Tabela 6.10: Comparação de enquadramento 2001-2005.....	147
Tabela 6.11: Comparação de enquadramento no corpo do texto - 2001-2005	
– Citações, exemplos, descrições e metáforas.....	148
Tabela 6.12: Relação de matérias com enquadramento <i>típico</i>	
– Comparativo 2001-2005.....	152
Tabela 6.13: Comparação de enquadramento em matérias que se utilizam de estatísticas – 2001-2005.....	153
Tabela 6.14: A utilização das estatísticas em 2001.....	155
Tabela 6.15: A utilização das estatísticas em 2005.....	157
Anexo I - Tabela 1: Títulos das matérias publicadas na capa de <i>ZH</i> – 2001	202
Anexo I - Tabela 02: Títulos do interior do jornal, relativos às matérias de capa – 2001 (principais e secundários)	203
Anexo I - Tabela 03: Gráficos, mapas, tabelas e boxes relacionados às matérias de capa – 2001.....	204
Anexo I - Tabela 04: Títulos das matérias publicadas na capa de <i>ZH</i> – 2005.....	206
Anexo I - Tabela 05: Títulos do interior do jornal, relativos às matérias de capa – 2005 (principais e secundários)	206
Anexo I - Tabela 06: Gráficos, mapas tabelas e boxes relacionados às matérias de capa – 2005.....	208
Anexo III - Tabela 1: Relação dos definidores primários e secundários 2001.....	214
Anexo III - Tabela 2: Relação dos definidores primários e secundários 2005.....	215
Anexo III - Tabela 03: Definidores primários – Qualificação e incidência – Comparativo 2001-2005.....	217
Anexo III - Tabela 04: Definidores secundários – Qualificação e incidência – Comparativo 2001-2005.....	217
Anexo IV - Tabela 01: Matérias contrárias – 2001.....	218
Anexo IV - Tabela 02: Matérias favoráveis – 2001.....	218
Anexo IV - Tabela 03: Outras matérias (investigações, confissões, preocupações) – 2001.....	218
Anexo IV - Tabela 04: Outras UF ou países – 2001.....	219
Anexo IV - Tabela 05: Matérias publicadas na capa – 2001 – Do que a notícia trata?.....	219
Anexo V - Tabela 01: Matérias contrárias – 2005.....	220
Anexo V - Tabela 02: Matérias favoráveis – 2005.....	220
Anexo V - Tabela 03: Outras matérias (investigações, confissões, preocupações, estudos...) – 2005.....	220
Anexo V - Tabela 04: Outras UF ou países – Ações de outras polícias – 2005.....	220
Anexo V - Tabela 05: Matérias publicadas na capa – 2005 – Do que a notícia trata?.....	221

1 Introdução

No extremo sul do País, um triângulo de amor e ódio vincula de maneira singular um grupo de comunicação, a Rede Brasil Sul (RBS), e dois partidos políticos que governam o Estado em períodos contíguos: Partido dos Trabalhadores (1999-2002) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (2003-2006). As diferenças entre a empresa jornalística e o PT são públicas e evidentes, materializadas por diversos documentos e atitudes de mútua agressividade. Além de possuírem visões de mundo e interesses divergentes, a antipatia é compartilhada e alimentada a cada novo pleito.

Após assumir o governo, em 1999, uma das primeiras medidas da administração petista foi anunciar a alteração do critério de distribuição das verbas publicitárias, medida que desagradou a RBS, que defende um critério de investimento baseado nos índices de audiência. O coordenador de publicidade do governo, Felix Valente, nega que a medida seja uma retaliação contra a Rede, qualificando-a como uma tentativa de fortalecer pequenos veículos do interior, antes preteridos no planejamento de mídia do Piratini. “No governo anterior (PMDB), o faturamento da RBS com publicidade do governo representava 2,5% do orçamento total do Grupo, uma vez que ela é responsável pelos maiores índices de circulação e Ibope. Na gestão Dutra, esse número caiu para 1%. (VENCESLAU¹, Pedro Paulo).

Diversos outros episódios, anteriores e posteriores à posse de Olívio Dutra, marcam a tumultuada relação entre os dois atores. Entre eles se destaca a condenação de dois jornalistas da RBS que escreveram matérias consideradas ofensivas ao governador petista, em razão da destruição do relógio que a Rede Globo instalou para comemorar os 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil. O objeto foi quebrado e incendiado por supostos simpatizantes do PT. Os jornalistas acusam o governador de ser conivente com vândalos, impedindo a repressão policial.

Em protesto contra a forma como a RBS trata o governo petista, grupos de simpatizantes petistas realizam algumas marchas até a sede da empresa, com ameaças de invadir e destruir a instituição. Alguns dossiês que circularam pelo Estado, acusando a RBS

¹ <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/asp0805200294.htm>

de sonegar impostos, mandar ilegalmente dólares para o exterior e alertando para a virtual falência da empresa, foram atribuídos ao PT. Simpatizantes petistas criaram até um *site* para denunciar as supostas manipulações de pesquisas eleitorais e veicular artigos expondo a considerada parcialidade da RBS.

Por outro lado, historicamente, o relacionamento da RBS com o PMDB se mantém estável e pode ser qualificado como cordial, respeitoso e simpático. Vários empregados da RBS ocuparam importantes cargos públicos, muitos no próprio PMDB ou em partidos da base aliada, com destaque para Mendes Ribeiro (PMDB – deputado federal já falecido) e Sérgio Zambiasi (senador pelo PTB, diversas vezes deputado estadual).

Entre os partidos, a rivalidade e o clima beligerante se esquentam ou amornam, seguindo o *regime* dos pleitos eleitorais. Alianças formais, apoios públicos ou manifestações de confiança no adversário, em nível regional, são tão raros quanto alinhamento de planetas em anos bissextos. Entre apoiar o PSDB ou o PT, no segundo turno das eleições estaduais de 2006, o PMDB gaúcho não teve dúvidas na escolha do primeiro, em nível regional e federal, ainda que a maioria das lideranças nacionais do partido apoiasse o petista Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República.

O Rio Grande do Sul, cenário em que os atores se enfrentam, é um estado com tradição de lutas, guerras e conflitos. A polarização é uma marca histórica que estimula ainda mais o sentimento de disputa e rivalidade na região. É o Estado mais meridional do país, com história, cultura e valores que cultuam o heroísmo e a coragem dos que brigam por idéias e ideais, sempre dispostos a defender a terra conquistada dos espanhóis.

O tema escolhido para esta dissertação é a segurança pública e, em conseqüência, a criminalidade. São assuntos que ganham, cada vez mais, maior relevância. Os custos econômicos, sociais e políticos da violência são amplamente pesquisados e discutidos. Os prejuízos à humanidade são incalculáveis. Ao abordar a questão da criminalidade, a imprensa atua como um personagem privilegiado em cenários de alta complexidade, nos quais se misturam interesses de todas as ordens e os mais sensíveis sentimentos humanos.

Além da importância inerente à questão, uma das reclamações mais frequentes durante a administração petista é que a RBS *fabrica* (ou inventa) uma crise na segurança pública e que acontecimentos insignificantes são amplificados pela empresa. Já o

conglomerado argumenta que a realidade oferece os fatos que são transformados em notícia e que sua obrigação é torná-los públicos. Compreender como o jornal trata este tema, analisando a visibilidade, o agendamento, os enquadramentos, as fontes e outros fatores que passam despercebidos pelo leitor, lança um pouco de luz numa discussão que costuma só gerar calor.

Segundo o antropólogo Luiz Eduardo Soares (In Coleção Polícia e Democracia – Volume IV, 2002: 66), os jornalistas escolhidos para tratar do assunto, na maior parte da imprensa, são inexperientes, o que demonstra certo descaso com o tema, tratado como questão menor. Soares (2002: 66) reclama que esse profissional registra a violência e os detalhes do crime na sua morbidez dramática, porém dificilmente é capaz de ultrapassar a descrição reiterada dos delitos que se sucedem como tragédias cotidianas, ingressando numa esfera de reflexão que incorpore elementos de análise.

Por outro lado, o jornalista que trata da criminalidade confronta-se com a violência do sistema, convive com os valores e a cultura das organizações policiais e, eventualmente, até com o submundo da delinquência. Superar a tentação de opinar sobre a violência sem ser capturado por esses olhares é um desafio cotidiano. Não sucumbir aos interesses da política partidária é outro. Informar sem tropeçar no reducionismo ou na simplificação preconceituosa é uma tarefa difícil. Além disso, é necessário não ceder aos apelos do sensacionalismo e às concepções racistas. Enfim, o jornalismo tem o dever de abordar de maneira crítica e madura o universo do crime e da segurança pública. E para isso este estudo pretende contribuir. No caso em análise, porém, outros componentes também se atravessam. O assunto torna-se mais complexo ainda porque este tema tem como pano de fundo o conflito entre o dono do jornal e o governante.

Para desvendar como o jornal trata a questão da segurança pública durante a administração do PT (1999-2002) e a do PMDB (2003-2006), este estudo analisa o agendamento do assunto na capa do diário, identificando e qualificando as fontes, os enquadramentos, as omissões e diversos outros aspectos que possam evidenciar as posições do jornal em relação ao tema.

Ao incluir um assunto na agenda pública, o jornal, necessariamente, deixa outros tantos de fora, pois tempo e espaço são recursos escassos tanto nos jornais, quanto em

outros veículos. Ao ocultar ou evidenciar um tema, a imprensa também revela seus interesses e intenções no intrincado processo de transformar o acontecimento em notícia.

Esta dissertação mostra quem o jornal responsabiliza pela insegurança no RS, em cada período estudado, além de apresentar a forma como constrói e sustenta suas teses. Compreender um pouco mais os diferentes mecanismos que interferem na forma como o veículo trata esta questão ajudará a entender o que, efetivamente, a imprensa deseja dizer ou fazer sentir quando trata do tema do crime e da segurança pública. A pesquisa analisa o jornal *Zero Hora*, no contexto do Rio Grande do Sul, nos anos de 2001 e 2005.

O estudo parte da teoria do *Agenda-setting*, analisa qualitativa e quantitativamente o material publicado no jornal, identifica os enquadramentos *oficialistas* e *adversários*, as fontes predominantes, as estruturas invisíveis construídas com base nas metáforas, citações e exemplos. A análise dos conteúdos permite montar quadros comparativos que tornam mais claro o tratamento que o jornal dá ao tema, evidenciando aspectos relacionados à ideologia, ao controle social e aos valores-notícia. Os conflitos e simpatias do jornal em relação aos administradores públicos também são observados nos tratamentos oferecidos em cada momento.

A perspectiva de análise teórica parte do princípio de que o jornalismo é uma atividade de mediação de conhecimento, baseada em compromissos éticos e valores socialmente institucionalizados, utiliza uma linguagem específica e reconstrói a realidade com base em significações compartilhadas. Nesse sentido, o jornal é compreendido como espaço do conflito, do exercício dos contraditórios. Tem caráter democrático e plural, aberto para diferentes visões de mundo. É o interesse público que serve de bússola para o trabalho jornalístico.

O cenário (O Rio Grande do Sul) e os personagens que compõem o enredo (PT, PMDB e RBS) são apresentados no Capítulo 2, que situa o leitor dentro de uma trama que possui muitos vieses e revela as relações que os atores mantêm entre si. Na seqüência (Capítulo 3) é explicitada a metodologia com base na qual o estudo é conduzido. O método utilizado na pesquisa e as teorias do jornalismo (da seleção aos enquadramentos) compõem o Capítulo 4. A parte seguinte (Capítulo 5) apresenta alguns dos motivos que fazem da segurança pública e da criminalidade um assunto atual, pulsante e desafiador. Além de

contextualizar estatisticamente a situação do Brasil em relação ao mundo e do RS em relação ao país, oferece dados que situam alguns atravessamentos que o tema possui, em especial a fragilidade das estatísticas e os custos sociais e econômicos.

No Capítulo 6 os dados coletados são catalogados e distribuídos em duas partes. Na primeira, a análise privilegia as informações quantitativas, comparando desde o número de dias com matérias publicadas sobre o assunto, até os valores-notícia com maior incidência, passando pela identificação de aspectos relativos à geografia, tipologia e ideologia. Na parte seguinte, a análise é qualitativa, focada nos enquadramentos que o jornal oferece para a questão. Nessa parte, o estudo cria algumas categorias que permitem comparar os enquadramentos nos dois períodos, evidenciando o comportamento típico de *Zero Hora* em cada momento. No final desta parte é apresentado o *Resumo da ópera*, um subitem que faz um cruzamento dos dados coletados, preparando o leitor para a conclusão, último capítulo desta dissertação.

Considerando que o objetivo do jornalismo é apresentar relatos equilibrados, desinteressados, independentes e com a maior transparência possível, oferecendo às partes espaço e oportunidades iguais, a conclusão deste trabalho pretende gerar conhecimentos que permitam compreender melhor os mecanismos presentes na produção da notícia. O que se deve exigir do jornalismo não é apenas isonomia na concessão de tempo ou espaço, mas o respeito aos princípios e padrões de uma imprensa que assuma a responsabilidade social que uma sociedade democrática necessita para se consolidar. Nesse sentido, esta dissertação pretende conhecer os mecanismos e identificar as práticas e valores que nortearam o olhar do jornal no tratamento do tema escolhido, em cada um dos períodos, estabelecendo pontos de convergência e divergência. Com base nisso, apresentar os indícios que possam ajudar a construir um jornalismo que mereça o respeito e a confiança da sociedade.

2 Rio Grande do Sul: *azul ou vermelho*

A história do Rio Grande do Sul é marcada por traços culturais muito particulares. Desde antes de o território ser incorporado à Colônia Portuguesa, os gaúchos vivem a ambigüidade entre serem ou não brasileiros.

O território gaúcho não fora uma mercê d'El Rei a exigir apenas a expulsão de índios indefesos. Os próprios moradores o haviam conquistado em meio século de guerras contra uma potência colonial européia. Impondo recuo do meridiano de Tordesilhas, havia aumentado enormemente o tamanho do Brasil. O sentimento de orgulho ainda mais se entranhou com a Revolução Farroupilha. (...) Admitiram reintegrar-se ao Brasil mediante a garantia de um *status* virtualmente federativo. Tornaram-se brasileiros por opção. (FREITAS, Décio, in GONZAGA, 1992: 36)

A Revolução Farroupilha (1835-1845) faz surgir posições muito claras contra e a favor da monarquia. E não há meio termo: quem não apóia os revolucionários, que possuem muitas particularidades, está a favor do Império. Maragatos² e ximangos³ se digladiam por décadas. O Estado escreve uma história de lutas e disputas que acaba por forjar uma identidade própria.

A história da ocupação da geografia sul-rio-grandense é, essencialmente, uma história militar. E isso tem explicado, genericamente, a tendência do habitante da mais meridional das províncias brasileiras em seu permanente envolvimento com as atividades da política, especialmente da política partidária. Mais que isso, nós gaúchos temos uma visão da política numa acepção clássica de realização de certas idéias programáticas, da aplicação de certos princípios. (HOHLFELDT, in GONZAGA, 1992: 59)

A necessidade de o extremo sul brasileiro não ser invadido pelo Império espanhol, nem tampouco simplesmente absorvido pelo português, faz com que os seus habitantes construam uma identidade singular, com elementos culturais genuínos, retendo o que consideram positivo de cada grupo de imigrantes que chega, sem perder aspectos próprios

² Militante da Revolução Federalista de 1893, chefiada por Silveira Martins (1834-1901), contrário ao partido então dominante, cujo chefe era Júlio de Castilhos (1860-1903). Mais tarde, os maragatos participaram do movimento da Aliança Libertadora de 1923, liderado por Assis Brasil (1857-1938), infenso ao partido do então presidente do RS, Borges de Medeiros (1863-1961).

³ Epíteto dado aos liberais moderados pelos conservadores e que tinha, a princípio, caráter depreciativo. Já na República, foi a alcunha dada pelos federalistas aos governistas, membros do Partido Republicano.

que fazem parte da história e mitologia criada (ou inventada) na região. E isso se reflete de maneira bastante peculiar no campo das idéias políticas.

Pode-se verificar, sem grande esforço, que a história das idéias políticas no Rio Grande do Sul esteve marcada por uma polarização incomum em outras regiões, expressa num **bipartidarismo contínuo**. No tempo do Império, o conservadorismo dos liberais que o apoiavam contra as novidades que o republicanismo anunciava. Depois, a perseverança do domínio do Partido Rio-Grandense Republicano, até 1930, contestado permanentemente pelo Partido Federalista Republicano, pelo Partido Liberal Republicano, ou que outros nomes tenham assumido, mas sempre sob a perspectiva liberal e parlamentarista que o PRR não admitia. Não foi muito diferente ao longo dos anos mais recentes (...). (HOHLFELDT, in GONZAGA, 1992: 59 e 60. Grifo nosso)

Wolfgang Hoffmann Harnish (citado por HOHLFELDT, in GONZAGA, 1992: 59) afirma que “todos os setores da vida rio-grandense tornavam-se políticos. Quem quer que fosse, era forçado a tomar partido”. A sobrevivência social e econômica - fazer amigos, constituir família e arranjar trabalho, por exemplo - passa necessariamente por escolher um lado, ingressar num mundo no qual se compartilham visões, sonhos, idéias, ideais, lutas e pão. Neste contexto, no qual as nuances são vistas com desconfiança, *ficar em cima do muro* pode significar a exclusão total, pelos dois grupos.

Na história do RS, merece destaque o surgimento de uma das forças policiais. A Polícia Militar gaúcha, denominada Brigada Militar (BM), é criada para suceder duas corporações: o Corpo Policial (1837) e a Guarda Cívica (1889). Achutti (In URBIM: 59) explica que “com apenas três meses de existência suas tropas já combatiam em clima guerreiro. À milícia gaúcha cabia manter a República e o governo do Estado, fazendo respeitar a ordem e as leis. (...)” Isso mostra que os primeiros passos da PM gaúcha foram ensaiados nos campos de luta da Revolução de 1893.

A parcela da classe dominante que subiu ao poder com a instalação da República precisava manter afastada do governo a outra parcela da classe dominante derrubada. Para tal, tanto se valeu do recurso à força (Brigada Militar, guardas municipais) quanto realizou uma ampliação social de sua base política (...).” (PASAVENTO: 67)

Conforme explica Pasavento, numa mescla de ação político-social e repressão policial, o Estado vai modelando não apenas a maneira de dirigir e conduzir a vida dos gaúchos, como também começa a formatar os princípios e funções de sua força policial

militar. Historicamente, a Brigada Militar ocupa o papel de defesa do Estado e, naturalmente, dos seus mandatários. É só a partir de 1935 que a BM absorve as atividades do Corpo de Bombeiros e assume, progressivamente, uma função de maior proximidade com os habitantes: o policiamento ostensivo.

Conforme explica Oliveira Viana (citado por HOHLFELDT, in GONZAGA, 1992: 59), “o gaúcho é socialmente um produto do pampa, como politicamente é um produto da guerra”. E o espírito *guerreiro* contamina todos os setores da vida social, política e econômica. Com o fim do Regime Militar, em 1985, e a criação de novos partidos, no início da década de 80, o Estado passa por um período de reorganização das forças políticas e declínio das antigas lideranças. Na economia, não são raras as situações em que grupos, segmentos, categorias (indústria, comércio, serviços, agropecuária) rivalizam e criam acirradas disputas por subsídios, financiamentos ou para influenciar politicamente. No futebol, gremistas e colorados transferem para dentro do campo a batalha centenária. É o Rio Grande do Sul, preto ou branco, azul ou vermelho.

E para dar visibilidade às cores de suas paixões, a imprensa do Rio Grande do Sul também oferece bons exemplos. Uma rápida e despreziosa passagem pela história ilustra bem o papel dos jornais na construção do Estado. Exemplos do jornalismo panfletário, os impressos *A Federação* e *A Reforma*, representantes dos partidos Republicano e Liberal, respectivamente, cumpriam a função de espalhar idéias e conquistar adeptos.

Em plena Revolução de 1893, os textos de *A Federação*, jornal republicano, não eram nada isentos. Estavam cegos pelas paixões e ódios dos pica-paus. O periódico se mostrava sedento de sangue contra os maragatos. (...) Como porta-voz oficial do Partido Republicano Rio-Grandense, *A Federação* foi utilizado politicamente para construir a imagem dos republicanos, castilhistas ou pica-paus. Com suas palavras e o peso da argumentação, tinha a finalidade de convencer os leitores de sua virtude e moral, características que estariam ausentes nos adversários. (ACHUTTI, M., in URBIM: 73)

A narrativa da Achutti, que destaca a intensidade como os relatos são feitos em *A Federação* (*paixão e ódio, nada isentos*), mostra o cenário no qual ocorrem as disputas. É difícil imaginar algum tipo de atitude contemporizadora ou mediadora. Não apenas as visões de mundo são apresentadas de maneira quase religiosa, como aspectos relacionados à moral e à virtude aparecem com destaque, mostrando que há um tipo de ato de fé que une

os partidários daquela idéia. Quando se compara com o *A Reforma*, a intensidade do relato revela que a disposição ao diálogo tampouco existe.

O jornal *A Reforma*, órgão oficial que se opunha a Júlio de Castilhos, fundado em 1869 (...), desapareceu pouco antes do início da Revolução de 1893, cedendo a pressões políticas que tornaram inviável sua continuidade. Mas diversos jornais de pequeno porte, que surgiam e desapareciam em diferentes pontos do Estado, mantiveram a oposição na guerra de idéias que se desenrolava também nas páginas dos jornais. A imprensa maragata se manteve durante toda a revolução. (...) O tom dos artigos nunca deixou de ser guerreiro. Parecia panfleto partidário (...). (ACHUTTI, M., in URBIM: 75)

O *tom guerreiro* dos artigos, publicados no jornal que *parece um panfleto partidário*, reforça a perspectiva de que o diálogo não é definitivamente o caminho preferido na prática política do gaúcho. Parece haver um gosto pela disputa, por marcar a diferença. Outro detalhe que o texto apresenta é o desaparecimento do jornal, observação que, já no fim do Século XIX, sugere ou aponta outro fenômeno: o monopólio, a capacidade de sobrevivência dos veículos que mantêm uma proximidade (ou vinculação) daqueles que governam.

2.1 O Partido dos Trabalhadores

O manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), aprovado pelo Movimento Pró-PT em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, foi publicado no Diário Oficial da União de 21 de Outubro de 1980, afirmando que o Partido:

surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá. (...)

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. (Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos, 1998: 65)

Na opinião de Wladimir Pomar (In Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos, 1998: 29),

talvez por ser um partido pluriclassista, e não expressão do setor operário industrial da classe dos assalariados, o PT tenha sempre navegado na definição genérica de representante da *classe trabalhadora*, incluindo aí desde os marginalizados até as extensas camadas de pequenos proprietários urbanos e rurais, desconsiderando os interesses discrepantes e os vieses ideológicos desses setores que, embora trabalhadores, são socialmente diferentes.

A amplitude expressada por Pomar explica em parte o motivo que torna o PT um partido que agrega uma vasta gama de pessoas que são desejanter de um maior protagonismo político, de indivíduos sedentos por participar da consolidação da democracia nascente. Além disso, um outro componente é destacado por André Singer (2001: 25):

Posto como opção para romper com antigos vícios da política brasileira, o PT atraiu também, no decorrer de 1979, setores variados e heterogêneos da sociedade. Entre os professores universitários que se aproximaram do PT, havia um que, naquele momento, transitava da academia para o Congresso: o então suplente de senador pelo MDB de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1978, com o apoio de Lula no ABCD.

A aproximação entre os intelectuais, religiosos, movimentos sociais e operários de diversos setores aponta para um futuro promissor. Mas a história revela algumas surpresas, como o fracasso eleitoral de 1982, quando o PT tem uma grande expectativa e recebe um número de votos muito aquém do que calculava ganhar.

Em 1982, o PT era inexpressivo diante de gigantes nacionais como o PDS, que elegera 12 governadores e controlava 49% dos deputados federais, ou do PMDB, que fizera nove governadores, entre eles os de São Paulo e de Minas Gerais, e detinha 42% da Câmara dos Deputados. (SINGER, 2001: 51 e 52)

No Rio Grande do Sul, o PT nasce com uma força bem menor que na região do ABCD paulista. Entre seus fundadores e dirigentes destaca-se Olívio Dutra, à época presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Em 9 de agosto de 1981, Olívio Dutra é eleito primeiro vice-presidente do PT nacional e os gaúchos também indicam o primeiro tesoureiro (Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos, 1998: 116). Embora a estrutura do partido no RS seja modesta, nas eleições municipais de 1985 o PT obtém um resultado bem superior ao pleito anterior e é quando surge, no Rio Grande do Sul, um sinal de que o partido entrava efetivamente no *jogo* eleitoral. Com 11% dos votos em Porto Alegre, começa a organizar as bases para, no final dos anos 90, superar São Paulo em termos de estrutura (SINGER, 2001: 54).

A tradição histórica e política dos gaúchos faz com que o Partido dos Trabalhadores (PT) encontre no Rio Grande do Sul, e particularmente em Porto Alegre, contexto favorável à sua expansão, amparado por lideranças novas, sem vínculo com os antigos poderosos, e com profundas raízes nos movimentos sociais, sindicais e acadêmicos. Por outro lado, cria as condições para que comece a surgir um sentimento bastante particular, fruto da histórica polarização política.

Além do desejo *natural* de se perpetuar no poder, que qualquer grupo político alimenta como um tipo de instinto de sobrevivência, a desconfiança das elites tradicionais em relação às propostas do PT são justificáveis por diversos aspectos. O primeiro deles refere-se a uma questão histórica. Como uma parte do PT tem origem em grupos que participaram da resistência armada ao Golpe Militar de 1964, persiste uma dúvida em relação ao caminho que o partido utiliza para chegar ao poder.

Embora o PT jamais tenha defendido o uso da violência e, portanto, nunca se tenha enquadrado por completo na primeira acepção (revolução armada) (...), pode-se dizer que transitou da proximidade de uma para a vizinhança da outra. Isto é, evoluiu da ênfase na ocupação do Estado pelo proletariado para a proposta de uma profunda transformação social, que é denominada, nos documentos internos, de *Revolução Democrática*. (...) Em resumo, até 1990, o PT pode ser lido ora como um partido democrático, comprometido com a manutenção de ampla liberdade para a disputa dos postos de direção do Estado por meio de eleições, ora como um partido em que a luta eleitoral seria só uma fase da conquista hegemônica, após a qual apenas os partidos que não se opusessem à classe trabalhadora subsistiriam. (SINGER, 2001: 31 e 38)

Se a possibilidade de uso da força ronda o imaginário dos grupos hegemônicos política e economicamente, a outra suspeita é em relação à questão econômica. Afinal, o PT é um partido de esquerda, com concepções socialistas que sempre despertaram o medo dos detentores da maior parte da propriedade, especialmente em relação a uma possível estatização dos meios de produção.

A concepção de socialismo do PT nega tanto a ideologia do livre mercado (...) como a ideologia do estatismo (...). O PT entende que só a combinação entre o planejamento estatal e um mercado orientado socialmente será capaz de propiciar o desenvolvimento econômico com igualdade na distribuição das riquezas (...). Para que isso aconteça, será necessário que o Estado exerça uma ação reguladora sobre a economia, através de suas próprias empresas e de mecanismos de controle do sistema financeiro, de políticas tributárias, de preços, de crédito, de uma **legislação antimonopolista** e de proteção aos consumidores, aos

assalariados e aos pequenos proprietários. (Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos, 1998: 501 e 502. Grifo nosso)

A ação reguladora do Estado sobre o mercado e, em especial, a possibilidade de uma legislação que empeça ou dificulte a formação de monopólios, especialmente no caso das comunicações, parece ser outro elemento que torna o PT um partido pouco palatável para boa parte dos que detêm o poder no Estado, especialmente para o grupo dono de *Zero Hora*. Segundo Celso Augusto Schröder (In Coleção Polícia e Democracia – Volume IV, 2002: 77), a RBS é a empresa com o maior número de propriedades cruzadas⁴ no Rio Grande do Sul – o que é impedido por lei.

Ainda assim, com Olívio Dutra, o PT vence as eleições municipais de 1988 e se firma como grande partido estadual. Nas eleições presidenciais do ano seguinte, novos fatos ajudam a construir a história do partido no RS. André Singer (2001: 57) explica que, nas eleições de 1989, quando Lula fez, no segundo turno, 31 milhões de votos, o PT consolida-se como o maior partido de esquerda do Brasil, superando o PDT, e se torna hegemônico no Rio Grande do Sul, o estado mais politizado do país.

Ao mesmo tempo em que se torna hegemônico, conquista o *ódio* dos pedetistas e a antipatia generalizada dos grupos que foram apeados do poder. De alguma forma, repetindo a história, o PT torna-se o inimigo comum que permite aos demais partidos encontrarem um ponto de convergência para sua cruzada. E o PT não cessa de crescer:

Já no Rio Grande do Sul, começa uma irradiação de Porto Alegre – onde Tarso Genro é eleito para dar continuidade à administração de Olívio Dutra – para os municípios vizinhos. O Rio Grande do Sul será por sua vez, pólo irradiador do petismo para o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná. (...) Embora com reveses eleitorais em diversas partes do país, em 1996, o Rio Grande do Sul é o único estado onde o movimento vai no sentido oposto. Além de o PT eleger o prefeito de Porto Alegre pela terceira vez, o número de prefeituras controladas pelo partido no interior sobe para 25, e em 19 municípios o vice-prefeito é petista eleito em coligação. A irradiação do Rio Grande do Sul para os outros estados da região Sul também prossegue. (SINGER, 2001: 60 e 62)

Em 1998, Olívio Dutra evita a reeleição de Antônio Britto (PMDB, com apoio do PSDB, PPB, PFL, PTB, PL) e ganha o governo do Estado. Dois anos depois, em 2000, Tarso Genro vence as eleições em Porto Alegre, obtém seu segundo mandato como prefeito

⁴ A expressão propriedade cruzada é utilizada para se referir a empresas que possuem simultaneamente mais de um tipo de meio de comunicação: rádios, tevês, jornais, *internet*, etc.

da Capital e garante ao PT a quarta gestão consecutiva no município. No Legislativo, o PT possui representação expressiva, embora em momento algum tenha maioria, tanto no município, quanto no Estado. O século XX se encerra com a instauração informal de um novo bipartidarismo no Rio Grande do Sul. PT, com o apoio do PCdoB e PSB, *versus* os *anti-petistas* (PMDB, PP, PTB, PFL, PSDB, PDT, PL, PPS e demais).

2.2 O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

Herdeiro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fez oposição ao partido do governo (Arena) durante todo o Regime Militar, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) surgiu oficialmente em 24 de março de 1966, com o registro na Justiça Eleitoral.

Na verdade, o Movimento Democrático Brasileiro constitui-se informalmente em 4 de dezembro de 1965, como oposição à Arena. Quem o batizou foi Tancredo Neves. Venceu ali a primeira queda de braço com o *prosador da arcadas* (SIC) do Largo de São Francisco, deputado Ulysses Guimarães, um pessedista que preferia o termo Ação a Movimento.⁵

O fim do bipartidarismo, a perda de políticos para os partidos de esquerda que saíram da clandestinidade (PCB, PC do B e PSB), em 1985, e a derrota de Fernando Henrique Cardoso para Jânio Quadros, na prefeitura de São Paulo, não abatem o PMDB, que chega ao auge em meados da década de 80, empurrado em boa dose pelo sucesso inicial do Plano Cruzado. Em 86, elege 22 dos 23 governadores de estado, 260 deputados federais e 44 senadores. Torna-se hegemônico no Congresso e realiza seu grande projeto: a Assembléia Nacional Constituinte, presidida por Ulysses Guimarães⁶.

Em 1989, porém, as divisões internas e o fracasso do Plano Cruzado levam o partido a um esvaziamento. Das 75 maiores cidades brasileiras, conquista a prefeitura em apenas 20. Em meio à profusão de partidos que se habilitaram para disputar a sucessão de José Sarney, vê surgirem dois candidatos que iriam para o segundo turno: Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva.

No Rio Grande do Sul, o MDB foi dirigido inicialmente por Siegfried Emmanuel Heuser, cassado pelo regime militar. Seu substituto foi Pedro

⁵ <http://www.pmdb.org.br/texto.asp?auto=316&secao=História>

⁶ <http://www.pmdb.org.br/texto.asp?auto=316&secao=História>

Simon, que, durante longo período, constituiu-se no elo fundamental da unidade do MDB e seu principal articulador na transição para o PMDB. Sob a presidência do então deputado estadual Pedro Simon e coordenado pelo professor André Forster, foi criado o IEPES – Instituto de Estudos Políticos e Sociais, que, à época, transformou Porto Alegre no mais importante centro político de resistência ao regime de força.⁷

Pelos números de 2004⁸, o PMDB nacional possui sete governadores, 21 senadores, 83 deputados federais e 140 deputados estaduais, 1.057 prefeitos, 907 vice-prefeitos e 8.315 vereadores e 2 milhões de filiados. No Rio Grande do Sul⁹, o partido administra o Estado pela terceira vez, com Germano Rigotto. Em 1986, elegeu Pedro Simon e, em 1994, Antônio Britto. Possui um senador, 137 prefeitos, 133 vice-prefeitos, seis deputados federais e nove estaduais. Embora possua uma estrutura partidária bem organizada e seja um partido robusto, em nenhum momento o PMDB estadual ocupa a posição hegemônica que o PT adquire no final da década de 90.

Pela composição e tradição que possui, o PMDB não propõe mudanças radicais, nem tampouco reformas estruturais que ameacem a distribuição das riquezas ou do poder de influência social, política ou econômica. Enfim, a origem e o propósito do partido não ameaçam os interesses vigentes. Além disso, a história do PMDB no RS consolida-se com uma sucessão de processos eleitorais e relacionamentos bastante amistosos com o maior grupo de comunicação, a RBS. O ex-governador peemedebista, Antônio Britto, é ex-empregado do conglomerado e mantém com a família Sirotsky excelente relacionamento. E o clima amistoso se mantém historicamente.

As sucessivas derrotas para importantes prefeituras gaúchas já vinham dificultando a convivência entre o PT e o PMDB, desde 1988. O relacionamento entre os partidos foi definitivamente azedado com a derrota do partido nas eleições estaduais de 1998. Quem sintetiza o sentimento que *ZH* faz questão de registrar sistematicamente é a mais expressiva liderança do partido no Estado, numa notícia publicada com o título “Simon compara vitória do PT à tragédia”:

Respeitado pela esquerda no Congresso Nacional, o senador Pedro Simon (PMDB) pela primeira vez fez duras críticas ao PT. Durante encontro com candidatos a prefeito e vice-prefeitos do partido, o senador arrancou

⁷ <http://www.pmdb-rs.org.br/historia.php>

⁸ <http://www.pmdb.org.br/texto.asp?secao=N%FAmeros>

⁹ http://www.pmdb-rs.org.br/pmdb_em_numeros.php

aplausos toda vez que bateu forte no PT. – O Rio Grande do Sul inteiro reconhece hoje que foi uma tragédia a vitória do PT nas eleições de 1998. O encontro de ontem serviu também para mostrar que existe unidade entre os cardeais do partido. (*ZH*, 28/07/2000: 10)

A afirmação que o senador peemedebista faz acaba por confirmar o importante papel que *ZH* ocupa na construção da imagem negativa da administração petista. Mais do que uma simples frase que compõe a retórica de uma disputa eleitoral, a declaração ilustra a tensão entre os atores políticos e evidencia a posição do jornal, que não abre espaço semelhante para um contraponto às declarações do senador.

2.3 *Zero Hora* e a RBS

O terceiro ator deste enredo é a RBS, fundada, em 1957, por Maurício Sirotsky Sobrinho. O grupo opera rádio, televisão, jornal, *internet*, serviço de informação, gravadora, editora, empresa de logística, empresa de marketing para jovens e uma fundação social. Entre os veículos que possui estão os de maior abrangência e influência no Rio Grande do Sul. A RBS conta com oito jornais diários, 26 emissoras de rádio, dois portais de *internet*, duas emissoras locais de televisão, uma gravadora, uma operação voltada para o segmento rural e uma empresa de logística. Possui ainda 18 emissoras de TV afiliadas à Rede Globo - trata-se da maior rede regional de televisão da América Latina - e a Rede Gaúcha Sat de rádio, com 123 emissoras afiliadas, distribuídas em dez estados brasileiros¹⁰. Suas emissoras de rádio e televisão reproduzem diariamente as matérias publicadas no jornal *Zero Hora* (*ZH*), o diário mais influente do Estado.

Zero Hora foi comprada por Maurício e Jayme Sirotsky no dia 21 de abril de 1970. Eles tinham 50% das ações desde 1967, mas o comando era de Ary de Carvalho, criador do jornal em 1964, após o fechamento da Última Hora gaúcha e dono da outra metade. A participação dos irmãos Sirotsky na gestão do negócio se limitava à indicação do gerente comercial, Celso Kaufman, até que os problemas financeiros criados pela construção da sede na Avenida Ipiranga e a compra da nova rotativa, em 1969, levaram a empresa à beira da insolvência”. (SCHIRMER, 2002: 71)

¹⁰ http://www.rbs.com.br/rbscom/jsp/default.jsp?contexto=grupo&paginamenu=../library/menu_grupo_apresentacao.lbi&paginaconteudo=../library/gruporbs_capa.lbi

Segundo Machado (2002: 73-74), depois de adquirir o jornal, a nova direção aparece pela primeira vez no expediente do jornal na edição de 19 de maio de 1970 e publica o editorial *Reafirmação*, no qual declara que:

Zero Hora ingressa em seu sétimo ano de existência com alterações em seus quadros dirigentes, mas reafirmando os propósitos que o nortearam, definidos no editorial de sua edição nº 1, a 4 de maio de 1964, buscando ser um jornal autenticamente gaúcho, democrático, sem vínculos ou compromissos políticos, com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis. (MACHADO, 2002: 73-74)

O compromisso do jornal com a *democracia e com a defesa dos direitos e reivindicações* dos leitores parece uma obra de ficção feita em plena ditadura militar, com a censura prévia dos jornais e as ameaças a todos que ousassem desafiar a lei e a ordem. Se *ZH* enfrenta alguma situação de estranhamento com as autoridades da época, o fato não se torna público. Conforme destaca Schirmer (2002: 83-90), “se, inicialmente, *ZH* privilegiou o conteúdo esportivo e cultural, foi a cobertura política que assegurou o crescente prestígio do jornal. A *isenção e independência* de *ZH*, o jornalista *comprova* com a igualdade do espaço no diário; lembra que *ZH*, desde aqueles *tempos de presidentes militares, conseguia destinar, rigorosamente, o mesmo número de páginas para a Arena e para o MDB. E com uma isenção e independência difíceis de se manter na imprensa brasileira nos anos de chumbo*”.

A partir da compra de *Zero Hora*, a RBS adota uma nova forma de gestão, que faz o veículo ganhar competitividade e se destacar diante dos concorrentes, assumindo a hegemonia no RS:

A adoção de novos métodos administrativos, requeridos pela etapa de monopolização por que passava tardiamente a economia brasileira no período, leva à redução e à racionalização dos custos de produção do jornal, de forma que dois anos depois de passar para o controle da RBS, *Zero Hora* atinge seu equilíbrio orçamentário. Daí em diante, a empresa dá início a uma série de investimentos e implementa uma série de inovações que resultam, pouco mais tarde, na liderança do mercado. (FONSECA: 187)

A disputa pela liderança de mercado, iniciada no princípio da década de 70, consolida-se com estratégias empresariais e a modernização do parque gráfico. Em 1972, as antigas linotipos dão lugar à fotocomposição eletrônica e novos equipamentos são introduzidos para dar maior agilidade à impressão. Neste momento *ZH* passa a se distinguir

dos concorrentes pela rodagem de edições extras (FONSECA: 187). Ao adotar uma estratégia ousada na guerra contra o maior adversário, a Cia. Jornalística Caldas Júnior, dona do tradicional *standard* Correio do Povo, *ZH* definitivamente assume a almejada liderança, como relata Virgínia:

O aumento da capacidade de impressão e a possibilidade de prestar serviços gráficos para terceiros ampliam a presença do conglomerado RBS no mercado. Quatro anos depois, em 1982, *Zero Hora* conquista a perseguida liderança. Quando se analisam as principais estratégias adotadas para a conquista desta posição, percebe-se que estas não são de natureza jornalística. São estratégias de empresa – gestão profissional, inovação tecnológica, marketing. O jornal, nessa organização, é o produto que a empresa coloca no mercado, é a sua mercadoria. Em razão disso, seria possível inferir que a ascensão de *Zero Hora* no mercado deveu-se mais ao acerto dos métodos de gestão da empresa e menos à qualidade jornalística apresentada no início dos anos 1980. (FONSECA: 188).

Ao apresentar indícios de que *ZH* ganha mais por ser bem gerida administrativamente do que por oferecer um jornalismo de qualidade, Virgínia permite colocar em perspectiva uma das acusações mais freqüentes dos adversários da RBS: que o grupo se comporta mais como um partido político imbuído de defender seus próprios interesses do que desempenhar o papel freqüentemente atribuído à imprensa, de responsabilidade social e vigilância dos poderes públicos.

Rüdiger (1998: 9 e 10) considera o jornalismo como prática social e observa que, como prática, *não se sustenta sozinha, estrutura-se num contexto econômico, político e social, que não apenas condiciona seu comportamento, mas sofre dialeticamente a ação da sua práxis*. A complexidade das ações e interações do jornalismo com o seu meio, as suas rotinas e filtros, seus agentes e suas tecnologias, bem como a necessidade de administrar uma empresa jornalística como um empreendimento comercial – caso de *Zero Hora* – fragilizam os argumentos da ausência de vínculos ou compromissos políticos, expressos desde o primeiro editorial de *ZH*, comprometem a *isenção e independência* que, freqüentemente, buscam qualificar o jornal da RBS (SCHIRMER, 2002: 83 a 90). (Citado por MACHADO, 2004: 159 e 160)

Além disso, Rüdiger (citado por MACHADO, 2004: 162) “entende que a política da RBS não é de expansão de mercado, mas de ocupação de todos os espaços nas regiões em que atua – RS e SC –, o que configura o monopólio”. Partindo dessa afirmação, confrontada com os documentos norteadores do PT, percebe-se mais claramente que o conflito que se estabelece entre o partido e o grupo proprietário de *ZH* é quase uma questão de princípios ou de sobrevivência, bem ao histórico estilo gaúcho de demarcar espaços pela

força das armas. Se, ao natural, os gaúchos já mostram certa predisposição para o conflito, com um bom motivo melhor parece a briga.

Assim, também convém destacar que a estratégia da Rede gaúcha, de acordo com Rüdiger (citado por MACHADO, 2004: 162), “consiste em proceder a uma integração vertical dos mercados em que atua, de modo que caiba aos veículos da empresa o controle, se não da esfera pública *mediatizada*, pelo menos das principais fontes de patrocínio publicitário”.

2.4 A ação partidária e eleitoral da RBS/ZH

De 1999 a 2002, o Rio Grande do Sul viveu uma situação singular. Os conflitos entre o governo estadual e a RBS constituíram-se no mais forte elo entre os dois atores. Como resultado, a população gaúcha viu estampada, em todos os veículos do grupo, a imagem de um Estado perigosamente dividido, contraditório e refém de governantes apresentados como incompetentes e autoritários.

Muitos fatos alimentaram a evidente antipatia entre a RBS e a maior parte das lideranças petistas, porém não se identifica um em particular que a tenha feito nascer. Na origem do conflito estão as visões de mundo distintas que o PT e o conglomerado possuem. A RBS é um grupo que defende idéias liberais, busca o monopólio nos mercados em que atua e combate qualquer pensamento que comungue com uma visão de mundo que possa ser chamada de socialista. Por ter interesses em diversos setores econômicos do Estado, o grupo historicamente gozou de excelente relacionamento com o poder público. Desde seu surgimento no RS, o PT sempre definiu sua identidade colocando a RBS como um dos grandes inimigos, associando-a ao Regime Militar e acusando-a de se ter aliado às antigas elites políticas e econômicas.

No plano dos fatos políticos que exemplificam como o sentimento de mútua repulsa se manifesta, Maria Helena Weber (2000: 63), comentando um debate entre Olívio Dutra e Antônio Britto, na RBSTV, no segundo turno das eleições de 1994, relata que “toda a argumentação do Programa Britto parecia servir de base às questões dos entrevistadores”, que eram jornalistas do próprio Grupo. Num outro episódio contado por Weber (2000: 63), o Programa Olívio denuncia a “tática de manipulação da mídia, em 1988, em favor de

Britto. (...) Demonstra como foi realizada a edição da pergunta e resposta polemizadas¹¹. (...) Numa surpresa moral e estética de cunho pedagógico, o programa mostrava a forma de edição tendenciosa que mutilara a resposta de Olívio e, como se fosse uma borracha, fora apagando partes e palavras do texto” (WEBER, 2000: 63).

Se antes de assumir o governo estadual as farpas entre os dois atores apareciam claras, mas não de todo explícitas, depois de Olívio Dutra se transformar no mais importante gestor público do estado, o conflito se agrava. Num dos episódios mais emblemáticos, Guaracy Cunha, Secretário Especial de Comunicação do Estado, envia uma das correspondências ao presidente da RBS, Nelson Sirotsky. O documento foi publicado em 14 de maio de 1999, no mais importante veículo impresso do Grupo, o jornal *Zero Hora*. O Governo (ZH, 14/5/1999: 2) reclama que:

A linha editorial seguida pelos veículos da RBS em relação às ações do nosso Governo agride a qualquer possibilidade de convívio democrático e civilizado que deve existir mesmo entre instituições que divergem. Reconhecemos o direito da Empresa de emitir as opiniões de seus proprietários e tomar partido no debate político, mas é preciso um mínimo de responsabilidade para com seus leitores e com a verdade. (...)

(...) Pelo contrário, fica evidente a postura sistemática de desgastar o Governo. (...)

(...) Nos veículos da RBS, versões sobre episódios corriqueiros são transformadas em manchetes com o objetivo de alarmar a população, alimentar preconceitos e provocar confusão. (...) Uma nítida linha editorial que tenta contorcer os fatos com objetivos confessáveis mas não explícitos.

Por exemplo, **foi fabricada uma crise na área da segurança pública** com base na inconformidade manifestada por apenas três coronéis, quando o que houve foram trocas de comando e alterações normais de rotina, próprias de uma mudança de governo. (...)

Temos, Governo e RBS, divergências profundas de visão sobre o papel do Estado que já se expressaram em outros momentos. No entanto, certamente a população gaúcha nunca assistiu tanta parcialidade no trato de temas que interessam a toda a sociedade. (ZH, 14/5/1999: 2. Grifo nosso)

A RBS responde no mesmo tom, com espaço idêntico ao oferecido ao Governo, na mesma data e página. Ao reafirmar os princípios da Empresa e o amplo direito de manifestação do público, a RBS argumenta que a reclamação do Governo é “uma tentativa

¹¹ Neste episódio, (WEBER: 64) Olívio Dutra é questionado sobre a utilização ou não de força policial, conforme determina a lei, caso houvesse invasão de terras e responde que, depois de avaliar a situação, *evitaria qualquer situação extrema*. O jornal publica como resposta de Olívio: *Mas certamente não iríamos colocar a polícia lá, só porque recebemos uma ordem e está na Constituição*.

primária de pressão, o que a maioria dos governos faz quando vê os seus interesses contrariados pela divulgação livre e independente de fatos” (ZH, 14/5/1999: 2). E o editorial segue:

Esta resposta, portanto, não tem o propósito de polemizar, nem a pretensão de ser a última palavra sobre o assunto, embora não tenhamos a intenção de prolongar o debate. A primeira acusação que não podemos aceitar, até mesmo porque fere a honra de todos os nossos jornalistas e comunicadores, é a de que nossos veículos mantêm uma postura sistemática de distorção de fatos, manipulação de informações e construção de versões destinadas a desagradar a atual administração. (...) Atribuímos essa generalização impropriedade menos à má-fé e muito mais à falta de hábito dos atuais governantes de sofrerem questionamentos ao seu despreparo para o diálogo construtivo. (...) O que causa estranheza é a tentativa de interferência nos nossos critérios jornalísticos, que são e continuarão sendo de inteira responsabilidade dos diretores e editores dos nossos veículos. (...) O partido da RBS é o seu público, (...) não pretendemos deixar que eventuais conflitos de opinião ou tentativas de intimidação interfiram na nossa maneira de agir. (...) Nossas divergências conceituais – um exercício saudável de democracia – certamente não são maiores do que o nosso desejo comum de contribuir, cada um no seu papel, para a construção de uma sociedade mais justa e próspera.. (ZH, 14/5/1999: 2)

O relacionamento entre os profissionais da RBS e os jornalistas que trabalham no governo é influenciado pelo clima beligerante exposto nos editoriais. Ao invés de a tensão entre as partes diminuir com o tempo, o processo se agrava cada vez mais e os pontos de atrito se multiplicam. Decisões do governo são sistematicamente criticadas e os espaços de opinião se encarregam de encontrar os enquadramentos necessários para suscitar a polêmica.

Para amplificar ainda mais o tempestuoso clima regional, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) também participa indiretamente do conflito, em apoio à RBS. Em relatório divulgado sobre a liberdade de imprensa no Brasil, durante o 3º Congresso Brasileiro de Jornais, realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 2001, a ANJ denuncia que a liberdade de imprensa está ameaçada: “No Rio Grande do Sul, um repórter e um editor do jornal *Zero Hora* foram intimados a comparecer a uma delegacia de polícia para revelar fonte de

matéria investigativa”¹². A dificuldade na convivência acaba por levar os atores a disputas judiciais, com a condenação¹³ de jornalistas por acusações feitas ao governador.

A cobertura da campanha eleitoral de 1998 maculou a imagem da RBS e seus veículos. Logo após o segundo turno das eleições, o Grupo *reorientou* o discurso jornalístico, na tentativa de evitar prejuízos econômicos com a perda de leitores, assinantes, anunciantes e mesmo de prestígio da opinião pública. Em 2000, a campanha eleitoral acontece sem grandes embates para a RBS e o PT. Em 2002, porém, as discrepâncias entre os números das pesquisas eleitorais apresentados nos veículos da RBS e o resultado oficial das eleições para o governo do Estado motivaram a criação de um movimento contrário à RBS. Destaca-se a criação do *site* www.zerohora.hpg.ig.com.br, que estimula o boicote aos veículos e produtos do Grupo.

A RBS, naquela ocasião, recebeu diversos pedidos de cancelamento de assinaturas de ZH, provocando a intervenção direta do presidente do Grupo, Nelson Sirotsky, que enviou carta propondo aos leitores reverem suas decisões, ofereceu a possibilidade de um telefonema pessoal de qualquer um dos colunistas do jornal, assinou um editorial pedindo *desculpas por eventuais excessos cometidos em alguns de nossos veículos após a divulgação de pesquisa de boca-de-urna* e anunciou que uma comissão de representantes da sociedade analisaria os procedimentos da RBS em pesquisas eleitorais. (ZH, 3/11/2002: 19 e CARTA MAIOR citado por MACHADO, 2004: 150e 151. Nota da autora¹⁴)

2.5 A segurança pública no centro da crise

A crise na segurança pública gaúcha parece iniciar-se na escolha de José Paulo Bisol, como secretário da Pasta, ou na cerimônia de posse do comandante-geral da Brigada Militar, nos primeiros dias de janeiro de 1999, quando o coronel Roberto Ludwig assume sua filiação partidária. A partir desse momento, a RBS e, em especial, ZH, exerce rigoroso

¹² <http://conjur.estadao.com.br/static/text/16618.1> (Revista Consultor Jurídico, 14/08/2001).

¹³ Num dos casos, “a juíza Isabel de Borba Lucas, da 9ª Vara criminal, condenou os jornalistas Marcelo Rech e José Barrionuevo a cinco meses de detenção por terem afirmado que o governador Olívio Dutra, do PT, foi conivente com a destruição do Relógio 500 anos”. <http://conjur.estadao.com.br/static/text/12310.1>. Revista Consultor Jurídico, 18/06/2002. Marcelo Rech era o Editor chefe de Zero Hora e José Barrionuevo o principal articulista político do Grupo. O episódio da destruição do relógio comemorativo dos 500 anos do descobrimento foi um dos principais motivos de conflito entre a RBS e o Governo do Estado

¹⁴ Disponível em <<http://agenciartamainor.uol.com.br/ultimas/direita.asp?ultimas=2188>> Acesso em 03 dez. 2002.

e permanente acompanhamento, avaliação e crítica dos atos e pensamentos não só da BM, mas de todo o aparelho policial e da própria política de segurança pública.

Além das matérias sobre o crime, a cobertura de *ZH* estende-se aos mais triviais atos simbólicos ou administrativos praticados pelas autoridades da Secretaria da Justiça e da Segurança ou pelos dirigentes dos órgãos subordinados. Fatos que até então raramente são tratados pelo jornal, a não ser em eventuais notas perdidas no corpo do impresso, a partir de 1999 obtêm destaque, com espaço na capa, artigos e editoriais. Promoção de servidores, transferências de pessoal, exonerações, falta de material de expediente e contas em atraso são transformados em matérias de destaque, com repercussão da Coluna do Leitor até a Editoria de Política. Os servidores insatisfeitos são considerados fontes confiáveis e desinteressadas e recebem tratamento privilegiado. *ZH* se oferece como tribuna para o protesto contra qualquer ato administrativo, que é divulgado aos leitores como atitude de discriminação ideológica, de perseguição política.

Um sigilo muito forte ronda a lista de promoções de oficiais e praças da Brigada Militar. Quem esperou o Diário Oficial de ontem acabou frustrado. (...) Entre os combatentes, há uma espécie de rebelião contra a partidarização da BM, liderada por coronéis, incluindo integrantes do alto comando (...). (*ZH*, 23/04/1999: 10)

Embora a escolha dos oficiais que chegam ao mais alto posto da Polícia Militar siga o mesmo critério aplicado pelo Exército¹⁵ brasileiro, o fato de o coronel Ludwig ter assumido a condição de filiado permite que *ZH* procure *testemunhas* que confirmem suas teses. E, considerando que o assunto é controverso, não faltam depoimentos de insatisfeitos por terem sido preteridos na ascensão profissional ou de empregados públicos transferidos contra a vontade, atendendo à necessidade da administração.

O interesse da RBS pelos assuntos administrativos da área de segurança pública é tanto, que uma verdadeira rede paralela de informações nasce e cresce, alimentada por servidores descontentes e pelos que possuem vínculos com partidos oposicionistas, como mostra a matéria “Cai diretor de Polícia Metropolitana” (*ZH*, 08/12/2000: 1). A notícia revela que o “delegado soube da demissão pela imprensa. (...) Antes de ele (o delegado) saber, a notícia vazou para a rádio Gaúcha na manhã de ontem (...)” (*ZH*, 08/12/2000: 56). Em outro episódio, a troca de comando em uma unidade da BM também é tratada com

¹⁵ As promoções são efetuadas pelos critérios de antigüidade, merecimento ou escolha.

destaque pelo jornal: “Novo comandante assume o 15º BPM. (...) Oficial destituído não compareceu à posse. (...) Sob um clima tenso, o tenente-coronel (...), assumiu o cargo (...)” (ZH, 24/03/2001: 36). Tratadas como rotina até 1999, as trocas de comando ganham contornos ideológicos no governo petista. O mesmo acontece com os movimentos reivindicatórios, que historicamente são combatidos pela RBS, mas bem acolhidos nestas circunstâncias. O jornal abre espaço na capa para registrar que “Protesto leva demissões no setor de perícias. (...) Seis chefes (...) descontentes com a falta de peritos deixam seus cargos” (ZH, 09/03/2001: 1).

A facilidade de acesso aos veículos da RBS estimula a criação de polêmicas nos mais diferentes campos, como o processo judicial impetrado contra o secretário José Paulo Bisol, por declarações feitas no programa *Conversas Cruzadas*, da TV Com (do grupo RBS), em 30 de dezembro de 1999. O secretário teria atingido moralmente os policiais em atividade, ao afirmar "a existência de nível elevado de corrupção na instituição¹⁶". O resultado é que 141 delegados de Polícia e dois oficiais da BM requereram reparação por danos morais.

Os atores políticos também ajudam a aquecer o debate. A Assembléia Legislativa entra em cena, como ilustra a matéria “Comissão faz visita surpresa ao DC” (ZH, 14/03/2001: 14). A *visita-surpresa* de deputados ao Departamento de Criminalística tem o objetivo de “conferir denúncias de falta de pessoal e de equipamentos e de atraso de perícias reveladas por entidades de classe (...). Além da situação de penúria, o departamento está, desde quinta-feira, com os cargos de chefia vagos, inclusive a direção” (ZH, 14/03/2001: 14). Em outra matéria, o jornal investiga e descobre que “BM só dispõe de 97 dos 370 carros necessários na Região Metropolitana” (ZH, 21/03/2001: 1). Matérias desse tipo são frequentes, reclamando da carência de coletes à prova de balas, falta de combustível, munição, pagamento de diárias, horas-extras atrasadas e outros assuntos correlatos.

¹⁶ As três demandas foram julgadas improcedentes, em sentenças já confirmadas pelo TJRS. Defendendo a nulidade da sentença, os 141 delegados recorreram ao TJRS. A 5ª Câmara Cível entendeu que inexistia a nulidade da sentença que julgou antecipadamente a ação, ante a inutilidade de prova a ser produzida em audiência. Para o relator, juiz-convocado Antonio Vinicius Amaro da Silveira, "não existiu, nas declarações de Bisol acerca da corrupção na polícia, vontade deliberada de ofender a honra dos apelantes, vez que sequer nominados, não podendo prosperar a indenização por dano moral". A decisão transitou em julgado. (Proc. nº 70002976686)<http://www.espacovital.com.br/colunaespacovital02032004a.htm>

A falta de condições de trabalho e recursos materiais em instituições da administração pública estadual, em particular da segurança, que surpreende deputados e jornalistas, é tratada como uma particularidade da gestão petista e uma exceção em termos de serviços públicos no país, como se hospitais, escolas e outros serviços essenciais vivessem em situação confortável.

A preocupação com as condições materiais de trabalho dos policiais faz o jornal publicar na capa da edição de 10 de julho de 2002 uma matéria alertando que a “Falta de papel impede registro em delegacia” (*ZH*, 10/07/2002:1). Dois dias depois, outra manchete de capa destaca uma conta atrasada: “Polícia e Brigada devem R\$ 1 milhão em telefone” (*ZH*, 12/07/2002:1). É importante lembrar que a RBS é uma das proprietárias da companhia telefônica credora, adquirida em leilão, quando o governo peemedebista de Antônio Britto a vendeu para a iniciativa privada.

A tentativa de melhor aproveitar os recursos do Estado é sistematicamente combatida. A transferência de uma escola administrada pela BM para a competência da Secretaria de Educação é tratada como crise. O mesmo acontece com o hospital da Polícia Militar, no qual “Ex-comandantes contestam mudanças no hospital da BM” (*ZH*, 29/12/2000: 48). Dificuldades em tentativas de integração administrativa de algumas atividades policiais ganham espaço na capa do veículo: “Emperra o plano de integração policial. (...) Das cinco medidas anunciadas há 11 meses pela Secretaria da Justiça e da Segurança, apenas uma foi efetivada” (*ZH*, 07/12/2000: 1).

Outro assunto especialmente apreciado por *ZH* são as estatísticas da criminalidade, razão de críticas contumazes. Ignorando que, até 1999, o Estado nem sequer tinha um tratamento unificado das informações, o jornal não poupa o governo petista e coloca na capa do jornal a matéria: “Insegurança - Números oficiais são imprecisos. (...) Um balanço do semestre passado, só publicado segunda-feira no Diário Oficial do Estado, traz números confusos e revela a ausência de dados como, por exemplo, assalto a bancos” (*ZH*, 07/03/2001: 1). O desejo do jornal é que as planilhas que a polícia utiliza para discriminar os tipos de delito sejam adequadas às demandas do jornal. O assunto é recorrente durante os quatro anos.

Até mesmo medidas recomendadas por organismos internacionais são contestadas por *ZH*, como a Portaria das Armas, que orienta os procedimentos para o uso de armas de

fogo, colocando a Polícia gaúcha em conformidade com orientações aprovadas no 8º Congresso da Organização das Nações Unidas¹⁷, e trata da prevenção do crime e das relações com os delinquentes. Em 5/6/1999, *Zero Hora* comenta o assunto, tratando-o como um texto de 89 linhas que criou uma acirrada discussão no Estado: sete delegados ameaçam entregar as funções caso a Portaria seja assinada. O Jornal considera polêmico o item que proíbe os policiais de utilizarem arma de fogo em reuniões legais e pacíficas.

Sistematicamente, as decisões administrativas da SJS são tratadas nas páginas de *ZH*. Situações corriqueiras de qualquer instituição são transformadas em fatos políticos, o que possibilita o surgimento da proposta de criação de uma CPI na Assembléia Legislativa para tratar da Segurança Pública. Os motivos para a criação da CPI baseiam-se quase que exclusivamente em questões administrativas. No jornal são os articulistas e convidados para escrever páginas de opinião que evidenciam o pensamento de *ZH*: José Barrinuevo, principal comentarista político do jornal, afirma que “politicamente forte (José Paulo Bisol), tem um desempenho desastroso, sujeito a permanentes sobressaltos” (*ZH*, 23/04/1999: 10).

Os ataques frequentes à política de segurança pública motivam a SJS a pedir que a Associação Rio-Grandense de Imprensa (ARI) tome parte na discussão e participe do debate. Na carta, enviada ao presidente da ARI em 11 de fevereiro de 2000 (Anexo VII), José Paulo Bisol reclama que alguns veículos de comunicação generalizam situações particulares e insistem em afirmar que Porto Alegre está imersa numa pretensa onda de crimes, não oferecendo aos seus habitantes as mínimas condições de segurança. Além, o documento destaca que os repórteres vão às ruas à procura de policiais militares e fazem grande alarde quando não os encontram. Quando os localizam, no entanto, dificilmente fazem o registro.

Esses exemplos servem como referência para uma discussão mais ampla, sobre a ética da imprensa, a honestidade intelectual dos jornalistas. Ninguém esconde que há deficiências no efetivo da Brigada Militar, mas nada tão grave quanto querem fazer crer.

É indiscutível o poder da mídia sobre a opinião das pessoas. Assim como o exercício desse grande poder pode levar à vulgarização das sensibilidades morais e a uma abordagem descuidada e temerosa das informações. Desconsidera-se, muitas vezes, que o imperativo jornalístico é descobrir e contar a verdade – equilibrado pelo senso de responsabilidade quanto às conseqüências do que é dito.

¹⁷ Notícia publicada em 01/06/1999: <http://www.sjs.rs.gov.br/>.

Ao alardear uma situação inverídica quanto ao policiamento ostensivo, veículos de comunicação praticam verdadeiro terrorismo contra a população. Cria-se um sentimento de medo que, certamente, não beneficia os cidadãos honestos.

Não se quer, aqui, desviar o foco da discussão sobre as necessidades e deficiências da segurança pública. O que se pede é um tratamento responsável das informações.

Também não se pode ignorar que o relacionamento da RBS com José Paulo Bisol é conturbado. O ex-senador impôs ao jornal uma derrota judicial por uma série de 58 reportagens publicadas em 1994, quando foi candidato à vice-presidência da República, na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, Bisol foi acusado de manipular verbas orçamentárias e superfaturar emendas para obras que beneficiariam sua fazenda. O resultado é que

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) confirmou o acordo pelo qual o jornal *Zero Hora* terá de pagar indenização de R\$ 1,191 milhão para o ex-senador do Rio Grande do Sul José Paulo Bisol por causa de uma série de reportagens publicadas em 1994. Bisol (...) moveu ação de indenização por danos morais, sustentando que as reportagens provocaram prejuízos *irreparáveis* à sua imagem. (...) *O acordo foi o melhor caminho para evitar que a condenação chegasse a ser executada*, afirmou Gerson Borges, gerente jurídico de mídia impressa do grupo que publica o *Zero Hora*. (<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/cadernos/cid210220013.htm>)

Por razões políticas, pela ameaça aos negócios ou por questões afetivas, *ZH* possui muitos motivos para transformar a segurança pública num campo de batalha cheio de ações. E isso reforça a convicção de Francisco Sant'Anna (2005: p. 19), para quem:

na história contemporânea brasileira não são poucos os momentos em que a imprensa, para atender interesses próprios ou alheios, camuflou ou ignorou a realidade dos fatos, difundindo informações deturpadas, ou simplesmente deixando de informar os temas que contrariavam as classes hegemônicas.

3 Atos e idéias – Um mundo em construção

O conhecimento do conhecimento obriga. Obriga-nos a assumir uma atitude de permanente vigília contra a tentação da certeza, a reconhecer que nossas certezas não são provas da verdade, como se o mundo que cada um vê fosse **o mundo** e não **um mundo** que construímos juntamente com os outros. Ele nos obriga, porque ao saber que sabemos não podemos negar que sabemos. (...) Afirmamos que, no âmago das dificuldades do homem atual, está seu desconhecimento do conhecer. Não é o conhecimento, mas sim o conhecimento do conhecimento que cria o comprometimento. Não é o saber que a bomba mata, e sim saber o que queremos fazer com ela que determina se a faremos explodir ou não. Em geral, ignoramos ou fingimos desconhecer isso, para evitar a responsabilidade que nos cabe em todos os nossos atos cotidianos, já que todos estes – sem exceção – contribuem para formar o mundo em que existimos e que validamos precisamente por meio deles, num processo que configura o nosso porvir. Cegos diante dessa transcendência de nossos atos, pretendemos que o mundo tenha um devir independente de nós, que justifique nossa irresponsabilidade. (MATURANA: 267 e 270. Grifo nosso)

Conforme apresentada por Francisco Varela e Humberto Maturana, a teoria construtivista empresta o conceito inicial que orienta este estudo. Ela propõe um modelo de mundo sem leis universais, interdependente e resultado das práticas e decisões humanas, na qual o processo intersubjetivo busca mais compreender que explicar. A teoria oferece referências para compreender uma parte do processo que envolve o jornalismo, atividade carregada de visões pré-concebidas do mundo e, aparentemente, cheia de verdades, convicções e certezas. O construtivismo também é um importante referencial para questionar a possibilidade de existir uma visão de mundo que seja compartilhada por todos. E, nesse sentido, será tomada como referência a idéia de que o mundo, como o conhecemos, é uma construção, e não algo *natural*, como freqüentemente apresentado nas narrativas jornalísticas.

Reconhecer que o mundo é resultado da ação de todos os seres (vivos ou não), num circuito de múltipla e contínua interação, implica, para o jornalismo, fazer a opção por se basear no paradigma *sociocêntrico*. Embora não hegemônico¹⁸, o paradigma *sociocêntrico*

¹⁸ Segundo Luiz Gonzaga Motta, o paradigma hegemônico da pesquisa sobre o jornalismo no Brasil é o *midiaocêntrico*. “Parte do pressuposto que a mídia em geral, e o jornalismo em particular, tem um efeito demolidor sobre a sociedade. Que o conteúdo do jornalismo de massas está inexoravelmente submetido às determinações comerciais e empresariais, tem um caráter politicamente conservador, impermeável aos interesses sociais populares ou oposicionistas. Afirma que o jornalismo manipula as informações de acordo com a sua lógica comercial e ideológica, seus conteúdos são medíocres,

tem a vantagem de ser menos determinista e mais apropriado para tratar de temas como a criminalidade e a segurança pública.

O paradigma contra-hegemônico será identificado como *sociocêntrico*. Parte de premissas distintas. Leva em conta a potência do jornalismo e o seu lugar como espaço privilegiado da sociabilidade contemporânea. Reconhece que a dinâmica social e política se alteram com a presença da mídia e das novas formas, recursos e linguagens do jornalismo. Dá conta da mediação e da adequação do social a essa nova situação (processo em curso). Mas considera o jornalismo permeável às contradições sociais e às pressões da sociedade civil, sujeito às inúmeras negociações. Vê o jornalismo como passível de ceder aos interesses dos diversos atores sociais dependendo da correlação de forças. As pesquisas procuram verificar até onde grupos sociais organizados são capazes de contrapor suas visões de mundo e de reverter as posições autoritárias da mídia, amplificando os dizeres. (MOTTA, 2004: 2)

Ao se estudar como *Zero Hora* trata do tema da criminalidade e da segurança pública em dois momentos, dentro de um mesmo cenário (o Rio Grande do Sul) e conjunturas políticas distintas, será possível perceber até que ponto o jornal foi permeável a todas as contradições e conflitos que se desenvolvem. Eventuais mudanças verificadas no decorrer desse período poderão ser evidenciadas, permitindo compreender como a sociedade consegue efetivamente reverter algumas posições adotadas pela mídia. Criminalidade e segurança pública são assuntos siameses. Porém, podem receber enquadramentos bem distintos. Frequentemente, o crime é enquadrado dentro das perspectivas dos controles sociais (tendo implicações ideológicas mais sutis e naturalizadas). Já a segurança pública se oferece a discursos permeados por interesses políticos, que podem evidenciar o confronto ideológico dos grupos que disputam a hegemonia.

Embora os paradigmas *midia-cêntrico* e *sociocêntrico* possam ser colocados em planos opostos e excludentes, numa outra perspectiva eles se apresentam como complementares ou, pelo menos, um não nega o outro. Se em análises de períodos relativamente curtos (até uma década, talvez) o esforço da mídia em fazer prevalecer certo

sensacionalistas (a lógica do espetáculo), homogeneizadores do pensamento social e levam à despolitização da sociedade. Atribui certa autonomia de poder ao jornalismo frente à sociedade e poucas vezes leva em consideração as ações da sociedade sobre o jornalismo. Predomina, portanto, um determinismo econômico e político sobre o social. (Pesquisa em jornalismo no Brasil: O confronto entre os paradigmas midia-cêntrico e sociocêntrico: 4. (Uma versão oral deste artigo foi apresentada na Pré-Conferência da *Association for International Media and Communication Research* (AIMCR), Porto Alegre, 25 de julho de 2004.)

modo de pensar pode ser confirmado de múltiplas maneiras, não há como negar que, dentro de um processo histórico mais largo, isso não se verifica. Na mesma medida em que é possível demonstrar (e as pesquisas nesse sentido são muitas) o alinhamento (ou oposição) de determinado grupo ou veículo em relação a um partido ou governante, não se pode ignorar que as posições de um veículo não permanecem as mesmas quando se faz um recorte temporal maior (algumas décadas).

Os exemplos das mudanças são muitos. O discurso sobre a mulher, a criança, o negro e o homossexual mudou tanto do início do século XX até hoje, que nenhum jornal contemporâneo seria capaz de defender enquadramentos que, seguramente, eram dominantes há três ou quatro décadas. A situação dos homossexuais é um excelente exemplo. Até meados do século passado, a homossexualidade era tratada como caso de polícia. Num esforço imenso da comunidade científica, tido como extremo avanço para a época, passou-se a considerá-la uma *doença*, um desvio de personalidade que precisava ser tratado. Hoje, as paradas gays e os diversos tipos de entidades que defendem o direito à liberdade sexual deram tanta visibilidade à questão, discutindo com a sociedade em todos os fóruns, que é impensável um veículo que insista com teses que foram dominantes há quatro ou cinco décadas. E isso é a confirmação mais evidente da consistência e atualidade do paradigma *sociocêntrico* sem, no entanto, tornar obsoleto o *midia-cêntrico*.

Neste exercício contínuo de mudança, o jornalismo sofre alterações às vezes radicais, como no exemplo do enquadramento do homossexual. De certa forma, o paradigma *sociocêntrico* alinha-se ao construtivista, na medida em que entende as notícias como resultantes de complexos processos de interação entre atores sociais: os jornalistas e suas fontes; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da organização.

Com base nesse paradigma, que considera o caráter negociado no processo de produção das notícias, é possível identificar-se as disputas entre setores hegemônicos e contra-hegemônicos e perceber os avanços e retrocessos dos atores sociais, as alianças, resistências, processos de negociação e concessões. E também se compreender como cada grupo social utiliza estrategicamente a mídia, tomada como espaço e instrumento de enfrentamentos políticos, na disputa pela visibilidade e pela conquista da hegemonia.

Ao se considerar as notícias como “resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (principalmente os acontecimentos) num produto”, (TRAQUINA 2003: 94) se tentará relacionar esse complexo processo de produção com os possíveis efeitos que possam causar na percepção de uma coletividade. Para isso também será importante entender como a notícia interfere na compreensão simbólica que as pessoas vão tendo da realidade social.

Neste sentido, é importante destacar que o poder simbólico do jornalismo vai além de dizer ao público sobre o que pensar. O jornalismo oferece os primeiros enquadramentos, que servirão como mapas de referência no mundo. Isso sem considerar a capacidade de criar heróis e facínoras, além de determinar a visibilidade ou invisibilidade de questões e situações cruciais para a sociedade. “Os media fornecem mitos que modelam a nossa concepção do mundo e atuam como importantes instrumentos de controle social” (COHEN e YOUNG citado por PENEDO: 20). Contudo, cabe à sociedade – em sua multiplicidade de interesses e forças – aceitar ou recusar esses *mitos*, como em certo momento histórico lidou com o *homossexual-criminoso* ou o *homossexual-doente* e hoje aceita o comportamento como natural. Embora ainda existam grupos conservadores e discriminadores que mantêm uma atitude hostil em relação ao diferente.

É importante destacar que o processo de comunicação compreende dois momentos de significação: a codificação e a decodificação. Esses dois instantes podem não ter equivalência, ou seja, o que foi codificado pode ser interpretado de forma distinta por quem decodificar. Por isso é que Stuart Hall enfatiza que... *é o conjunto de significados decodificados que têm efeito, influenciam, entretêm, instruem ou persuadem, com complexas conseqüências perceptivas, cognitivas, ideológicas e comportamentais.* (HALL¹⁹, 1987, citado por PENEDO: 41)

Assim, mais um argumento reforça a perspectiva de que o paradigma *sociocêntrico* é o mais adequado, pois considera aspectos que passam ao largo dos estudos que se baseiam exclusivamente no paradigma *midicêntrico*. Para encerrar esta parte, convém reproduzir o alerta feito por Luiz Gonzaga Motta:

Paradigma é uma palavra traiçoeira (...). O termo tem sido utilizado para designar coisas diferentes, ora aparecendo como um modelo filosófico ou metodológico, ora como um modo de ver e interpretar o mundo. Mesmo Thomas Khun, o autor mais conhecido na discussão sobre os paradigmas científicos, não estabeleceu um conceito preciso sobre o que é um

¹⁹ HALL, Stuart et al. Culture, media, language. Londres, Hutchinson, 1987.

paradigma. Ele reformulou numerosas vezes o seu conceito e na sua obra aparecem 21 definições diferentes de paradigma. Utilizamos aqui o conceito para nos referir a um conjunto de realizações que uma comunidade reconhece durante algum tempo como fundamento para a sua prática de pesquisa, fornecendo os princípios conceituais e metodológicos. O paradigma pode estar em um conjunto de obras ou em uma obra ou autor único (Khun, 1982). (In MOTTA, 2004: 4)

3.1 Ideologia e hegemonia

As circunstâncias fazem os homens, assim como eles fazem as circunstâncias. (MARX, 2005: 78)

A frase que abre este item do trabalho sugere uma dinâmica muito interessante. Parafrazeando Marx, poderíamos dizer que as mídias (os jornais, as notícias) fazem os homens, assim como eles fazem as mídias. Marx defendia que a luta entre a classe trabalhadora e a dos proprietários não ocorria apenas na prática, pela agressão física e pelo confronto, mas, sobretudo, entre as idéias que cada uma das classes possuía.

As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade e, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material, dispõe também dos meios de produção espiritual. As idéias dominantes são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são essas as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de idéias; são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são, dessa forma, as idéias de sua dominação. (MARX, 2005: 78)

A sociedade que ofereceu os elementos para Marx formular suas teses, porém, era muito menos complexa do que a atual. Sem dúvida, o princípio orientador ainda guarda muita atualidade, mas a própria noção de classe dominante se modificou muito nas últimas décadas, bem como sofreu atravessamentos de ordem política, social, cultural, econômica, entre outros. Mesmo entre o grupo que é *dominante* do ponto de vista econômico, uma série de subdivisões obrigou a ampliar o conceito: há hoje disputas de interesse entre capitalistas industriais, financeiros, agropecuários, do setor de serviços etc. E cada um desses grupos produz, eventualmente, idéias divergentes, tornando relativa a afirmação de Marx sobre as idéias dominantes. É verdade que há pontos convergentes entre os que compõem a classe dominante, mas a história mostra que as divergências também aparecem, em maior ou menor grau, nas disputas de poder.

Marcondes Filho (1997: 17) lembra que a noção de que ideologia é uma coisa falsa, usada para enganar, para explicar os fatos de forma errada, já não era aceita por Lênin. Tampouco se pode colocá-la apenas como uma questão política que se esgota na dicotomia: ser contra ou a favor dos proletários ou da burguesia, do capitalismo ou do socialismo.

A ideologia não é apenas uma coisa que está *na cabeça*, não se trata de uma questão de idéias, mas de um *tipo de vida*. Vive-se *segundo* uma certa ideologia, não é que se tem uma ideologia apenas em relação a uma certa posição política ou econômica. (...) não se pode considerar a ideologia como algo imposto às pessoas, mas como um elemento que faz parte de sua vida cotidiana. (...) Pode-se dizer que ideologia é algo alimentado diariamente. A função específica dos meios de comunicação (...) e de certas instituições (...) é exatamente a de reforçar continuamente essa ideologia. (...) Na vivência real de todos os dias, a ideologia é praticamente regada. (MARCONDES FILHO, 1997: 44)

A partir dessa perspectiva é que a questão da ideologia ganha relevância para a sociedade e para o jornalismo: ela faz parte da vida das pessoas e é *regada* diariamente de inúmeras formas. É por isso que Marx afirmou que “cada nova classe que ocupa o lugar da que dominava anteriormente vê-se obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade; ou seja, é obrigada a dar às suas idéias a forma de universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente legítimas” (MARX, 2005: 78). Assim, podemos deduzir que a ideologia pertence sempre a um grande grupo de pessoas, não se tratando da idéia de um sujeito apenas. A ideologia

(...) não é um fato individual, não atua inclusive de forma consciente na maioria dos casos. (...) Quando pretendemos alguma coisa, quando defendemos uma idéia, um interesse, uma aspiração, uma vontade, um desejo, normalmente não sabemos, não temos consciência de que isso ocorre dentro de um esquema maior, de um plano, de um projeto maior, do qual somos apenas representantes – repetimos conceitos e vontades, que já existiam anteriormente. (MARCONDES FILHO, 1997: 20)

Por se tratar de idéias que pertencem a um grande número de pessoas e que, mais ainda, precisam ser absorvidas pela ampla maioria (ou totalidade) da sociedade, a ideologia precisa circular por todos os meios e espaços, de forma a ser incorporada, consciente e inconscientemente, por todas as pessoas. E isso ocorre porque a “ideologia vive

fundamentalmente de símbolos, ela trabalha com símbolos e é formada por estereótipos²⁰. (...) A ideologia reúne uma série de símbolos e os organiza de maneira coerente. (...) Na prática, as ideologias reúnem, agrupam certos valores²¹ (assim como o fazem com os símbolos)” (MARCONDES FILHO, 1997: 21 e 27).

Ideologia é uma forma de ver o mundo, ou seja, é uma visão de mundo. (...) significa sempre estar favorecendo uma coisa e não outra, optando por isso e não por aquilo. (...) Ideologia, portanto, é um conjunto de idéias, de procedimentos, de valores, de normas, de pensamentos, de concepções religiosas, filosóficas, intelectuais, que possui uma certa lógica, uma certa coerência interna e que orienta o sujeito para determinadas ações, de uma forma partidária e responsável. (...) A ideologia mostra-se como progressista, avançada ou revolucionária, não pelas declarações, pela ostentação, pelo que o sujeito fala; ela só o é pela prática, pela ação do sujeito. (...) Uma ideologia, um comportamento, uma posição ideológica será progressista, inovadora, revolucionária à medida que sua ação for dessa natureza, não importa o discurso que tenha, ou seja, não importa o que fale, o importante é a prática. (MARCONDES FILHO, 1997: 27 a 30)

Para se tornar uma forma de ver o mundo e passar a ser compartilhada e defendida pela maioria da sociedade, a ideologia necessita, sobretudo na complexa sociedade contemporânea, circular pelos meios de comunicação de massa. É a mídia que pode difundir as idéias, os valores, os estereótipos e os comportamentos que sedimentam, no cotidiano da população, a ideologia dominante. Mas esse não é um processo de mão única, pacífico ou estanque. Os atores estão em permanente disputa. Por isso, o conceito de hegemonia, introduzido por Gramsci, é fundamental para avançar nesta reflexão.

Segundo a abordagem *gramsciana* (Antônio Gramsci), duas formas de controle político são utilizadas para garantir o funcionamento de um regime político: a dominação direta do conjunto da sociedade, através da força e da coerção física, e a direção exercida através do controle e dominação ideológicos. Nenhum Estado, no entanto, funciona desenvolvendo apenas ações repressivas; em algum momento ele tem de conquistar a legitimidade e obter consenso do conjunto da sociedade, em particular das classes subalternas. (WEBER, 2000: 151)

Avançando um pouco mais, pode-se considerar que:

Gramsci normalmente usa a palavra hegemonia para designar a maneira como um poder governante conquista o consentimento dos subjugados a

²⁰ Estereótipos são idéias, imagens, concepções a respeito de pessoas, objetos, fatos, etc. que as pessoas criam, aprendem ou simplesmente repetem, sem avaliar se são ou não verdadeiras – são vícios de raciocínio. (MARCONDES FILHO, 1997: 25)

²¹ Valor é alguma coisa que o indivíduo preza, algo pelo qual a pessoa tem uma grande consideração. (MARCONDES FILHO, 1997: 26)

seu domínio – apesar de, é verdade, empregar o termo ocasionalmente para designar conjuntamente o consentimento e a coerção. (...) Hegemonia é também uma categoria mais ampla que a ideologia: inclui a ideologia, mas não pode ser reduzida a ela. (...) A hegemonia, então, não é apenas um tipo bem-sucedido de ideologia, mas pode ser decomposta em seus vários aspectos ideológicos, culturais, políticos e econômicos. (EAGLETON: 105 e 106)

A disputa pela hegemonia pode acontecer dentro da própria classe que detém o poder, quando interesses *internos* não conseguem ser conciliados. Como já foi referido, no próprio capitalismo os interesses dos banqueiros podem contrariar os dos produtores rurais ou mesmo os da indústria. Assim, os grupos entram em disputa interna, buscando hegemonia para suas idéias, que determinará prejuízos ou benefícios para suas categorias e afetando todo o conjunto da sociedade.

Gramsci associa a hegemonia à arena da *sociedade civil*, com o que pretende designar todo o espectro de instituições intermediárias entre o Estado e a economia. Redes de comunicação, família, sindicatos, associações, igreja, escola e todo tipo de organização social seriam dispositivos hegemônicos que submetem os indivíduos ao poder dominante pelo consentimento. Em contraste, a coerção é reservada ao Estado, que tem o monopólio da violência *legítima*.

Devemos notar, porém, que as instituições coercitivas de uma sociedade – exércitos, tribunais de justiça e o resto – devem elas mesmas conquistar o consentimento do povo para operar com eficiência, de modo que a oposição entre coerção e consentimento possa, até certo ponto, ser desconstruída. (...) É com Gramsci que se efetua a transição crucial de ideologia como *sistema de idéias* para ideologia como prática social vivida, habitual – que, então deve presumivelmente abranger as dimensões inconscientes, inarticuladas da experiência social, além do funcionamento de instituições formais. (EAGLETON: 105 a 107)

Raymond Williams reconhece o caráter *dinâmico* da hegemonia em contraposição às conotações potencialmente estáticas da *ideologia*. A hegemonia jamais é uma conquista definitiva. “A realidade de qualquer hegemonia (...) jamais será total ou exclusiva.” (WILLIAMS: 116).

Nesse processo ativo, o hegemônico tem que ser visto como mais do que a simples transmissão de um domínio (inalterável). Pelo contrário, qualquer processo hegemônico deve ser especialmente alerta e sensível às alternativas e oposição que lhe questionam ou ameaçam o domínio. A realidade do processo cultural deve, portanto, incluir sempre os esforços e

contribuições daqueles que estão, de uma forma ou de outra, fora, ou nas margens, dos termos da hegemonia específica. (WILLIAMS: 116).

E é por isso que Gramsci enfatiza que qualquer classe hegemônica deve levar em conta os interesses e tendências das classes subalternas. Para Gramsci, hegemonia é um conceito que desempenha um papel duplo, ambos importantíssimos para o estudo da mídia:

A mídia desempenha o papel de manutenção da ideologia política dominante: ela a divulga, celebra, interpreta o mundo nos seus termos e, em alguns momentos, a altera para adaptar às demandas de legitimação num mundo em mudanças. Ao mesmo tempo, o conceito de hegemonia é empregado para explicar o comportamento da mídia, o próprio processo de produção cultural. A mídia, ela mesma, está sujeita ao processo hegemônico. A ideologia dominante conforma a produção de notícias e entretenimento; isto explica por que podemos esperar que a mídia funcione como agente de legitimação, apesar do fato de que ela é independente do controle político. (HALLIN, D., citado por LIMA: 168)

E aqui se apresenta uma equação bastante interessante. Se a hegemonia pressupõe considerar os interesses daqueles sobre os quais a classe dominante exerce o poder, a permeabilidade da mídia aos apelos e pressões sociais pode apenas fazer parte da manutenção dessa hegemonia. Por outro lado, tomar simplesmente como verdadeira essa afirmação significaria ignorar que nem sempre as mudanças operadas no discurso da mídia obedecem a essa lógica. Como D. Hallin (citado por LIMA: 168) alerta, a mídia também está sujeita ao processo hegemônico. Um exemplo de mudança em busca de legitimidade é a posição da Rede Globo diante do *Movimento das Diretas Já*, em 1984. Para não perder a credibilidade (e a hegemonia dentro da comunicação), o conglomerado foi *obrigado* a romper eventuais compromissos assumidos com o grupo hegemônico (militares), por força da mobilização social que se espalhou pelo país.

A importância da mídia nesse processo se deve ao fato de que, cada vez mais, “a relação entre Estado e sociedade é efetuada através de processos comunicativos, os quais possibilitam a construção e a realização da hegemonia da classe ou fração de classe que, num momento histórico, detém o poder político ou busca obtê-lo” (WEBER, 2000: 152). Na complexa sociedade contemporânea, seria inimaginável acreditar que qualquer grupo poderia disputar a hegemonia sem utilizar largamente os avanços da comunicação.

Na construção da hegemonia, a atuação da mídia não pode ser substituída ou equiparada a nenhum outro suporte ideológico. (...) A difusão da ideologia dominante depende do comportamento das mídias, cuja eficácia decorre de sua aparente autonomia conceitual em relação à política. (WEBER, 2000: 152 e 153)

E não está embutida nesta afirmação que a sociedade não possa, pelos meios que possui, influenciar ou interferir de maneira efetiva no discurso produzido e difundido pela mídia, até porque, como o próprio conceito de hegemonia traduz, não se trata de um processo estanque ou uma *luta* encerrada. Como destaca Raymond Williams, é necessário “acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes da prática” (WILLIAMS: 116). Afinal, “as modificações nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões, não ocorrem mediante *explosões* rápidas, simultâneas e generalizadas, mas sim, quase sempre, através de *combinações sucessivas*, de acordo com *fórmulas de autoridade* variadíssimas e incontroláveis” (GRAMSCI: 207).

Por fim, na mesma medida em que “o estudo das relações existentes entre a política e as estratégias de comunicação adotadas por um governo possibilita um melhor entendimento das particularidades dos regimes políticos” (WEBER, 2000: 151), pode-se afirmar que a análise das relações existentes entre o jornal e seus critérios de seleção, enquadramento e agendamento de notícias permite uma compreensão mais ampliada dos interesses particulares do veículo. Considerando, portanto, que “o exercício do poder político é, dessa maneira, descoberto através dos conteúdos dos discursos que transmitem sua particular representação dos processos sociais, como imagens, idéias, símbolos, linguagens, referências e concepções, que expressam os interesses da classe que exerce esse poder e seu projeto social” (WEBER, 2000: 151), pode-se inferir que processo semelhante ocorre com o jornal: suas posições estão evidenciadas na sutileza da lente que utiliza na escolha dos fatos que se tornarão notícia, nas fontes que prioriza e no enquadramento que oferece aos leitores.

3.2 O controle social no discurso da imprensa – estratégias e atitudes

As formas de controle social espelham os mecanismos de exercício de poder e a concepção de homem vigente em cada época. Michel Foucault estudou profundamente as instituições e suas formas de *vigiar e punir*. Família, exército, escola, oficina e o sistema penitenciário guardam muitas semelhanças. Ao fazer uma genealogia das práticas judiciárias nos últimos três séculos, evidenciando dois modelos distintos de punir que

serviram como marco para a modernidade, Foucault oferece elementos para que se entenda como as práticas simbólicas foram atuando para promover o controle social e o exercício do poder. Em termos mais práticos, os estudos de Foucault fornecem elementos fundamentais para que se entenda a importância e a dimensão do discurso da imprensa sobre o desvio e o desviante, como forma de dar estabilidade ao funcionamento da sociedade e estabelecer referências para a relação entre os cidadãos e o Estado.

Foucault estabeleceu quatro regras gerais para seu trabalho:

1) Não centrar o estudo dos mecanismos punitivos unicamente em seus efeitos *repressivos*, só em seu aspecto de *sanção*, mas recolocá-lo na série completa de seus efeitos positivos que eles podem induzir, mesmo se à primeira vista são marginais. Conseqüentemente, tomar a punição como uma função social complexa. 2) Analisar os métodos punitivos não como simples conseqüência de regras de direito ou como indicadores de estruturas sociais, mas como técnicas que têm sua especificidade no campo mais geral dos outros processos de poder. Adotar em relação aos castigos a perspectiva da tática política. 3) Em lugar de tratar a história do direito penal e das ciências humanas como duas séries separadas, cujo encontro teria sobre uma ou outra, ou sobre as duas talvez, um efeito, digamos, perturbador ou útil, verificar se não há uma matriz comum e se as duas não se originaram de um processo de formação *epistemológico-jurídico*; em resumo, colocar a tecnologia do poder no princípio tanto da humanização da penalidade quanto do conhecimento do homem. 4) Verificar se esta entrada da alma no palco da justiça penal, e com ela a inserção na prática judiciária de todo um saber *científico* não é o efeito de uma transformação na maneira como o próprio corpo é investido pelas relações de poder. Enfim, tentar estudar a metamorfose dos métodos punitivos a partir de uma tecnologia política do corpo, onde se poderia ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto. (FOUCAULT, 1977: 26)

Dos muitos recortes que se podem fazer para abordar este texto, vale destacar pelo menos cinco: 1) os efeitos positivos dos mecanismos de sanção; 2) a punição como função social complexa; 3) os métodos punitivos como técnicas que têm sua especificidade no campo mais geral dos outros processos de poder; 4) a perspectiva da tática política; e 5) a tecnologia do poder colocada no princípio tanto da humanização da penalidade quanto do conhecimento do homem. Também merece destaque a metamorfose dos métodos punitivos. Esse ponto específico, porém, não é o foco deste estudo, embora mereça comentário por oferecer apoio para situar historicamente a questão da criminalidade (e, em especial, as formas de punir) e subsidiar a análise mais profunda do discurso adotado pela imprensa contemporânea.

Seria possível imaginar uma sociedade sem delinquência, uma grande metrópole onde não acontecesse nenhum delito?

A sociedade sem delinquência foi um sonho do século XVIII. A delinquência era por demais útil para que se pudesse sonhar com algo tão tolo e perigoso como uma sociedade sem delinquência. Sem delinquência não há polícia. O que torna a presença policial, o controle policial tolerável pela população, se não o medo do delinquente? Você fala de um ganho prodigioso. Esta instituição tão recente e tão pesada que é a polícia não se justificaria senão por isso. Aceitamos entre nós esta gente de uniforme, armada, enquanto nós não temos o direito de o estar, que nos pede documentos, que vem rondar nossas portas. Como isso seria aceitável se não houvesse os delinquentes? Ou se não houvesse, todos os dias, nos jornais, artigos onde se conta o quão numerosos e perigosos são os delinquentes. (FOUCAULT, 2000: 137 e 138)

Colocada sob este prisma, a questão da criminalidade e do controle social ganha contornos que avançam necessariamente em direção ao desvendamento de aspectos ideológicos subjacentes. “Pensar que a delinquência faz parte da ordem das coisas também faz parte, sem dúvida, da inteligência cínica do pensamento burguês do século XIX” (FOUCAULT, 2000: 137). A maneira de convencer toda uma sociedade a arcar com os custos de um aparato policial, aceitando-o em suas ações e abusos, precisa ser engendrada com muita perícia. Daí a dedução de Foucault de que a delinquência é uma necessidade da sociedade burguesa. Quem mais tem a perder com uma ruptura da ordem é justamente quem detém a propriedade da maior parte dos bens. Assim, enquanto o aparelho repressivo é subsidiado por todos, acaba por defender prioritariamente o grupo hegemônico.

E, nesse contexto, qual o papel da imprensa? Foucault afirma que os criminologistas montam discursos sem pé nem cabeça (FOUCAULT, 2000: p 138), que nem precisam se justificar teoricamente. O mesmo parece ocorrer com o discurso da mídia, que produz discursos sobre os criminosos e sobre os crimes que parecem apenas tentar justificar as medidas adotadas pelos aparatos repressivos.

3.2.1 A evolução dos métodos punitivos

Voltando um pouco no tempo, Foucault relata que:

no fim do século XVIII e começo do XIX, a despeito de algumas grandes fogueiras, a melancólica festa de punição vai-se extinguindo. Nessa transformação, misturam-se dois processos. (...) De um lado, a supressão do espetáculo punitivo. O cerimonial da pena vai sendo obliterado e passa

a ser apenas um novo ato de procedimento ou de administração. A confissão pública dos crimes tinha sido abolida na França pela primeira vez em 1791 (...) o pelourinho foi suspenso em 1789 (...); a Inglaterra aboliu-o em 1837. (...) - condenados com coleira de ferro, em vestes multicores, grilhetas nos pés, trocando com o povo desafios, injúrias, zombarias, pancadas, sinais de rancor ou de cumplicidade – são eliminados mais ou menos em toda parte no fim do século XVIII, ou na primeira metade do século XIX. (FOUCAULT, 1977: 14)

Neste momento, a execução pública começa a ser percebida como espetáculo que estimula a violência. Com isso,

“a punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias conseqüências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade, não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. (...) É indecoroso ser passível de punição, mas pouco glorioso punir. (...) A execução da pena vai-se tornando um setor autônomo, em que um mecanismo administrativo desonera a justiça, que se livra desse secreto mal-estar por um enterramento burocrático da pena. E acima dessa distribuição de papéis se realiza a **negação teórica: o essencial da pena que nós, juízes, infligimos, não creiais que consista em punir; o essencial é procurar corrigir, reeducar, curar**; uma técnica de aperfeiçoamento recalca, na pena, a estrita expiação do mal, e liberta os magistrados do vil ofício de castigadores”. (FOUCAULT, 1977: 15. Grifo nosso)

Em substituição aos espetáculos de dor e vergonha, o discurso da *reeducação* e da *recuperação* revela uma nova roupagem do discurso do poder em relação ao desviante, ao criminoso. O sofrimento infligido ao corpo deixa de ser um elemento da pena e é substituído pela *suspensão de direitos*. Atualmente, mesmo para os condenados à pena capital, o Estado garante a assistência médica e uma morte indolor, com o emprego de modernas técnicas psico-farmacológicas, garantindo um tipo de penalidade *incorpórea*. Assim, mesmo um dos mais polêmicos atos patrocinados pelo Estado fica protegido da dor e do espetáculo: uma morte igual para todos, “sem que ela tenha que ostentar a marca específica do crime ou o estatuto social do criminoso; morte que dura apenas um instante, e nenhum furor há de multiplicá-la antecipadamente ou prolongá-la sobre o cadáver, uma execução que atinja a vida mais que o corpo” (FOUCAULT, 1977: 15).

A *suspensão de direitos* torna-se então a pedra angular sobre a qual serão construídos os fundamentos para se estabelecer o controle social e se organizar a sociedade em função do Estado e dos interesses do poder. Assim, novos métodos de punição

aparecem para materializar os *direitos suspensos*, contudo com mais alguns fatores *agregados*. Segundo destaca Foucault, “castigos como trabalhos forçados ou prisão – privação pura e simples da liberdade – nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorras” (FOUCAULT, 1977: 20). Talvez por isso é que haja, ainda hoje, certo consenso social de que episódios como o do Carandiru, em que 111 detentos foram executados pela polícia de choque paulista, sejam absorvidos com certa *naturalidade*, mesmo com a repercussão que o fato teve. Para uma parcela da sociedade, a simples privação da liberdade parece não se constituir pena suficiente para que o desviante *pague* sua dívida social. Para essas pessoas, por maior que seja a crueldade aplicada pelos agentes do Estado, parece haver uma sensação de que não há excesso e que o sofrimento é um tipo de compensação complementar pelo dano causado à sociedade.

Avançando um pouco mais na compreensão das estratégias de controle social adotadas pelo Estado para punir o desviante, chega-se, enfim, ao modelo mais utilizado hoje: a *suspensão dos direitos*, que, em seu método mais radical, leva à privação da liberdade, dentro de uma visão jurídica²².

Segundo Foucault, a carceragem “é a forma disciplinar no estado mais intenso, o modelo em que se concentram todas as tecnologias coercitivas do comportamento. Tem alguma coisa do *claustro, da prisão, do colégio, do regimento*” (FOUCAULT, 1977: 257). Na prisão:

os pequenos grupos, fortemente hierarquizados, entre os quais os detentos se repartem, têm simultaneamente **cinco modelos** de referência: o modelo da **família** (...); o modelo de **exército** (...) todo detento tem um número de matrícula, (...) realiza-se todos os dias uma revista de limpeza, a chamada é feita três vezes por dia; o modelo de **oficina**, com chefes e contramestre que asseguram o enquadramento do trabalho (...); o modelo da **escola** (...); e por fim o modelo do **judiciário**; todos os dias se faz uma *distribuição de justiça* no parlatório: **a mínima desobediência é castigada e o melhor meio de evitar delitos graves é punir muito severamente as mais leves faltas**; a principal das punições infligidas é o encarceramento em cela (...). (FOUCAULT, 1977: 257. Grifo nosso)

E talvez seja justamente o fantasma da perda de liberdade, por toda crueldade que possui intrinsecamente e pelos eventos agregados que se sucedem com quem é encarcerado,

²² Sem considerar os julgamentos e execuções sumárias, praticadas à margem da lei, por agentes públicos e que, seguramente, têm impacto na sociedade.

que passa a atuar como elemento de controle social para uma parcela significativa da população que é, senão leitora do jornal, personagem de suas páginas. Nesse sentido pode-se compreender por que, de forma geral, há uma ânsia da imprensa em pedir que o Legislativo edite penas mais duras, cobrar do judiciário maior agilidade e rigor na aplicação das leis e exigir do governo em geral, e da polícia em particular, maior eficiência (violência) na contenção dos sujeitos que descumprem a norma social e ameaçam, sobretudo, o *status quo*.

A metáfora do panóptico (panóptico de Bentham²³), utilizada por Foucault, também serve para uma reflexão importante sobre a atuação da imprensa. O primeiro aspecto a se salientar é que o *ver sem ser visto* é um recurso muito presente entre jornalistas que precisam buscar informações no universo do crime. Essa atitude, em princípio, pode servir para preservar a integridade do profissional e ajudá-lo a obter informações que de outra forma não seriam conseguidas. Também pode, porém, denotar certo desvio ético. Por outro lado, na perspectiva apresentada por Foucault o *ver sem ser visto* possui outra característica, que é a de fazer os sujeitos interiorizarem a vigilância, atuando como sinal moderno do exercício do poder. Dizendo de outra forma, é um permanente exercício de poder, pois desobriga a classe hegemônica à vigilância contínua e permanente. Dessa forma, o poder moderno emerge da preocupação em organizar a vida coletiva, impondo uma segmentação e classificação ao tecido social.

Associado a essa nova ordem está também o princípio de práticas discursivas capazes de objetivar, avaliar, classificar, comparar – tributárias da era positivista e dos vários instrumentos proporcionados pelas ciências, de que a estatística é um exemplo por excelência –, mobilizadas para exercer um efeito normalizador sobre o cotidiano. E é também neste plano que podemos situar o discurso jornalístico. (PENEDO: 81)

Até se chegar às narrativas jornalísticas, porém, o crime e, sobretudo, o criminoso, foram matéria-prima para todo tipo de literatura, que Foucault comenta no capítulo sobre a

²³ O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre, esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contra-luz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a cavidade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. (...) cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível (FOUCAULT, 1977: 177).

ostentação dos suplícios. O destaque maior é para o que chama de *discurso de cadafalso*, instante no qual o condenado ganha o direito de falar, não para pedir clemência ou alegar inocência, mas para reconhecer publicamente sua culpa e a justiça de sua condenação.

As crônicas reportam um bom número de discursos desse gênero. Discursos reais? Sem dúvida, num certo número de casos. Discursos fictícios que se faziam circular para exemplo e extorsão? Foi sem dúvida o caso mais freqüente. Que crédito dar ao que se conta, por exemplo, da morte de Marion Le Goff, famosa chefe de quadrilha na Bretanha em meados do século XVIII? Ela teria gritado do alto do cadafalso: *Pai e mãe que me ouvem, guardai e ensinai bem vossos filhos; fui em minha infância mentirosa e preguiçosa; comecei roubando uma faquinha de seis réis... depois assaltei mascates, mercadores de gado, enfim comandeí uma quadrilha de ladrões e por isso estou aqui. Dizei isso a vossos filhos e que ao menos lhes sirva de exemplo*. Tal discurso se parece demais, até nos termos, da moral tradicionalmente encontrada nos folhetins, nos pasquins e na literatura popular, para que não seja apócrifo. Mas a existência do gênero últimas *palavras de um condenado* é em si mesma significativa. A justiça precisava que sua vítima autenticasse de algum modo o suplício que sofria. Pedia-se ao criminoso que consagrasse ele mesmo sua própria punição proclamando o horror de seus crimes. (FOUCAULT, 1977: 58 e 59)

Do folhetim do século XVIII à prática jornalística contemporânea, contudo, alguns elementos parecem resistir ao tempo. Toda vez que um suspeito é apresentado à imprensa, desrespeitando os mais elementares preceitos legais (pois antes de ser julgado ninguém pode ser considerado culpado), o que ainda se espera é uma confissão de culpa, o reconhecimento público do erro e a verbalização do arrependimento, assumindo que conhece e aceita como justa a norma social. Quase que invariavelmente o repórter interroga o suspeito com essas questões. E, repetindo a pergunta de Foucault: esses discursos são reais? Fictícios não são, pois as gravações em áudio e vídeo os atestam. Porém, pode haver nessas *confissões* a invisível mão do aparelho policial a exercer sua coerção legal e/ou sua coação (ilegal) física ou psicológica.

Parece ter passado o tempo em que os folhetins e a literatura policial apresentaram crimes e criminosos com algum glamour:

O homem do povo agora é simples demais para ser protagonista das verdades sutis. Nesse novo gênero, não há mais heróis populares nem grandes execuções; os criminosos são maus, mas inteligentes; e se há punição, não há sofrimento. A literatura policial transpõe para outra classe social aquele brilho de que o criminoso fora cercado. São os jornais que trarão à luz nas colunas dos crimes e ocorrências diárias a mornidão sem epopéia dos delitos e punições. Está feita a divisão: que o povo se despoje

do antigo orgulho de seus crimes: os grande assassinos tornaram-se o jogo silencioso dos sábios. (FOUCAULT, 1977: 61).

Mas nem só os policiais (os grandes detetives) é que travam a batalha estratégica para desbaratar quadrilhas ou desvendar crimes. O jornalismo, em muitas situações, troca com a polícia importantes informações, pedindo em contrapartida a prioridade na cobertura do fato, tão-logo este seja elucidado. Com frequência, é o repórter policial que recebe do cidadão informações sobre algum crime. E isso acontece porque não é o policial e sim o jornalista que aparece frequentemente tratando do assunto no jornal, rádio ou televisão. É por isso que ele se torna referência. E quem denuncia espera algum resultado, preferencialmente estampado na manchete do dia seguinte. Com a informação na mão, o repórter negocia com a polícia ou vai a campo para confirmar a denúncia, como fez Tim Lopes²⁴.

Por outro lado, as notícias do crime tendem sempre às vozes oficiais. É o policial que possui a matéria-prima que garante o emprego do repórter. Assim, a versão que prevalece é a da autoridade judiciária, do agente público que conta a história de acordo com sua perspectiva e interesse, permeada pelos mapas sociais próprios da polícia e que refletem, de certa forma, o senso comum dominante na sociedade. O mesmo pode não ocorrer quando o assunto deriva do crime para a política de segurança. Aí podem predominar outros interesses, orientados diretamente da cúpula do grupo de comunicação. Nesses casos, o repórter (e/ou editor) poderá *estruturar* a notícia de acordo com o enquadramento determinado.

A reunião desses dois fatores pode criar situações que levam ao surgimento de sentimentos de insegurança, gerados em torno da percepção do crime e da ameaça que o mesmo envolve, tornando “a opinião pública receptiva ao endurecimento das políticas de controle e aos movimentos que vão no sentido da exclusão social” (PENEDO: 85). É a imprensa que coloca na ordem do dia os assuntos e seus enquadramentos. Na hipótese de destacar a crueldade dos crimes e a facilidade com que os delinquentes atuam e, em seguida, evidenciar a inoperância da política de segurança, dificilmente deixará de contribuir para criar na sociedade um sentimento de medo e desamparo. E esses

²⁴ Jornalista da Rede Globo, morto por traficantes quando fazia uma reportagem envolvendo sexo, drogas e adolescentes, em bailes Funk, em favelas do Rio de Janeiro.

sentimentos reforçam ainda mais a opinião de que é necessária uma polícia rigorosa, presente, efetiva e, em última instância, violenta e truculenta.

Assim, não é exagero afirmar que

os media estão presentes nessa dinâmica não só pelo fato de atuarem como campo de visionamento e representação das irregularidades que marcam a atualidade, mas também por se constituírem como campo de argumentação política, onde se afirmam e legitimam posições sobre as estratégias de controle social como emergência à restauração da ordem, exprimindo assim a acessibilidade das diversas fontes (vozes oficiais e alternativas) na definição do problema” (PENEDO: 85).

Porém, é preciso também enfatizar que o acesso das fontes pode sofrer alterações, de acordo com os interesses ideológicos que possam estar presentes.

4 Teorias do jornalismo: da seleção aos enquadramentos

Ao definir o que considera notícia, o manual de redação da Rádio Gaúcha esclarece que “é a descrição de um fato que interessa à sociedade e, por isso, se destaca entre todos os acontecimentos. A notícia reúne interesse, sensação, atualidade e veracidade” (KLÖCKNER: 27). Com pequenas variações, esse talvez seja o conceito encontrado com maior frequência nas redações de jornais. Mas essa definição é insuficiente para o debate acadêmico. Critérios de noticiabilidade e os valores-notícia são objetos de estudos em diferentes teorias do jornalismo e têm permitido avançar bastante na compreensão dos múltiplos mecanismos que atuam sobre eles.

Os acontecimentos que são transformados em notícia atendem ao critério de noticiabilidade. Segundo Wolf (2003: 195 e 196),

a noticiabilidade é constituída pelo complexo de requisitos que se exigem para os eventos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas -, para adquirir a existência pública de notícia. (...) a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias.

“ALTHEIDE (1976, citado por WOLF: 199) observa que a noticiabilidade de um evento encontra-se, em geral, sujeita à divergência, mas depende sempre dos interesses e das necessidades do aparato informativo e dos jornalistas.” Numa outra perspectiva, a notícia é apresentada como “uma janela para o mundo... a notícia tende a nos dizer o que queremos saber, o que precisamos saber e o que deveríamos saber” (TUCHMAN, citado por PENEDO: 30). Dito de outra forma, “as notícias são o resultado desta necessidade invariante de relatos do inobservado (MOLOTCH e LESTER, in TRAQUINA, 1999: 34). Isso significa que as pessoas necessitam das notícias, precisam delas para tomar conhecimento daquilo que elas não conseguem ver.

Numa perspectiva marxista, dentro do paradigma *midia-cêntrico*, a notícia:

é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político. Ela pertence, portanto, ao jogo de forças da sociedade e só é compreensível por meio de sua lógica. Essa lógica supõe três dimensões (...) a inserção da notícia como fator de sobrevivência econômica (infra-estrutura, portanto) do veículo (como mercadoria); b) como veiculador ideológico; e c) como estabilizador político. (...) A notícia, tal qual se apresenta para o receptor, como forma *quebrada* de realidade, como pedaço do real, de onde se abstrai somente o fato específico que a originou, e como disposição múltipla e diversificada no jornal, na televisão, no rádio, no cinema, atua no receptor participando de um jogo psíquico, em que, num momento ela desencadeia processo de preocupação e, noutro, de alívio e descontração. (MARCONDES FILHO, 1989: 13 e 14)

Ciro Marcondes também acredita que “(a) política de produção de notícias tem, assim, o caráter de cultivar a passividade. O tratamento que ela dá aos fatos, quer como mitos²⁵ ou signos²⁶, conduz, em qualquer caso, à despolitização do real: é a apresentação dos fatos como algo unívoco, fechado, somente positividade, sem contradições; não há a ambivalência, mas a disciplina e a adaptação ao modelo; são – enquanto desmontagem do real – confirmações do esperado, formas que encobrem a dialética e qualquer penetração inesperada além do visível” (MARCONDES FILHO, 1989: 16).

Ao tentar definir o que seja notícia, Marcondes tenta restringi-la ao uso que o capitalismo faz dela, transformando-a em mercadoria com finalidade ideológica, criando mitos e símbolos que levam à despolitização, sem considerar a imensa gama de possibilidades advindas dos inúmeros movimentos que a sociedade produz.

É Adelmo Genro Filho (1989: 109) que avança um pouco mais e propõe que:

só há duas alternativas a serem consideradas. Ou as modernas empresas jornalísticas criaram nos consumidores a falsa necessidade das notícias e informações, tal como são elaboradas atualmente, ou então seguiram a tendência do mercado que estava se criando com o surgimento de novas necessidades reais. (...) Quer dizer, ou os capitalistas inventaram, conforme seu arbítrio, o moderno jornalismo e as necessidades que ele satisfaz, ou perceberam as novas e reais necessidades (da informação de tipo jornalístico) e fizeram delas uma fonte de lucros. Esta última alternativa parece mais viável, inclusive porque não vê a história sendo

²⁵ BARTHES, 1982.

²⁶ BAUDRILLARD, s.d.: 99 et seqs./ Prokop, 1979, p 76 et seqs.

feita maquiavelicamente segundo a vontade soberana e autônoma do capital.

Seguindo as idéias de Genro Filho, poder-se-ia argumentar que a situação é muito mais complexa do que Ciro Marcondes propõe, afinal "nem todas as mercadorias são iguais. Além disso, será que todo jornalismo será sempre, inevitavelmente, mercadoria?" (GENRO FILHO: 112).

Se a teoria crítica ofereceu novas bases para se pensar na notícia, colocando-a como mercadoria a serviço de um sistema de dominação, também foi insuficiente para avançar em sua análise. Afinal, apontar que o produto do trabalho jornalístico está exclusivamente a serviço dos grupos de dominação é ignorar a multiplicidade da produção cultural humana e a pluralidade de forças e pensamentos que compõem a sociedade. Além do que, considerar a notícia apenas uma forma de circulação da ideologia burguesa seria cair num reducionismo similar ao que tenta fazer um manual de redação. Como vários teóricos da Escola de Frankfurt também destacaram, as possibilidades de escape sempre estarão presentes.

Se a notícia não pode ser considerada apenas como um produto construído com fins específicos para confirmar ou legitimar um sistema, também não é correto afirmar que essa função não possa estar presente no processo. Ainda que a notícia em muitas circunstâncias sirva para confirmar um *mundo ideal*, para alertar sobre o risco de se descumprir alguma norma social, criar a passividade ou despolitizar, há que se levar em consideração que "(n)a contemporaneidade, o jornalismo é o lugar por excelência de realização da ambigüidade e da complexidade do ser humano" (MOTTA, 2002: 20).

Segundo explica Luiz Gonzaga Motta:

a notícia para nós é um significado, uma percepção, a partir de alguém, de que algo invertido ocorreu. (...) Notícia não é um texto em linguagem objetiva que reflete a realidade como um espelho, como defende a maioria dos manuais de redação (...). A notícia é produto de uma percepção consciente ou inconscientemente seletiva da realidade por parte do jornalista a partir de seus critérios profissionais, pessoais ou institucionais. (...) Gera uma discrepância com os sentidos hegemônicos, gera ambigüidade, gera uma desordem simbólica. Ao circular, a notícia introduz o incomum no universo do comum, introduz o diferente no mundo da estabilidade. (...) A notícia é, por natureza, geradora de inquietações. (MOTTA, 2003: 5)

Em certo sentido, as definições de notícia propostas por Luiz Gonzaga Motta e por Ciro Marcondes Filho são colocadas em aparente oposição, mas na verdade se trata de olhares diferentes do mesmo objeto. Essas formas particulares de definir o que seja notícia, no entanto, apontam para a dificuldade inerente ao trabalho do jornalista. Afinal, como pode o mesmo objeto gerar passividade e ambigüidade, reforçar uma ordem e gerar desordem? Aí se exigem leituras que superem modelos fechados. Afinal, num determinado momento, o objeto (notícia) poderá cumprir uma função e em outra situação não. Ou ainda, segundo a percepção de um indivíduo (ou grupo), poderá ter um efeito muito distinto do observado em outro. Afinal de contas:

Um erro muito difundido consiste em pensar que toda camada social elabora sua consciência e sua cultura do mesmo modo, com os mesmos métodos, isto é, com os métodos dos intelectuais profissionais. (...) É pueril pensar que um *conceito claro*, difundido de modo oportuno, insira-se nas diversas consciências com os mesmos efeitos *organizadores* de clareza difusa: esse é um erro *iluminista*. (...) É por isso, portanto, que não basta a premissa da *difusão orgânica, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo*. O mesmo raio luminoso, passando por prismas diversos, dá refrações de luz diversas: se se pretende obter a mesma refração, é necessária toda uma série de retificações nos prismas singulares. (GRAMSCI: 203)

A reflexão de Gramsci, pensador marxista de singular capacidade intelectual, acaba por contestar a visão simplista de que a notícia tenha tamanha capacidade de exercer um tipo de controle e dominação nos termos expostos por Ciro Marcondes Filho.

Assim, ao considerar “a notícia como um lugar de coexistência de ambigüidades culturais pelas presenças contraditórias do real e do imaginário, da história e da fantasia” (MOTTA, 2002: 11), Motta oferece elementos que ampliam a noção do que seja notícia. Afinal, como produção humana, a notícia não pode ser considerada um produto *limpo* dos atravessamentos de quem a construiu e essas interferências não são apenas ideológicas. Por si só, essas considerações já explicitam que é preciso ir “muito além da necessidade de desmascarar os argumentos da objetividade” (MOTTA, 2002:13).

As notícias são uma forma de transmissão cultural na qual o fundamento é a reiteração. As histórias são as mesmas, contadas e recontadas diariamente pelos jornais, revistas e telejornais. Esta atividade cíclica de consumo da notícia é re-ordenadora, como um sistema cultural. Enquanto sistema simbólico, as notícias contam histórias, delimitam as fronteiras do bem e do mal, do passado e do futuro, do feio e do bonito. Elas assumem

a forma narrativa e invadem regularmente o terreno do *mythos*. Interpretadas simbolicamente, as notícias se revelam como histórias, se mostram como fábulas da vida moderna. (MOTTA, 2002A: 13 e 14)

4.1 Valores-notícia (de seleção e de construção)

Na tentativa de compreender melhor os critérios adotados pelos jornalistas, Galtung & Ruge empreenderam estudos para identificar as condições necessárias para que um acontecimento se transforme em notícia. Chegaram a uma lista com 12 fatores que, embora independentes uns dos outros, frequentemente se inter-relacionam. São eles (GALTUNG & RUGE, in TRAQUINA, 1999: 71):

- 1) Freqüência (duração);
- 2) Abrangência (amplitude);
- 3) Inequivocidade (clareza);
- 4) Significância (importância);
- 5) Consonância (ao noticiário);
- 6) Inesperado (imprevisibilidade);
- 7) Continuidade (desdobramento);
- 8) Composição (ao noticiário);
- 9) Referência a nações de elite (países mais ricos);
- 10) Referência a pessoas de elite (autoridades);
- 11) Personalização (pessoas envolvidas);
- 12) Negatividade (quanto pior, é melhor).

Galtung & Ruge (In TRAQUINA, 1999: 71) alertam que os fatos que atendem mais itens têm maior chance de se tornar notícia. Esses fatores são utilizados no processo de **seleção** dos acontecimentos. Numa segunda etapa, quando já estiver definido o fato que receberá a cobertura, um outro tipo de critério deve ser considerado, que Galtung & Ruge qualificam como valor-notícia de **construção**, que determina o que deve ser realçado no texto noticioso, na narrativa. E isso implica possibilidade de distorção. Em outras palavras, o jornalista simplifica e amplifica os acontecimentos. O primeiro recurso é a forma que encontra para se fazer entender por um número maior de pessoas. O segundo é para convencer de que se trata de um fato que merece o status de notícia, que deve ganhar

publicidade. “Tanto o processo de seleção como o processo de distorção (saliência) terão lugar em todas as fases da cadeia, desde o acontecimento até o leitor (repercussão)” (GALTUNG & RUGE, in TRAQUINA, 1999: 71).

Além dos critérios substantivos abordados por Galtung & Ruge, que dedicam um olhar detalhado sobre uma avaliação direta dos acontecimentos, também é preciso considerar o contexto da produção da notícia, os critérios contextuais. Nesse sentido, é preciso verificar desde as condições materiais disponíveis para a construção da matéria jornalística, até questões que envolvem o relacionamento com as fontes, com as assessorias e, em última instância, dos donos do veículo com as instituições que geram as notícias.

4.2 O crime como notícia

É provável que o valor-notícia que mais contribui para que o crime frequente o noticiário seja o da negatividade.

As notícias negativas entram no canal noticioso mais facilmente porque satisfazem melhor o critério de frequência. Existe uma assimetria básica na vida entre o positivo, que é difícil e leva tempo, e o negativo, que é muito mais fácil e leva menos tempo – compare-se a quantidade de tempo necessário para educar e tornar sociável uma pessoa adulta e a quantidade de tempo necessária para matá-la num acidente (...). Assim, um acontecimento negativo pode mais facilmente desenrolar-se por completo entre duas edições de um jornal e duas transmissões radiofônicas – isto é mais difícil e específico para um acontecimento positivo. (GALTUNG & RUGE, in TRAQUINA, 1999: 69)

Outro aspecto que favorece a divulgação das notícias negativas é que elas são interpretadas de maneira mais consensual e com menor risco de equívoco. É quase impensável que um cidadão faça uma defesa pública de um réu que confesse ter matado a família. Já um “acontecimento *positivo* pode sê-lo para algumas pessoas e não o ser para outras e, por isso, não satisfazer o critério de clareza” (Galtung & Ruge, in TRAQUINA, 1999: 69). Além disso, Galtung & Ruge (In TRAQUINA, 1999: 69) destacam que “as notícias negativas são mais *consonantes* com, pelo menos, algumas pré-imagens dominantes do nosso tempo. Importa é que as notícias negativas preencham algumas necessidades latentes ou manifestas e de que muitas pessoas tenham essas necessidades”. Isso sugere que há uma certa carência de se consumir esse tipo de notícia, com elevado

grau de negatividade, para confirmar concepções de mundo, reforçar comportamentos ou mesmo satisfazer necessidades desconhecidas ou inconfessáveis.

Como já foi apresentado nos últimos parágrafos do item 3.2.1 (A evolução dos métodos punitivos), não é de hoje que o crime se oferece como matéria-prima para folhetins, pasquins e todo tipo de literatura. A carga dramática que, de forma tão particular, sensibiliza o público é incorporada na cultura do jornalismo por meio dos valores-notícia. Entre eles se destacam aspectos como interesse humano, conflito, repercussão, originalidade, rivalidade, importância, raridade, suspense, surpresa e uma série de outros que podem surgir a cada evento criminoso. Por romper com a normalidade, o crime tem presença garantida no espaço do jornal. “Ao crime, enquanto tópico noticioso, é reconhecido um elevado grau de noticiabilidade por conter violência, ruptura com a ordem social e imprevisibilidade, esta última característica já salientada como um dos principais valores-notícia”. (PENEDO: 41)

Sem deixar de reconhecer que o crime encontra seu espaço no jornalismo pelas características já referidas, seria interessante perguntar se, na sociedade contemporânea, no contexto das grandes metrópoles, não seria ele quase um acontecimento *esperado*, *previsível*, mais próximo da categoria dos acontecimentos de rotina, mudando apenas o nome dos protagonistas. Talvez, surpreendente mesmo seria não acontecer um único delito, durante 24 horas. Se a presença do crime surpreende, mais *assustador* ainda talvez fosse pensar que isso pudesse acontecer.

Deixando de lado essa breve digressão, pode-se considerar que:

o crime em forma de notícia transporta para o espaço público a noção de desordem, conflito, ou até mesmo de crise donde se reafirma a estabilidade e a paz social. E se neste domínio os media cumprem uma função reguladora, ao convocar para a notícia do crime um quadro normativo dominante que visa a reposição da ordem, a presença de vozes e prismas alternativos revela-se de grande alcance na promoção da discussão pública e na obtenção de novas esferas de consenso face à noção de problema social. (PENEDO: 43)

Nesse sentido, a notícia de crime retoma a discussão sobre o sentido de controle social, já abordado no item 2.2 (O controle social no discurso da imprensa – estratégias e atitudes). As notícias atuam como reforço dos valores sociais dominantes e reafirmam os princípios da ordem e do *status quo*, conforme explica Cristina Carmona Penedo:

reescrever o crime (...) terá repercussões nas noções de ordem social, coesão e estabilidade. São narrativas e imagens que podem interferir no grau de legitimidade do poder instituído, na medida em que para aí são convocadas várias vozes e personagens que, em cada momento, concorrem para o desfecho da história e equacionam a tensão criada entre o caos e a ordem, entre o conflito e a sua resolução, entre a norma e o desvio. (PENEDO: 33)

Assim, é preciso considerar que:

numa sociedade da informação, os media têm destacada importância na divulgação do crime e da justiça, sendo de alguma oportunidade aplicar a este domínio o aforismo da mediatização: *o direito não é o que os tribunais dizem que é o direito, mas o que os media dizem que os tribunais disseram.* (CUNHA RODRIGUES, citado por PENEDO: 50)

Outro aspecto a se destacar relaciona-se à possível responsabilidade da mídia em relação à violência. Segundo Jorge Guerbner (citado por BUCCI, Coleção Polícia e Democracia – Volume IV, 2002: 61), estudioso da comunicação da Escola de Comunicações da Universidade da Pensilvânia, as crianças americanas passam uma média de 27 horas semanais diante da TV. Isso significa que:

Ao atingir 18 anos, teriam visto cerca de 40 mil assassinatos e 200 mil outros crimes violentos. O que acontece, e o que se consegue verificar, é que surge um efeito de banalização da violência a partir dos meios de comunicação. Não há comprovação de condicionantes, ou seja, não é porque um programa tem explosão que as pessoas saíam fazendo explosões nas ruas. Não há comprovação neste sentido. Mas há comprovação de que existe um aumento da insensibilidade da sociedade em relação a esse tipo de comportamento violento. Quer dizer, a capacidade de indignação e o senso de justiça acabam ficando um pouco relaxados diante dessa realidade. (BUCCI, in Coleção Polícia e Democracia – Volume IV, 2002: 61)

A preocupação com o controle social não é a única abordagem possível para as notícias sobre criminalidade. Tampouco a negatividade pode ser compreendida como valor-notícia exclusivo ou necessariamente mais relevante. José Paulo Bisol acredita que a dor física e moral faz parte do destino humano. Contudo, a dor, o mal e a injustiça que as pessoas infligem umas às outras são sofrimentos que podem ser reduzidos e até eliminados. E isso, segundo Bisol, estaria ao alcance da boa-vontade humana.

A humanidade subestima seu próprio sentido ao instituir o Estado e a Ordem Jurídica, voltando-se, quase que exclusivamente, para a liberdade em sentido negativo (ausência de coerção alheia), deixando de lado a liberdade em sentido positivo (acesso de todos às possibilidades de criar capacidades e obter recursos para viver

dignamente). A Segurança Pública, entendida como preservação da ordem pelo menos intencionalmente justa e processualização da perseguição punitiva de seus infratores, é serviço e não poder, e está sendo pobremente pensada e sentida na medida em que estamos **esquecendo a principal diferença entre uma ordem de liberdades positivas e negativas** e uma ordem exclusivamente de liberdades negativas. Esta ordem pode ser realizada pelos indivíduos separadamente considerados, aquela só pode ser realizada pela comunidade como um todo e o Estado como expressão da vocação cooperativa; ou seja, a segurança pública do futuro, a política do futuro terá de ser o que tem sido, como prevenção e controle da violência, porém mais humanizada e democratizada, e terá de ser o que não tem sido, a saber, mediação de conflitos, salvamento, socorro de toda a natureza, atendimentos de necessidades insuportáveis, impedimento da exclusão, amparo e encaminhamento dos desprovidos de capacidades e recursos mínimos, proteção das parturientes desvalidas, dos discriminados, dos doentes, dos acidentados, das vítimas, dos esquecidos, das crianças, dos adolescentes e dos idosos, bem como do meio ambiente.
(BISOL, 1999:2. Grifo nosso)

Aberto à pluralidade de opiniões e espaço de disputa entre diferentes visões de mundo, o jornalismo desempenhou um papel importante na evolução do tratamento que as notícias sobre criminalidade têm na sociedade contemporânea. A perspectiva de valorização das liberdades positivas, conforme propõe Bisol, pode levar a um processo de reavivamento da indignação diante da violência, resgatando a humanidade que diminui e até elimina o sofrimento que se impõe ao outro.

4.3 Seleção das notícias - *Gatekeeper*

A teoria do *gatekeeper* foi a primeira a surgir na literatura acadêmica do jornalismo, desenvolvida nos anos 1950 por David Manning White. A pesquisa consistia em verificar a atividade de um jornalista de meia-idade num jornal de porte médio nos Estados Unidos. O profissional, denominado *Mr. Gates*, anotou, durante uma semana, os motivos que o levaram a rejeitar as notícias que não havia usado. “A conclusão de White é que o processo de seleção é subjetivo e arbitrário; as decisões do jornalista eram altamente subjetivas e dependentes de juízo de valor baseado no *conjunto de experiências, atitudes e expectativas* do *gatekeeper*. Assim, numa teoria que Schudson (1989) designa *ação pessoal*, as notícias são explicadas como um produto das pessoas e das suas intenções” (TRAQUINA, 2003: 69).

Alguns anos mais tarde, num estudo sobre dezesseis jornalistas com responsabilidade similar à de *Mr. Gates*:

Gieber (1956) refuta as conclusões de White, afirmando que o fator predominante sobre o trabalho jornalístico era o peso da estrutura burocrática da organização e não as avaliações pessoais do jornalista que, segundo Gieber, raramente entravam no processo de seleção, e conclui que as notícias só podem ser compreendidas se houver uma compreensão das forças sociais que influenciam sua compreensão. (TRAQUINA, 2003: 70 e 71)

Avançando um pouco mais, pode-se afirmar que a seleção relaciona-se à análise da decisão consciente do editor sobre o que publicar e o que não publicar numa corrente seletiva de jornalistas. O objetivo é examinar as razões pelas quais os editores, conscientemente, rejeitam ou escolhem uma notícia numa cadeia de decisões editoriais. Analisa-se toda a cadeia, do repórter ao editor. Um dos principais objetivos dessas pesquisas é apontar os diretores da empresa jornalística como a principal força de pressão sobre os editores no processo de produção da notícia.

Entre as muitas críticas formuladas em relação a esta teoria, algumas merecem especial destaque. Segundo Traquina, a teoria analisa a notícia apenas a partir de quem a produz. Trata-se de uma teoria que privilegia apenas uma abordagem microssociológica, ao nível do indivíduo, ignorando por completo quaisquer fatores macrossociológicos ou mesmo microssociológicos como a organização jornalística. A teoria situa-se ao nível da pessoa do jornalista, individualizando uma função que tem uma dimensão burocrática inserida numa organização (TRAQUINA, 2003: 70).

Contudo, conforme alerta WOLF,

não se pode explicar a seleção apenas como escolha subjetiva do jornalista (mesmo que motivada profissionalmente), mas é necessário vê-la como um processo complexo, que se desenvolve ao longo de todo o ciclo de trabalho, realizado por instâncias diferentes (das fontes a cada redator) e com modificações que não são todas imediatamente reconduzíveis à necessidade direta de escolher quais notícias difundir. (WOLF: 255)

Nesse sentido ampliado, o complexo processo de seleção das notícias envolve muitos outros fatores que não chegaram a ser abordados na pesquisa de White.

O uso constante de certas fontes representa uma forma de seleção, mas é imputável diretamente a critérios diversos, como uma maior produtividade, fidedignidade das próprias fontes, a impossibilidade de negligenciar certos setores, etc. E, ainda, a escolha dos locais onde estabelecer os próprios correspondentes incide de modo relevante sobre quais notícias são selecionadas, mas essa escolha também é motivada por critérios não imediatamente reconduzíveis ao problema da seleção cotidiana. (WOLF: 255)

Considerando que este estudo dedica especial atenção à comparação entre as fontes utilizadas pelo jornal em cada um dos dois momentos, identificando-as e qualificando-as, o suporte teórico dos estudos sobre o processo de seleção servirá como importante instrumento de análise.

4.4 A hipótese do *agenda-setting*

A hipótese do *agenda-setting* parte de um artigo de McCombs e D. Shaw (1972), que sustenta uma relação de causalidade entre a agenda dos media e a percepção pública dos temas relevantes do cotidiano, afirmando que ambas estão fortemente relacionadas.

A hipótese da *agenda-setting* desenvolve-se partindo de um interesse geral para o modo como as pessoas organizam e estruturam a realidade circundante. A metáfora da *agenda-setting* é uma macrodescrição desse processo [...]. Ela se baseia em algumas admissões e interrogações específicas sobre o tipo de estratégias ativadas pelos indivíduos quando estes estruturam o próprio mundo. Por exemplo, a típica medida da agenda da mídia – que articula os temas conforme a frequência das suas referências – baseia-se no pressuposto de que **a frequência com que um tema ou argumento aparece é uma indicação relevante usada pelos destinatários para avaliar sua saliência.** (McCombs, 1981, citado por WOLF, 2003: p. 167. Grifo nosso)

Conforme explica Traquina (2000: 19), a maior parte dos estudos sobre agendamento examina a relação entre a *agenda mediática* e a agenda pública (...), mas como sublinham Rogers, Dearing e Bregman (1993, citado por TRAQUINA, 2000: 19), todos os estudos de *agenda-setting* partilham uma preocupação óbvia com a importância relativa das questões públicas e uma preocupação menos óbvia com o funcionamento geral da opinião pública numa democracia. Para esses pesquisadores, a investigação do processo de *agenda-setting* procura oferecer uma explicação de como ocorre a mudança social na sociedade moderna.

Conceitualmente, a teoria do *agenda-setting* afirmava inicialmente que a mídia não diz às pessoas como pensar, mas sim sobre o que pensar. “Como afirma Cohen, se é verdade que a imprensa *pode não conseguir, na maior parte do tempo, dizer às pessoas o que pensar, por outro lado ela se encontra surpreendentemente em condições de dizer aos próprios leitores sobre quais temas pensar alguma coisa*” (COHEN, citado por WOLF, 2003: p. 143 e 144).

Vinte anos depois, os autores da teoria fazem um balanço e advertem: as notícias nos dizem também como pensar. Tanto a seleção de assuntos que despertam o interesse do público, quanto a escolha dos enquadramentos, são poderosos papéis do agendamento. “O clássico somatório de Bernard Cohen (1963) foi virado do avesso: a mídia não só apenas nos diz no que pensar, mas também como pensar e, conseqüentemente, o que pensar” (TRAQUINA, 2003: 35).

Behr e Iyengar também procuraram determinar se a relação causal era unidirecional ou bidirecional, ou seja, se a agenda pública também influencia a agenda jornalística. Os autores concluíram que a agenda jornalística ficou *immune*. Já Ebring, Goldenberg e Miller (1980) descrevem o processo como interativo, dizendo que a influência da agenda pública sobre a agenda jornalística é um processo gradual, através do qual a longo prazo os critérios de noticiabilidade são criados. (TRAQUINA, 2003: 35)

Este aparente desencontro entre os resultados obtidos por Behr e Iyengar e os relatados por Ebring, Goldenberg e Miller de alguma forma remete ao *conflito* que parece existir entre os paradigmas *midia-cêntrico* e *sociocêntrico*. A referida *imunidade* da agenda jornalística, que mais tarde é contestada pelo segundo grupo de pesquisadores, pode estar relacionada exatamente ao fator temporal: por mais impermeável que possa ser, se não estiver aberto à sociedade, o jornal acabará obsoleto. Conforme destaca Shaw:

A maneira de hierarquizar os acontecimentos ou os temas públicos importantes, por parte de um indivíduo, assemelha-se à avaliação dos mesmos problemas praticada pela mídia, mas apenas se a agenda dos meios de comunicação de massas for medida em relação a um período longo, como um efeito cumulativo. (SHAW, 1979, citado por WOLF, 2003: 146).

Ao lembrar a crescente dependência cognitiva que o público tem da mídia, “a hipótese da *agenda-setting* postula um impacto direto – ainda que não imediato – sobre os destinatários, que se configura segundo dois níveis: a. a *ordem do dia* dos temas, argumentos, problemas, presentes na agenda da mídia; b. a hierarquia de importância e de prioridade com que esses elementos estão dispostos na *ordem do dia*.” (SHAW, 1979, citado por WOLF, 2003: 145 e 146)

Conforme destaca Traquina, a pesquisa de agenda também afirma que os espectadores expostos às notícias dedicadas a um problema em particular ficam mais convencidos da sua importância. Os programas das redes noticiosas parecem possuir uma poderosa capacidade de moldar a agenda pública (TRAQUINA, 2003: 35).

Em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público é ciente ou ignora, dá atenção ou descuida, enfatiza ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo. Além disso, o público tende a conferir ao que ele inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos meios de comunicação de massa aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (SHAW, 1979, p. 96, in WOLF, 2003: p. 143)

De acordo com as conclusões de Shaw, o poder do agendamento não se esgota na capacidade de mostrar, de pautar o público, mas avança também na sua condição de suprimir ou omitir do público um assunto qualquer. Uma *máxima* popular, das décadas de 40 a 60, dizia que só era verdade aquilo que era divulgado pelo *Repórter Esso*²⁷. Na atualidade, talvez esse papel, em um sentido similar, possa ser atribuído ao Jornal Nacional, da Rede Globo. É difícil negar a capacidade de *fazer ver* ou *produzir* a invisibilidade que a mídia possui.

Em 1976, McCombs reconhece que o agendamento não funciona em relação a todas as questões e sobre todas as pessoas. Assim, a pesquisa sobre agendamento tem procurado compreender melhor o conceito, respondendo as seguintes perguntas: o efeito do *agenda-setting* exerce-se da mesma forma sobre todas as pessoas? E sobre todos os assuntos? (TRAQUINA, 2003: 36). Pesquisa realizada por MCCLURE e PATTERSON (1976, citado por WOLF, 2003: 147) concluiu que “em alguns temas, mas não todos, os níveis de exposição aos meios de comunicação de massa mostram uma influência direta exercida pela *agenda-setting*”.

Outro ponto importante a ser destacado é que a hipótese da *agenda-setting* não sustenta que a mídia tenta persuadir. “Descrevendo e precisando a realidade externa, a mídia apresenta ao público uma lista de fatos a respeito dos quais se pode ter uma opinião e discutir [...]. A asserção fundamental da *agenda-setting* é que a compreensão das pessoas em relação a grande parte da realidade social é modificada pelos meios de comunicação de massa (WOLF: 143). Segundo salienta Roberts, “à medida que o destinatário não é capaz de controlar a exatidão da representação da realidade social, com base em algum padrão externo à mídia, a imagem que ele forma para si mesmo mediante essa representação acaba

²⁷ O *Repórter Esso* foi o primeiro noticiário de radiojornalismo do Brasil. O programa era patrocinado pela *Esso Brasileira de Petróleo*, empresa norte-americana. Durante 28 anos, de agosto de 1941 a dezembro de 1969, o noticiário influenciou a agenda pública e fez história no radiojornalismo brasileiro.

por ser distorcida, estereotipada ou manipulada” (ROBERTS, 1972, citado por WOLF, 2003: 144).

Embora os estudos mais importantes sobre *agenda-setting* tenham ocorrido em relação à comunicação política, é possível se afirmar que a capacidade de agenda é generalizável a outros campos da vida pública, que tenham expressão no domínio da comunicação de massa. Assim, qualquer assunto tratado e difundido pela mídia pode afetar a agenda pública. E a segurança pública é um desses temas que possuem centralidade na vida de qualquer comunidade, seja pelos aspectos individuais (medo, por exemplo) até os coletivos (o *exemplo* contido na identificação e punição do desviante). O mesmo acontece em relação ao crime, que possui elevado valor-notícia, além de despertar profundos sentimentos humanos.

Outra questão interessante que pode ser objeto de análise, baseada em uma abordagem de agendamento, é a relação entre a mídia e a justiça, pois “é através da mediatização das histórias transgressivas e da sua resolução que o público aprende o fenômeno da criminalidade e as formas de combatê-la, acendendo por esta via o exercício da justiça” (PENEDO: 47). A maneira como a justiça é afetada pela discussão que se trava no âmbito da imprensa ainda é algo pouco explorado.

Os estudos sobre *agenda-setting* também indicam que os meios de comunicação de massa (rádio, televisão, *internet*, impressos) possuem diferentes capacidades de estabelecer a ordem do dia dos argumentos publicamente relevantes. A televisão parece menos influente do que a informação impressa.

As características de produção dos noticiários televisivos não permitem uma eficácia cognitiva duradoura, enquanto, por outro lado, a informação impressa ainda possui a capacidade de indicar com eficácia a variada relevância dos problemas apresentados. *A informação impressa fornece aos leitores uma indicação forte, constante e visível de saliência* (McClure-Patterson, 1976, 26), enquanto a televisiva tende normalmente a planificar a relevância e o significado do que é transmitido. (WOLF, 2003: 148) Os jornais são os primeiros promotores a organizar a agenda do público. Eles definem amplamente o âmbito do interesse público [...]. Muitas vezes, a natureza fundamental da agenda parece ser organizada pelos jornais enquanto a televisão essencialmente reorganiza ou reordena os temas principais da agenda. (McCOMBS, 1976, citado por WOLF, 2003: 156)

O referencial da *agenda-setting* torna-se bastante apropriado, pois este estudo tem como objeto o impresso *Zero Hora*. Além do que, o diário é o principal impresso da Rede Brasil Sul e efetivamente pauta os demais veículos do grupo. Outra questão que se apresenta é indagar se, ao destacar a segurança pública como área de alta saliência, até que ponto o jornal estabelece o contexto em que os candidatos serão avaliados e poderão elaborar seus discursos. Afinal, “o poder de redigir a agenda das eleições é o poder de *estabelecer o contexto* em que os candidatos [...] são avaliados. [...] Uma eleição disputada com base no desemprego será muito diferente de uma disputada com base na integração” (WOLF, 2003: 150). Parafrazeando Wolf, uma eleição disputada com base na avaliação da segurança pública e da criminalidade, amplamente destacadas e enquadradas pelo jornal, é muito diferente de outra em que a disputa se baseia num projeto para acabar com a desigualdade econômica e social.

Outra questão muito importante relaciona-se aos assuntos que a mídia tem capacidade de tematizar. “Tematizar um problema significa, na realidade, colocá-lo na ordem do dia da atenção do público, dar-lhe a importância adequada, salientar sua centralidade e sua significatividade em relação ao fluxo normal da informação não-tematizada” (WOLF, 2003: 165). Trata-se de um procedimento informativo que compõe a hipótese do *agenda-setting*.

No processo de tematização também parece implícita outra dimensão (...): é a natureza pública do tema, sua relevância social. Nem todo acontecimento ou problema é suscetível de tematização, apenas os que denotam alguma relevância político-social. Os meios de comunicação de massa, portanto, tematizam dentro dos limites que eles mesmos não definem, num território que eles não delimitam, mas que simplesmente reconhecem e começam a cultivar. (WOLF, 2003: 166)

Ao escolher um assunto que pretenda *tematizar* com objetivos que ultrapassam o interesse propriamente jornalístico, a mídia precisa selecionar entre os que possuem maior interesse do público. Neste sentido, compreende-se por que, principalmente em períodos eleitorais, os noticiários destacam assuntos relacionados a falhas na saúde, educação, segurança pública, habitação, saneamento e trânsito, que afetam a vida de grande número de pessoas. É quase impensável se imaginar que a Guerra do Iraque ou o conflito entre judeus e palestinos possam ser transformados em um tema relevante para alguma disputa eleitoral brasileira. Porém, insinuar que um candidato a governador ou prefeito recebeu

ajuda das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) para sua campanha pode se tornar um tema quente. Afinal, o apoio de um grupo revolucionário de esquerda, frequentemente acusado de ligações com o tráfico, é algo indesejável para qualquer candidato.

Por fim, convém lembrar que a importância e o interesse atribuídos ao estudo da composição da agenda da imprensa, ponto de partida para aprofundar as relações de causalidade com a agenda pública, não ignoram a questão de se saber como é que se processa a seleção do que mereça ser notícia e que determinará a constituição dessa agenda.

4.4.1 Mapas para se compreender o mundo

A porta de entrada para a compreensão do mundo contemporâneo passa, necessariamente, pelas referências proporcionadas pela mídia. A quantidade de assuntos oferecidos ao público, a complexidade de muitos deles e os interesses transversais a cada tema exigem, na prática, que seja fornecido algum parâmetro para que o caos não se estabeleça.

Um acontecimento só *faz sentido* se se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais. Se os jornalistas não dispusessem – mesmo de forma rotineira – de tais *mapas* culturais do mundo social, não poderiam *dar sentido* aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é *noticiável*. As coisas são *noticiáveis* porque elas representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo. Mas não se deve permitir que tais acontecimentos permaneçam no limbo da *desordem* – devem ser trazidos aos horizontes do *significativo*. Este trazer de acontecimentos ao campo dos significados quer dizer, na essência, reportar acontecimentos invulgares e inesperados para os mapas de significação que já constituem a base do nosso conhecimento cultural, no qual o mundo social *já* está traçado. A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constituem o processo fundamental através do qual os *media* tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores. Este processo de *tornar um acontecimento inteligível* é um processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (frequentemente só de modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona. (HALL, in TRAQUINA, 1999: 226)

É na *organização* deste mapa para ler o mundo que a mídia se torna tão influente. Não há como negar que ele é atravessado por todo tipo de pressão e influência, desde a

cultura profissional aos interesses políticos. Pela necessidade de tornar o mundo acessível a um público nem sempre bem identificado, o mapa elaborado pela mídia é evidentemente carregado das idéias do grupo hegemônico, ainda que possa fazer algumas concessões, incorporando teses articuladas por segmentos da sociedade que consigam produzir a necessária pressão social. A força desses mapas de referência é ainda maior por outra questão levantada por Hall.

Sugerimos que esteja no fato de os media apresentarem freqüentemente informações de acontecimentos que ocorrem fora da experiência direta da maioria da sociedade. Os *media*, desta forma, apresentam a primeira, e muitas vezes a única, fonte de informação acerca de muitos acontecimentos e questões importantes. Mais ainda, dado que a notícia está repetidamente relacionada com acontecimentos que são *novos* ou *inesperados*, aos media cabe a tarefa de tornar compreensível o que chamaríamos de *realidade problemática*. (HALL, in TRAQUINA, 1999: 228)

E quando o assunto da *realidade problemática* se relaciona ao crime ou à segurança pública, um outro elemento se interpõe, que é um tipo de *moral da história*, freqüente no relato dos acontecimentos. “Ao concentrarem-se nos desvios, no estranho e no insólito, os jornalistas defendem implicitamente as normas e os valores da sociedade” (TRAQUINA, 1999: 23). Isso acontece porque os mapas que orientam o olhar do jornalista raramente oferecem uma abordagem que não a usual, moldada na cultura profissional e nos valores correntes/hegemônicos. Os fatores que antecederam o ato delituoso, o contexto, os personagens (condição pessoal ou social do acusado, por exemplo), eventuais agravantes ou atenuantes são praticamente ignorados. Na cartilha que ajuda a *entender* o mundo, parece não fazer falta o depoimento do acusado, da prostituta, do camelô, do desocupado e de todos os mal-colocados social e economicamente. No mapa do jornal, o excluído social ganha a invisibilidade total.

Embora os jornalistas não relatem as notícias de modo a manter o sistema político-econômico existente, as suas normas profissionais acabam por produzir *estórias* que defendem implicitamente a ordem vigente. Além disso, as normas profissionais legitimam a ordem vigente ao fazê-lo parecer um estado de coisas que ocorre naturalmente. (...) Em última análise, o profissionalismo jornalístico distorce as notícias ao nível social. (SOLOSKI, John, in TRAQUINA, 1999: 100)

Além desse processo de legitimação do *status quo*, que ocorre com surpreendente naturalidade, também é importante destacar que:

As referências à autoridade (polícia, tribunais, outros representantes do sistema judicial, entidades públicas e privadas), bem como o enfoque da notícia em espaços/momentos de ritual (detenção do suspeito, julgamento do infrator, o funeral da vítima), tendem a contextualizar e a valorar o ato desviante, de acordo com quadros de referência dominantes, contendo em simultâneo um movimento de restauração da ordem. Através do caso concreto, ou seja, de excertos do real, a notícia proporciona ao público um conhecimento do senso-comum sobre a aplicação da lei e a ordem das coisas, demarcando claramente o bem do mal, elementos que concorrem para dar sentido e inteligibilidade ao mundo em que vivemos. (PENEDO: 25)

4.4.2 Definidores primários

“Os media não criam autonomamente as notícias. Estão dependentes de assuntos noticiosos específicos fornecidos por fontes institucionais regulares e creditáveis (HALL, in TRAQUINA, 1999: 228)”. Nesse sentido, segundo ROCK (1973 e 1980, citado por HALL, in TRAQUINA, 1999: 228):

Geralmente os jornalistas colocam-se de forma a terem acesso a instituições que geram um volume de atividade noticiável com intervalos regulares. Algumas dessas instituições tornam-se, é claro, visíveis por meio de dramatização ou através de *press releases* ou agentes de imprensa. Outras, sabe-se que produzem regularmente acontecimentos importantes.

E a área da segurança pública, de maneira especial, é uma das que possuem maior capacidade de criar acontecimentos com regularidade, já que ocupa uma função singular na sociedade, qual seja a de servir como braço que intervém nas situações de violência. Dessa forma, praticamente monopoliza as informações sobre a criminalidade. Mesmo que uma determinada situação seja presenciada por muitas testemunhas, quem oferecerá o pano de fundo que contextualizará a cena é, na maior parte das vezes, o agente da segurança pública (policial ou perito). Por isso, a posição de definidor primário quase que não tem variação, dentro do padrão de jornalismo usualmente utilizado pelos jornais brasileiros.

Para confirmar isso, uma pesquisa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, que analisou 2.514 textos jornalísticos, de nove jornais brasileiros, concluiu que “quando se analisa quem são os atores sociais mais citados (seja como personagens ou como fontes), o destaque é novamente para as polícias, que aparecem em nada menos que 83% do total de matérias” (RAMOS e PAIVA: 11). Essa preponderância já indica o tipo de dependência

que acaba por se fortalecer. Neste tipo de abordagem dos assuntos relacionados à segurança e à criminalidade, os jornalistas são absolutamente dependentes das fontes.

Mesmo que se considere que as rotinas produtivas sejam um dos fatores mais importantes para a dependência das fontes institucionais, é preciso destacar que algumas entidades da sociedade civil que fazem importantes reflexões sobre esta questão têm presença discreta ou insignificante nos meios de comunicação, na comparação com o espaço dado às polícias. Assim, os agentes da segurança pública são efetivamente os definidores primários dos assuntos relativos ao crime. E isso faz com que os médias, em última instância, reproduzam as definições dos poderosos, sem estarem, num sentido simplista, a seu serviço (HALL, in TRAQUINA, 1999: 228).

Ironicamente, as próprias regras destinadas a preservar a imparcialidade dos *media*, e que se desenvolvem a partir do anseio de maior neutralidade profissional, servem também para orientar poderosamente os *media* nas *definições da realidade social* que as suas *fontes acreditadas* – os porta-vozes institucionais – fornecem. Esses dois aspectos de produção jornalística – as pressões práticas de trabalho constante contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objetividade – combinam-se para produzir um *exagerado acesso* sistematicamente estruturado aos *media* por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas. Deste modo, os *media* tendem fiel e imparcialmente, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade. Isto é o que Becker chamou a *hierarquia de credibilidade* – a probabilidade daqueles que, em posições poderosas ou de elevado status na sociedade, e que dão opiniões sobre tópicos controversos, terem as suas definições aceitas, porque tais porta-vozes são considerados como tendo acesso a informação mais precisa ou especializada em assuntos particulares do que a maioria da população (Becker, 1972). O resultado desta preferência estruturada dada pelos *media* às opiniões dos poderosos é que estes *porta-vozes* se transformam no que se apelida de *definidores primários* de tópicos. (HALL, in TRAQUINA, 1999: 229)

Isso significa que as entidades oficiais são como fontes credenciadas. Possuem estatuto social e institucional de representação formal de grupos de interesse ou detêm domínio de assuntos e temas específicos, cujo ponto de vista confere credibilidade à notícia. Dessa forma:

a definição primária *estabelece o limite* de todas as discussões subseqüentes através do seu *enquadramento* do problema. Este enquadramento inicial fornece então os critérios segundo os quais todas as contribuições subseqüentes são rotuladas de *relevantes* para o debate, ou *irrelevantes* – fora de questão. As contribuições que se afastam desse enquadramento são acusadas de *não tratarem a questão*. Os *media*, então não se limitam a *criar* as notícias; nem se limitam a transmitir a ideologia

da *classe dirigente* num figurino conspiratório. Na verdade, sugerimos que, num sentido crítico, os media não são frequentemente os *primary definers* de acontecimentos noticiosos; mas a sua relação estruturada com o poder tem o efeito de os fazer representar não um papel crucial mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como de direito, aos media como *fontes acreditadas*. Nesta perspectiva, no momento da produção jornalística, os media colocam-se numa posição de subordinação estruturada aos *primary definers*.²⁸ (HALL, in TRAQUINA, 1999: 230)

Partindo dessa reflexão, pode-se concluir que a mídia, quase como uma atitude naturalizada, reproduz as idéias dominantes em cada época. E essa transmissão de idéias é reproduzida por meio de mecanismos não coercitivos, obedecendo de alguma forma o princípio hegemônico, no sentido apresentado por Gramsci e já abordado no item 3.1. Também é importante destacar que as fontes de informação não são desinteressadas e, em assuntos complexos, sabem muito bem como construir (e tornar hegemônica) sua versão. Assim, a escolha das fontes é um dos determinantes para o enquadramento que a notícia receberá.

Para os grupos que não possuem a capacidade de se tornar definidores primários, resta a possibilidade de disputar espaço para oferecer uma outra versão, na posição de definidor secundário. Mas a ótica diferente do problema sempre correrá o risco de ser taxada como fora do assunto, como já foi referido. Em assuntos relativos ao crime isso acontece com grande facilidade. Como as notícias tendem a relatar fatos, sem contexto ou histórico, quem tenta ampliar o debate é, com frequência, excluído da pauta. Talvez isso explique o fato de o debate sobre a violência e da segurança pública, na imprensa, avançar muito pouco em profundidade de tratamento.

Segundo relata PENEDO (40), “a ausência de vozes alternativas, ou divergentes, leva a que a posição oficial se imponha à opinião pública com muito mais veemência”. E isso é o que se percebe com maior frequência. Contudo, é importante considerar que a voz oficial nem sempre é a do governante, do grupo que ganhou a eleição, podendo ser a do grupo economicamente hegemônico que, conjunturalmente, não detém o poder político. Neste caso, as vozes de contestação, da oposição, podem criar as condições para se tornar definidor primário, obrigando o grupo que governa a ocupar a posição secundária na definição das versões.

²⁸ Grifos do autor.

“A preponderância de definidores primários no tratamento midiático da criminalidade não se deve exclusivamente aos seus atributos de fontes credenciadas, mas também *por o crime estar menos aberto a definidores concorrentes e alternativos do que a maior parte dos assuntos públicos*” (HALL, 1988, citado por PENEDO: 42). Contudo, há que se destacar que, se para os assuntos relacionados ao crime isso pode ser tomado como verdade, o mesmo não ocorre com o tema da segurança pública, que se oferece como pauta de discussão de leigos e especialistas, permitindo debates políticos, antropológicos, sociológicos, policiais, criminalísticos (no direito), psicológicos e tantos outros. Trata-se, na realidade, de um assunto multidisciplinar, aberto para quase todas as áreas do conhecimento, da matemática e estatística à psicanálise.

Por fim, também convém lembrar que ao se tratar das fontes e dos definidores é importante não esquecer das vozes que estão em silêncio, e que este estudo também pretende destacar. “O infrator não tem, normalmente, voz ativa na notícia, não só por se constituir como elemento isolado e não organizado, como também pelo seu estatuto de conflito lhe diminuir a legitimidade” (PENEDO: 42). Além desse importante personagem, outros também podem ter seu espaço cerceado. Por isso, as ausências também deverão ser contabilizadas.

4.5 Enquadramento

O conceito de enquadramento (*framing*) representa um avanço importante na tradicional análise de conteúdo das mensagens da mídia, em particular das notícias. Do ponto de vista operacional, a noção de enquadramento envolve basicamente a *seleção* e a *saliência*, sendo que esta última consiste em tornar uma informação mais *noticiável*, significativa ou memorável para a audiência. Dessa forma, enquadrar é selecionar certos aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes no texto da comunicação de tal forma a promover a definição particular de um problema, de uma interpretação casual, de uma avaliação moral, e/ou a recomendação de tratamento para o tema descrito. Enquadramentos, tipicamente, diagnosticam, avaliam e prescrevem. (LIMA: 274 e 275)

A definição apresentada por Lima aponta para a importância de se identificar os enquadramentos oferecidos pelo jornal, pois são eles que determinam para o público os aspectos mais relevantes ou, em outras palavras, qual binóculo ou microscópio o leitor (ou espectador) deve utilizar para entender determinado assunto. Para a pesquisa, “o enquadramento determina se a maioria das pessoas percebe e como elas compreendem e

lembram de um problema, da mesma forma que determina a maneira que avaliam e escolhem a forma de agir sobre ele” (ENTMAN²⁹, 1993, citado por LIMA: 275).

Segundo Lima (2001: 275), “a tarefa principal de uma análise de conteúdo de notícias deveria ser identificar e descrever seu enquadramento. Tarefa difícil e complexa, *é como tentar ver o ar ao redor de nós* (NORIS, 1997, citado por LIMA: 275). A identificação de um enquadramento requer um persistente acompanhamento de longo prazo da cobertura de temas selecionados até que se identifique um padrão de tratamento das notícias”. E este estudo faz exatamente isso: observar como, em dois períodos distintos, *Zero Hora* enquadrou o crime e a segurança no RS. Para *ver o ar*, segundo refere Noris, será possível usar como técnica o apontamento de outros olhares possíveis sobre o assunto e enquadramento em pauta.

“Enquadramentos podem ter pelo menos quatro *focos* no processo de comunicação: o comunicador, o texto, o receptor (a audiência) e a cultura.” (LIMA: 275) Neste estudo se analisa prioritariamente o texto, afinal ele é que expressa a intenção consciente da posição de quem definiu o que é notícia (seleção) e determinou a forma como deve ser apresentada (enquadramento). Além disso:

Quando o enquadramento se localiza no comunicador e/ou no texto ele pode ocorrer de duas formas. A primeira, *involuntária*, porque faz parte de uma subcultura jornalística que é incorporada como natural e inevitável. (...) A outra é **fruto de deliberada decisão editorial daqueles em posição para exercer esse poder nas redações dos diferentes meios. Decide-se que certas instituições, fatos e/ou pessoas serão ou não pautados; ou terão as notícias a seu respeito tratadas de forma positiva ou negativa, enfatizadas ou esvaziadas.** (LIMA: 275. Grifo nosso)

Outro aspecto fundamental quando se trata de estudar os enquadramentos é que a maioria deles “são definidos por aquilo que eles omitem da mesma forma que por aquilo que eles incluem, e as omissões de definições potenciais de problemas, explicações, avaliações e recomendações podem ser tão críticas para conduzir as audiências quanto as inclusões” (ENTMAN, 1993, citado por LIMA: 275). Em outras palavras, o regime de visibilidade oferecido ao tema, um dos aspectos analisados na pesquisa, revela se houve ou

²⁹ ENTMAN, R. *Framing: toward clarification of a fractured paradigm*. Journal of Communication, vol. 43, nº 4 (Autumn): 51-58.

não mudança nos enquadramentos, como também evidencia a posição do jornal em relação à política de segurança e a ação dos policiais e demais atores.

“A dimensão ideológica das notícias assume um lugar central neste quadro conceitual, onde se reitera uma marcada tendência dos media para reproduzirem definições da realidade de acordo com valores dominantes e prismas oficiais” (PENEDO: 35). Assim, ao se lançar um olhar ampliado sobre a seleção, o agendamento, os definidores primários (e secundários), os enquadramentos dominantes e os aspectos subjacentes relacionados ao controle social torna-se possível identificar com mais clareza a dimensão ideológica que permanece invisível nas notícias sobre segurança e criminalidade.

Mas a imprensa não está presa apenas aos enquadramentos *oficialistas*. Segundo esclarece Lima (2001: 273), o *enquadramento oficialista* caracteriza-se mais pela cobertura do que por omissão, ênfase ou distorção, apresentando as notícias de um ponto de vista coincidente com aquele defendido pelo governo. E, em contraposição, o enquadramento pode ser *adversário*. Nesse caso, tanto pode omitir ou ignorar determinado acontecimento, quanto tratá-lo com um viés oposto ao desejado pelo ator social. “O Judiciário e, em particular, o Legislativo (...) têm sido historicamente objeto de um enquadramento *adversário* presente na permanente desqualificação da política e dos políticos” (LIMA: 273). Ampliando um pouco mais esta abordagem, é importante lembrar que o governo também pode receber um tratamento *adversário*.

Destaque-se, ainda, que a criminalidade e as políticas de segurança pública têm implicações que afetam diretamente a estabilidade da sociedade, podendo colocar em xeque o *consenso* social, a legitimidade dos valores dominantes. E observando esse sentido, as notícias sobre o crime são bastante analisadas e baseadas em enquadramentos que remetem à recomposição da ordem social.

As conclusões de alguns trabalhos mais recentes no domínio das notícias criminais mostram o seu caráter normativo e regulador. Apesar de a notícia do crime dar enfoque a um ato ilícito, com contornos mais ou menos violentos – gerador de insegurança e que reflete desordem social -, a mesma notícia contém referências que permitem enquadrar e dar sentido ao ilícito e têm como desfecho a reposição da ordem. (ERICSON³⁰, 1991, citado por PENEDO: 25)

³⁰ ERICSON, Richard. *Representing Order*. Toronto, University of Toronto Press, 1991.

Por fim, a análise do enquadramento precisa prestar especial atenção nos aspectos destacados por Gamson e Modigliani:

os *enquadramentos* são transmitidos por cinco dispositivos: as **metáforas**, os **exemplos históricos**, as **citações curtas** (*catchphrases*), as **descrições** e as **imagens** (filme, fotografia, caricaturas). (...) Para identificar um enquadramento, é menos importante o conteúdo informativo das reportagens noticiosas do que o comentário interpretativo que o rodeia. (1989, citado por TRAQUINA, 2000: 29. Grifo nosso)

4.5.1 Estatísticas, fontes e ética

Entre as matérias-primas que mais se prestam a interpretações e enquadramentos variados, os relatórios com *números*, em geral, e as *estatísticas*, em particular, parecem seduzir de forma especial a mídia. “Pesquisas, relatórios e estatísticas são grandes aliados do jornalismo. Ajudam a tirá-lo do impressionismo e do *achismo*. Mas devem ser usados com parcimônia e critérios, senão causam indigestão”³¹ (BERABA, M., 2004). Checar as informações é apenas o primeiro passo. Torna-se imprescindível conhecer um pouco mais sobre quem produz esses números. É importante saber como as estatísticas foram construídas, com que métodos e técnicas, baseadas em que referencial. Como será aprofundado no item 5.2 (Precariedade das estatísticas no Brasil), a falta de uniformidade na coleta de dados, a multiplicidade das formas de, por exemplo, contar os mortos³² pela violência, e a ausência de uma rede confiável de informações, conectada nacionalmente, quase que inviabilizam comparações entre duas unidades federativas.

Nossa imprensa (nela compreendidos a maioria dos editores e repórteres) é basicamente indolente e/ou crédula. A *fonte* tem aqui o caráter de

³¹ BERABA, Marcelo. A voz dos Ouvidores. Publicado no Observatório de Imprensa em 22/06/2004: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=282voz001>.

³² Nas estatísticas policiais, por exemplo, num único registro de homicídio pode haver vários mortos. Assim, ao registrar uma ocorrência, na qual duas ou mais pessoas tenham sido executadas, a polícia contabiliza como um único homicídio. Se, no entanto, a vítima ou o criminoso chegarem vivos ao pronto socorro, mesmo que em estado gravíssimo, o policial registra apenas a agressão (tentativa de homicídio). Se a vítima morrer, é em decorrência da agressão e não, estatisticamente, um homicídio. Já o Serviço Único de Saúde (SUS) soma os corpos das vítimas para informar o número de mortos em decorrência da violência. Algumas Secretarias de Segurança Pública somam homicídios dolosos aos culposos (normalmente, decorrentes de acidentes de trânsito), noutras são considerados apenas os dolosos. Corpos encontrados, que eventualmente podem ser de vítimas de homicídio, não entram nessas estatísticas. Latrocínios e roubos seguidos de morte também não são contabilizados como homicídio. Não existe uniformidade na coleta e menos ainda nas formas de segmentar as informações. E isso praticamente nunca é levado em consideração ao se analisar as informações sobre a criminalidade. Em relação às estatísticas sobre segurança pública ocorre algo parecido. O modo de calcular o número ideal de policiais, de viaturas, de armamento ou de equipamentos de segurança (coletes, capacetes, escudos, etc.) varia de acordo com o critério utilizado pelo estatístico.

oráculo, divindade onisciente diante da qual o jornalista se curva, incapaz de acionar qualquer tipo de ceticismo. E quando a fonte despeja algumas cifras, dados ou estatísticas, num passe de mágica, extingue-se qualquer resistência ao que está sendo veiculado.³³ (DINES, A., 2004)

É preciso reconhecer que há um excesso de pesquisas e relatórios nos jornais. “Poucas vezes esses informes são tratados com o cuidado que exigem. Deveriam ser vistos como matéria-prima a ser burilada, mas freqüentemente vão para as páginas como chegam” (BERABA, M., 2004). Em outras, recebem tratamentos que ainda podem agravar eventuais *erros*. Afinal, no afã de salientar determinados detalhes, oferecendo enquadramentos mais atraentes ou que convenham à direção do veículo, o jornal promove, certifica (oferece credibilidade) e amplia versões que, vistas em profundidade, não se sustentam.

A ânsia por números também fica evidente em grandes coberturas de multidões. Como o jornal já não dispõe, como em outras épocas, do serviço de aferição do Datafolha, fica sujeito a cálculos imprecisos, mas que mesmo assim usa com destaque. (...) Foi o caso da Parada Gay, em São Paulo, que teria juntado 1,5 milhão de participantes segundo a PM. Como ela chegou a esse cálculo, ninguém sabe. Todos os jornais reproduzem e ponto. Minha opinião é que são chutes. Assim como são chutes várias estimativas que engordam os relatórios que consumimos. O problema não são os relatórios, mas nós, jornalistas, que não sabemos questioná-los e usá-los. (BERABA, M., 2004)

Se por si só as estatísticas guardam certa aura de *verdade*, quando são produzidas pela autoridade, em particular policial, ganham *status* quase de dogma. Que jornal ou jornalista ousaria questionar essas informações? E com base em quê? Até a própria impressão compartilhada por Beraba (de que são chutes) dificilmente seria sustentada diante da *autoridade*, que pode oferecer uma série de explicações empíricas que, no mínimo, constrange o jornalista. A dificuldade em questionar os números apresentados e os enquadramentos oferecidos pelo agente de segurança também pode ser atribuída ao fato de os jornalistas freqüentemente não dedicarem ao tema um estudo mais aprofundado, o que os torna mais dependentes dos definidores primários.

Para Alberto Dines, a “última palavra em matéria de exploração da credulidade, o *jornalismo numerológico*, origina-se na perplexidade dos jornalistas diante do que está acontecendo no mundo, na falta de disposição para fazer um jornalismo verdadeiramente

³³ DINES, Alberto. *Seduções e castigos da numerologia*. Publicado no Observatório de Imprensa em 22/06/2004: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=282JDB001>.

investigativo e na descoberta por parte das autoridades de que a informação quantificada é a forma mais eficaz de embromar a opinião pública” (DINES, A., 2004). Mas, em relação à questão da *numerologia*, não é apenas isso. Quando deseja, a mídia também utiliza os números para outros fins, no mesmo nível que a propaganda política faz com as informações oferecidas pelos adversários. E esse procedimento é tipicamente um enquadramento.

Toda estatística precisa ser considerada em contexto, em relação com outros números, comparando com outras frações de tempo, confrontados com distintos espaços geográficos. Só assim é que se pode fazer uma leitura preliminar. Por exemplo, no caso da segurança pública, em particular no Rio Grande do Sul, os enquadramentos estatísticos podem comparar o estado com ele próprio, em diferentes épocas. Mas também é importante comparar o RS com outras unidades da federação, para que se tenha algum parâmetro externo. Se para uma comunidade do interior do estado o furto de roupas no varal constitui um grave problema de segurança pública, esse fato pode ser relativizado quando comparado com os homicídios que ocorrem na capital.

O efeito causado pela avalanche de estatísticas “cria uma imunização contra elas. De tanto repetir números, estes perdem sua capacidade de impressionar. Isto não significa que os jornalistas devam descartar estatísticas – pelo menos uma destas manchetes é realmente dramática (homicídio entre os jovens)” (DINES, A., 2004). Nesse sentido, mesmo com a capacidade de oferecer grande saliência ao tema, o risco ou processo de saturação está sempre presente. Na mesma medida em que se pode utilizar uma estatística para chamar a atenção sobre determinado assunto, o excesso de números pode fazer o público perder o interesse pelo tema, tornando-o banal.

Outro aspecto destacado por Dines refere-se à atração que o jornalista possui pelas *cifras*, a qual aponta para outros procedimentos muito utilizados e que merecem especial cuidado, especialmente pelos profissionais que trabalham com a segurança pública.

O culto às cifras é filho do *jornalismo declaratório*, irmão da *pesquisite* (aquele tipo de jornalismo acoplado às sondagens de opinião) e primo do *jornalismo fiteiro* – este, no qual uma gravação clandestina, vídeo secreto ou dossiê confidencial é jogado no colo de um jornalista que apenas os transcreve (e, no caso de gravações, por rotina, submete aos laboratórios

da Unicamp para detectar eventuais manipulações de ordem técnica). (DINES, A., 2004)

A relação do jornalista com as fontes policiais interfere não apenas nos enquadramentos, na valorização dos números, mas também nos procedimentos. Nesse sentido, a ética é algo que está constantemente sendo colocada à prova, questionada, tangenciada. Numa definição popular e muito sábia, a ética é conceituada como toda atitude ou procedimento que um indivíduo tem quando não está sendo visto por ninguém. Em sua biografia (A regra do jogo), Cláudio Abramo recusava a idéia de uma ética profissional do jornalista.

Suponho que não se vai esperar que, pelo fato de ser jornalista, o sujeito possa bater carteira e não ir para a cadeia. (...) O que o jornalista não deve fazer que o cidadão comum não deva fazer? O cidadão não pode trair a palavra dada, não pode abusar da confiança do outro, não pode mentir. No jornalismo, o limite entre o profissional como cidadão e como trabalhador é o mesmo que existe em qualquer outra profissão. É preciso ter opinião para poder fazer opções e olhar o mundo da maneira que escolhemos. Se nos eximimos disso, perdemos o senso crítico para julgar qualquer outra coisa. O jornalista não tem ética própria. Isso é um mito. A ética do jornalista é a ética do cidadão. O que é ruim para o cidadão é ruim para o jornalista³⁴. (ABRAMO, Cláudio)

Nesse sentido, o procedimento adotado pelo jornalista para obter a informação (o *preço* que eventualmente tenha que pagar por ela) interfere naturalmente no enquadramento que oferece à notícia. É correto afirmar que o vínculo que possui com fontes, que nunca são desinteressadas, e a sustentação que toma em determinadas estatísticas influenciam na construção da notícia. E, na base de tudo isso, podem ainda estar outros interesses que tenha o próprio jornal e que servem como bússola para todas as navegações empreendidas pelo jornalista.

4.6 O método da pesquisa

A perspectiva de abordagem deste estudo baseia-se na análise da seleção, agendamento e enquadramento das notícias publicadas em *Zero Hora*.

Ao se optar por aplicar uma atenção especial ao processo de seleção, a intenção é comparar se há variação significativa nos valores-notícia que estiveram presentes em cada

³⁴ ABRAMO, Cláudio: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/es090520019.htm>

um dos dois momentos. Por ter um pano de fundo que é a relação entre governo e *Zero Hora*, a análise das notícias e, a partir daí, a elaboração de categorias para se chegar aos critérios de seleção das notícias de capa oferece elementos para se identificar a existência ou não de influência do conflito nas páginas do jornal.

Se a notícia é a descrição de um fato que interessa à sociedade, inevitavelmente se pergunta quais os critérios de escolha desse acontecimento. Neste ponto, a teoria do *gatekeeper* pode contribuir para se avançar em busca da resposta. Afinal, se existe um processo de seleção que determina o que entra ou não no espaço do jornal, também é verdade que há uma seletividade na percepção humana.

A mente e sua consciência são antes de mais nada fenômenos privados, por mais que sinais públicos de sua existência estejam disponíveis ao observador interessado. A mente consciente e suas propriedades constitutivas são entidades reais, não ilusões, e têm de ser investigadas como as experiências pessoais, privadas e subjetivas que são (DAMÁSIO: 389).

Esses *fenômenos privados*, porém, estão em constante inter-relação com o mundo exterior, terreno no qual o jornalismo exerce sua ação ou influência. Assim, ao se analisar o processo de seleção das notícias feito por *Zero Hora*, se colocam em perspectiva pelo menos duas instâncias seletivas, mas o foco está naquilo que se evidencia no conteúdo das matérias. Afinal, ao se considerar que a “atenção é um processo pelo qual processamos ativamente uma quantidade limitada de informações do enorme montante de informações disponíveis através de nossos sentidos, de nossas memórias armazenadas e de outros processos cognitivos” (STERNBERG: 78), pode-se compreender que este mesmo processo acontece no jornal. Além disso, “toda a aprendizagem do homem, e, sem dúvida, todo seu comportamento, são seletivos. O homem nunca absorve, ou representa, ou reflete, ou copia, uma situação, de um modo uniforme (...)” (THORNDIKE, E. L., in MARX, 1993: 140). Contudo, enquanto os processos individuais podem esconder processos inacessíveis, o mesmo não ocorre no jornal, que pode ter os critérios de sua seletividade evidenciados com base em estudos e análises comparativas.

Pela análise dos critérios de seleção também é possível se identificar questões relacionadas aos valores-notícia (já destacados no item 4.1) adotados pelo jornal, evidenciando transversalmente os critérios que ajudam a compor o mapa social utilizado pelo veículo e transmitido para os leitores.

As proposições do *agenda-setting* (MCCOMBS; SHAW, 1972) defendiam, já na década de 1970, que as pessoas desenvolvem seus conhecimentos sobre o mundo na dependência do que a mídia inclui ou exclui do seu próprio conteúdo. Ao mesmo tempo, a capacidade de influência dos *mass media* sobre o conhecimento daquilo que é importante e relevante varia segundo o tema tratado. No caso da criminalidade, por ser um tema que afeta profundamente a vida de toda a sociedade, estudar o assunto baseado nessa teoria se torna bastante interessante.

Além disso, “os meios de comunicação de massa fornecem algo que é mais do que simplesmente um certo número de notícias. Eles fornecem também as categorias em que os destinatários podem facilmente situá-las de modo significativo” (SHAW, 1979, citado por WOLF, 2003: 145). Dessa forma, ao se compreender como o jornal trata este tema, dentro de categorias específicas que são facilmente assimiláveis pelo leitor, será possível se entender como a sociedade percebe o mundo em que está inserida.

O agendamento é consideravelmente mais que a clássica asserção que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias também nos dizem como pensar nisso. Tanto a seleção de objetos que despertam a atenção como a seleção de enquadramentos para pensar esses objetos são poderosos papéis do agendamento. (McCombs e Shaw, in TRAQUINA, 2003: 33).

McCombs e Shaw concluem que as “novas investigações, explorando as conseqüências do agendamento dos *mídia*, sugerem que os *mídia* não só nos dizem em que pensar, mas também como pensar nisso e, conseqüentemente, o que pensar” (In TRAQUINA, 2003: 33 e 34). E ao se estudar o que *Zero Hora* escreve sobre os assuntos relacionados à segurança pública e à criminalidade, se buscará compreender como o leitor do jornal percebe o tema. Não se pode afirmar que seja por força de qualquer tipo de agendamento que assuntos relacionados ao desvio fazem parte do cardápio do leitor, mas ainda é algo desconhecido o quanto este leitor tem atração pelo tema. Até porque a atração pelo delito encontra ecos muito mais profundos do que o simples apelo social ou cultural.

Também se considera o fato de se pesquisar um jornal. Especificamente no que diz respeito à mídia impressa, já foi demonstrado que ela possui certa hierarquia sobre a mídia eletrônica, tanto no que toca ao agendamento do receptor (devido à sua maior permanência e poder de influência por meio da leitura), quanto ao poder de pautar outras mídias.

Avançando um pouco mais, é importante destacar que “os *media* definem para a maioria da população os acontecimentos significativos que estão a ter lugar, mas também **oferecem interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos**. Implícitas nessas interpretações estão as orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nelas envolvidos.” (HALL, S. et al. In TRAQUINA, 1999: 228) Assim, para se compreender melhor como estas interpretações são construídas, a utilização dos conceitos de **definidores primários e secundários** é muito importante. Além do que, pretende-se identificar e qualificar todas as fontes utilizadas pelo jornal nas matérias publicadas, comparando-as nos dois momentos. Como destaca Stuart Hall, os *media* não criam autonomamente as notícias; melhor, estão dependentes de assuntos noticiosos específicos fornecidos por fontes institucionais regulares e creditíveis (HALL, S. et al. In TRAQUINA, 1999, p. 228).

Os sujeitos ou instituições que promovem a notícia (definidores primários) são qualificados como “aqueles indivíduos e os seus associados (...) que identificam (e tornam-na assim observável) uma ocorrência como especial, com base em algo, por alguma razão para os outros” (MOLOTCH e LESTER, in TRAQUINA, 1999: 38). Mas onde estão estes definidores primários e como são escolhidos? Segundo explica Stuart Hall et al. (In TRAQUINA, 1999: 228), eles são “representantes dignos de crédito de instituições sociais importantes – membros de parlamento para assuntos políticos, patrões e dirigentes sindicais para questões industriais, etc. Tais representantes (...) são *dignos de crédito* devido ao seu poder e posição institucionais, mas também ao seu estatuto de *representante*”. E isso “assegura que as afirmações dos *media* sejam, onde quer que seja, fundamentadas em afirmações *objetivas e autorizadas* de fontes *dignas de crédito*”.

“Servimo-nos do conceito de enquadramento (*framing*) para descrever o processo da visibilidade, como segue: a) delimitando um campo e um fora de quadro; o quadro determina o que deve ser visto; b) focalizando a visão no interior dos seus limites, ele a unifica em uma cena; os dados isolados pelo quadro tendem à solidarização entre eles.” (MOUILLAUD - Org.: 43). Nesta perspectiva, o conceito de enquadramento auxiliará a compreender aspectos relacionados à ideologia que pode estar subjacente quando o jornal trata da política de segurança pública e combate à criminalidade.

Segundo Maurice Mouillaud:

A vida quotidiana se apresenta como um fluxo em que não há – senão excepcionalmente – estados notáveis, mas uma confusão em que tudo ocorre, e que está submetida a incessantes metamorfoses. Dizer *o que ocorreu* obriga selecionar certos dados e ligá-los, entre si, para formar um fio; então *algo ocorreu*, figuras tornam-se manifestas no tecido existencial. (...) A intriga supõe uma escolha arbitrária dos dados, e cada uma das escolhas induz a uma história diferente. Múltiplos outros cenários permanecem virtuais e nunca serão escritos. (MOUILLAUD - Org.: 42 e 43)

Conforme destaca Mouillaud, este processo arbitrário em que a vida precisa ser organizada, ganhar sentido, para chegar ao leitor como um *mapa* racional do mundo em que habita, corre sempre o risco de sofrer efeitos indesejáveis, que só a pesquisa acadêmica consegue desnudar. E é preciso colocar em perspectiva o que alerta Stuart Hall:

Sugerimos que esteja no fato de os media apresentarem freqüentemente informações de acontecimentos que ocorrem fora da experiência direta da maioria da sociedade. Os *media*, desta forma, apresentam a primeira, e muitas vezes a única, fonte de informação acerca de muitos acontecimentos e questões importantes. Mais ainda, dado que a notícia está repetidamente relacionada com acontecimentos que são *novos* ou *inesperados*, aos media cabe a tarefa de tornar compreensível o que chamaríamos de *realidade problemática*. (HALL, S. et al. In TRAQUINA, 1999: 228)

E essa realidade se torna mais problemática ainda, e o jornal passa a ter maior poder, na medida em que a realidade do crime tende a estar mais distante do leitor do jornal do que da média da população. Afinal, numa realidade social como a brasileira, na qual comprar o jornal diário não é prioridade (e muitas vezes até é economicamente inacessível), nem faz parte do hábito cultural da maior parte da população, é mais provável que o protagonista ou a vítima do fato que o jornal transformou em notícia não seja um leitor. Se o for, as chances maiores é que seja a vítima. Se isso for verdade, e a pesquisa poderá levantar indícios, o público leitor do jornal raramente freqüenta as páginas policiais, o que reforça ainda mais a tese de Hall et al.

No capítulo seguinte, que trata da revisão teórica, esses conceitos serão retomados para se aprofundar um pouco mais a discussão.

4.6.2 Análise de conteúdo

Em relação ao processo de análise do material, será feito um estudo quantitativo, com base em categorias previamente criadas, segundo o que se pretende

estudar, utilizando como método a análise de conteúdo. As técnicas de interpretação dos conteúdos percorrem dois pólos, “o do *rigor da objetividade* e o da *fecundidade da subjetividade*, ajustando-se como instrumento de análise da comunicação. O investigador busca o escondido e o não aparente contidos em qualquer mensagem” (BARDIN, 1977, citado por LARANJEIRA, 2005: 140).

Na análise de conteúdo, a inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimento sobre os aspectos latentes das mensagens analisadas. Assim como o arqueólogo ou o detetive trabalham com vestígios, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência, tirando partido do tratamento das mensagens que manipula, para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor ou sobre o destinatário da comunicação (BARDIN, L., in DUARTE – Org.: 284).

Esta técnica “consiste no trabalho de classificação e reagrupamento das unidades de registro em número reduzido de categorias, com o objetivo de tornar inteligível a massa de dados e sua diversidade. (...) Funciona por desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo agrupamentos analógicos.” (FONSECA Jr., W. C. da, in DUARTE – Org.: 301). Segundo Klaus Krippendorff, “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que podem se aplicar a seu contexto” (KRIPPENDORFF, Klaus, in DUARTE – Org.: 284) . Além disso,

a análise de conteúdo possui atualmente três características fundamentais: (a) orientação fundamentalmente empírica, exploratória, vinculada a fenômenos reais e de finalidade preditiva; (b) transcendência das noções normais de conteúdo, envolvendo as idéias de mensagem, canal, comunicação e sistema; (c) metodologia própria, que permite ao investigador programar, comunicar e avaliar criticamente um projeto de pesquisa com independência de resultados. (KRIPPENDORFF, K., in DUARTE – Org.: 286)

Também convém destacar que “a análise de conteúdo é sistemática porque se baseia num conjunto de procedimentos que se aplicam da mesma forma a todo o conteúdo analisável. É também confiável – ou objetiva – porque permite que diferentes pessoas, aplicando em separado as mesmas categorias à mesma amostra de mensagens, podem chegar às mesmas conclusões” (LOZANO, J. C., in DUARTE – Org.: 286). E isso é muito importante para a credibilidade da pesquisa acadêmica.

Assim, opta-se por se desenvolver uma técnica própria, que toma referência na **amostragem probabilística de semanas compostas**, que “consiste em agrupar todas as segundas-feiras, terças-feiras, quartas-feiras e assim por diante em diferentes grupos e, em cada um deles, sortear uma data até completar o número de edições estabelecido” (LOZANO, J. C., in DUARTE – Org.: 293). Neste estudo, depois de se definir um ano, entre os quatro que compõem o mandato do governante, é sorteado um trimestre. Em cada um dos meses do trimestre são sorteados para análise dois dias da semana, entre segunda-feira e sábado, não devendo ser contínuos. Por exemplo, se no primeiro mês são escolhidas terça-feira e quinta-feira, estes dias estarão excluídos dos meses seguintes. Todas as edições dominicais do trimestre serão pesquisadas.

4.6.2 Escolha da amostra – Período e critérios de seleção

Considerando que o pano de fundo da pesquisa é a relação entre imprensa e governo, são escolhidos dois períodos, um de cada administração estadual. O primeiro período é o administrado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que governa de 1999 a 2002. O segundo é o governado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que administra o Estado de 2003 a 2006.

Tabela 4.1
Período em que cada partido administra o RS

PARTIDO	ANOS EM QUE GOVERNOU			
PT	1999	2000	2001	2002
PMDB	2003	2004	2005	2006

Opta-se pelo terceiro ano de cada um dos governos, no caso 2001 e 2005. Embora aparentemente arbitrária, esta escolha tenta evitar a contaminação por interesses políticos eleitorais diretos e imediatos ou por outros fatores similares que podem influenciar na pauta do veículo. Assim, são excluídos os anos em que acontecem eleições municipais ou estaduais e o primeiro ano da administração, esse por se tratar de um período em que os governos estão numa espécie de transição ou adaptação e, usualmente, a imprensa é menos crítica em relação aos novos dirigentes.

Tabela 4.2
Anos selecionados para a pesquisa

PARTIDO	ANOS EM QUE GOVERNOU			
PT	1999 1º Ano	2000 Eleição Municipal	2001 Ano escolhido	2002 Eleição Estadual
PMDB	2003 1º Ano	2004 Eleição Municipal	2005 Ano escolhido	2006 Eleição Estadual

Por sorteio, em cada um dos anos será escolhido um trimestre para servir de amostra. O mesmo trimestre será analisado nos dois anos. Desse período, em cada mês serão escolhidos, também por sorteio, dois dias da semana (exceto domingo), que não sejam contínuos e que não se repitam nos meses seguintes. Além disso, farão parte da amostra todas as edições dominicais do trimestre, quando ocorre a maior tiragem do jornal.

Serão analisadas 40 edições de cada ano. Considerando que, pelos critérios adotados, poderá faltar uma ou duas edições para atingir aquele número, a quantidade faltante será acrescentada no mês com menor número de edições, por sorteio.

Após o sorteio, o trimestre escolhido foi o 2º de cada ano, conforme a tabela abaixo:

Tabela 4.3
Trimestre sorteado para a pesquisa

ANO	PERÍODO			
2001	1º Trimestre	2º Trimestre Sorteado	3º Trimestre	4º Trimestre
2005	1º Trimestre	2º Trimestre Sorteado	3º Trimestre	4º Trimestre

No sorteio, os dias escolhidos foram os seguintes:

Tabela 4.4
Dias da semana sorteados para a pesquisa

MÊS/DIA	2ª-Feira	3ª-Feira	4ª-Feira	5ª-Feira	6ª-Feira	Sábado	Domingo
ABRIL							
MAIO							
JUNHO							

Assim, as datas que serão analisadas serão as seguintes:

Tabela 4.5
Dias selecionados para a pesquisa em 2001

MÊS/DIA	2ª-Feira	3ª-Feira	4ª-Feira	5ª-Feira	6ª-Feira	Sábado	Domingo
ABRIL	2, 9, 16, 23 e 30			5, 12, 19 e 26			1, 8, 15 e 22 e 29
MAIO		1, 8, 15, 22 e 29				5, 12, 19 e 26	6, 13, 20, 27
JUNHO			6, 13, 20, 27		1, 8, 15 e 22 e 29		3, 10, 17 e 24

Total de edições: 40

Tabela 4.6
Dias selecionados para a pesquisa em 2005

MÊS/DIA	2ª-Feira	3ª-Feira	4ª-Feira	5ª-Feira	6ª-Feira	Sábado	Domingo
ABRIL	4, 11, 18 e 25			7, 14, 21 e 28			3, 10, 17 e 24
MAIO		3, 10, 17, 24 e 31				7, 14, 21 e 28	1, 8, 15, 22 e 29
JUNHO	6		1, 8, 15, 22 e 29		3, 10, 17 e 24		5, 12, 19 e 26

Total de edições: 39 + 6/6/2005³⁵

Segmentando um pouco mais, **foram analisadas as matérias sobre segurança pública e criminalidade publicadas na capa de Zero Hora, incluindo conflitos sociais que resultaram em confronto e/ou vandalismo e aqueles que demandaram alguma ação policial.** A escolha das matérias de capa decorre do fato de a capa ser a *vitrine* de qualquer veículo impresso e, portanto, acolher aquilo que há de mais relevante na edição diária. Também serão analisadas as matérias do corpo do jornal que tenham vínculo com a de capa, incluindo as notícias complementares, comentários, boxes, gráficos e tabelas.

Não fazem parte da análise as matérias sobre acidentes naturais ou não (ações de salvamento, afogamentos, atropelamentos); problemas relacionados ao trânsito (acidentes, atropelamentos, rachas, pegas, prisões decorrentes de acidentes, etc.); ações do Corpo de Bombeiros (incêndios, resgates, etc.); terrorismo internacional (ações que não tenham conexão direta com o RS); pesquisas ou enquetes sobre consumo de drogas; investigação ou prisões decorrentes de Comissões Parlamentares de Inquérito que não tenham a segurança pública gaúcha como objeto central; crimes de colarinho branco (crimes políticos, corrupção de agentes públicos não ligados à área de segurança pública e os que, embora ligados, sejam relativos a períodos de tempo não abrangidos pela pesquisa – que é de 1999 a 2005). As decisões judiciais referentes às polícias municipais, à Polícia Federal ou à Interpol (polícias internacionais) não serão incluídas na análise. Notícias sobre polícias municipais, que não tenham relação com os órgãos de segurança do Estado, não serão estudadas. Matérias relacionadas à Polícia Federal só serão consideradas no que se refere à geografia.

Também não compõem a amostra notícias sobre crimes: a) contra a administração pública; b) contra a economia popular; c) contra o Estado; d) contra a família; e) contra a

³⁵ Data sorteada para complementar as 40 edições.

fazenda estadual; f) contra a fé pública; g) contra a honra; h) contra a incolumidade pública; i) contra a organização do trabalho; j) contra o sentimento religioso; k) contra o Código de Trânsito; l) assuntos militares (os que sejam relativos às Forças Armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica – deserção etc.); m) ecológicos (tráfico de animais, depredação da natureza, apreensão de material genético, rinhas de animais, pesquisas ou enquetes sobre o assunto). O Anexo VI conceitua cada um desses crimes, tomando como referência o Código Penal Brasileiro, a Constituição Federal e dicionários jurídicos.

O Anexo I, no final deste trabalho, contém uma lista com os títulos das matérias que serão estudadas. As tabelas estão segmentadas por ano, mês e dia, com informações prévias sobre a geografia. Em resumo, serão estudadas as matérias sobre segurança pública e as que se referem aos crimes contra a pessoa e/ou contra o patrimônio.

4.6.3 Categorias de análise

As notícias publicadas na capa do jornal serão estudadas considerando-se três categorias de análise: **Geografia, Tipologia e Ideologia**. Cada categoria será decomposta em grupos que permitam analisar o tratamento que o *ZH* oferece ao tema da segurança pública e da criminalidade, nos dois momentos selecionados. O Anexo II, no final deste trabalho, contém o formulário que será utilizado para detalhar as informações sobre as categorias.

4.6.3.1 Geografia

Três subgrupos foram criados para identificar a geografia das notícias sobre segurança e criminalidade publicadas em *Zero Hora*. Eles servirão para determinar o local onde aconteceu o fato/evento que foi transformado em notícia. Os subgrupos são:

- A) Rio Grande do Sul;
- B) Outras unidades federativas;
- C) Outros países (eventos ocorridos fora do Brasil).

Ao se mapear a geografia é possível identificar-se qual região recebe mais atenção do jornal em cada um dos momentos estudados e perceber se o contexto político interfere em alguma mudança significativa.

O Anexo I, na parte final deste Projeto, contém a relação das matérias que serão estudadas.

4.6.3.2 Tipologia e valores-notícia

O item *Tipologia* estudará as **informações sobre o tipo de acontecimento** que foi transformado em notícia e os **valores-notícia preponderantes**. Para o primeiro assunto são criados sete subitens:

- A) Crime/delito atual;
- B) Rebeliões, motins, fugas, greves de policiais;
- C) Segurança pública;
- D) Ação policial;
- E) Entrevistas com vítimas ou acusados; vítimas que reagem;
- F) Corrupção ou delito praticado por policial; abuso de poder por parte de policial;
- G) Outros eventos não classificados nas opções anteriores

Crime/delito atual é o subitem criado para agrupar as notícias que relatam fatos criminosos cometidos por indivíduos ou grupos, contra pessoas ou instituições públicas ou privadas. Refere-se exclusivamente a delitos contra a pessoa e/ou contra o patrimônio.

O subitem *Rebeliões, motins, fugas* reúne as notícias sobre acontecimentos ocorridos em delegacias, presídios ou outros órgãos da segurança pública, bem como greves ou paralisações promovidas por policiais (civis ou militares) ou agentes penitenciários.

No quesito *Segurança pública* foram agrupadas as matérias sobre a estrutura das polícias; lançamento ou balanço de programas e/ou projetos; eventos promovidos pelo executivo, legislativo ou judiciário relacionados à área; estatísticas ou levantamentos sobre crime e/ou segurança pública; falhas e/ou deficiência nos sistemas de segurança pública; política de segurança pública.

O subitem *Ação policial* reúne as notícias sobre capturas/prisões; delitos evitados pela polícia; investigações e/ou indiciamentos; blitz e operações de prevenção.

As suítes de matérias sobre delitos ou investigações policiais, vítimas que reagem e ferem e/ou matam o suspeito e as entrevistas com suspeitos, réus confessos, vítimas,

advogados das partes, parentes, amigos ou conhecidos dos envolvidos são agrupadas no quesito *Entrevistas com vítimas ou acusados; vítimas que reagem*.

Abuso de poder por parte da autoridade policial, bem como delitos cometidos por esses profissionais pertencem ao subitem *Corrupção ou delito praticado por policial; abuso de poder por parte do agente da segurança*. Nesta parte também estão contidos os erros ou acidentes cometidos por policiais em operações que tenham resultado em alguma vítima.

O último subitem agrupa as notícias incluídas neste estudo e que não possam ser enquadradas em nenhum dos anteriores. Entre elas, as tentativas de golpe/estelionato (por telefone, *internet*, etc.) que não sejam objeto de ação ou investigação policial. E também as matérias de serviço sobre criminalidade e/ou segurança pública.

Após serem segmentadas geograficamente, as notícias relativas aos subitens *Segurança pública (C)* são decompostas em outra subcategoria:

- A) Estatísticas/levantamentos sobre segurança pública (aquisição de equipamentos; aparelhamento/desaparelhamento dos órgãos policiais; resultado de operações policiais);
- B) Trata-se de estatísticas/levantamentos sobre crimes;
- C) Investigações/balanços sobre a política de segurança (CPI; decisões judiciais);
- D) Outros tipos de delito.

Nesta categoria se analisam os valores-notícia mais relevantes para o jornal e se identificam as características marcantes que revelam os critérios de seleção.

A quarta questão identifica os valores-notícia predominantes, utilizando os critérios já descritos no Capítulo 4 (item: 4.1), quais sejam:

- A) Frequência (duração);
- B) Abrangência (amplitude);
- C) Inequivocidade (clareza);
- D) Significância (importância);
- E) Consonância (com o noticiário);
- F) Inesperado (imprevisibilidade);
- G) Continuidade (desdobramento);
- H) Composição (com o noticiário);

- I) Referência a nação de elite (países mais ricos);
- J) Referência a pessoas de elite (autoridades);
- K) Personalização (pessoas envolvidas);
- L) Negatividade (quanto pior, é melhor).

4.6.3.3 Ideologia e enquadramentos

Hackett descreve três conceitos de ideologia: 1) a ideologia entendida como *enquadramento*, que implica a absorção inconsciente de pressupostos acerca do mundo (...); 2) a ideologia como naturalização, ou seja, a apresentação do trabalho jornalístico como não ideológico (...); e 3) ideologia como interpelação onde as notícias são apresentadas como realismo, ocultada a produtividade da linguagem porque, citando Hartley³⁶ (1982), *os signos não têm um significado interno fixo, mas potenciais significados, que se atualizam com o uso.* (TRAQUINA, 1999: 26)

Com base nos conceitos de Hackett, a criação desta categoria permitiu ao estudo adentrar num delicado campo de invisibilidades, do qual se extraem elementos que ajudam a esclarecer várias das hipóteses deste trabalho.

Na categoria Ideologia se analisam informações sobre:

- A) do que a notícia trata (competência ou ineficiência policial);
- B) quais fontes o jornal utiliza;
- C) quem o jornal responsabiliza pelo delito;
- D) que tipo de visibilidade o jornal dá ao fato (alta, média ou baixa); e
- E) qual a qualidade dessa visibilidade (negativa ou positiva).

Do que a notícia trata é a primeira questão em análise. Identifica se o conteúdo do material publicado é sobre:

- A) produtividade policial (capacidade do agente policial de reprimir ou evitar o delito; captura de infrator; ação de inteligência que evitará, prevenirá ou desarticulará a ação criminosa; planejamento, resultado de ações; operações da polícia em geral);
- B) ineficiência do aparato de segurança pública (incapacidade do agente policial de reprimir ou evitar o crime; delitos que aconteceram sem êxito na ação preventiva ou

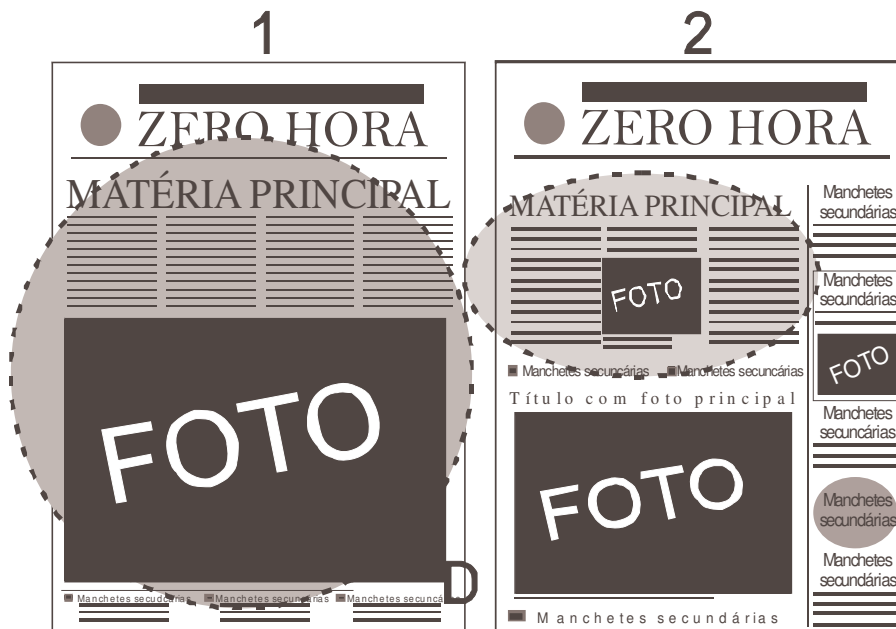
³⁶ Hartley, John. *Understanding New*. London, Methuen, 1982.

repressiva; erros policiais; carências nas estruturas – humanas ou materiais – das polícias; crimes sem solução e assuntos que impliquem discurso similar);

C) notícias diversas (estatísticas, análises sociológicas, entrevistas com vítimas ou suspeitos; estudos comportamentais, antropológicos, opiniões jurídicas, etc.).

Em seguida é utilizada uma escala de 1 a 5 para identificar quanto o enquadramento foi positivo ou negativo, baseado no espaço de capa destinado ao assunto. Quanto maior o destaque (conforme ilustrado nas figuras que seguem), maior grau positivo ou negativo. Esta primeira avaliação leva em conta apenas o espaço destinado à notícia na capa do jornal. Somente as matérias classificadas nos itens (A) e (B) do quesito anterior (Do que a notícia trata) são consideradas nesta etapa. A nota mais alta (cinco pontos) é atribuída às matérias principais que tenham foto e que ocupem pelo menos 70% do espaço da capa, conforme apresentado na imagem 1, da Figura 4.1. As matérias principais, com foto (Figura 4.1, imagem 2), e que recebem menos de 70% da área da capa terão quatro pontos.

Figura 4.1
Tipo de espaço destinado na capa – 1 e 2



Três pontos são atribuídos às notícias que sejam principais, sem fotos (imagem 3, Figura 4.2), ou às fotos principais (imagem 4, Figura 4.2) que tenham apenas o título (sem texto de matéria).

Figura 4.2
Tipo de espaço destinado na capa – 3 e 4

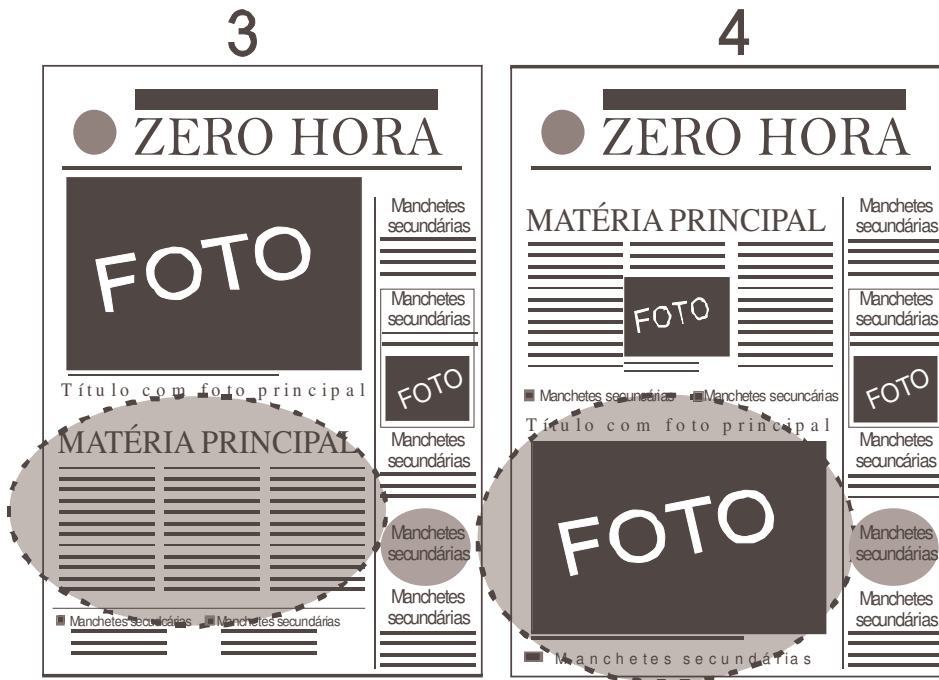
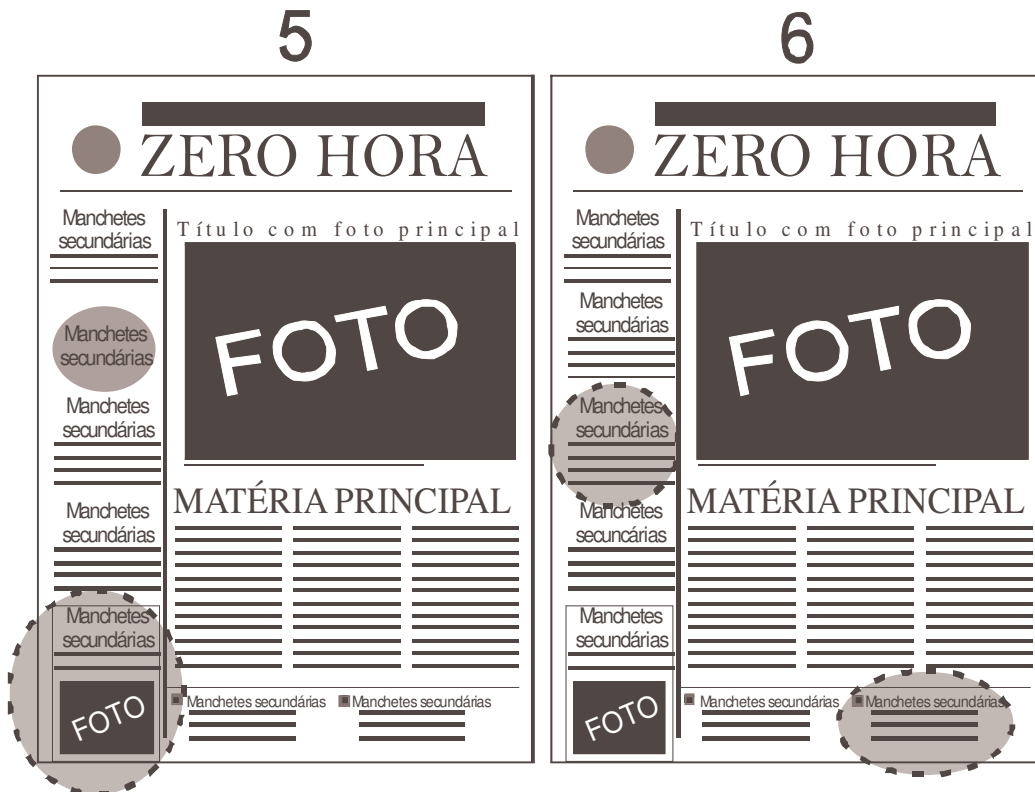


Figura 4.3
Tipo de espaço destinado na capa – 5 e 6



As manchetes secundárias com fotos ou em destaque (imagem 5, Figura 4.3) somam **dois pontos**. Elas se caracterizam pela localização lateral ou na parte inferior do jornal e, eventualmente, no centro da capa. As fotos não ultrapassam uma coluna e meia. **Um ponto** é atribuído às manchetes ou títulos secundários (imagem 6, Figura 4.3) que são distribuídos nas laterais ou na parte inferior da capa ou, ainda, como frases soltas entre a foto maior e a matéria principal.

A tabela que segue resume o critério anteriormente descrito.

Tabela 4.7
Grade de pontos para quantificar espaço destinado ao tema

	Número de Pontos
Matéria principal com foto principal (70% da capa ou acima)	05
Matéria principal com foto (menos de 70% da capa)	04
Matéria principal sem foto ou foto principal sem matéria	03
Manchete secundária com foto ou com destaque	02
Manchete secundária sem foto	01

O item seguinte identificará os definidores primários (que fontes o jornal utiliza) e, na seqüência, os definidores secundários. Isso permitirá conhecer a diversidade de **fontes** utilizadas por *ZH* em cada um dos momentos. Todas as fontes serão qualificadas segundo o conteúdo dos depoimentos contidos no jornal. Nesse sentido, o quesito segmentará as fontes qualificando-as como:

- A) Favoráveis ao governo (autoridades, policiais, representantes de entidades pró-governo³⁷ etc.);
- B) Contrárias ao governo (autoridades, policiais ou representantes de entidades de oposição ao governo);
- C) Poder Judiciário e Ministério Público (sem vínculos diretos ou indiretos com o governo ou com a oposição);
- D) Peritos independentes, especialistas, intelectuais, ONG's e entidades da sociedade civil (com posição independente);
- E) O próprio jornal (matérias originárias de estatísticas/comparações ou produzidas resgatando fatos ou situações antigas).

³⁷ Que defendem as ações oficiais, ainda que não tenham vínculo formal com o governo.

A terceira questão (quem o jornal responsabiliza pelo delito) aponta o agente ou motivo que *ZH* considera **principal responsável pelo fato** narrado. Neste sentido são criadas dez opções previamente definidas:

- A) Incompetência/deficiência/omissão do Governo Federal (política de segurança pública);
- B) Incompetência/deficiência/omissão do Governo Estadual (política de segurança pública);
- C) Incompetência/deficiência/omissão da Administração Municipal;
- D) Incompetência/deficiência do aparelho policial (falta de recursos materiais e humanos, sucateamento, treinamento, maneira de atuar);
- E) Problemas da Justiça (Judiciário moroso, leis brandas);
- F) Movimento social (associações, movimentos organizados, sindicatos, etc.);
- G) Problema social/conjunto de fatores (econômicos, sociais e políticos);
- H) Natureza humana;
- I) O autor da ação (indivíduo, quadrilha, amigo ou parente da vítima);
- J) Conflitos entre grupos rivais, rixa; e
- K) Outros (a vítima, deuses, astros, explicações metafísicas etc.).

Conforme já foi descrito no Capítulo 4 (item 4.5), para se identificar os enquadramentos é feita uma análise do conteúdo, destacando:

- A) Metáforas;
- B) Exemplos históricos;
- C) Citações curtas;
- D) Descrições;
- E) Imagens (fotografia, caricaturas)

Uma atenção especial é dedicada para se observar aspectos do enquadramento relacionados à seleção e saliência, definições particulares de um problema, omissões, ênfases ou distorções, avaliação moral e outros aspectos que sejam relevantes. Assim se verificam enquadramentos:

- A) *Oficialistas*; ou
- B) *Adversários*.

Com base nessas respostas, é possível cruzar os dados e verificar como *Zero Hora* tratou o tema da segurança pública em cada um dos períodos; se há diferença na seleção, no enquadramento ou no agendamento; se em todos ou apenas um desses momentos. Enfim, compreender melhor eventuais alterações e de que maneira ocorreram.

5 Criminalidade e segurança pública

Entre os muitos assuntos que recebem tratamento especial de *ZH*, a segurança pública e a criminalidade estão entre os que mais freqüentam a capa do jornal, variando de intensidade conforme um conjunto de fatores e interesses. Até 1998, o assunto é tratado quase que exclusivamente na editoria de Polícia, sem grande destaque, fato que se modifica com o passar dos anos. Com indiscutível valor-notícia e de complexidade elevada, durante a administração petista o assunto espalha-se rapidamente por várias editorias e chega a influenciar diretamente na proposição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a segurança pública, instalada pela Assembléia Legislativa, em 2001. Embora historicamente o Rio Grande do Sul seja uma das unidades da federação com menor taxa de homicídios (por grupo de 100 mil habitantes), sazonalmente o assunto recebe amplo espaço no jornal e obtém destaque e tratamento editorial que variam bastante.

Terreno fértil para a formulação de teses controversas e para a manipulação de sentimentos fortes, a segurança pública, de 1999 a 2002, ganha grande destaque e é alvo de críticas e críticos de todas as nuances. Muitas das ações implementadas pela administração petista, e criticadas por *ZH*, são recomendações do Plano Nacional de Segurança Pública do governo Federal (PSDB/PFL) ou mesmo projetos antigos que aguardam apenas a implantação. Sem aprofundar o debate sobre a importância ou relevância social dos projetos, *ZH* abre espaço para discussões bastante acaloradas, com enfoque político confirmado na escolha das fontes e pelos enquadramentos dominantes.

Com a troca da administração estadual e o restabelecimento de uma relação amistosa entre a RBS e o governo, em 2003, um novo contexto surge. Ocorrem mudanças significativas na seleção, agenda e enquadramento dos assuntos relativos à segurança pública e à criminalidade.

5.1 A morte vira notícia

Relatório divulgado na Conferência Mundial sobre Armas Leves, promovida pelas Nações Unidas, “afirma que, a cada ano, 500 mil pessoas morrem, em média, devido a disparos de armas convencionais, e que o fato de quase a metade das vítimas ser jovens

indica que é afetado o setor mais produtivo da população.” (Diário Do Povo do Piauí, 27/06/2006: 16)

Ao todo, há em circulação 639 milhões de armas leves no mundo, ou seja, uma por cada 10 pessoas. Essas armas são fabricadas por 98 países diferentes. Os principais países exportadores de armas pequenas e leves são Brasil, Rússia, Estados Unidos, Itália, Alemanha e China. Os maiores países importadores são o Chipre, e os próprios Estados Unidos e Alemanha (...). (Diário Do Povo do Piauí, 27/06/2006: 16)

Segundo o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, ligado à Universidade Cândido Mendes, a taxa de homicídios dos países da Europa Ocidental é de aproximadamente três por grupo de 100 mil habitantes e a dos Estados Unidos é de cinco por 100 mil. “Estudo comparativo de Luke Dowdney (*Crianças no tráfico*. 7 Letras, 2003) mostrou que se morre mais por armas de fogo no Rio de Janeiro do que em países que estiveram em conflito armado, como Iugoslávia, Serra Leoa, Afeganistão, Uganda, Israel e Colômbia” (RAMOS e PAIVA: 16).

De 1980 a 2002, 695 mil brasileiros foram assassinados. A taxa de homicídios no Brasil mais que duplicou nesses vinte e três anos, passando de 11,7 para 28,5 homicídios por 100 mil habitantes – índice que coloca o Brasil entre os países mais violentos do mundo. Durante muito tempo a sociedade e as instituições brasileiras assistiram a essa matança em silêncio. Afinal, as mortes atingem majoritariamente grupos desfavorecidos: jovens do sexo masculino (especialmente na faixa de 15 a 24 anos), na maioria pobres, quase sempre negros e moradores de periferias ou favelas dos grandes centros urbanos. (RAMOS e PAIVA: 01)

A quantidade de homicídios projeta negativamente o país. Apenas a Venezuela ostenta mais mortes por armas de fogo que o Brasil. O ranking, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com dados de 2000 a 2003, leva em consideração 57 países. No Japão, último colocado na lista, o índice não chega a uma pessoa para cada grupo de 100 mil (ZH, 06/05/2005: 72).

Em anos mais recentes, a quantidade de homicídios dolosos se estabiliza, em decorrência de mudanças na legislação, em especial a criminalização do porte de armas e as campanhas em favor do desarmamento.

As Polícias Civis registraram 54.696 ocorrências de crimes violentos letais intencionais no Brasil, em 2004, e 55.312 ocorrências, em 2005. Estes crimes são compostos pela agregação dos homicídios dolosos, lesões corporais seguidas de morte, roubos seguidos de morte e mortes a

esclarecer (...). Os homicídios dolosos correspondem a 74% dos crimes violentos letais e intencionais. (Análise das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civis, 2006: 20)

Quase três quartos dos crimes com mortes praticados no Brasil, em 2004 e 2005, são intencionais.

As Polícias Civis registraram 40.240 homicídios dolosos no Brasil, em 2004, e 40.845 homicídios dolosos, em 2005. Deste total, aproximadamente 45% ocorreram na região sudeste e 28% ocorreram na região nordeste. São Paulo foi o Estado onde ocorreu o maior número destes crimes em 2004 e 2005, concentrando cerca de 20% dos crimes ocorridos no Brasil. (...) Em termos de taxas do número de registros por 100 mil habitantes, verificamos que a região norte é a que possui a maior taxa, seguida pela região nordeste. Comparando as taxas dos diversos Estados, verificamos que as maiores taxas encontram-se no Rio de Janeiro, Pernambuco, Alagoas e Espírito Santo, e as menores taxas encontram-se no Piauí e Santa Catarina. (Análise das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civis, 2006: 60)

Rodrigo Azevedo, doutor em sociologia e integrante do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, explica que:

O homicídio tem três grandes dinâmicas. No Brasil, 30% dos assassinatos são praticados por quadrilheiros ou por policiais. Outros 30% são passionais, no lar. E 30% eventuais, fruto de desentendimento na rua ou em bares. Nas grandes cidades, os homicídios entre quadrilhas superam 50% do total, em função do tráfico de drogas. – Para inibir os homicídios passionais e eventuais, as campanhas de desarmamento dão certo. Para acabar com as mortes entre quadrilhas, há dois caminhos, ambos envolvendo a polícia: investigação e patrulhamento das ruas. (ZH, 29/05/2005: 38)

Se os homicídios são um problema em todo o país, é nas regiões metropolitanas que ele se agrava. Entre 1998 e 2002, pesquisa realizada pelo Senasp indica que a média da taxa de vítimas de homicídio por 100 mil habitantes nas regiões metropolitanas foi de 46,7. Este valor está bem acima da média da taxa nacional de vítimas de homicídio neste mesmo período, que foi de 28,6 vítimas por 100 mil habitantes. Ou seja, a incidência de homicídios nas regiões metropolitanas é quase duas vezes maior que a incidência nacional. Em Porto Alegre, de 2000 a 2004, a taxa média anual de homicídios por grupo de 100 mil habitantes foi de 23,2, segundo a Secretaria de Estado da Justiça e da Segurança³⁸. Já na região metropolitana a situação é um tanto mais grave:

A análise dos dados de vítimas de homicídios registrados pelo Ministério da Saúde por municípios de residência das vítimas, entre 1998 e 2002, na

³⁸ Dataseg/RS: <http://www.ciosp.rs.gov.br/> (Ocorrências registradas/Mapas e taxas).

Região Metropolitana de Porto Alegre, mostra que apenas a capital Porto Alegre concentra 39,1% do total de homicídios. Em 2000, cerca de 36% da população da Região Metropolitana de Porto Alegre concentravam-se na capital. (...) Entre 1998 e 2002, o crescimento percentual das taxas de vítimas de homicídios registrados por 100 mil habitantes para o Brasil foi de 5,6%, sendo que o estado do Rio Grande do Sul cresceu 16,4% e a Região Metropolitana de Porto Alegre apresentou crescimento de 23,8%. (...) A imensa maioria das vítimas de homicídios, na Região Metropolitana de Porto Alegre, em 2002, era do sexo masculino (91%), sendo que a maior parte das vítimas possuía entre 15 e 24 anos de idade (39%).³⁹

Entre 1998 e 2002, aproximadamente 30 mil pessoas morreram a cada ano, vítimas da violência, em apenas 26 Regiões Metropolitanas pesquisadas pela Senasp. Nesse período, ocorreu um aumento de 9,4% no número de homicídios⁴⁰. Mas não apenas os crimes contra a vida afetam a rotina dos brasileiros. Roubos e furtos têm crescido bastante em todo o país, oferecendo farto material para análise da imprensa e para a produção de pequenas notas ou grandes reportagens.

As Polícias Civis registraram 907.116 roubos no Brasil, em 2004, e 942.036 roubos, em 2005. Deste total, aproximadamente 53% ocorreram na região sudeste e 20% ocorreram na região nordeste. Comparando as taxas dos diversos Estados, verificamos que **as maiores taxas encontram-se no** Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, **Rio Grande do Sul** e Distrito Federal (...). (Análise das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civis, 2006: 99. Grifo nosso)

(...)

As Polícias Civis registraram 2.156.812 furtos no Brasil, em 2004, e 2.152.681 furtos, em 2005. Deste total, aproximadamente 46% ocorreram na região sudeste e 22% ocorreram na região sul. São Paulo foi o Estado onde ocorreu o maior número destes crimes em 2004 e 2005, concentrando cerca de 30% dos crimes ocorridos no Brasil. (...) Comparando as taxas dos diversos Estados, verificamos que **as maiores taxas encontram-se no** Distrito Federal, São Paulo, Acre, **Rio Grande do Sul** e Roraima (...). (Análise das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civis, 2006: 106. Grifo nosso)

Confirmando uma tendência já identificada no final do Século XX, em 2004 e 2005 os crimes contra o patrimônio no país são mais frequentes que os outros crimes analisados. Conforme mostra a pesquisa,

a chance de um brasileiro ser vítima de roubo foi 23 vezes maior do que ser vítima de um homicídio doloso. (...) é possível identificar que os crimes violentos letais e intencionais e os não letais contra a pessoa passam por um período de estabilidade, os crimes violentos contra o

³⁹ http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/custos/estat_custos_econ.htm

⁴⁰ http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/custos/estat_custos_econ.htm

patrimônio e delitos envolvendo drogas passam por um período de incremento (...). Em relação aos indicadores criminais específicos, é importante destacar a **queda de homicídios dolosos e furtos entre os anos de 2004 e 2005**. Por outro lado, os roubos aumentaram significativamente neste período. (Análise das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civis, 2006: 16. Grifo nosso)

Devido a fatores relacionados à realidade social revelados nas estatísticas e outros (políticos, econômicos, institucionais) que não são tão evidentes, os assuntos sobre a segurança pública ganham especial relevância na última década, no RS. Mas, sem dúvida, um dos elementos que podem ter influenciado o destaque do tema em *Zero Hora* é o acesso a informações sobre o crime.

O grau de cobertura das informações encaminhadas pelas Polícias Civis, ou seja, do total de delegacias da Polícia Civil existentes em cada Estado e quantas nos enviaram informações estatísticas, varia principalmente em função da maturidade e informatização dos sistemas de registro de ocorrências já existentes nos Estados. Assim, por exemplo, há Estados onde já existem redes informatizadas que interligam todas as delegacias e bases de dados que sistematizam periodicamente as estatísticas coletadas destas delegacias. Por outro lado, há Estados onde inexiste estruturas como estas e o esforço para produzir uma estatística estadual se transforma em uma atividade difícil, demorada e de baixa garantia da qualidade da informação.

(...)

Avaliando as informações sobre cobertura dos dados, verificamos que a maior parte dos Estados possui alta cobertura, com valores acima de 90%. Os Estados que se destacam por ter cobertura de praticamente 100% são Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, **Rio Grande do Sul**, Rondônia, São Paulo, Sergipe, Goiás e Tocantins. (Análise das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civis, 2006: 13. Grifo nosso)

Se no final dos anos 90 poucas são as UF que possuem delegacias informatizadas e um sistema central que analisa e trata as informações sobre o crime, a realidade observada no final de 2005 é bem melhor. Contudo, ainda persistem realidades regionais nas quais a qualidade das informações é muito precária.

5.2 Precariedade das estatísticas no Brasil

Embora tenham melhorado bastante, as estatísticas sobre segurança pública e criminalidade no Brasil ainda são muito precárias. Em algumas situações, confrontando o banco de dados do Senasp (que centraliza as informações estaduais, no Ministério da Justiça) com o do Dataseg (que compila os dados do RS), este pesquisador alertou sobre as

falhas aos responsáveis pela administração das informações dos órgãos. Passado mais de um ano, vários dados continuam divergentes⁴¹.

A segurança pública tem sido uma das principais preocupações da sociedade brasileira e é um dos assuntos mais tratados pelos meios de comunicação nos últimos tempos. Com frequência, são divulgados índices de criminalidade e informações sobre a estrutura das polícias em todo o País. Mas a maioria desses dados não representa a incidência real dos fenômenos noticiados, carecendo de confiabilidade. Um dos motivos da precariedade é a inexistência, em nível nacional, de estatísticas criminais e institucionais consistentes e cientificamente construídas. Quando estão disponíveis, as estatísticas atendem, basicamente, às necessidades administrativas e judiciais dos órgãos da segurança pública. (BISOL, José Paulo, in Coleção Polícia e Democracia – Volume V: 141)

São muitas vezes essas informações precárias e duvidosas que servem como matéria-prima para que se produzam notícias e se montem teses amplamente compartilhadas por toda a sociedade. Embora a situação atual tenha se alterado nos últimos tempos, há poucos anos a realidade era bastante precária.

São raras as secretarias de segurança no Brasil que dispõem de departamentos de estatísticas e coletas de dados, bem como a tecnologia necessária para tal. O próprio governo federal, que contabiliza bem dados referentes à economia, saúde ou educação, não dispõe de nenhuma estrutura para esta tarefa. Apenas algumas polícias estaduais contam com um Centro de Operações informatizado e dotado de modernos bancos de dados. (...) o resultado dessa cultura pragmática e inconseqüente é que nossos programas e políticas são dominados pela irracionalidade e ineficácia, tornando impossível estabelecermos qualquer quadro comparativo sobre os órgãos de justiça criminal no Brasil. Certamente esta é uma situação conveniente para alguns, mas perniciososa para toda a sociedade brasileira. (BEATO: 2)

Reflexões como a de Cláudio Beato devem ter influenciado a criação do Senasp e de alguns órgãos estaduais para tratar as informações sobre criminalidade e segurança pública. Fazer esta complexa estrutura funcionar adequadamente é um desafio que ainda está longe de se realizar. Do registro correto de uma ocorrência na mais longínqua

⁴¹ Em maio de 2005 foi enviada uma mensagem eletrônica para a Secretaria da Justiça e da Segurança do RS informando da divergência na taxa de homicídios do ano de 2002, disponível no Senasp e no Dataseg, e solicitando a confirmação do dado correto. Na ocasião a SJS/RS respondeu que a informação correta era a do Dataseg e que solicitaria a atualização no Senasp. Até setembro de 2006 a correção não havia sido feita. O mesmo ocorre em relação à taxa de homicídios dolosos de 2005, que possui divergência entre os valores informados pelo Senasp e disponíveis no site da SJS/RS. Alguns dados divulgados em edições de *ZH* são divergentes dos disponíveis pela SJS e pelo Senasp.
http://www.mj.gov.br/senasp/pesquisas_aplicadas/mapa/rel/uf_hd_tab2002.htm. Em 18/06/2005.

localidade do país, até a base de dados do Senasp, um caminho incerto é percorrido. A informatização das delegacias de polícia de muitas regiões ainda parece um sonho sem data para se realizar: trabalhar em rede, on-line, e alimentar um servidor central capaz de criticar e segmentar adequadamente os dados, passíveis de auditoria periódica.

No caso do RS, em 1999:

foi constatada a ausência de um setor único que tratasse das estatísticas oficiais da segurança pública. (...) Cada órgão subordinado (...) possuía seu próprio banco de dados, com critérios próprios e atendendo às necessidades, sem haver conexão entre eles. Para solucionar esse problema, a SJS adotou várias medidas para estruturar um Sistema de Informações e Estatísticas Criminais e Institucionais da área de segurança pública do Estado. O objetivo dessas ações é integrar as estatísticas produzidas pelas instituições ligadas à SJS, estabelecendo critérios técnicos de codificação, digitação, análise e divulgação dos dados e criando mecanismos de verificação da consistência das informações. Ao mesmo tempo em que a SJS adotou ações para estruturar as estatísticas, foram criados meios para a sua divulgação. As estatísticas estão à disposição na *internet*. (BISOL, José Paulo, in Coleção Polícia e Democracia – Volume V: 141).

Mesmo com a estruturação de uma área para organizar as informações que são publicadas semestralmente no Diário Oficial do Estado (em conformidade com a Lei 11.343/99 – Anexo I), o processo de interpretação dos dados é complexo para quem não se aprofunda na análise. Por exemplo, um único registro de homicídio pode abranger mais de uma pessoa morta. Dessa forma, o número de óbitos relacionados nas estatísticas do Sistema Único de Saúde (SUS) dificilmente é igual à quantidade de homicídios registrados pelos órgãos de segurança pública. E esta é uma métrica adotada pelos órgãos policiais de várias unidades da federação do país.

Um aspecto que dificulta a comparação entre estados diferentes está na segmentação dos crimes. Em algumas UF os homicídios dolosos e culposos são somados e, em outras, separados. Acidentes de trânsito em algumas regiões são incluídos nas estatísticas de homicídio, em outras ignorados.

Retomando a questão das estatísticas, é importante destacar que, nas situações em que houver divergência entre dados nacionais e estaduais, se opta pelos estaduais, pois, no caso do RS, o sistema já está estruturado há mais tempo que o nacional. Além do mais, em

contato telefônico com técnicos do Senasp e do Dataseg/RS, ambos afirmaram que a fonte primária das informações é o Estado.

5.3 Estatísticas do crime no RS

Entre todos os tipos de crime, pode se considerar que os que possuem maior valor-notícia e maior apelo e interesse humano são os que são praticados contra a pessoa, em especial os homicídios. Ao se analisar as taxas de homicídio registradas durante o período 1995-2005, verifica-se uma discreta variação e certa estabilidade.

Ao se comparar a média de homicídios por 100 mil habitantes dos três primeiros anos das administrações do PT e do PMDB, é possível constatar que os homicídios cresceram no segundo período. Na administração do PT, a taxa média de homicídios foi de 11,98 (1999-2001). Já nos três primeiros anos do governo do PMDB (2003-2005) a taxa foi de 12,77.

Tabela 5.1
Taxa de homicídios dolosos consumados
por grupo de 100 mil habitantes - 1995 a 2005

ANO	Taxa de homicídios⁴²
1995	14,05
1996	14,61
1997	15,37
1998	11,87
1999	11,45
2000	11,94
2001	12,56
2002	15,3 ⁴³
2003	13,2
2004	12,63
2005	12,5

⁴² Fonte: Datasus (Banco de dados do Sistema Único de Saúde); Coleção Polícia e Democracia – Volume V, 2002: 207 (1997 a 2001); *Zero Hora*, edição de 29/05/2005 (demais datas).

⁴³ Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, a taxa de homicídios em 2002 foi de 12,5 e não 15,3. No endereço eletrônico: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=176012>, o jornalista da Folha de S.Paulo, Mario Hugo Monken, alerta para a diferença entre os números regionais e os nacionais.

Segundo dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública⁴⁴, a taxa de homicídios por grupo de 100 mil habitantes no país é de 23, em 2001, e 23,5 em 2002. Em relação às demais unidades da federação, o Rio Grande do Sul também ocupa uma posição privilegiada. Em 2001, havia apenas cinco Estados com taxa de homicídios inferior ao RS. Em 2002, somente quatro.

“Entre as 27 unidades da federação, segundo dados de 2003 do Ministério da Justiça, o Rio Grande do Sul tem o sexto menor índice de homicídios” (ZH, 22/05/2005: 1). Já em 2004, a taxa de homicídios no país cai para 22,5 (por 100 mil habitantes) e, em 2005, diminui para 22,2. O RS permanece como a quarta unidade da federação com menor taxa de homicídios (Análise das Ocorrências Registradas pelas Polícias Cíveis, 2006: 61). Movimento semelhante ocorre no RS.

Embora o RS esteja desde 1998 em situação confortável em relação aos homicídios, no período da administração petista esse tipo de informação tem pouca importância para ZH, mas merece matéria de capa na administração do PMDB (*Como o Rio Grande do Sul reduziu o número de homicídios – ZH 29/05/2005*). “Comparando-se as taxas de crimes das unidades federativas brasileiras de 2000, nota-se que, quanto à taxa de homicídios dolosos, o Rio Grande do Sul exibiu valor bastante reduzido (...) ocupando a 23ª posição no ranking” (Coleção Polícia e Democracia – Volume V, 2002: 213). Ou seja, em 2000, apenas quatro UF estavam em condição mais favorável que o RS.

Tabela 5.2
Taxa de furtos por grupo de 100 mil habitantes - 1997 a 2005

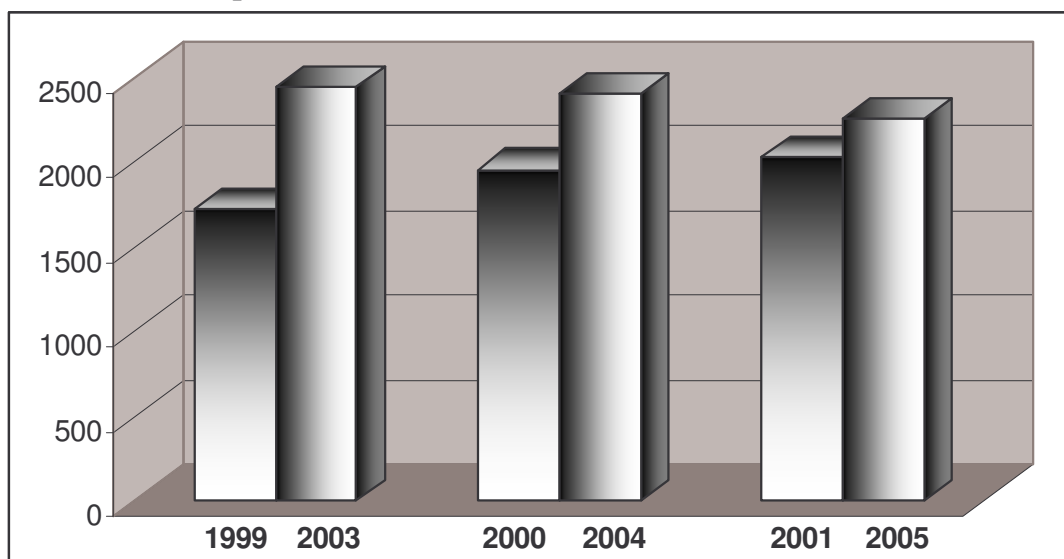
ANO	Taxa de furtos⁴⁵
1997	1.312,14
1998	1.453,40
1999	1.721,43
2000	1.954,50
2001	2.029,94
2002	2.031,0
2003	2.444,1
2004	2.402,2
2005	2.253,0

⁴⁴ Fonte: http://www.mj.gov.br/senasp/pesquisas_aplicadas/mapa/index_unidades.htm - Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública.

⁴⁵ Fonte: Coleção Polícia e Democracia – Volume V, 2002: 206 (Dados até 2001); Senasp (2002, 2004 e 2005); Publicado em *Zero Hora*, edição de 29/05/2005 (2003).

Se a comparação entre as taxas de homicídio tem pequenas variações, entre furtos e roubos a situação é bem diferente. Esses delitos também podem deixar marcas nas vítimas, mesmo que em grau bem menor que os letais. Além disso, crimes contra o patrimônio também são bastante utilizados como matéria-prima para importantes notícias. Em comparação com os três primeiros anos da administração petista (1999-2001), no governo do PMDB, **entre 2003 e 2005, a taxa de furtos por 100 mil habitantes no Rio Grande do Sul cresceu 24,4%**. O expressivo crescimento nos furtos coloca o Estado entre os que mais são atingidos por esse tipo de delito.

Gráfico 5.1
Comparativo entre taxas de furto 1999-2001 e 2003-2005



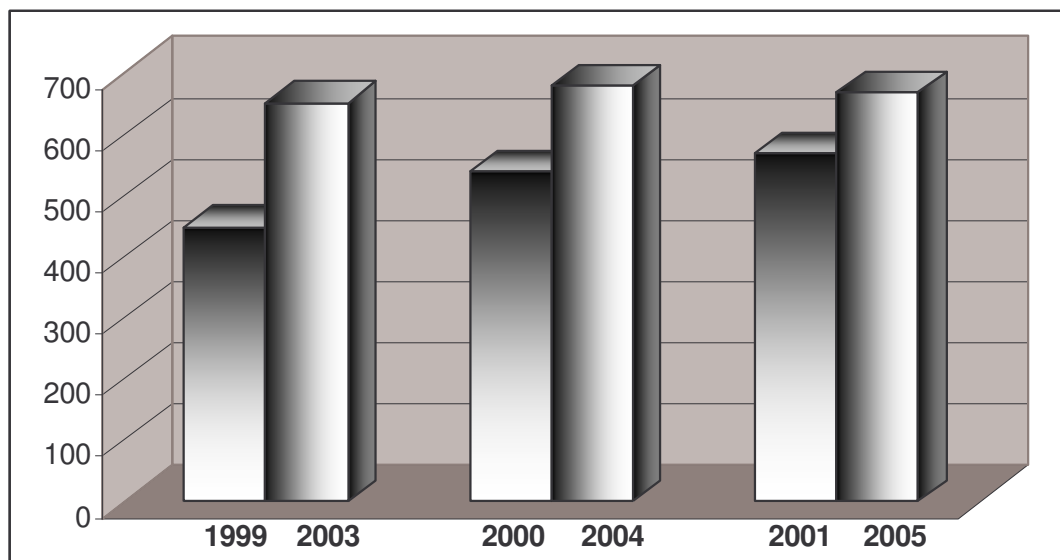
O gráfico comparativo mostra o crescimento nos furtos nos três primeiros anos de cada administração (PT e PMDB). Mesmo acompanhando o crescimento nacional, no período 2003-2005, o aumento dos furtos no RS é mais acentuado que a média do país. Ao se avaliar a taxa de roubos, verifica-se que o crescimento nos três primeiros anos do governo do PMDB foi de 28,6%, na comparação com igual período da administração do PT (1999-2001). As taxas de roubo e furto são crescentes desde que os sistemas estatísticos foram implantados. Esse movimento é verificado em praticamente todo o país. Pobreza e desigualdade social são algumas das explicações oferecidas pelos especialistas, contudo não são suficientes para explicar integralmente o fenômeno.

Tabela 5.3
Taxa de roubos por grupo de 100 mil habitantes - 1997 a 2005

ANO	Taxa de roubos⁴⁶
1997	334,44
1998	349,84
1999	449,45
2000	540,18
2001	568,80
2002	560,5
2003	652,9
2004	681,5
2005	669,3

Considerando que no RS o registro sistemático e organizado das informações sobre criminalidade é efetivamente consolidado a partir de 1999, pode-se afirmar que desde aquele ano as estatísticas são mais confiáveis e, embora possa ser questionada a comparação com as outras UF, é perfeitamente aceitável o confronto dos dados do próprio Estado, ano a ano. O gráfico que segue mostra o crescimento dos roubos, em cada ano, nas duas administrações.

Gráfico 5.2
Comparativo entre taxas de roubos 1999-2001 e 2003-2005



⁴⁶ Fonte: Coleção Polícia e Democracia – Volume V, 2002: 206 (Dados até 2001); Senasp (2002, 2004 e 2005); Publicado em *Zero Hora*, edição de 29/05/2005 (2003).

5.4 Custos da violência

Estima-se que, em 2004, o investimento feito pelas organizações estaduais de segurança pública no Brasil atingiu a cifra de 20 bilhões de reais. Isso representa um gasto anual de aproximadamente 104 reais por habitante. Dados coletados pela Pesquisa Perfil das guardas municipais no Brasil apontam que o valor empregado pelas Guardas em 2003 foi próximo a 13 reais por habitante. Assim, o custo da segurança para cada brasileiro, em 2004, foi de 117 reais. No mesmo ano, os investimentos na área de saúde no país foram de 267 reais por habitante⁴⁷.

Em 2004, o efetivo das organizações estaduais de segurança pública no Brasil era de aproximadamente 550 mil policiais. Isso não inclui os profissionais pertencentes às polícias técnicas. Isso significa que, no país, há um profissional das organizações estaduais de segurança pública para grupo de 323 habitantes. Se forem somados os profissionais das guardas municipais, existem atualmente 3,5 profissionais de segurança pública por 1.000 habitantes. Na área de saúde, em 2004, existiam 6,4 profissionais por 1.000 habitantes, incluindo médicos, dentistas, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem⁴⁸. Além disso, um estudo divulgado durante a Conferência Mundial sobre Armas Leves, promovida pelas Nações Unidas, em 2006, revela que o Brasil perde anualmente US\$ 10 bilhões em produtividade por causa da violência armada entre os jovens.

Segundo o estudo, quase 50% das vítimas de homicídios cometidos com armas de fogo no mundo têm entre 15 e 29 anos. (...) O saldo desta violência não são apenas as perdas humanas, mas também as despesas de saúde e atendimento médico, assim como em perdas de produtividade em países de poucos recursos (...). (...) o comércio ilegal de armas é avaliado em mais de US\$ 4 bilhões anuais. Quase 60% das armas leves estão nas mãos de civis, e entre 80% e 90% de todo o armamento pequeno ilegal provêm de transações aprovadas pelos Estados. (Diário Do Povo do Piauí, 27/06/2006: 16)

Além dos recursos investidos pelo Estado e do lucro das empresas que produzem e vendem armas, o crime também alimenta e se alimenta do tráfico e consumo de drogas. As cifras superam o PIB de 88% dos países do mundo (ZH, 06/05/2005: 72).

O valor das vendas a varejo do mercado mundial das drogas ilícitas subiu em 2003 para US\$ 322 bilhões, o que representa US\$ 51 por pessoa, segundo o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime

⁴⁷ <http://www.mj.gov.br/Senasp/SUSP/SUSP.pdf#search=%22roubos%20furtos%202005%20RS%20taxas%22>

⁴⁸ <http://www.mj.gov.br/Senasp/SUSP/SUSP.pdf#search=%22roubos%20furtos%202005%20RS%20taxas%22>

(UNODC). Esse é o primeiro cálculo mundial sobre o alcance financeiro do mercado de drogas, de acordo com um novo modelo apresentado ontem em Viena, na Suíça, no Relatório Mundial das Drogas 2005. (ZH, 30/06/2005: 4)

Se os valores que circulam em torno das drogas ilícitas são gigantescos, o número de usuários que destina parte de sua renda para esta indústria também é da mesma dimensão. Estima-se que os usuários de drogas como cocaína e heroína aumentaram em 2004, em relação ao ano anterior, em cerca de 15 milhões, totalizando “200 milhões de usuários, conforme o relatório anual de drogas das Nações Unidas. A maconha foi a droga mais consumida, sendo usada por 160 milhões de pessoas (...)” (ZH, 30/06/2005: 4). É provável que a maioria desses consumidores seja de pessoas comuns, que estudam ou trabalham, mantêm convívio social considerado normal e, não raro, ocupam posições de destaque nas áreas em que atuam. Não se enquadram, portanto, no estereótipo do desviante potencial ou real. Além disso, “cerca de 100 milhões de pessoas – ou 5% da população global entre 15 e 64 anos – consomem drogas ao menos uma vez ao ano” (ZH, 30/06/2005: 4).

A indústria da droga ilícita atua fora da lei. Suas companhias não são cotadas em bolsa, não são avaliadas por nenhuma agência de qualificação de riscos e sua dinâmica não está sob observação regular de analistas e economistas. Seus fundos servem para intimidar e corromper funcionários governamentais e, inclusive, em alguns casos, todo um sistema político, comprometendo o futuro de um país – adverte as Nações Unidas. (ZH, 30/06/2005: 4)

O dinheiro farto que alimenta a indústria da droga e do tráfico de armas serve como correia de transmissão que torna a polícia e os governos passíveis de corrupção e, em decorrência, menos eficientes no cumprimento das funções de proteção da sociedade. Mas não apenas as grandes corrupções, ligadas ao crime organizado, comprometem a qualidade do serviço policial. As trocas de favores a granel e mesmo as estimuladas, autorizadas ou toleradas também prejudicam os serviços.

Por exemplo, no plano individual, quando um comerciante oferece a um policial algum benefício, que pode ser um lanche ou almoço, transporte ou pequenos presentes, tacitamente espera uma prestação de serviços em troca. Pode ser uma investigação mais rápida (ou menos rigorosa) ou um policiamento mais ostensivo em torno de seu negócio (em detrimento de outras regiões, que não oferecem nada em troca). Enfim, a adulação

oferecida não é tão gratuita quanto possa parecer. Afinal, pequenos comerciantes não oferecem benesses a operários, trabalhadores domésticos, garis ou outros trabalhadores que vivem no entorno dos seus negócios.

Situação semelhante acontece quando comerciantes pagam o combustível de carros da polícia, contribuem para melhorias em unidades policiais, doam móveis e equipamentos ou mesmo patrocinam encontros de servidores da segurança. De alguma forma, ocorre um processo de privatização de um serviço público. Mesmo que não haja uma contrapartida formal, não é absurdo supor que é, no mínimo, constrangedor investigar, reprimir ou prender alguém que componha o rol de *benfeitores* da corporação.

O dinheiro é uma força motriz que movimenta e escorre por todos os poros das questões relacionadas ao crime e à violência – e seu combate. De um lado, o Estado destina recursos crescentes a esse sistema, em detrimento de áreas como saúde, educação, habitação e saneamento. No plano privado, a prevenção impõe às famílias gastos cada vez maiores numa gama de aparatos que vão das cercas eletrônicas e câmaras de vigilância à contratação de segurança particular.

No final de 2000 havia 540.334 vigilantes privados cadastrados na Polícia Federal. Considerando a vigilância clandestina e os agentes de segurança pública no segundo emprego (bico), estima-se que o contingente de vigias particulares no Brasil chega a mais de um milhão de pessoas. (Instituto da Cidadania, *Plano Nacional de Segurança Pública*, 2002, capítulo 11, in RAMOS e PAIVA: 16)

Parte significativa da população vive espremida entre uma polícia de eficiência duvidosa, milícias particulares que oscilam entre a lei e o crime e o abandono parcial ou completo do Estado e da Sociedade. Dezenas de teses e propostas que não têm dado conta de encaminhar uma solução global para a questão da segurança pública oscilam das penas alternativas à de morte, passando por sugestões de revisão nos processos penais, aprovação de leis mais duras de combate ao crime, mais recursos para presídios e aparelhamento das polícias.

Num cenário de extrema desigualdade, de grande apelo para o consumo, com milhões de seres humanos em situação de pobreza ou miséria, educação insuficiente e lazer inexistente, um exército de pessoas com baixa qualificação, sem oportunidades, se coloca à disposição para o mercado de trabalho.

5.5 Dinheiro, drogas, violência e morte: um sistema complexo

O interesse humano pelo desvio contido no crime (que vai da simples curiosidade ao sadismo ou perversão), somado aos explosivos contextos econômico e social, adicionados a elementos como dinheiro, drogas, armas, corrupção e violência, produzem um *coquetel* de elevado interesse jornalístico. O enquadramento que o jornalista oferece a esse conjunto de fatores, transformando fatos ou acontecimentos em notícia e os apresentando ao leitor, depende de conhecimentos de diversas áreas. Pela complexidade, a tendência é que a questão seja simplificada, para que mais pessoas possam entendê-lo. Mas também porque o jornalista não possui tempo nem condições de aprofundar a análise e o jornal não oferece espaço para isso – ou simplesmente não deseja que o assunto seja tratado fora de uma perspectiva de controle social.

A própria capacidade de entender essa realidade é contestada por especialistas. Luiz Eduardo Soares constata a falta de conhecimento e a inexperiência dos jornalistas que tratam da criminalidade e da segurança pública. Soares compara esses profissionais com os que lidam com economia ou política, destacando que nas outras editorias:

São agentes que dialogam, que debatem associando as suas posições, há linguagens que circulam no campo internacional que são capazes de ponderar questões contraditórias, etc. São profissionais muito capacitados, qualificados, que discutem de igual para igual com os economistas, com os gestores dos negócios públicos. Na área política é a mesma coisa (...). No território do tratamento da violência, nós temos a descrição sensacionalista reiterada dos acontecimentos que se sucedem. É como se nós pudéssemos ler os jornais da véspera dos dias subseqüentes, porque eles simplesmente traduzem a continuidade e a reprodução das nossas tragédias, sem nenhum elemento de análise a respeito dos esforços que se fazem das políticas, que se implementam, como se não fizesse absolutamente diferença o esforço que se faz, o tipo de investimento, o tipo de focalização. (SOARES, in Coleção Polícia e Democracia – Volume IV, 2002: 67)

Esse possível despreparo profissional dificulta o aprofundamento do debate e a procura por soluções efetivas. Afinal a violência, além de ter a capacidade de interferir na vida emocional das pessoas, provoca mudanças de atitude e sentimentos que beiram a paranóia social. O medo provocado pela possibilidade de ser vítima de violência já é suficiente para dotar as pessoas de atitudes agressivas, como prevenção natural ao risco imaginário de um ato criminoso. Não raro, o sujeito que é vítima dessa atitude preventiva

nunca teve interesse de praticar qualquer mal a outrem. Ao ver estampada na capa do jornal uma seqüência de crimes, o leitor pode estar sendo influenciado a uma atitude que julga fundamental para sua sobrevivência, mesmo que o meio ambiente real muito pouco tenha em comum com o veiculado pela imprensa.

Outro perigoso efeito do processo de medo provocado pela violência está na reação das vítimas. A divulgação de notícias sobre cidadãos que reagem e matam supostos criminosos pode desencadear uma série de outros eventos. Em diversas situações, o ato relatado como heróico pelo veículo passa a ser reeditado por outros personagens, nos dias ou semanas seguintes, com os mais trágicos resultados: uma bala perdida mata alguém, a vítima acaba numa cadeira de rodas ou o suposto criminoso é apenas um cidadão comum, confundido por ser jovem, negro, pobre ou estar mal vestido. Naturalmente, quando a vítima da reação é um cidadão que não pode ser encaixado na categoria *criminoso*, a imprensa faz uma rápida autocrítica, mudando o enquadramento das matérias posteriores, ou tende a tratar o episódio como um *mal-entendido*, colocando-o na lista das tragédias inevitáveis.

Isso se agrava na medida em que,

diferentemente dos boatos e dos diz-que-diz-que, a notícia, uma vez publicada, torna-se uma espécie de documento público, munido de autoridade. Acima de tudo, porém, a notícia responde a um interesse, a uma tensão, uma expectativa: a primeira reação de quem a recebe é o desejo de propagá-la, numa antevisão de quanto alimentará as discussões em que se forma a opinião pública. (STOETZEL, 1963: 300)

Outro fator importante a ser considerado é que os eventos que envolvem violência possuem alta capacidade de se manterem atuais, como se jamais fossem depositados numa memória longínqua e esquecidos. Alguém que vivencia um evento traumático tende a guardá-lo tão vivo que, sempre que algo relacionado o traz à memória, fortes sentimentos de angústia, ansiedade e depressão dispõem-se a voltar com intensidade semelhante ao momento do ato. Como efeito complementar, é muito difícil um relato de ato criminoso ser esquecido quando contado com riqueza de detalhes ou por pessoa que sofreu a ação ou teve vínculo afetivo com a vítima ou acusado.

É absolutamente compreensível que no decorrer do tempo as instituições mudem. Sobretudo aquelas que lidam com a comunicação. Deixando de lado as transformações

tecnológicas, administrativas, organizacionais, *Zero Hora* (e a RBS) acompanham a história do RS há cerca de quatro décadas. Nesse período, contou e recontou milhares de histórias nas páginas do jornal. Mais de uma geração de jornalistas contribuíram para produzir notícias que interferem na auto-imagem dos leitores e na compreensão que esses têm do mundo.

Embora seja difícil identificar-se o momento em que a violência e o jornalismo celebram o mutualismo como modelo de relação tácita, é possível suspeitar-se que esse formato de interação possa influenciar muito a maneira como o jornal apresenta à sociedade aquilo que nomeia como criminalidade e segurança pública. Se interesses econômicos e políticos decidem fazer da segurança pública o objeto da celeuma, utilizando o jornal como arma de uma guerra, que prejuízos podem gerar à sociedade e à verdade?

Claro que na formação de opinião, como na vida política e econômica, permite-se que haja diferenças de pontos de vista, desacordo, argumento e oposição; mas isso é entendido como realizando-se dentro de um enquadramento concordante e básico mais lato – o *consenso*, o qual todos subscrevem, e no qual toda a contestação, desacordo ou conflito de interesses podem ser reconciliados pela discussão, sem recurso ao confronto ou à violência. (HALL, S. et al. In TRAQUINA, 1999: 227)

Como alerta Hall, “os acontecimentos, enquanto notícias, são regularmente interpretados dentro de enquadramentos que derivam, em parte, desta noção de consenso, enquanto característica básica da vida cotidiana” (HALL, in TRAQUINA, 1999: 227). E se não há consenso, o que acontece? No caso em estudo, a falta de consenso que ocorre em um momento e não em outro, a radicalização do conflito, as concepções políticas divergentes e os interesses particulares em jogo permitem a construção de uma realidade particular, na qual o filtro político e interesses econômicos se sobrepõem ao interesse social.

6 A segurança pública em *Zero Hora*

Antes de se avançar na avaliação dos dados obtidos, é importante destacar algumas informações sobre o contexto em que se analisa o material de pesquisa. Para isso é fundamental resgatar algumas informações sobre a equipe que produz *ZH*, o Estado, a economia no RS, a população, a polícia e as taxas dos principais delitos que oferecem a matéria-prima para as notícias sobre segurança pública e criminalidade.

A equipe de jornalistas de *Zero Hora* que escreve sobre segurança pública é praticamente a mesma em 2001 e em 2005. Os principais profissionais mantêm-se em seus postos. Não há mudanças significativas na Editoria de Polícia, tampouco ocorre alteração na direção de redação do jornal. No período, o veículo não sofre nenhuma mudança radical ou processo de ruptura. As alterações acontecem de maneira discreta e o jornal continua a se apresentar aos leitores de forma similar, nos dois períodos. Alguns comentaristas são substituídos, com destaque para a saída de um influente comentarista político, José Barrinuevo, que se *aposenta* alguns meses após as eleições de 2002, quando o PMDB retorna ao governo do Estado.

Entre 2001 e 2005, a economia do Rio Grande do Sul enfrenta algumas situações particulares – problema de seca no campo, prejudicando a agricultura e a pecuária, crise no setor calçadista, em razão da baixa cotação do dólar e outras situações com paralelo em diversos outros estados. Nada, portanto, que possa ser apontado como fato grave ou determinante, que mereça comentários mais detalhados, para este estudo.

Nenhum fenômeno ocorre com a população do Rio Grande do Sul. As taxas de natalidade e mortalidade mantêm-se nos mesmos níveis, nos dois períodos estudados. Tampouco ocorreu algum tipo de êxodo ou a chegada de algum novo grupo que pudesse impactar nos hábitos e comportamentos dos gaúchos.

Em relação à segurança pública, duas questões são importantes para subsidiar esta conclusão. A primeira é destacar que a formação de um policial demora alguns anos. Considerando que a polícia gaúcha é composta, em 2001, por 29.470 servidores (24.222 militares e 5.248 civis) e, em 2005, tem 27.966 trabalhadores (22.826 militares e 5.140 civis), sendo que a partir de 2003 foram contratados 2.012 novos PMs, 600 agentes civis e

53 delegados, pode-se afirmar que, de 2001 para 2005, praticamente não mudaram as pessoas que cuidam operacionalmente da segurança pública no Estado⁴⁹.

Na comparação entre os três primeiros anos da administração petista e igual período do governo peemedebista, percebe-se que, no segundo período, a criminalidade no RS é significativamente maior. De 2001 para 2005, aumenta a quantidade de homicídios, roubos e furtos (por 100 mil habitantes). Isso significa que o nº de delitos registrados em 2005 foi maior que no período anterior, oferecendo, portanto, matéria-prima mais abundante para a produção de notícias sobre crime durante a administração do PMDB. A tabela que segue mostra as taxas de delitos registrados em cada período e o percentual de aumento.

Tabela 6.1
Comparativo entre as taxas de homicídios, roubos e furtos
por 100 mil habitantes, com variação percentual - 2001 e 2005

	1999-2001	2003 - 2005	Variação
Taxa média anual de homicídios	11,98	12,77	+ 6,6%
Taxa média anual de roubos	519,47	667,9	+28,6%
Taxa média anual de furtos	1.901,95	2.366,43	+24,4

Outro dado interessante aparece em uma pesquisa publicada em *ZH*⁵⁰, no final de 2005. Ao avaliar os três primeiros anos da administração peemedebista, em comparação com o governo do PT, a área que ganha a nota mais baixa, na avaliação dos entrevistados, é a segurança pública. Para conhecer a opinião dos gaúchos sobre o governo Rigotto, o instituto de pesquisa (Cepa-UFRGS) ouviu 1.750 pessoas, com mais de 16 anos, em 48 municípios do Estado.

José Otávio Germano diz receber *com serenidade* a lanterna na avaliação do governo Germano Rigotto. Segundo o secretário da Justiça e da Segurança, a nota 4 decorre em parte da insatisfação permanente da população com as consequências da violência urbana. - A pesquisa reflete o que as pessoas sempre querem. Temos a consciência do dever cumprido - afirma. Germano lembra que as mazelas das demais áreas desembocam na segurança pública, como a falta de emprego, moradia e educação. Embora comemore ter elevado o gasto com o custeio de R\$ 12 milhões por mês para R\$ 25 milhões, o secretário tem a convicção de que a segurança pública não viverá outra realidade enquanto não for tratada como prioridade orçamentária: - Incrivelmente, vivemos em um país sem nenhuma política nacional de segurança pública, e isso não é um problema só do governo Lula. (*ZH*, 27/12/2005: 4, 5 e10)

⁴⁹ Informações quantitativas obtidas nas edições de Zero Hora de: 17/04/2005: 44; 27/05/2005: 43; e 28/04/2005: 50.

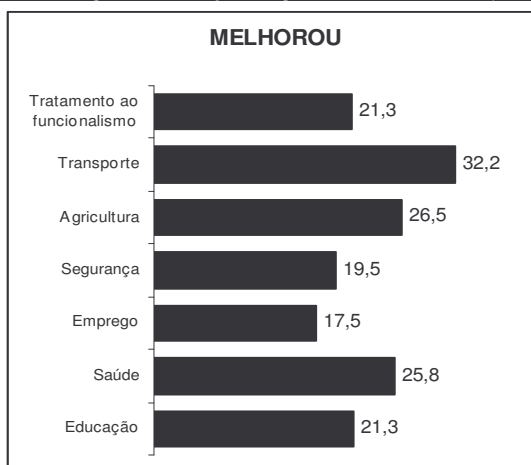
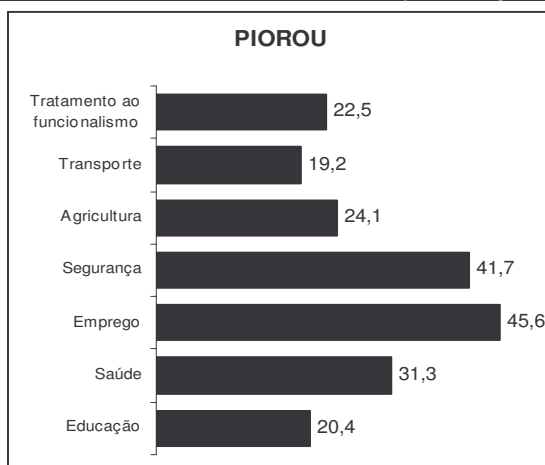
⁵⁰ <http://www.clicrbs.com.br/jornais/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&edition=4912&template=&star t=1§ion=Pol%EDtica&source=Busca%2Ca1042726.xml&channel=9&id=&titanterior=&content=&men u=23&themeid=§ionid=&suppid=&fromdate=&todate=&modovisual=>

Para 41,7% dos cidadãos entrevistados, a segurança pública na administração do PMDB piora, em relação à realidade presenciada no governo petista. Outros 38,8% consideram que a situação permanece igual. Apenas 19,5% das pessoas ouvidas percebem alguma melhora. As impressões obtidas pela pesquisa confirmam o que as estatísticas de criminalidade mostram. Segundo o levantamento, independente do discurso construído pelo jornal, para 80,5% dos gaúchos, a insatisfação da população do RS em relação à segurança pública permanece ou aumenta, durante a administração do PMDB.

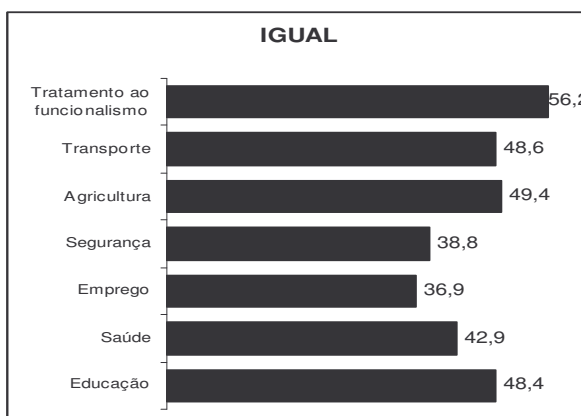
Gráfico 6.1

Avaliação do desempenho do governo do PMDB, em relação ao do PT

Até o momento, como você avalia o desempenho do governo Germano Rigotto em relação ao governo Olívio Dutra? (em %)



35,9%
dos eleitores com Ensino Fundamental incompleto acreditam que a área dos transportes melhorou na comparação com o Governo Olívio Dutra. Por grupo de eleitores, foi o melhor desempenho de Rigotto em relação à gestão anterior



48%
dos eleitores que estudaram do primeiro ano do Ensino Superior em diante entendem que emprego e segurança pioraram em relação ao governo Olívio. Essas foram as piores avaliações de Rigotto na comparação com a administração passada

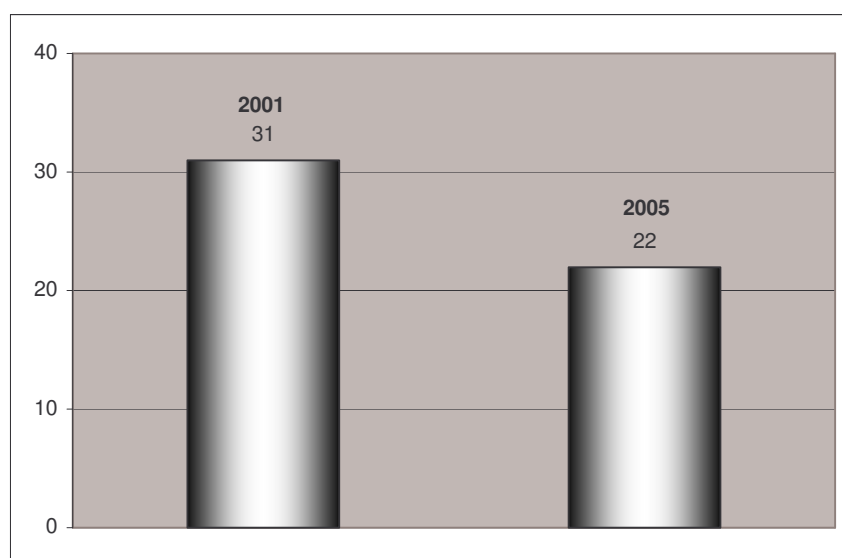
(ZH, 27/12/2005: 4)

Após demonstrar que o Rio Grande do Sul de 2001 e o de 2005 não sofrem nenhum processo de ruptura que explique ou justifique qualquer mudança radical no olhar que ZH lança sobre a criminalidade e a segurança pública, é possível avançar para se compreender como o jornal trata este assunto.

6.1 O crime como notícia de capa

A quantidade de notícias publicadas na capa de *Zero Hora*, relacionadas à segurança pública e à criminalidade, em 2001 e 2005, mostra a relevância que o assunto tem para o jornal. Nos 80 dias pesquisados, foram catalogadas 65 notícias (matérias e chamadas) na capa, que resultaram em 122 matérias no interior do jornal, além de outros 104 complementos: boxes, tabelas, figuras, mapas, infográficos e histórias em quadrinho. Em várias edições foram identificadas mais de uma chamada na capa sobre o assunto. Ao todo, foram analisadas 291 matérias e complementos. Em média, a cada três dias, *ZH* publica duas notícias sobre o tema na capa do jornal.

Gráfico 6.2
Quantidade de dias com matérias sobre segurança pública e/ou criminalidade publicadas na capa do jornal - Comparativo 2001-2005



A quantidade de matérias sobre criminalidade e segurança pública presentes na capa de *ZH* no período estudado, em 2001, foi 50% superior à verificada em 2005. O número de dias em que o jornal **não publica** matérias sobre o assunto, em 2005, foi duas vezes maior do que em 2001. Conforme mostra a tabela que segue, das 40 edições pesquisadas em 2001, em 31 havia alguma matéria sobre crime ou segurança pública. Já em 2005, apenas 22 capas de *ZH* apresentam alguma notícia sobre o assunto. Isso significa que, em 2001, 77,5% das capas das edições analisadas contêm notícias sobre o tema. Já em 2005, a quantidade cai para 55%.

Tabela 6.2

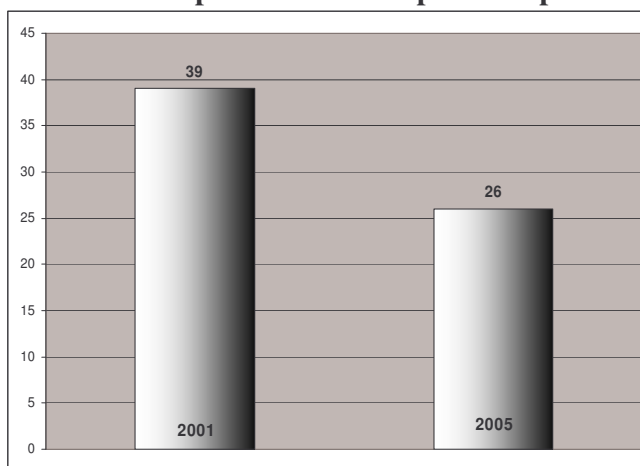
Quantidade de matérias publicadas na capa - Comparativo 2001-2005

	2001	2005
Nº. de edições analisadas	40	40
Nº. de dias sem ocorrências	09	18
Nº. de matérias publicadas	39	26

Das matérias publicadas em 2001, sete referem-se à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Segurança Pública, instalada na Assembléia Legislativa gaúcha, em 18 de abril daquele ano. Preliminarmente, não é possível se afirmar que o tema ganha relevância porque existe uma CPI, ou se a CPI é criada porque o assunto possui grande visibilidade na mídia. Mesmo que não sejam consideradas as matérias sobre a Comissão Parlamentar, a quantidade de matérias publicadas por *ZH* em 2005 é 18,7% menor do que em 2001. Numa primeira análise, evidencia-se que a importância dada por *ZH* para assuntos relacionados à segurança pública diminui em 2005, na comparação com igual período de 2001.

Gráfico 6.3

Quantidade de matérias publicadas na capa - Comparativo 2001-2005



No corpo do jornal, as matérias de capa se desdobram em várias outras, com detalhamentos que situam o leitor em relação ao assunto tratado. Nos dois períodos estudados, o jornal adota a mesma estratégia de oferecer mapas, gráficos, histórias em quadrinho, tabelas, boxes explicativos e outros recursos para ilustrar a notícia.

Tabela 6.3

Quantidade de matérias publicadas no corpo do jornal relacionadas à notícia da capa

Ano	2001	2005
Quantidade	69	53

O número de matérias secundárias, relacionadas diretamente ao assunto da capa é, em 2005, 23% menor do que o verificado em 2001. De maneira semelhante, a quantidade de informações complementares (boxes, tabelas, etc.) também se reduz em 22%. Ao se considerar que o número de notícias na capa cai 33% no mesmo período, verifica-se que a diminuição do espaço no corpo do jornal foi menor. Preliminarmente, isso indica que, em 2005, os assuntos receberam um tratamento mais detalhado, com maior espaço no interior do jornal.

Tabela 6.4
Quantidade de informações complementares⁵¹
publicadas no corpo do jornal relacionadas à notícia da capa

Ano	2001	2005
Quantidade	58	46

6.2 A geografia das ocorrências

Ao se segmentar a origem geográfica das matérias que compõem este estudo, verifica-se que 89% são relacionadas ao Rio Grande do Sul, 8% às outras Unidades Federativas (UF) e 3% a fatos ocorridos em outros países. Isso reforça a impressão de que *ZH* é um veículo regional, centrado no tratamento das notícias do estado. Nas matérias sobre fatos nacionais ou internacionais o jornal procura alguma vinculação com a região. Os fatos que fazem *ZH* abrir espaço para outras UF ou países são a greve de policiais militares no Tocantins, a prisão do traficante Fernandinho Beira-Mar (na Colômbia), a fuga maciça de presos de uma penitenciária de São Paulo, uma rebelião com vários mortos, numa casa de detenção de Cuiabá, no Mato Grosso, e a morte de um gaúcho em Moscou. Todas foram notícias com ampla repercussão nacional, que o veículo não poderia se furtar de oferecer aos leitores, ou que trazem algum fato inesperado, como a morte de um *conterrâneo* em terras distantes. O Rio de Janeiro, que aparece com frequência e destaque nos grandes jornais brasileiros, não é notícia em nenhuma das edições estudadas.

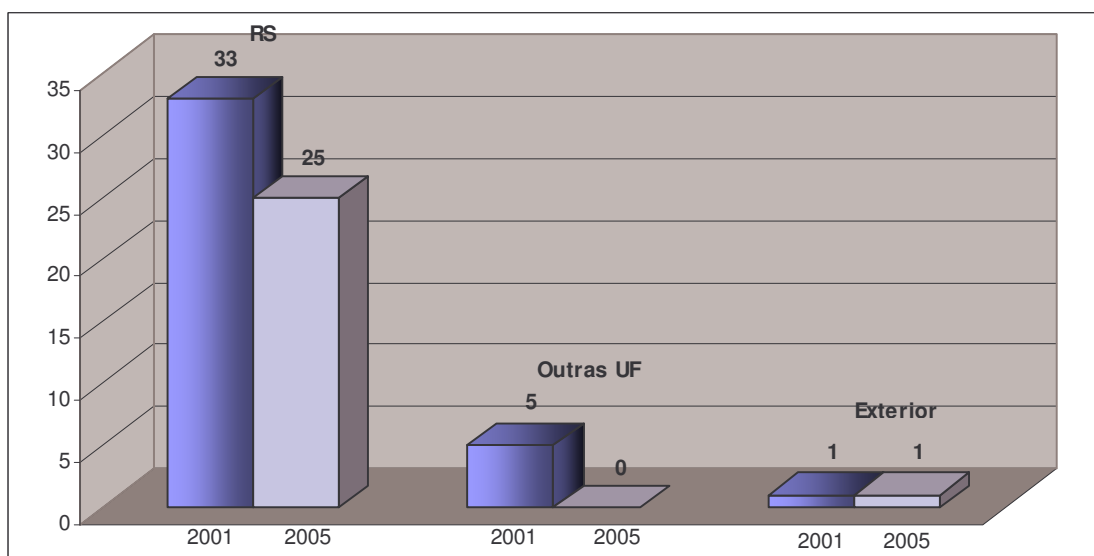
Tabela 6.5
Notícias publicadas na capa do jornal, por localização geográfica – 2001 e 2005

Geografia das Ocorrências	Quantidade 2001	Quantidade 2005
Nº. de matérias relativas ao RS	33	25
Nº. de matérias nacionais	05	00
Nº. de matérias internacionais	01	01
Total	39	26

⁵¹ Boxes, tabelas, figuras, mapas, infográficos e histórias em quadrinho.

A quantidade de notícias publicadas na capa de *ZH* sobre criminalidade e segurança pública, relativas a fatos ocorridos no RS, em 2005, diminuiu 24,2%, na comparação com 2001. Em 2005 não houve registro de notícias relativas às outras UF. A quantidade de notícias sobre eventos ocorridos em outros países foi idêntica.

Gráfico 6.4
Quantidade de matérias publicadas na capa
- Comparativo por origem geográfica 2001-2005



A ausência de matérias sobre outras UF, em 2005, fez com que o percentual de notícias relacionadas ao Rio Grande do Sul fosse ampliado, na comparação com 2001, conforme mostram os gráficos que seguem.

Gráfico 6.5
Quantidade de matérias publicadas na capa
- Segmentação geográfica - 2001

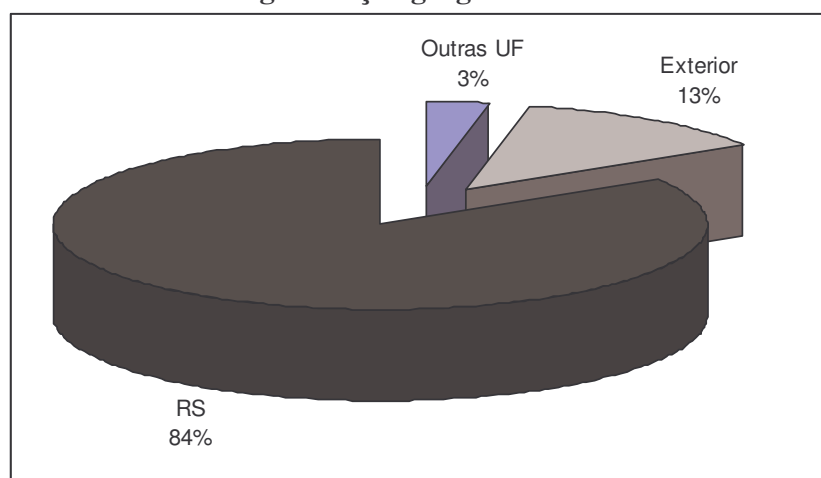
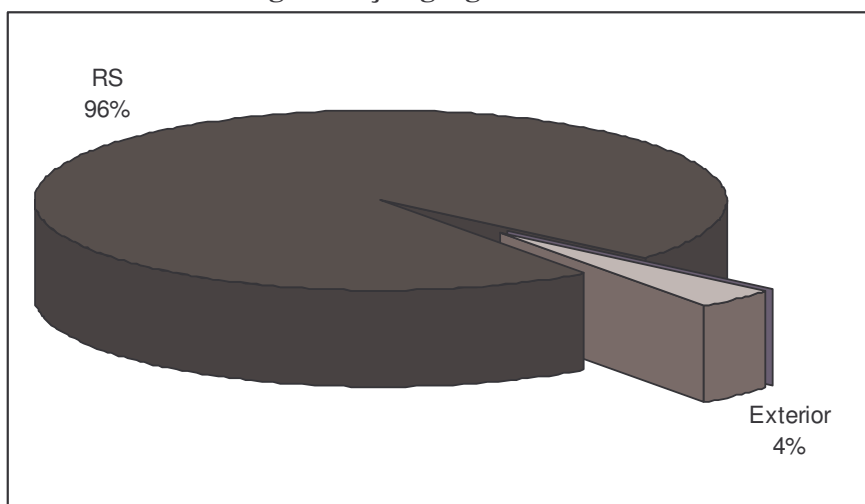


Gráfico 6.6
Quantidade de matérias publicadas na capa
Segmentação geográfica – 2005



6.3 A tipologia das ocorrências

Nesta parte do estudo, são analisadas apenas as notícias que *Zero Hora* publica referentes ao Rio Grande do Sul. Compõem a amostra 57 matérias ou chamadas de capa, sobre fatos ocorridos no próprio Estado.

Entre os acontecimentos que *Zero Hora* transforma em notícia de capa nos períodos estudados, o preferido refere-se ao que foi qualificado como *Segurança pública*, que inclui as questões relativas à infra-estrutura das polícias; lançamento ou balanço de projetos; eventos promovidos pelo executivo, legislativo ou judiciário relacionados à área; estatísticas sobre crime ou segurança; levantamentos; falhas nos sistemas de segurança; e política de segurança pública. Foram 20 notícias sobre esse tema.

Na segunda posição aparecem os *Crimes e delitos atuais*, que são a maior parte do que as polícias produzem cotidianamente e que usualmente se chama de crônica policial. Foram 16 ocorrências. As *Ações policiais*, com 11 matérias, ficaram na terceira posição. Esse item reúne as capturas ou prisões; delitos evitados pela polícia; investigações; indiciamentos, blitz e operações de prevenção. Nenhum fato foi noticiado sobre motins,

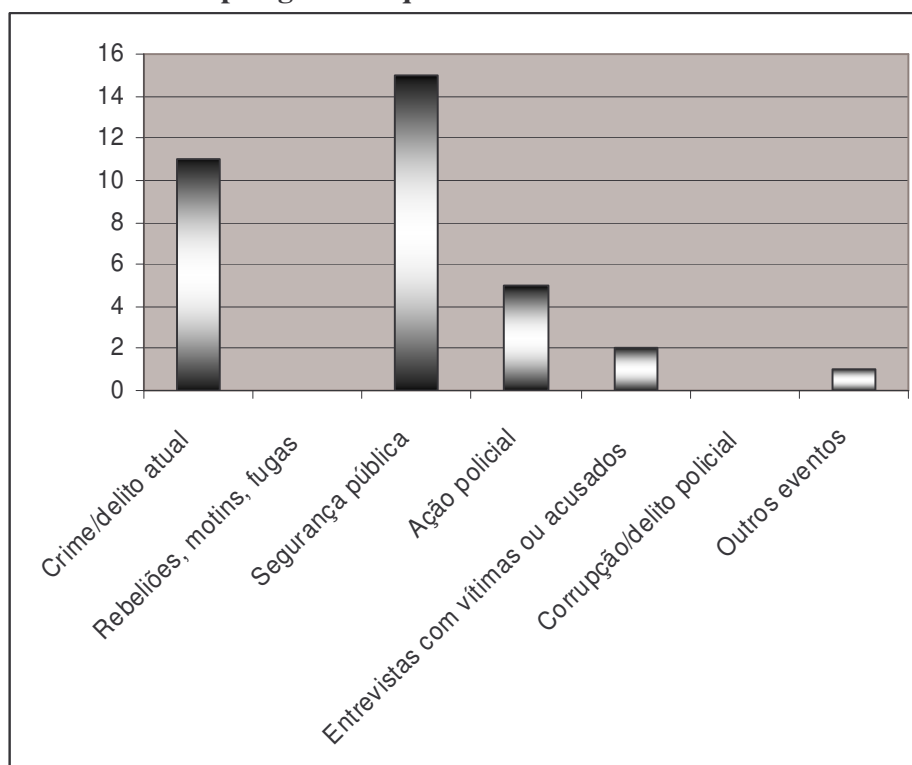
fugas ou rebeliões. A tabela que segue apresenta as quantidades de eventos em cada uma das categorias pesquisadas.

Tabela 6.6
Notícias publicadas na capa do jornal relativas ao RS - Tipologia – 2001 e 2005

Sobre o que a matéria trata	2001	2005
Crime/delito atual	11	06
Rebeliões, motins, fugas	-	00
Segurança pública	14	06
Ação policial	05	06
Entrevistas com vítimas ou acusados	02	04
Delito ou falha praticado por policial	00	01
Outros eventos	01	02

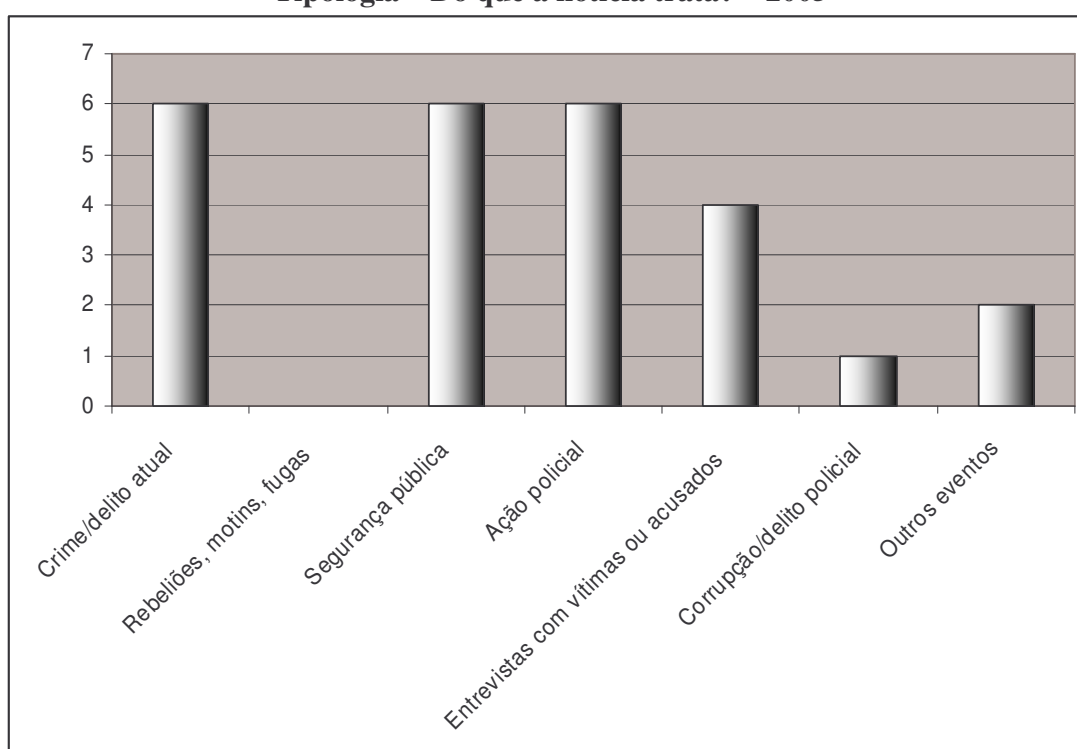
A preferência por assuntos qualificados como *Segurança pública* tem seu ponto mais alto em 2001. São 14 notícias que tratam do tema. Semelhante ao que já foi comentado no total geral, em segundo lugar na capa de *ZH*, em 2001, aparecem os eventos relativos a *Crimes e delitos atuais* e, na terceira posição, a *Ação policial*. Cerca de 90% das matérias publicadas são classificadas nessas três categorias.

Gráfico 6.7
Matérias publicadas na capa sobre fatos ocorridos no RS
Tipologia – Do que a notícia trata? – 2001



Em 2005, nota-se uma mudança no tipo de notícia que ganha a capa do jornal. *Crimes e delitos atuais*, *Segurança Pública* e *Ação Policial* estão empatados, com seis ocorrências em cada subcategoria. Aparecem na segunda posição, com quatro ocorrências, as entrevistas com vítimas, suspeitos ou com advogados, parentes, amigos ou conhecidos dos atores, além de suítes de matérias sobre delitos ou investigações. O gráfico que segue mostra como foram divididas as matérias em relação ao tipo.

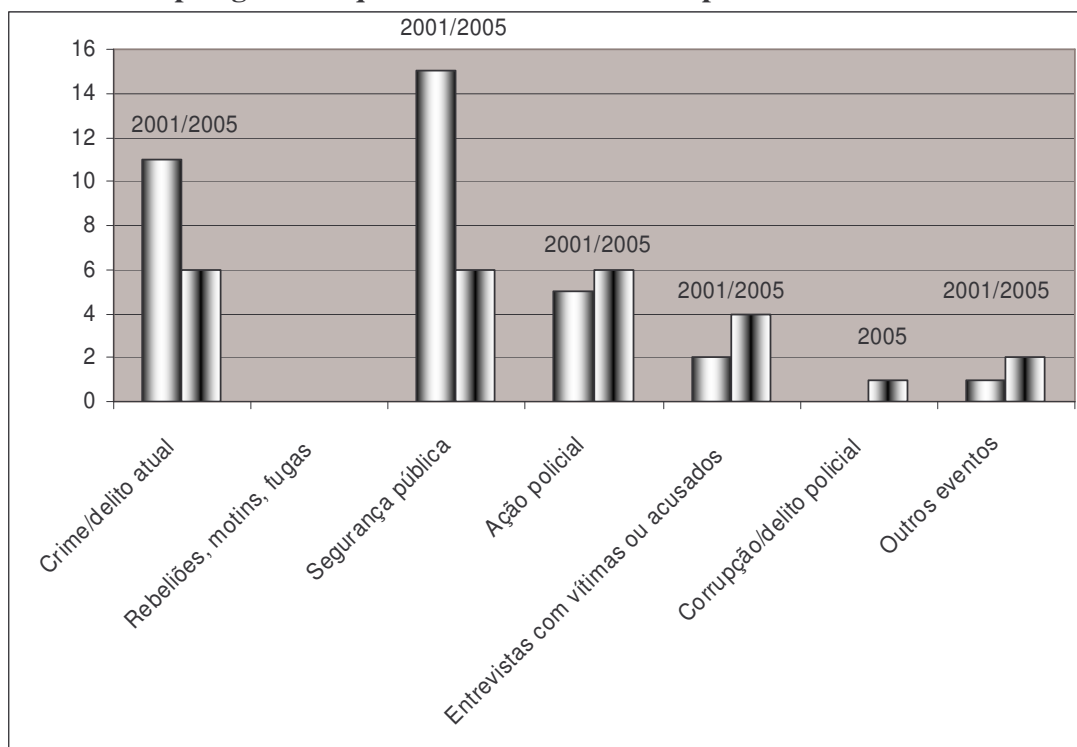
Gráfico 6.8
Matérias publicadas na capa sobre fatos ocorridos no RS
Tipologia – Do que a notícia trata? – 2005



Na comparação entre 2001 e 2005 percebe-se que há uma mudança significativa no tipo de acontecimento preferido por *ZH* para ser transformado em notícia de capa. O dado mais significativo refere-se a assuntos classificados como *Segurança pública*. A quantidade de matérias publicadas em 2001 sobre esse item foi 133% superior ao que foi registrado em 2005. Em segundo lugar aparecem os *Crimes atuais*, que em 2001 tiveram 66% mais notícias na capa que em 2005. Já as *Entrevistas com vítimas ou suspeitos* cresceram 100% de 2001 para 2005, e a quantidade de matérias sobre a *Ação policial* também cresceu 20%

no período. É importante lembrar que a quantidade de notícias sobre o assunto, relativas ao RS, diminuiu 24% de 2001 para 2005. Isso torna esses aumentos ainda mais significativos.

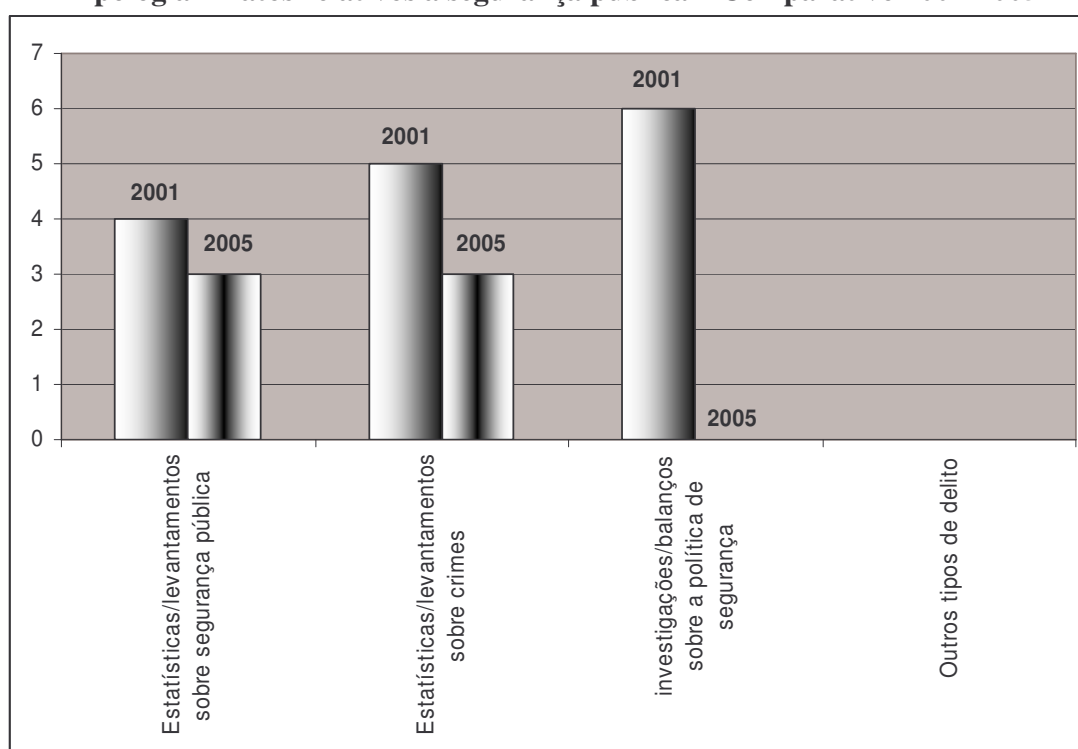
Gráfico 6.9
Matérias publicadas na capa sobre eventos no RS
Tipologia – Do que a notícia trata? – Comparativo 2001-2005



Na análise mais detida do item *Segurança pública*, é possível se constatar que a quantidade de matérias relativas à CPI, em 2001, foi a principal responsável pela diferença na quantidade de ocorrências entre os dois períodos. Considerando a redução no número de matérias publicadas na capa de *ZH* em 2005, é possível se afirmar que o jornal manteve a proporção de notícias publicadas em relação ao subitem *Estatísticas/levantamentos sobre segurança pública* (que agrupa as matérias sobre aquisição de equipamentos; aparelhamento/desaparelhamento dos órgãos policiais; resultado de operações policiais). Já a quantidade de matérias que trata de *Estatísticas/levantamentos sobre crimes* decresceu de maneira mais acelerada, caindo 33% de 2001 para 2005. Nesse subitem são agrupadas as notícias que trazem informações sobre taxas de homicídio, furtos, roubos e demais delitos classificados pela Secretaria da Justiça e da Segurança (SJS) e disponíveis para qualquer cidadão na *internet* (<http://www.sjs.rs.gov.br>).

Uma informação importante é que, como já foi mencionado no item 5.2 (Precariedade das estatísticas no Brasil), só em 1999 é que foi criado um sistema único para tratar as estatísticas da SJS do RS e, como é previsível, alguns anos mais tarde é que o sistema estaria consolidado e confiável. Ainda assim, o interesse de *ZH* pelas estatísticas relacionadas ao crime decresceu de 2001 para 2005. Isso é o que se pode deduzir preliminarmente. O gráfico que segue compara os dois períodos, mostrando as variações.

Gráfico 6.10
Matérias publicadas na capa sobre fatos ocorridos no RS
Tipologia – Fatos relativos à segurança pública – Comparativo 2001-2005



6.4 O que é ruim é bom – Valores-notícia

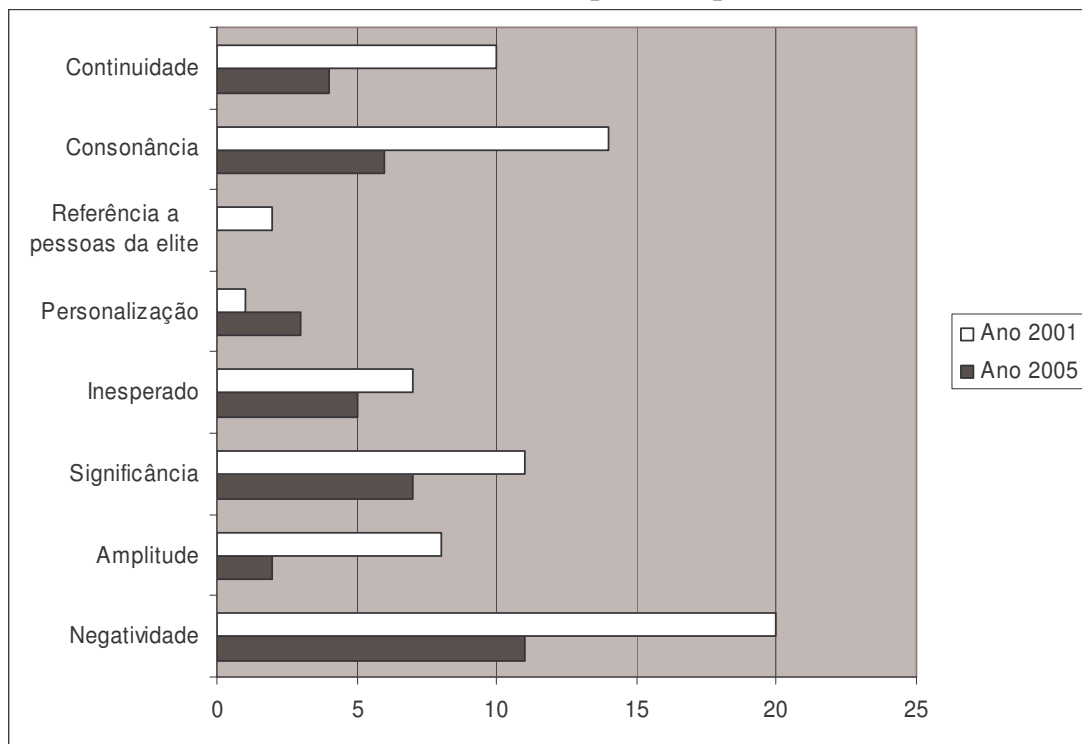
Para se compreender como um acontecimento se torna notícia, um dos instrumentos utilizados é a análise dos valores-notícia que estiveram presentes e foram dominantes no conjunto de matérias analisadas. Para a determinação dos valores-notícia predominantes, neste trabalho foi considerado não apenas o conteúdo da capa, mas também o texto da matéria no interior do jornal.

Quando se presta atenção aos valores-notícia predominantes, tanto em 2001 quanto em 2005, não surpreende que a *negatividade* se destaque nos dois períodos estudados. Já

era esperado que os aspectos intrínsecos às notícias sobre violência fizessem deste valor-notícia o mais saliente. Em 31 notícias a *negatividade* foi preponderante para o jornal, seguido de *Consonância* (20), *Significância* (18) e *Continuidade* (14). Embora se tenha procurado restringir ao máximo a quantidade de valores presentes em cada notícia, algumas foram classificadas em até três itens.

Os valores-notícia *Consonância* e *Negatividade* apareceram com maior intensidade em 2001. Mais uma vez, a análise preliminar dos números mostra que *ZH* está mais atenta aos fatos relacionados à criminalidade no primeiro período analisado. Por ter decidido colocar na capa, em 2001, 50% mais notícias sobre crime do que pôs em 2005 (conforme já apresentado no Gráfico 6.3), o jornal evidencia uma preferência pelo valor notícia *Negatividade*, em 2001. E isso pode ter implicado na escolha de *Consonância* como segundo valor mais significativo: os leitores já esperavam que o jornal apresentasse uma nova *boa notícia má*.

Gráfico 6.11
Valores-notícia das matérias da capa - Comparativo 2001-2005



O valor-notícia aplicado a matérias relativas aos países mais ricos (*Referência a nação de elite*) não foi observado em nenhuma das matérias e, assim, saiu dos gráficos e tabelas. Também não se aplicou o valor relativo à *Composição* (do noticiário), pois isso é

demasiado impreciso quando se trata de uma capa de jornal, referindo-se mais às produções de rádio, televisão e *internet*. *Clareza* foi outro valor-notícia excluído, dado que, conforme alerta Galtung & Ruge (In TRAQUINA, 1999: 69) “um acontecimento negativo pode mais facilmente desenrolar-se por completo entre duas edições de um jornal”, tornando-o muito mais claro e completo para o entendimento dos leitores, o que nem sempre ocorre com os acontecimentos positivos, os quais muitas vezes demoram muito tempo para serem concluídos, tendo, portanto, menor clareza.

Por fim, o quesito *Frequência* também foi excluído, pois a força de alguns acontecimentos relacionados à segurança pública e ao crime pode modificar a rotina de uma redação, como aconteceu em 4 de janeiro de 2002, quando um auxiliar de cozinha afastado da Receita Federal manteve, por mais de 27 horas, 10 pessoas reféns dentro de um microônibus, no centro de Porto Alegre. O episódio foi transmitido ao vivo por diversos veículos, modificando inteiramente a grade de programação e os horários de fechamento dos principais jornais do Estado.

Tabela 6.7
Valores-notícia⁵² preponderantes nas matérias
publicadas na capa do jornal relativas ao RS - 2001 e 2005

	Quantidade 2001	Quantidade 2005
Negatividade	20	11
Amplitude	08	02
Significância	11	07
Inesperado	07	05
Personalização	01	03
Referência a pessoas de elite	02	-
Consonância	14	06
Continuidade	10	04

Por mais surpreendente e inesperada que possa ser uma notícia sobre violência, com detalhes sensacionalistas e elementos de crueldade ou loucura, na sociedade contemporânea, numa grande cidade, o que efetivamente parece ficção é que o jornal noticie que, durante as 24 horas de um dia, nenhum ato criminoso tenha sido cometido. E essa não-notícia, que deixaria a Editoria de Polícia sem assunto, vazia de valor, seria seguramente a mais expressiva, inesperada e surpreendente.

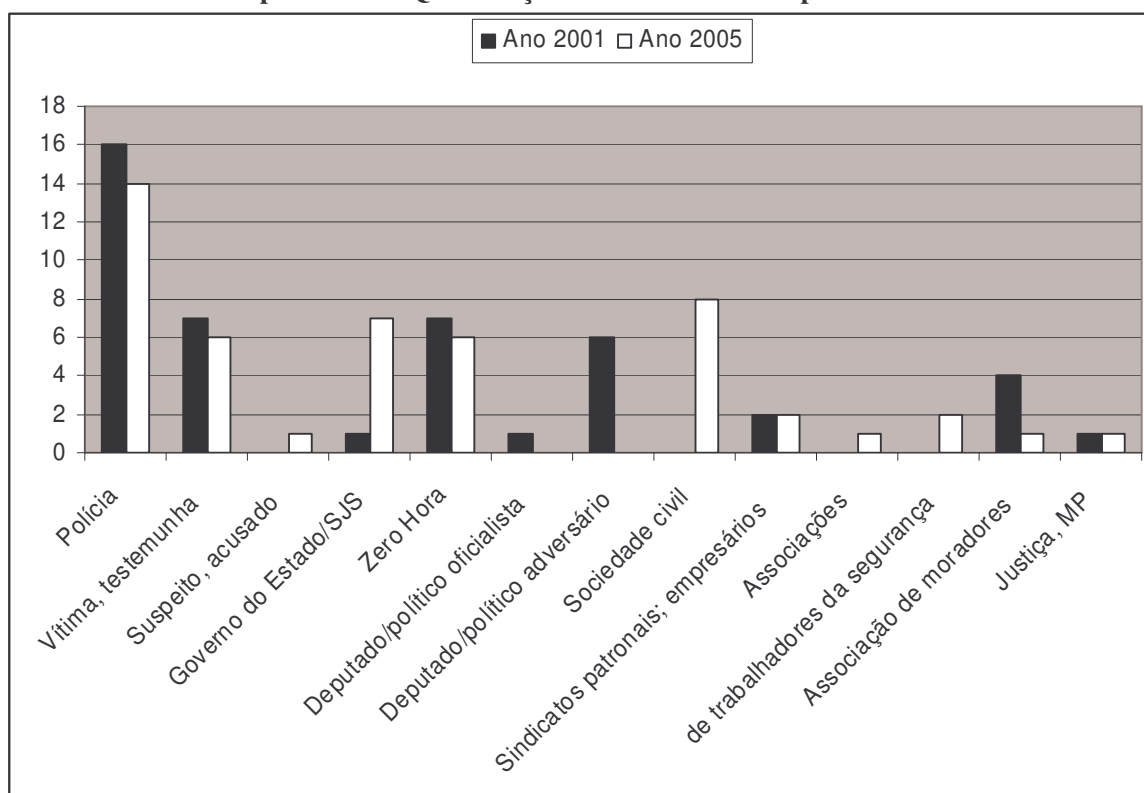
⁵² Em caso de a notícia possuir mais de um valor-notícia, são considerados os mais relevantes.

6.5 As fontes – Os definidores da notícia

Ao se analisar as fontes que ofereceram a matéria-prima para ZH produzir as notícias, evidencia-se que os definidores primários preponderantes são os agentes policiais. Em ambos os períodos selecionados, a *Polícia* (civil e militar) e os *Peritos* oficiais são os que aparecem com maior frequência no noticiário. Uma das razões é que são esses atores que, na maior parte das vezes, relatam ao jornalista o que viram ou ouviram de vítimas, suspeitos e testemunhas. É a polícia que investiga e monta as teses que frequentemente são reproduzidas pelos jornalistas.

Uma questão que pode parecer polêmica é a citação de *ZH* como definidor primário. Embora Stuart Hall (In TRAQUINA, 1999: 228) defenda que a imprensa não cria as notícias, mas está dependente de assuntos noticiosos produzidos por fontes institucionais regulares e credíveis, verifica-se que *ZH* faz *levantamentos* e produz *pesquisas* selecionando temas e buscando fontes que confirmem suas teses.

Gráfico 6.12
Definidores primários – Qualificação e incidência – Comparativo 2001-2005

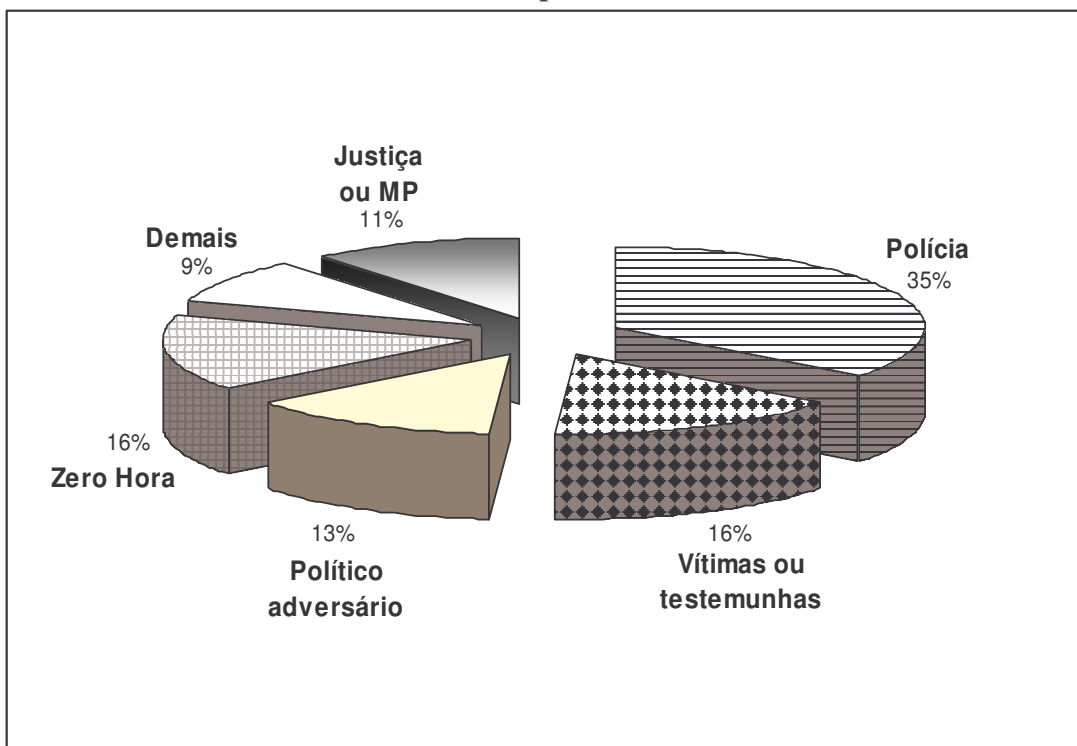


Tanto em 2001 quanto em 2005, *ZH* propõe temas que considera interessantes e que realmente possuem relevância jornalística para produzir as matérias. Outro fator que também justifica a colocação do jornal nesta posição é porque as fontes escolhidas pelo jornal mesclam claramente posições político-partidárias e setoriais (entidades de classe, associações de moradores ou de servidores da segurança).

Vítimas e testemunhas também são definidores primários utilizados com frequência nos dois períodos. *ZH* mantém o critério de expor a opinião de parentes, amigos, vizinhos, advogados e das próprias vítimas.

Em 2001, depois da *Polícia*, das *Vítimas e testemunhas* e dos *levantamentos e pesquisas de Zero Hora*, os definidores primários que mais se destacam são os *Políticos adversários* e a *Justiça ou Ministério Público*. Mais uma vez, a explicação para o espaço de discussão política pode ser a existência da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Segurança Pública. Contudo, a desproporção entre o número de vezes que a definição primária é oferecida por fontes *adversárias* é um indício de que *ZH* expressa alguma preferência já na seleção das fontes.

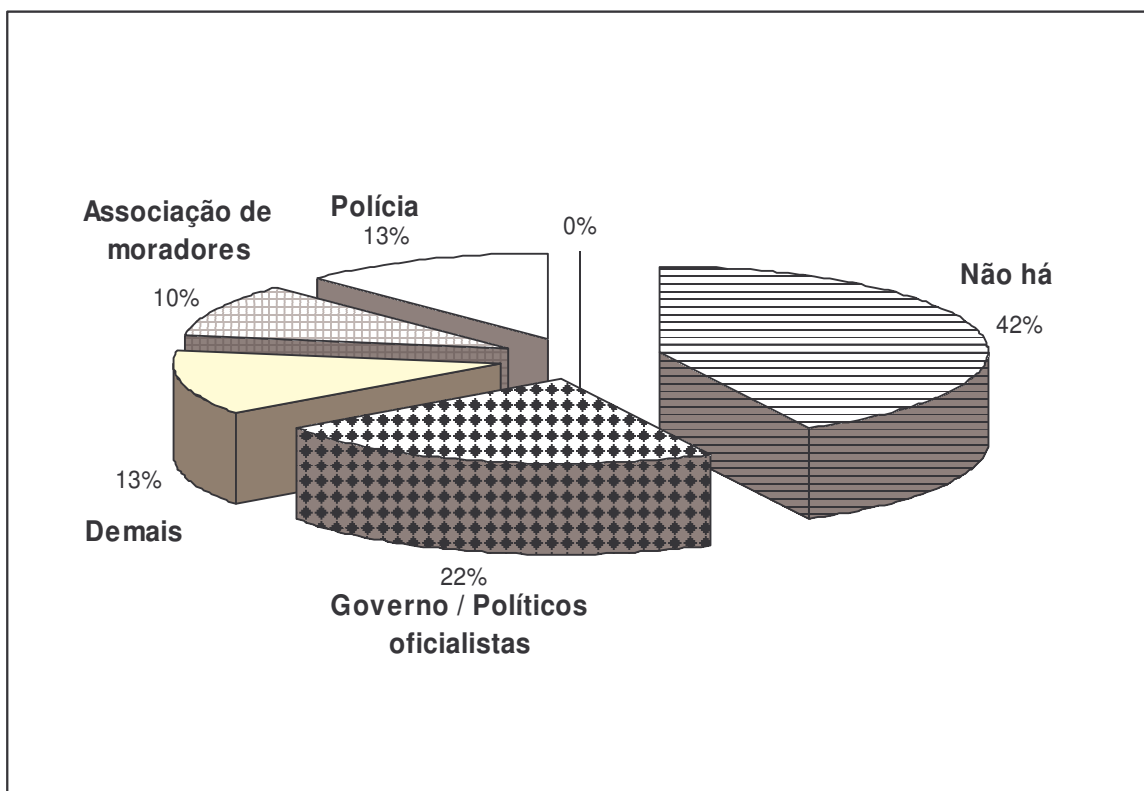
Gráfico 6.13
Definidores primários – 2001



Chama a atenção a ausência da *Sociedade civil* no debate sobre segurança pública. Entidades ligadas aos direitos humanos, organizações não governamentais, especialistas, universidades, associações de trabalhadores e entidades relacionadas ao tema estão apartadas do processo de discussão de um assunto que diz respeito a toda a sociedade. Por outro lado, nas matérias em que *ZH* é colocada como fonte principal, em 2001, há uma seleção de entidades patronais (sindicato de lotéricos, de comerciantes de medicamentos, de postos de gasolina, de mini-mercados) que oferecem histórias sobre supostos crimes ocorridos, muitos desses não registrados nos órgãos oficiais. Outra presença discreta (ou quase ausência) entre os definidores primários, em 2001, é o governo do Estado, a Secretaria da Justiça e da Segurança e seus representantes (*Oficialistas*).

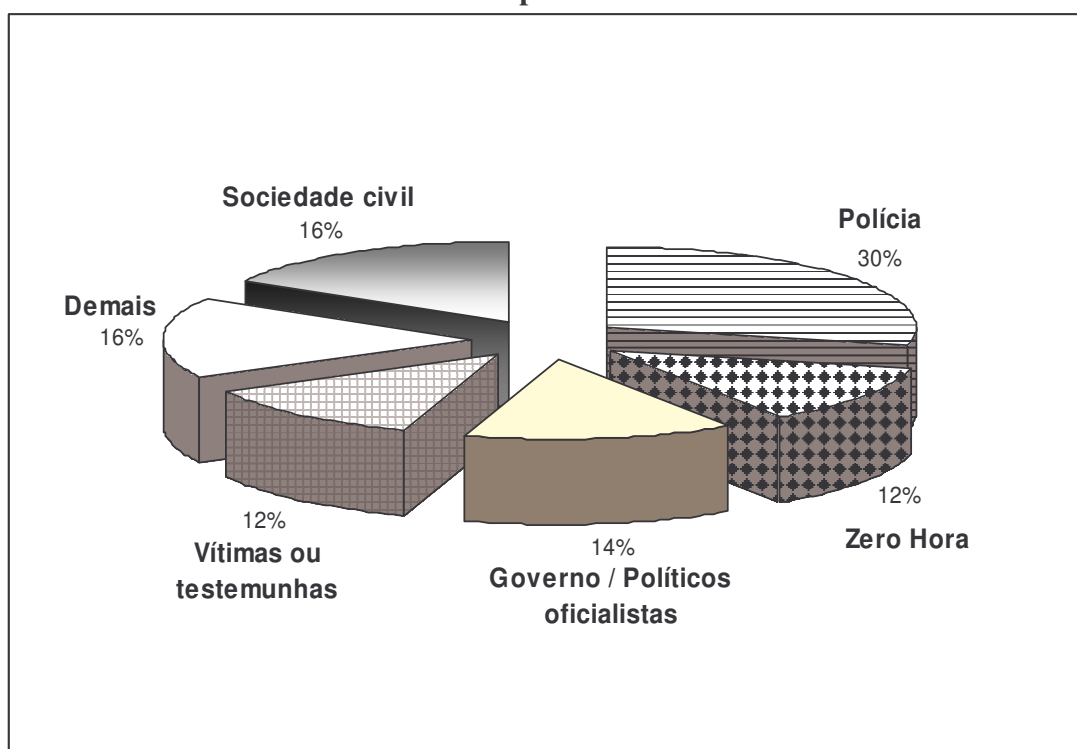
Porém, ao se observar quem são os definidores secundários, os chamados para fazer o *contraponto*, percebe-se uma situação oposta. São as fontes *Oficialistas* que o jornal escuta, indicando que o governo ocupa a função de tentar contestar a versão dominante. Mas sobre os definidores secundários o que mais se destaca é o fato de grande parte das matérias não terem uma segunda opinião. Isso, tanto em 2001, quanto em 2005.

Gráfico 6.14
Definidores secundários – 2001



Já em 2005, o que está *invisível* em 2001 aparece com relevância. A *Sociedade Civil* e os *Políticos Oficialistas* ocupam uma posição de destaque entre os definidores primários, ficando atrás apenas da *Polícia*. Na outra ponta, ganha invisibilidade total a participação de *Políticos adversários*. Já na escolha das fontes, *Zero Hora* não mais polemiza politicamente o tema. São os estudos produzidos por universidades e entidades sem vínculo político que ganham maior destaque. Ainda assim, a *Polícia* se mantém como principal definidor primário. É também em 2005 que ocorre uma abertura no leque de fontes. A quantidade de definidores primários está mais diluída, menos concentrada, o que é indício de um tratamento mais plural do tema. Talvez isso seja uma evidência de que *ZH*, em 2005, perceba que a criminalidade não é apenas responsabilidade ou culpa do governante, mas um tema complexo, que merece um olhar mais largo.

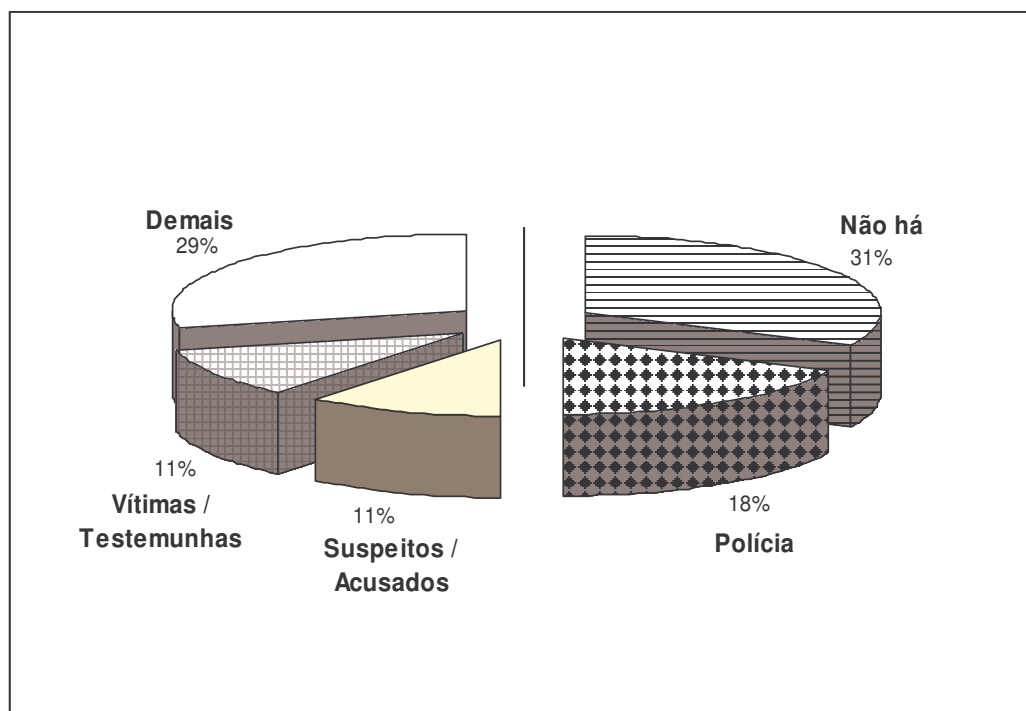
Gráfico 6.15
Definidores primários – 2005



Vítimas ou testemunhas (ou seus parentes, amigos e advogados) são fontes bastante procuradas, oferecendo uma matéria-prima mais *quente* e dando maior veracidade às narrativas do jornal. Essas fontes também *temperam* as matérias que o próprio jornal cria.

Ao se observar os definidores secundários, em 2005, destacam-se mais as ausências do que os que estiveram presentes. Em 31% das situações, a versão oferecida por *ZH* não possuía contraponto, mas apenas a narrativa única. Se em 2001 as fontes *Oficialistas* ocupavam um papel de destaque como definidor secundário, em 2005 desaparecem como fonte (principal ou secundária). O assunto deixa de ser debatido no âmbito político. As versões dos *Suspeitos ou acusados*, que em 2001 estiveram ausentes do noticiário, voltam a ter espaço. Convém destacar que, na administração petista, a orientação que a SJS dava às Polícias era de evitar ao máximo a exposição de pessoas que não tinham sido julgadas e condenadas. A justificativa oferecida para esse obstáculo ao trabalho jornalístico era a preservação das pessoas envolvidas e eventual risco de processo contra o Estado, por danos morais causados contra possíveis inocentes.

Gráfico 6.16
Definidores secundários – 2005



6.6 A procura pelos *culpados* – Ideologia

A primeira leitura que busca extrair elementos *Ideológicos* dos dados quantitativos das matérias publicadas em *ZH*, em 2001 e 2005, mostra que, nos dois períodos, o que é manchete do jornal com maior frequência são as notícias que tratam da ineficiência do

aparato da segurança pública: a incapacidade do agente policial de reprimir ou evitar o crime; delitos que aconteceram sem êxito na ação preventiva ou repressiva; erros policiais; carências nas estruturas – humanas ou materiais – das polícias; crimes sem solução e assuntos que impliquem discurso similar. Esse resultado se baseia exclusivamente na análise do conteúdo da capa, sem considerar o enquadramento que a matéria recebe, que será avaliado posteriormente.

Tabela 6.8
Quantidade de matérias publicadas na capa – 2001e 2005
Classificação ideológica - Do que a notícia trata?

	Ineficiência	Produtividade	Outros
2001	19	1	13
2005	13	05	05

Embora, em números absolutos, a quantidade de matérias sobre *Ineficiência policial* seja bem maior em 2001 que em 2005, na relação com o total de notícias publicadas na capa o percentual é praticamente o mesmo nos dois períodos, conforme é possível visualizar nos gráficos que seguem. Porém, quando se trata de *Produtividade policial*, a situação é muito distinta. As notícias sobre a capacidade do agente de segurança de reprimir ou evitar o delito, capturar infratores, prevenir ou desarticular a ação criminosa, apresentar o resultado de ações e operações policiais são muito mais frequentes em 2005, do que em 2001.

Gráfico 6.17
Matérias publicadas na capa – 2001 - Do que a notícia trata?

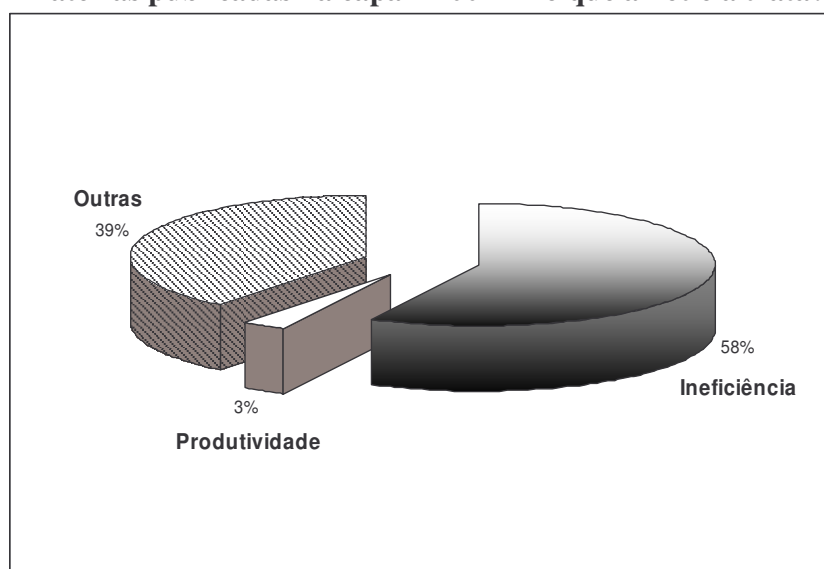
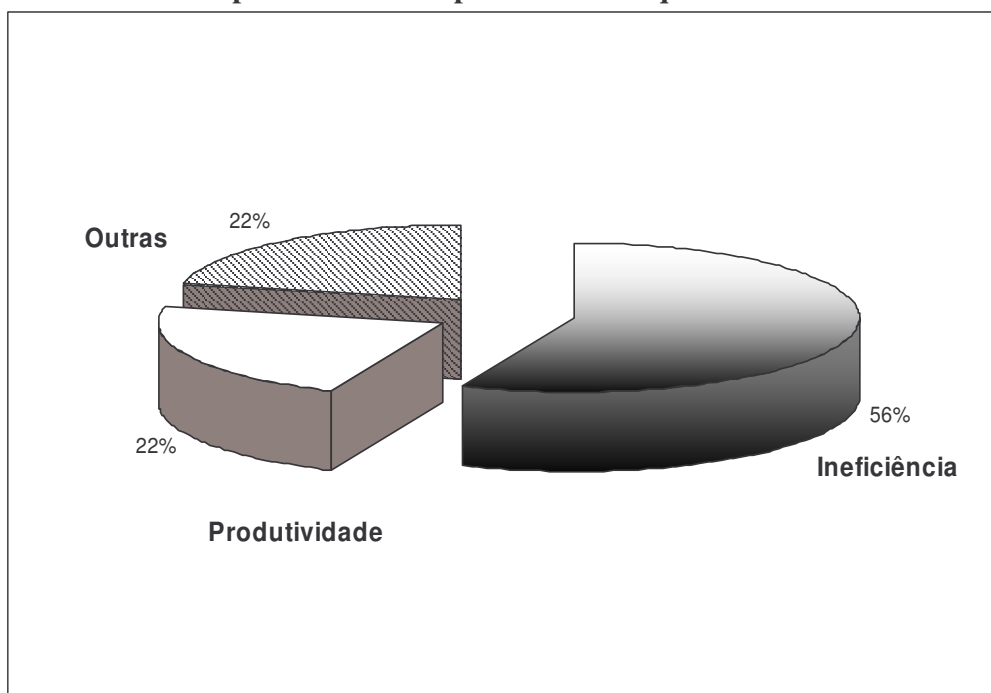


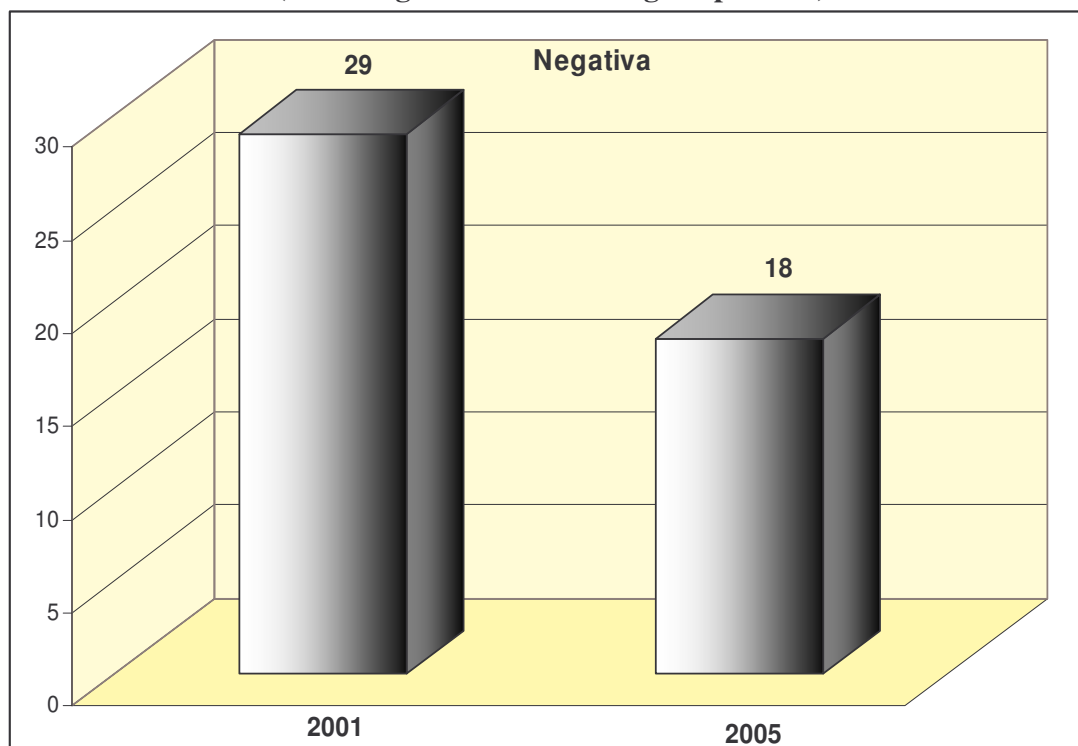
Gráfico 6.18
Matérias publicadas na capa – 2005 - Do que a notícia trata?



É necessário lembrar que as matérias que tratam da CPI da Segurança Pública foram consideradas como *Outras*, mesmo que abordassem questões relativas a eventuais falhas e problemas da área. Em *Outras* também são consideradas as questões referentes a comparações, análises sociológicas, comportamentais, antropológicas e outras informações não classificadas nas categorias *Produtividade* ou *Ineficiência*.

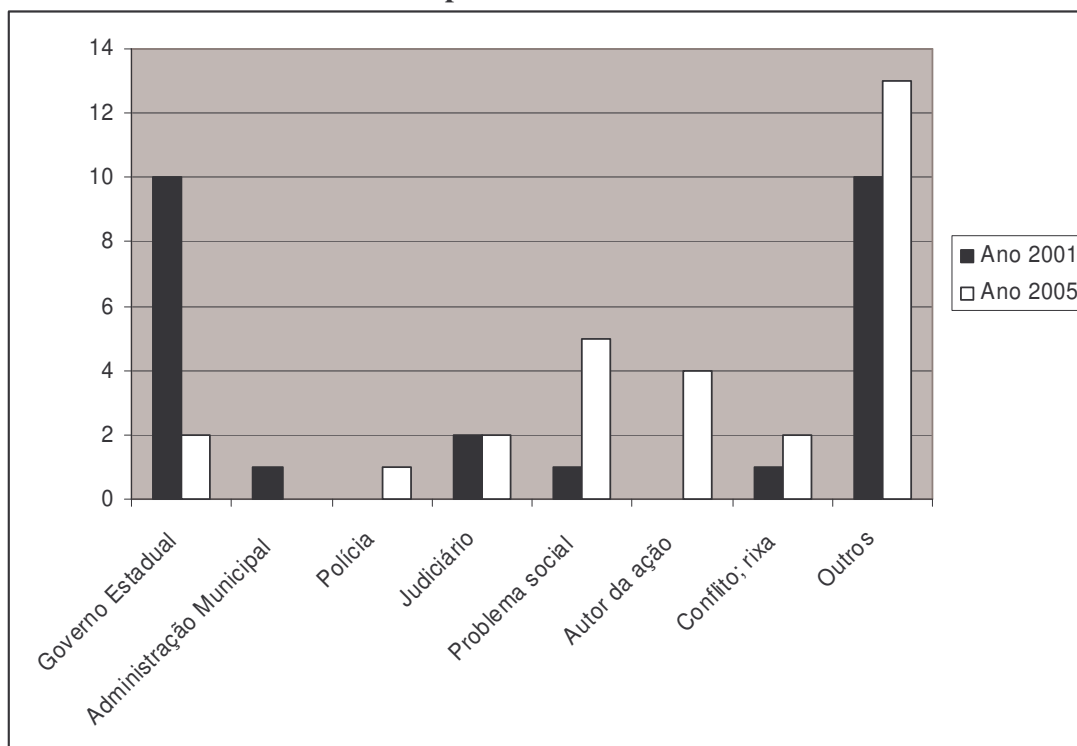
Utilizando o método de atribuir um grau (positivo ou negativo), de acordo com o tipo de matéria e o espaço que recebe na capa do jornal, é possível constatar que em 2001 a exposição negativa foi superior a de 2005, processo oposto ao verificado em relação à exposição positiva, que em 2005 foi três vezes superior ao período anterior. Ao se fazer o cálculo, subtraindo o positivo do negativo, percebe-se que, em termos absolutos, em ambos os períodos, as matérias sobre segurança pública servem mais para desgastar a imagem dos responsáveis pela segurança pública, que render dividendos políticos. Contudo, na comparação dos períodos, é evidente a maior exposição negativa em 2001, 61% superior a de 2005. Isso sem considerar as notícias que tratam da CPI.

Gráfico 6.19
Grau de exposição geral – comparativo 2001–2005
(Grau negativo subtraído o grau positivo)



Avançando um pouco mais, numa transição entre quantitativo e qualitativo, procura-se identificar quem *ZH* responsabiliza pelo problema ou delito relatado pelo jornal. Os resultados mostram que há uma diferença significativa, quando comparados os dois períodos. Em 2001, *ZH* freqüentemente responsabiliza o governo estadual pelos eventos criminosos, fato bem diferente do que se pode perceber em 2005, quando o jornal distribui melhor a *culpa*, com significativa relevância para o fato de passar a considerar a criminalidade um *Problema social*. O gráfico que segue apresenta com maior detalhe a lista dos atores que *ZH* aponta como responsável pela situação. Na análise dos enquadramentos é possível compreender melhor o grau de responsabilidade de cada ator. Nos dois momentos o Judiciário é citado com igual freqüência. As queixas são praticamente as mesmas: leis brandas, a polícia prende e o juiz manda soltar e a demora nas decisões judiciais.

Gráfico 6.20
Quem o jornal responsabiliza pelo delito/problema
Comparativo⁵³ 2001-2005



6.7 Enquadramentos – Metáforas, citações, descrições e exemplos

A análise do enquadramento é feita com base em todo o conteúdo publicado nas matérias selecionadas, excluídas as fotos. São identificadas e catalogadas 218 citações, exemplos, metáforas, descrições ou opiniões que qualificam, explicam ou estabelecem a maneira como o jornal deseja que o acontecimento seja interpretado pelo leitor. Embora o recorte do material tenha certo grau de subjetividade, o estudo separa os conteúdos que, nos contextos, oferecem percepções positivas/*oficialistas* ou negativas/*adversárias*. Algumas poucas expressões são classificadas como *Outras*, não pela neutralidade, mas sim pela ambigüidade que possuem. Assim, a primeira análise do enquadramento é quantitativa, mas referenciada qualitativamente.

⁵³ Por não terem nenhuma anotação, foram excluídos do gráfico os itens *Incompetência/deficiência/omissão do Governo Federal; Movimento social; Faz parte da natureza humana*.

Em 2001, os enquadramentos oferecidos por *ZH* em relação ao desempenho da segurança pública são majoritariamente *adversários*. A maior parte das matérias é construída dando mais relevância aos aspectos negativos: ineficiência da ação preventiva da polícia, incapacidade de desvendar crimes, desacertos operacionais, falta de dados estatísticos confiáveis e suposto crescimento vertiginoso nas taxas de criminalidade.

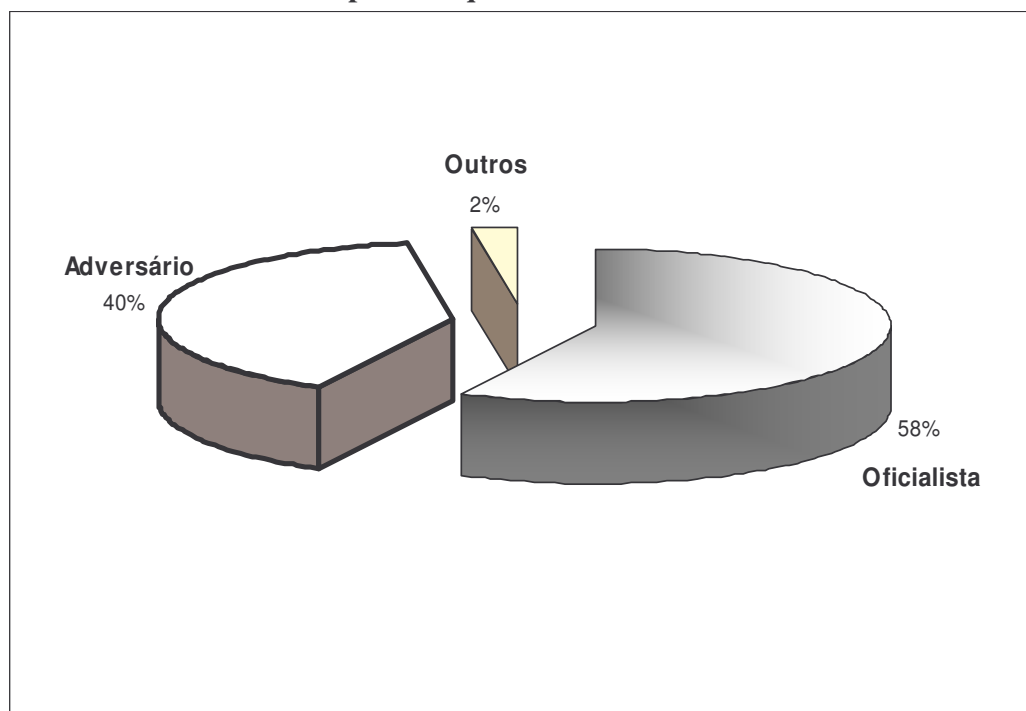
Gráfico 6.21
O tipo de enquadramento em 2001



Em 2005, a mesma segurança pública que não merece a confiança da população em 2001 é apresentada como bastante eficiente. O olhar de *ZH* sobre a ação policial se modifica profundamente. Os enquadramentos sistematicamente *adversários*, de 2001, se transmutam e, sem eliminar as críticas que seguramente continuam a sensibilizar o jornal, oferecem às fontes *Oficialistas* a oportunidade de explicar a situação, além de abrir espaço para a interpretação de especialistas, particularmente as Universidades ou instituições reconhecidas nacional ou internacionalmente. As polêmicas praticamente desaparecem e a ação policial é bem mais valorizada, mesmo nas matérias mais críticas. O jornal passa a

tratar a segurança pública e a criminalidade mais como uma questão com implicações sociais e humanas complexas e menos como simples questão de repressão policial.

Gráfico 6.22
O tipo de enquadramento em 2005



Ao se confrontar os números de enquadramentos *oficialistas* e *adversários*, em 2001 e 2005, percebe-se mais claramente como *ZH* modificou o tratamento do tema. Os 79% de enquadramentos negativos de 2001 caem, quatro anos depois, para 40%, representando uma redução de quase 50%. Já os 18% de *oficialistas* (positivo), em 2001, sobem para 58%, o que significa um crescimento de 222%. Enquanto, em 2001, os enquadramentos *adversários* contribuem para construir na população uma imagem de desconfiança em relação à segurança pública, em 2005 *ZH* oferece um retrato distinto da situação no RS. É interessante destacar que as taxas de roubos e furtos em 2005 são bem mais altas que em 2001, colocando o RS em situação similar ou pior do que Rio de Janeiro e São Paulo.

Os gaúchos sofrem mais com arrombadores e punquistas do que os cariocas e os paulistas (...). Proporcionalmente ao número de habitantes, o Estado tem cerca de 40% a mais de vítimas de furto do que São Paulo. Em números absolutos, os gaúchos somam 255,9 mil registros de furtos, mais do que o dobro do Rio (118,9 mil). Estão atrás de São Paulo (664.303 casos). O dado confirma uma tendência já aferida entre 2001 e 2003 pela

Secretaria Nacional de Segurança Pública, subordinada ao Ministério da Justiça. Em um ranking com todas as 27 unidades da federação, o Rio Grande do Sul aparecia em segundo em furtos (todos os tipos). (...) (ZH, 22/05/2005: 44)

A própria matéria de ZH que informa os gaúchos sobre o lugar que ocupam no ranking do crime, apresenta de maneira bastante equilibrada aquilo que está bom:

O indicador mais positivo no Rio Grande do Sul é o de homicídios. O índice está em queda há três anos. Em 2002, a taxa era de 15,3 mortes. No ano seguinte caiu para 13,3 e em 2004, para 12,6. Para especialistas, no caso dos furtos, o ranking deve ser visto com cautela, por ter relação com a cultura das comunidades e a confiança nos organismos de segurança. Em São Paulo, uma pesquisa apontou que 70% das vítimas de furto não procuram as autoridades (...). - O Rio Grande do Sul tem nível mais elevado de educação, e está provado que isso é um fator decisivo para a queda da cifra obscura (de crimes não registrados). (ZH, 22/05/2005: 44)

Este tipo de tratamento, mais plural e reflexivo, é que faz com que as abordagens em 2005 sejam mais equilibradas, com a vantagem para os enquadramentos *oficialistas*. O gráfico que segue apresenta visualmente o que acontece em 2001 e 2005, em relação aos enquadramentos. Já a tabela mostra a discrepância dos números.

Gráfico 6.23
Comparativo do enquadramento 2001-2005

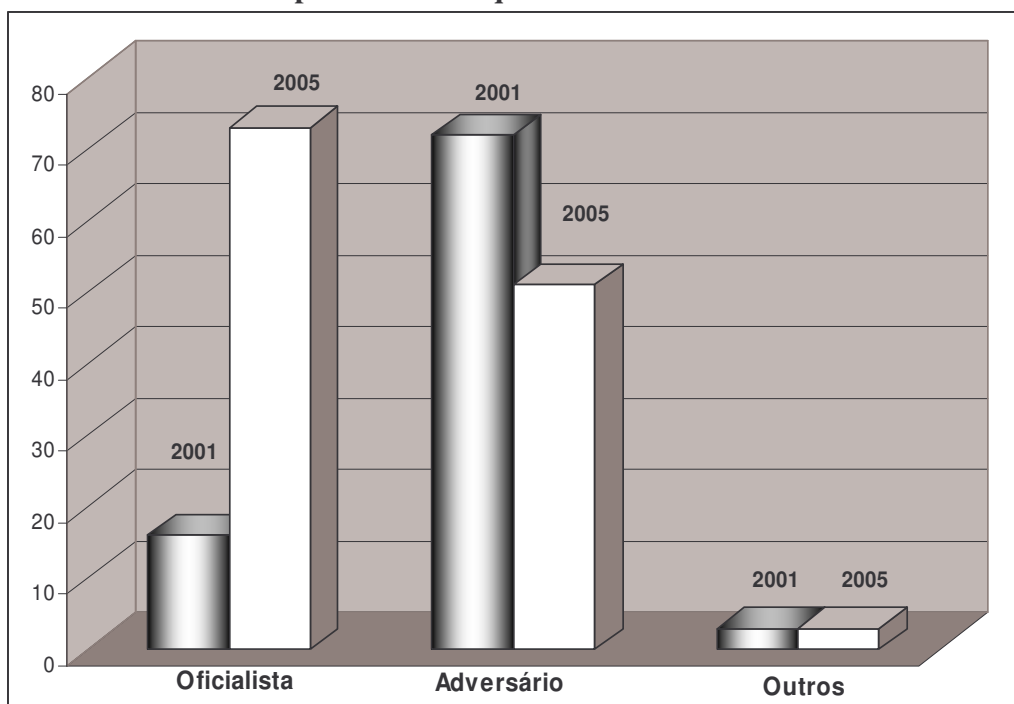


Tabela 6.9
Comparativo do enquadramento 2001-2005

Enquadramento	2001	2005
Oficialistas	16	73
Adversários	72	51
outras	03	03
Total	91	127

Inferre-se desta análise quantitativa e qualitativa que ZH utiliza critérios muito distintos para construir os enquadramentos dominantes em cada um dos momentos. Em 2001, o jornal adota uma posição que chega a ser ofensiva e, em 2005, mais equilibrada e, em várias situações, até camarada. Isso será confirmado na análise dos enquadramentos.

6.7.1 Um enquadramento típico ou *Tipo Ideal*⁵⁴

Figura 6.1
ZH, 01/04/2001: 40

BM perdeu 18% de seu efetivo em 10 anos

Polícia Militar perdeu 18% de seu efetivo em 10 anos

OS NÚMEROS
População e efetivo da BM durante os 10 anos

ANO	POPULAÇÃO DO RS	EFETIVO DA BM
1991	11.217.181	35.843
1992	11.371.861	35.500
1993	11.522.541	35.157
1994	11.673.221	34.814
1995	11.823.901	34.471
1996	11.974.581	34.128
1997	12.125.261	33.785
1998	12.275.941	33.442
1999	12.426.621	33.099
2000	12.577.301	32.756
2001	12.727.981	32.413

EFETIVO DA BM

ANO	EFETIVO DA BM
1991	35.843
1992	35.500
1993	35.157
1994	34.814
1995	34.471
1996	34.128
1997	33.785
1998	33.442
1999	33.099
2000	32.756
2001	32.413

BRIGADA ADOTA POLÍTICA DE ESVAZIAR POSTOS AVANÇADOS

Com um déficit superior a 5 mil policiais em relação ao efetivo existente em 1991, a Brigada Militar estuda o fechamento de postos avançados e a transferência de efetivo, desde unidades para as ruas, tentando melhorar o policiamento comunitário.

A medida contempla a realocação na Capital onde nos últimos 4, em alguns casos, o atendimento passou a ser feito por PMs que fazem do lado de fora.

O comandante do 1.º Batalhão de Montepoliziano (CPM), coronel Carlos Nogueira Peres, diz que o ponto da Avenida Getúlio Vargas, no bairro São Gabriel, foi fechado por estar "pós-moderno" e de difícil acesso.

Ele afirma que o objetivo é melhorar o policiamento comunitário e reduzir o tempo de resposta em situações de emergência.

Peres afirma que a decisão precisa ser aplicada à população.

Um conceito definido por Max Weber, o *Tipo Ideal*, pode ajudar a compreender o modelo mais frequente de construção das matérias em cada um dos dois momentos. O mesmo repórter produziu duas matérias sobre o mesmo assunto, uma em 2001 e outra em 2005. Na comparação entre os enquadramentos algumas situações se evidenciam, conforme mostra a tabela que segue.

⁵⁴ Max Weber chamou de *tipos ideais* construções mentais que, embora possa parecer, não pretendem qualificar nem hierarquizar as sociedades estudadas, mas tem o sentido de *tipos puros*, a que nenhuma sociedade concreta pode corresponder ponto por ponto. Os tipos ideais são evidentemente construídos a partir de observações empíricas extraídas de sociedades reais, mas os elementos são delineados e organizados com a intenção de levar de certo modo ao extremo cada um dos traços e o conjunto do quadro, para dele dar uma imagem ou um conceito *no estado puro*. Nesse sentido, os tipos ideais são modelos conceituais, que servem para estabelecer diferenças entre a sociedade moderna e o tipo de sociedade que mais difere dela, a chamada sociedade tradicional ou primitiva. (ROGER: t. 3, cap. 7) No caso desta pesquisa, a expressão é utilizada para ilustrar como as matérias são construídas pelo jornal, em cada um dos momentos.

Tabela 6.10
Comparação de enquadramento 2001-2005

	01/04/2001	17/04/2005
Título da capa	- Número de PMs diminuiu 18% no Estado nos últimos 10 anos	- Déficit de PMs no Estado é o maior em 30 anos
Título no interior do jornal	- BM perdeu 18% de seu efetivo em 10 anos (ZH, 01/04/2001: 40 e 41)	- A maior carência de PMs em 30 anos (ZH, 17/04/2005: 44 e 45)
Matérias secundárias	- Brigada adota política de esvaziar postos avançados - Saída de PMs de postos desagradados moradores	- Câmeras e azuizinhos para suprir carência em Lajeado - Em 1975, o perigo vinha das cadeias
Boxes, tabelas, gráficos, mapas, infográficos	- Os números: População cresce e efetivo da BM diminui no Estado - Carência de PMs compromete a eficiência do policiamento ostensivo	- A situação da BM; - Razões da precariedade; - O tamanho do rombo; - Medidas para diminuir as baixas; - A distribuição da BM no Estado
Cartolas	- Policiamento ostensivo foi reduzido no mesmo período em que a população cresceu 13% no Estado	- Nem a contratação de temporários conseguiu evitar o recorde histórico no policiamento ostensivo
Fontes	- Sub-comandante da BM - Diretor da SJS; - Comandante do Policiamento Metropolitano da BM - Associação de moradores e residentes de bairros onde fecharam os postos da BM; - Comerciante de uma Vila.	- Coordenador de planejamento da SJS; - Estado-Maior da BM; - Diretora-geral da SJS; - Associação de Oficiais da BM; - Associação dos sub-tenentes e sargentos da BM; - Associação Comercial e Industrial de Lajeado; - Prefeitura de Lajeado.

Ao se observar os títulos das matérias secundárias e dos boxes, tabelas e gráficos, já se percebem diferenças significativas no tratamento que *ZH* oferece ao mesmo assunto. O que a Polícia Militar fará para atenuar a carência de policiais? Em 2001, *ZH* deduz que é com o efetivo dos postos avançados e, naturalmente, ouve a opinião dos prejudicados. Em 2005, o repórter tenta descobrir iniciativas que ajudem a BM a suprir este déficit. E aí as iniciativas das prefeituras aliadas aparecem como uma boa idéia. Voltando mais no tempo, ainda em 2005, a outra matéria secundária é um tanto deslocada: o perigo dos presídios, em 1975 (quando a ditadura militar misturava presos políticos e criminosos comuns, nas mesmas cadeias). Outro detalhe é a cartola que complementa o título. Em 2005, *ZH* faz menção ao esforço do governo, que tentou diminuir a carência com a *contratação de temporários*.

Se, em 2001, ZH é contundente na crítica e afirma que a “Carência de PMs compromete a eficiência do policiamento ostensivo” (ZH, 01/04/2001: 40), em 2005 o foco da matéria está em compreender “por que motivos a corporação tem hoje o maior déficit de policiais das últimas três décadas e quais as saídas possíveis para amenizar o problema” (ZH, 17/04/2005: 44).

Tabela 6.11
Comparação de enquadramento no corpo do texto - 2001-2005
Citações, exemplos, descrições e metáforas

<p>1) O subcomandante-geral (da BM) (...) considera a perda do efetivo uma realidade incontestável. (...) A maior queda ocorreu no governo anterior, quando saíram quase 5 mil servidores. A partir de 1999 começamos a estancar a crise – diz o (...) diretor do Departamento de Relações Institucionais da Secretaria da Justiça e da Segurança.</p> <p>2) Houve exclusões, <u>mas terminamos nosso governo com um policiamento de qualidade, sem queixas da população</u> – defendeu-se José Fernando Eichenberg, secretário da pasta no governo anterior.</p> <p>3) A Brigada Militar estuda o fechamento de postos avançados e a transferência do efetivo dessas unidades para as ruas, tentando melhorar o policiamento ostensivo.</p> <p>4) A decisão da BM de extinguir o atendimento nos postos avançados <u>contraria o interesse de comunidades</u> que, em sua maioria, pagaram pelas construções das unidades policiais.</p> <p>5) (N)a quarta-feira passada (um morador) precisou de socorro da BM para <u>levar um familiar ao hospital</u>, e o carro demorou uma hora para aparecer.</p> <p>6) Isso é uma tristeza (fechamento dos postos) porque a roubalheira por aqui é grande. (...) Sem o policial por perto, o que fazer?</p> <p>7) Conforme o (...) dono de uma padaria (...) era difícil um policial sair de dentro do posto para atender a um chamado. – Antes era a mesma coisa que não ter. Agora vai melhorar, garantiu.</p>	<p>1) A expressão <i>falta polícia na rua</i> é surrada mas traduz a realidade da Brigada Militar. (...) A <u>despeito dos esforços das autoridades</u>, o contingente da BM está em queda livre desde 1992.</p> <p>2) Uma conjugação de fatores justifica o encolhimento contínuo: planos de demissão voluntária, reposição de pessoal inferior às exclusões e possibilidade de ganhos extras para quem vai para a reserva após 30 anos de serviço. (...).</p> <p>3) Nossa tropa é antiga e não adianta mascarar com temporários. A criatividade já se esgotou. Tem de recrutar soldados. Se os governantes não assumirem a segurança como prioridade, vamos à bancarrota. (Cairo Camargo, presidente da associação dos Oficiais da BM)</p> <p>4) Concordamos em buscar alternativas, mas jamais vamos negociar direitos conquistados por Justiça. (Aparício Santellano, presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos)</p> <p>5) Além das evasões por aposentadorias, as regiões perdem gente por causa de transferências (da Capital para o Interior).</p> <p>6) Razões da precariedade: Recrutamento inferior ao número de baixas (...). Lei estadual (...) extinguiu quatro postos (...) para ascensão dos praças. Ao se aposentar o PM é promovido.</p> <p>7) Medidas para diminuir as baixas: Incentivo financeiro; (...) Gratificação para PMs permanecer em áreas conflagradas; (...)</p>
---	---

8) Além de desagradar a maioria dos atingidos, a medida obriga os necessitados a ligar para o 190, cujo serviço está em discussão.	Recrutamento por regiões; (...) Incremento nas contratações.
--	--

A construção da reportagem de 2001 é bem distinta da de 2005. O espaço para a crítica, contudo, aparece nos dois momentos. A reclamação contra o governante, em 2005, é explícita e isolada. Não há exemplos, metáforas ou comentários complementares: trata-se apenas da voz de um *sindicalista* em defesa dos seus representados. E, ainda assim, reforça a tese central que é de se aumentar o efetivo da PM. No mais, em 2005, a matéria explica, justifica e argumenta positivamente, sem polemizar, abrir espaço para os efeitos da falta de policiais ou para as vítimas da criminalidade. Também se preocupa em listar alternativas, como uma típica matéria de serviço:

Razões da precariedade: recrutamento inferior ao número de baixas (...). Lei estadual (...) extinguiu quatro postos (...) para ascensão dos praças. Ao se aposentar o PM é promovido. (...) Medidas para diminuir as baixas: Incentivo financeiro; (...) Gratificação para PMs permanecer em áreas conflagradas; (...) Recrutamento por regiões; (...) Incremento nas contratações. (ZH, 17/04/2005: 44)

Figura 6.2
ZH, 17/04/2005: 44

RAZÕES DA PRECARIIDADE

- **Recrutamento inferior ao número de baixas.** Entre 1995 e 2004, a BM contratou 4.456 PMs (incluindo 510 temporários)
- **No mesmo período, a corporação perdeu 10.286 PMs, boa parte incentivada por plano de demissão voluntária nos anos 90**
- **Lei estadual aprovada em 1997 extinguiu quatro postos na BM, como o de cabo e o de terceiro-sargento, encurtando os degraus para ascensão dos praças. Ao se aposentar, o PM é promovido,**

- podendo pular dois níveis e ganhar aumento de até 47% sobre o salário-base.

- **Em Porto Alegre e Região Metropolitana, onde há um dos percentuais mais baixos de efetivo, a perda de PMs também ocorre em razão de transferências para o Interior. Cerca de 70% dos novos soldados são oriundos de pequenos municípios, e depois de dois anos de serviço, costumam requerer remoção para as cidades de origem.**

Figura 6.3
ZH, 17/04/2005: 44

MEDIDAS PARA DIMINUIR AS BAIXAS	
Incentivo financeiro <ul style="list-style-type: none">■ Gratificação adicional aos praças, estimulando a permanência na ativa após a aposentadoria. Os valores estão em estudos. Organismos do Estado já se utilizam desse expediente para com funcionários civis, concedendo um abono equivalente a 35% do salário-base e isentando o servidor do desconto previdenciário.■ Gratificação para PMs permanecer em áreas mais conflagradas como a Região Metropolitana, para desestimular as transferências para o Interior.	Inclusão regionalizada <ul style="list-style-type: none">■ Recrutamento por regiões, exigindo comprovante de residência do candidato dentro da área de seleção. A medida visa a evitar futuros pedidos de transferências para outras cidades. Incremento das contratações <ul style="list-style-type: none">■ Abrir concursos a partir do segundo semestre, quando expira o decreto estadual que limita gastos. A atual administração recrutou 1.990 soldados (395 ainda estão em curso) e 510 temporários. Em 2005, 987 PMs temporários estão em processo de seleção e 400 candidatos a soldado (aprovados em concurso) deverão ser chamados.

Já em 2001, a abordagem é menos simpática ao governo. Há espaço para os argumentos da SJS e para as explicações da BM, mas cada expressão é contestada pontualmente.

Figura 6.4
ZH, 01/04/2001: 45

Saída de PMs de postos desagrada a moradores

A decisão da BM de extinguir o atendimento nos postos avançados contraria o interesse de comunidades que, em sua maioria, pagaram pelas construções das unidades policiais.

Boa parte dos postos foram erguidos a partir de pleitos de moradores, de abaixo-assinados e de reuniões com autoridades.

O mecânico Algemiro Dias da Silva morador da Vila Elisabeth lembra que o posto da BM no local foi construído em 1992, depois de que moradores recolheram dinheiro com livro ouro, galeto em igreja e contribuições de comerciantes.

— Fizemos um reforma geral num galpão velho — recorda.

Ele diz que há cerca de seis meses a comunidade gastou mais de R\$ 6 mil, com colocação de forros de PVC e madeiramento novo.

— Os moradores dão apoio e não mereciam estar sofrendo — reclama.

Segundo ele, na quarta-feira passada precisou de socorro da BM para levar um familiar ao hospital, e o carro demorou uma hora para aparecer.

— Isso que eu moro ao lado do posto, faço serviço de chapeação de graça para eles na minha oficina e fui condecorado amigo da Brigada. Imagina os outros — critica Silva.

Na manhã de quarta-feira, o aposentado Jorge Oliveira morador da Vila Brasília guardava as chaves do posto da BM. A unidade fora fechada na noite anterior e só reabriria à tarde.

— Coloquei a primeira pedra deste posto. Isto é uma tristeza porque a roubalheira por aqui é grande. As vezes, vem gente correndo pedir ajuda porque não foi atendido no posto de saúde, e a Brigada faz o que pode. Sem o policial por perto, o que fazer? — reclamou Oliveira, mostrando uma diploma de colaborador da BM, quando da inauguração da unidade, em 1988.

Morador acredita que atendimento vai melhorar

O presidente da Associação de Moradores da Vila Brasília, Marino Giroletti, diz que vai pedir explicações à BM.

— A comunidade vem para cima da gente, somos cobrados, mas não temos culpa. Estamos à mercê da sorte — lamentou.

Na Vila Santa Rosa, a alteração foi bem recebida pelos comerciantes da região.

Conforme o comerciante Paulo Cardoso, dono de uma padaria há 19 anos, no passado era difícil um policial sair de dentro do posto para atender a um chamado.

— Antes, era a mesma coisa que não ter. Agora vai melhorar — garantiu.

Além de desagradar a maioria dos atingidos, a medida obriga os necessitados a ligar para o 190, cujo serviço está em discussão. Falhas de atendimento via celular e problemas de congestionamento em razão do elevado número de trotes têm comprometido a qualidade do atendimento.

Se a redução no efetivo da PM foi acelerada pelo Plano de Demissão Voluntária da administração anterior, o ex-secretário contra-ataca: “terminamos nosso governo com um policiamento de qualidade, sem queixas da população” (ZH, 01/04/2001: 40). ZH nem questiona a declaração do ex-secretário, em cuja administração o Estado teve as maiores taxas de homicídio dos últimos 11 anos (conforme já apresentado na tabela 5.1). E, ao se referir às *queixas da população*, acaba por confirmar a impressão de que a criminalidade ganha maior destaque a partir do momento em que o governo e o jornal estão em conflito.

A possibilidade de fechar os postos avançados também é criticada com exemplos de forte apelo humano, pois...

contraria o interesse de comunidades (...). (um cidadão) precisou de socorro da BM para levar um familiar ao hospital, e o carro demorou uma hora para aparecer (...). Isso é uma tristeza porque a roubalheira por aqui é grande. (...) Sem o policial por perto, o que fazer? (ZH, 01/04/2001: 41)

Mesmo que ZH coloque a opinião de um comerciante que é simpático à decisão da PM, pois “(...) era difícil um policial sair de dentro do posto para atender a um chamado” (ZH, 01/04/2001: 41), a ideia de que, com o fechamento, a situação melhorará não faz muito sentido, pois não explica como isso aconteceria. Para encerrar a matéria de 2001, ZH conclui que “além de desagradar a maioria dos atingidos, a medida obriga os necessitados a ligar para o 190, cujo serviço está em discussão” (ZH, 01/04/2001: 41). A discussão que o jornal menciona refere-se a um pedido de ajuda, feito por uma família de Canoas, Região Metropolitana de Porto Alegre. Os policiais que deveriam prestar o socorro demoraram várias horas até atender a ocorrência (ZH, 23/03/2001: 4 e 5), o que levou à substituição do comandante do batalhão responsável. A negligência não se relaciona ao telefone de emergência, mas à atitude dos brigadianos. Se em 2001 a falta de policiais coloca em risco a vida da população, em 2005 a carência ocorre “a despeito dos esforços das autoridades” (ZH, 17/04/2005: 44).

As demais reportagens que compõem o material de pesquisa seguem a mesma estrutura de enquadramento das feitas sobre os efetivos das polícias.

Figura 6.5
ZH, 17/04/2005: 45

Câmeras e azuizinhos para suprir carência em Lajeado

TAÍS GRÜN
◆ Correspondente/Lajeado

O Vale do Taquari enfrenta a pior situação no Estado. Tem pouco mais da metade do efetivo previsto para a região. De acordo com a Brigada Militar, dos 619 PMs que deveriam estar atuando no local, há apenas 349. O déficit corresponde a 43,6% ou 270 policiais a menos.

Segundo o comando regional, cuja área de abrangência engloba 35 municípios, a carência tem sido driblada com o pagamento de horas extras aos policiais, com a contratação de temporários ou, ainda, dependendo da gravidade da ocorrência, com o pedido de reforço entre batalhões vizinhos.

A insegurança não deixa de estar presente. Para o empresário e vice-presidente de Infra-Estrutura da Associação Comercial e Industrial de Lajeado (Acil), Valmor Scapini, é necessário que o governo crie políticas que deem mais suporte aos bata-

lhões, amenizando o sentimento de vulnerabilidade da população.

– Não há mais uma sensação de insegurança. Estamos efetivamente inseguros – afirma o empresário.

A prefeitura de Lajeado adotou duas medidas a fim de suprir a carência de policiais. A primeira foi assumir, há mais de cinco anos, o controle do trânsito da cidade, com os azuizinhos.

– Com isso, liberamos pelo menos 20 homens da Brigada, que passaram a atuar em outros setores pela nossa segurança – afirma o secretário da Indústria e Comércio, Carlos Alberto Martini.

Outra iniciativa da Administração foi instalar câmeras de vídeo nos pontos de maior fluxo da cidade. Desde março, os quatro equipamentos estão operando em caráter experimental. Segundo Martini, até o final do mês, todo o sistema de vigilância deverá estar funcionando.

tais.grun@zerohora.com.br

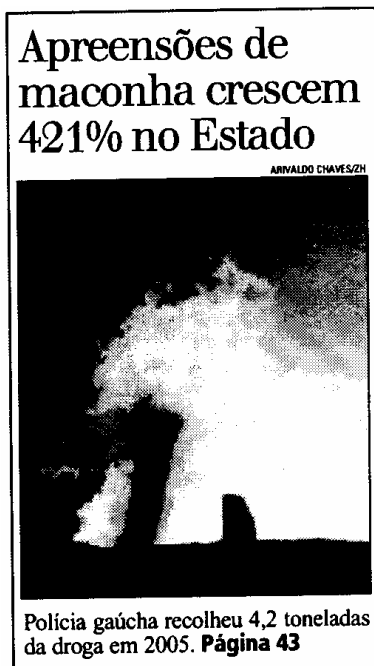
Tabela 6.12

Relação de matérias com enquadramento típico – Comparativo 2001-2005

	2001	2005
Título da capa	1) Roubos superam em 70,5% índice previsto para 2000 (15/04) 2) Assaltos a postos aterrorizam comerciantes (01/06) 3) Assaltantes levam pavor ao comércio (03/06)	1) O Interior amedrontado (07/05) 2) A casamata do crime (08/05) 3) Gaúchos sofrem mais com furtos do que paulistas e cariocas (22/05) 4) Policial mata dois assaltantes em ônibus (03/06) 5) Cidades que dormem com medo (26/06)

Apenas três reportagens de 2005 apresentam uma pequena diferença no enquadramento predominante. Em “Gerentes de banco vivem rotina de medo no Interior”

Figura 6.6
ZH, 17/04/2005: 45



(ZH, 15/05/2005: 1) o jornal apresenta cinco histórias relatadas por bancários vítimas de assaltos. Nas duas páginas que a matéria ocupa, há apenas uma referência à ausência de estatísticas sobre este tipo de crime na SJS e nos sindicatos de bancos e dos bancários. Não há qualquer menção à deficiência na segurança pública, mas a citação de um dirigente sindical: “Se o gerente não tivesse a chave da agência, não seria seqüestrado” (ZH, 15/05/2005: 44).

As matérias “Como o Rio Grande do Sul reduziu o número de homicídios” (ZH, 29/05/2005: 1) e “Apreensões de maconha crescem 421% no Estado” (ZH, 29/06/2005: 1) são ainda mais *oficialistas*, limitando-se a relatar e explicar porque a segurança pública gaúcha está cada vez melhor.

6.7.2 As estatísticas

A forma como ZH utiliza as estatísticas de criminalidade também evidencia as diferenças nos enquadramentos. Não apenas os números sofrem leituras distintas, quanto as citações e descrições também revelam o que o jornal tenta transmitir aos leitores. Do

período de estudo, duas matérias de cada ano servem para uma análise comparativa, conforme apresenta a tabela que segue.

Tabela 6.13
Comparação de enquadramento em matérias
que se utilizam de estatísticas – 2001-2005

	2001	2005
Títulos das capas	1) Roubos superam em 70,5% índice previsto para 2000 (15/04) 2) Assaltantes levam pavor ao comércio (03/06)	2) Gaúchos sofrem mais com furtos do que paulistas e cariocas (22/05) 2) Como o Rio Grande do Sul reduziu o número de homicídios (29/05)
Títulos no interior do jornal	1) Roubos superam em 70,5% índice previsto para 2000 (ZH, 15/04/2001: 34) 2) O comércio na mira de assaltantes (ZH, 03/06/2001: 42)	2) Alguns crimes aproximam o Rio Grande do Sul do Rio (ZH, 22/05/2005: 45) 03) Por que caem os homicídios no RS (ZH, 29/05/2005: 38)
Matérias secundárias	1) Farmácia assaltada cinco vezes em 2001 (ZH, 03/06/2001: 43) 2) Três ataques praticados pelo mesmo ladrão (ZH, 03/06/2001: 43) 3) O preço da segurança (ZH: 03/06/2001: 43)	1) Porto Alegre é líder em três tipos de delito (ZH, 22/05/2005: 45) 2) Alguns crimes aproximam o Rio Grande do Sul do Rio (ZH, 22/05/2005: 45) 3) Alvorada: onde a miséria é uma das causas da matança (ZH, 29/05/2005: 39) 4) Ceará mostra que pobreza não é sinônimo de banditismo (ZH, 29/05/2005: 39) 5) Lei Seca deu certo em São Paulo (ZH, 29/05/2005: 39)

Preliminarmente, pela comparação entre os títulos das matérias principais e secundárias nota-se que, em 2001, todos são negativos, enquanto no período seguinte há um equilíbrio maior, uma tentativa de compreender e explicar o fenômeno da criminalidade. Mas o uso das estatísticas é mais intenso no corpo dos textos, nos dois períodos estudados. Em 2001, o primeiro ponto que ZH destaca é a dificuldade de se obter esse tipo de informação.

Pela falta de dados estatísticos, vítimas desconhecem como se comporta a criminalidade no Estado. (...) Se tivesse que recorrer a dados estatísticos dos órgãos de segurança, o dono de uma lotérica (...) desconheceria que ataques a este tipo de comércio duplicaram neste ano, no Estado, em comparação a 2000. (...) A analogia (aumento dos crimes e falta de informações estatísticas) serve para outras atividades comerciais. Passados cinco meses, a Secretaria da Justiça e da Segurança (SJS) não tem números sobre como se comporta a criminalidade no Estado,

especialmente no que diz respeito a crimes contra o patrimônio. (ZH, 03/06/2001: 42).

A impaciência de ZH com a ausência de informações estatísticas ignora uma informação que o jornal publica quatro anos mais tarde:

A atualização e divulgação de estatísticas é prática incomum no Brasil. Entre os 26 Estados e o Distrito Federal, 10 costumam informar os dados com periodicidade regular em publicações oficiais ou sites. (...) O Rio Grande do Sul adotou a sistemática a partir de 1999 e lançou o sistema informatizado em 2001. (ZH, 22/05/2005: 45).

Quando necessita de informações estatísticas para embasar as notícias, em 2005, ZH trata o assunto de maneira mais amena:

A Secretaria da Justiça e da Segurança e os sindicatos dos bancos e dos bancários não têm estatísticas fechadas com números específicos de assaltos a bancos com reféns no Interior. Mas só no ano passado 11 ações deste tipo apareceram nas páginas de *Zero Hora*. (ZH, 15/05/2005: 44)

Figura 6.7
ZH, 15/04/2001: 34

SEGURANÇA Índice visa a avaliar serviço público

Roubos superam em 70,5% a meta do governo

GÉSSICA TRINDADE *

O índice de roubos registrado pela Polícia Civil no ano passado superou em 70,53% a meta estabelecida pelo governo do Estado em um relatório de avaliação de seu próprio desempenho na área de segurança pública.

Enquanto a expectativa era de que ocorressem 280 registros para grupos de 100 mil habitantes, houve 477,49. Ao todo, foram 47.749 assaltos em 2000, segundo relatório anual da Divisão de Planejamento e Coordenação (Diplanco) da Polícia Civil.

A projeção dos índices de criminalidade consta do Código Estadual da Qualidade dos Serviços Públicos, do Departamento de Acompanhamento e Avaliação do Desempenho do Setor Público (Dade), órgão da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

As metas foram estabelecidas em 1998, pela administração anterior, para quatro anos. Dos cinco itens escolhidos como indicadores da qualidade dos serviços públicos em segurança, apenas em um – homicídios – houve redução (20,18%). Erquando a meta traçada era de que ocorressem 17 assassinatos para 100 mil habitantes, houve 13,57.

Os outros três itens que superaram as expectativas de desempenho no setor foram arrombamentos (mais 27,76%), acidentes de trânsito com morte (mais 21,23%) e acidentes com lesões (mais 33,9%).

O relatório do Dade foi enviado ao governador Olívio Dutra e à Assembleia, e a análise dos números fará parte dos debates na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Segurança Pública, prevista para ser instalada neste mês.

– O documento mostra que, em segurança, quase tudo foi extrapolado. Decidi agregá-lo à CPI porque, infelizmente, apesar dos números, ele passou despercebido entre os deputados. Temos de saber o que ocorreu, se não houve aparelhamento das polícias Civil e Militar ou se o policiamento foi insuficiente para que a meta estabelecida ficasse tão defasada – diz o vice-presidente da Comissão de Serviços Públicos da Assembleia, Jair Foscarini (PMDB).

A cada cem moradores da Capital, mais de um foi assaltado

O índice de roubo por habitantes foi alarmante na Capital. Conforme relatório anual da Diplanco, a Polícia Civil registrou em Porto Alegre 18.572 roubos no ano passado – a cada cem habitantes, em média, mais de um foi vítima de assalto.

A defasagem entre o índice esperado e o verificado não é restrita às cidades mais populosas. Em Bagé, na Campanha, até o prefeito Luiz Fernando Mainardi (PT) tornou-se vítima de um crime comum no município: o arrombamento.

Entre janeiro e março, já ocorreram três invasões nos prédios do centro administrativo de Bagé. É o mesmo número de arrombamentos ocorridos na prefeitura no ano passado inteiro. Ninguém foi preso.

– A sensação é de impotência, de insegurança. Os ladrões conseguiram entrar no meu gabinete arrombando a porta de uma sacada e desativando o alarme. Gavetas e papéis foram remexidos e espalhados – protesta o prefeito.

Em 2000, o município registrou 1.041 arrombamentos por 100 mil habitantes – a meta para o Estado era de 350.

* Colaborou Carlos Etchichury

Os exemplos apresentados são repetidos em outras partes do material analisado. A carência de estatísticas confiáveis em 2001 é apresentada como uma falha da área de segurança e um dos fatores que dificultam o combate ao crime. Já em 2005, ZH reconhece que, quando o assunto são as informações estatísticas, o Estado ocupa uma posição respeitável, já que possui um sistema informatizado desde 1999. As diferenças nos enquadramentos das matérias não se limitam à questão do acesso aos dados, mas são evidenciadas nas duas matérias de cada período, já referidas na Tabela 6.13 e detalhadas na que segue.

É importante considerar que a matéria “Roubos superam em 70,5% índice previsto para 2000” (ZH, 15/04/2001: 1) baseia-se em uma projeção feita pela administração anterior (1994-1998 - PMDB) sobre a expectativa de evolução dos crimes no Estado. A segunda matéria de 2001, “Assaltantes levam pavor ao comércio” (ZH, 03/06/2001: 1), baseia-se em um *levantamento* feito pelo jornal. As duas matérias de 2005 são fundamentadas em estatísticas consolidadas sobre crimes ocorridos no ano anterior.

Tabela 6.14
A utilização das estatísticas em 2001

Citações, exemplos, descrições e metáforas - 2001
(ZH, 15/04/2001: 34)
<p>1) Dos cinco itens escolhidos como indicadores da qualidade dos serviços públicos em segurança, apenas em um – homicídios – houve redução (...).</p> <p>2) O documento mostra que, em segurança, quase tudo foi extrapolado. Decidi agregá-lo à CPI porque, infelizmente, apesar dos números, ele passou despercebido entre os deputados. Temos de saber o que ocorreu, se não houve aparelhamento das polícias Civil e Militar ou se o policiamento foi insuficiente (...) – diz o vice-presidente da Comissão de Serviços Públicos da Assembléia, Jair Foscarini (PMDB).</p> <p>3) O índice de roubo por habitantes foi alarmante em Porto Alegre.</p> <p>4) A defasagem entre o índice esperado e o verificado não é restrita às cidades mais populosas.</p> <p>5) - Entre janeiro e março, já ocorreram três invasões nos prédios do centro administrativo de Bagé. É o mesmo número de arrombamentos ocorridos na prefeitura no ano passado. Ninguém foi preso. – A sensação é de impotência, de insegurança. Os ladrões conseguiram entrar no meu gabinete (...) protesta o prefeito. Em 2000, o município registrou 1.041 arrombamentos por 100 mil habitantes – a meta para o Estado era de 350.</p> <p>6) Contraponto: (...) desconhecemos quais os critérios utilizados para se estabelecer as metas. Os indicadores não permitem uma avaliação do desempenho da área de segurança pública. (...) Estamos trabalhando para qualificá-los, para chegar a uma avaliação mais criteriosa e rigorosa do desempenho em segurança pública.</p>
(ZH, 03/06/2001: 42)
<p>1) Um levantamento feito por ZH em 60 estabelecimentos (...) obteve a seguinte constatação: oito lotéricos, seis farmácias e oito minimercados foram assaltados em 2001.</p> <p>2) A violência contra comerciantes e funcionários resulta em prejuízos econômicos e traumas psicológicos. É o que ocorre com Tosa, 45 anos, balconista de um mercado no Cristal. Sempre que um desconhecido usando boné ingressa no estabelecimento, o suor toma conta de seu corpo e a palidez transforma sua face.</p> <p>3) Criamos equipes para trabalhar nas áreas mais visadas. (...) As estatísticas não são disponibilizadas porque os dados, que não são confiáveis, estão sendo trabalhados pela secretaria. (delegado Conceição Pinheiro)</p>

Nas duas matérias de 2001, as estatísticas valorizam mais os aspectos negativos, o que pode ser apenas uma questão de hierarquia dos valores-notícia. Na seleção de citações, descrições e exemplos, ZH oferece ao leitor informações que ligam o suposto aumento da criminalidade ao desaparecimento das polícias e ao policiamento insuficiente. Além disso,

ênfatiza que o índice de roubo é *alarmante*. No *levantamento* sobre assaltos ao comércio, *ZH* avança um pouco mais em sua cobertura e, além dos prejuízos econômicos, ressalta os *traumas psicológicos*. As duas matérias de 2001 são bem ilustradas, com as histórias de vítimas da violência que atinge o RS e da cidade em que até o prefeito reclama que a “sensação é de impotência, de insegurança” (*ZH*, 15/04/2001: 34).

Apesar de abrir espaço para os contrapontos, *ZH* não questiona o documento que fixa as metas sobre a qualidade dos serviços de segurança pública. A matéria de 15 de abril de 2001 reconhece que se trata de metas estabelecidas pela administração anterior, porém em nenhum momento pergunta de onde vieram os subsídios e quais os critérios utilizados para se gerar a projeção, pois a SJS não possuía estatísticas confiáveis antes de 1999. Além do mais, é absurda a idéia de que é possível reduzir a criminalidade por decreto. Essa atitude de *ZH* confirma o que já foi citado por Alberto Dines (2004): “A imprensa é basicamente indolente e/ou crédula. (...) E quando a fonte despeja algumas cifras, dados ou estatísticas, num passe de mágica, extingue-se qualquer resistência ao que está sendo veiculado⁵⁵”.

Figura 6.8
***ZH*, 03/06/2001: 1**



É por isso que Dines alerta para o fato de que “na origem de quase todas as nossas mazelas jornalísticas está presente uma incompreensível incapacidade para duvidar das fontes. A expressão inglesa *to take for granted* (aceitar como verdadeiro) poderia definir esta nossa inocência nada inocente. Servidão elementar que na última década produziu desastrosos episódios de *desinformação*” (DINES: 2004). E os resultados dessa *desinformação* muitas vezes são prejudiciais aos indivíduos e à própria sociedade.

Na matéria de 3 de junho de 2001, *ZH* reclama da inexistência de informações estatísticas sobre crimes contra o comércio e cria seus próprios números. A insistência do veículo em obter índices e taxas, quando é sistematicamente informado de que a SJS está

⁵⁵ DINES, Alberto. *Seduções e castigos da numerologia*. Publicado no Observatório de Imprensa em 22/06/2004: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=282JDB001>.

organizando um sistema mais confiável, tenta evidenciar o despreparo dos administradores da área de segurança.

As estatísticas continuam a ser, em 2005, matéria-prima importante para a produção de notícias. Duas matérias, do período estudado, evidenciam o enquadramento que *ZH* adota no uso das informações estatísticas: 1) *Gaúchos sofrem mais com furtos do que paulistas e cariocas* (22/05/2005) e 2) *Como o Rio Grande do Sul reduziu o número de homicídios* (29/05). Se o título da primeira matéria apresenta uma informação bastante negativa, o da segunda é positivo na mesma intensidade. As citações, exemplos, descrições e metáforas revelam melhor o enquadramento oferecido por *ZH* aos leitores.

Tabela 6.15
A utilização das estatísticas em 2005

Citações, exemplos, descrições e metáforas - 2005

(*ZH*, 22/05/2005: 45)

- 1) **Estatísticas criminais de 2004 trataram de equiparar o Rio Grande do sul com o Rio de Janeiro**, onde a violência tem mais visibilidade e se tornou parâmetro no país.
- 2) **Assassinatos, chacinas, balas perdidas que matam inocentes** em meio a confrontos de traficantes de drogas **fazem parte da realidade fluminense distante dos gaúchos**. Mas um comparativo de crimes contra o patrimônio **pinta um cenário sombrio** no Rio Grande do Sul. Em 2004, o Estado registrou taxa de furto de veículos superior à dos fluminenses.
- 3) **Muitos Estados têm números defasados** (entretítulo)
- 4) **Os gaúchos sofrem mais com arrombadores e punquistas do que os cariocas e, de positivo, têm o sexto mais baixo índice de homicídios entre as 27 unidades da federação.**
- 5) Proporcionalmente ao número de habitantes, o Estado tem cerca de 40% a mais de vítimas de furto do que São Paulo. (...) O dado confirma uma tendência já aferida entre 2001 e 2003 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, subordinada ao Ministério da Justiça. Em um ranking com todas as 27 unidades da federação, o Rio Grande do Sul aparecia em segundo em furtos (todos os tipos). **Para especialistas, no caso dos furtos, o ranking deve ser visto com cautela, por ter relação com a cultura das comunidades e a confiança nos organismos de segurança. Em São Paulo uma pesquisa apontou que 70% das vítimas de furto não procuram as autoridades (...).**
- 6) O Rio Grande do Sul tem nível mais elevado de educação e está provado que isso é um fator decisivo para a **queda da cifra obscura** (de crimes não registrados).

(*ZH*, 29/05/2005: 38)

- 1) Para especialistas, menos armas de fogo em circulação e **polícia mais eficiente** reduzem os assassinatos.
- 2) Especialistas em crime toparam com um **agradável mistério** para resolver: por que as taxas de homicídio despencam ano a ano no Estado? **O número de assassinatos caiu de 15,3 por 100 mil habitantes (em 2002) para 12,6 (em 2004)**. O resultado é que **o Rio Grande do Sul está entre os cinco estados menos violentos no que se refere a mortes**, em um ranking formado pelas 27 unidades da federação.
- 3) **Os patamares de homicídios entre os gaúchos são menores do que há uma década (...)**. Já no país, a média está estabilizada há três anos em 23 assassinatos por 100 mil habitantes.

4) Muitas são as hipóteses para interpretar o fenômeno da queda nas mortes, mas especialistas consultados por *Zero Hora* salientam dois fatores: menos armas em circulação e **policimento mais inteligente, com planejamento**.

5) **A polícia tem melhorado a investigação em presídios**, por exemplo, onde muitos homicídios são planejados, interpreta Azevedo.

6) O (...) diretor (...) da Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul destaca um outro fator: **umenta anualmente o número de prisões de foragidos**, potenciais autores em razão da alta taxa de reincidência.

7) O potencial de conflitos entre as pessoas cai em períodos de estabilização econômica, como agora. As taxas de emprego também têm se mantido estáveis.

8) Os especialistas, porém, alertam: “(...) sugerem cautela quanto aos números. Eles consideram que não houve necessariamente uma diminuição no grau de violência da sociedade, e sim uma redução na letalidade, cuja origem estaria na retirada de armas de fogo em circulação. **A violência continua endêmica – e um dos maiores problemas no Brasil.**”

A ausência de relatos sobre vítimas e de exemplos históricos ou atuais sobre a dor causada pela violência, como ocorre em 2001, é a primeira evidência da alteração do enquadramento, em 2005. Outra mudança importante, em 2005, é que os *especialistas* são chamados a opinar e o assunto abandona o cenário político, freqüente em 2001. As matérias de 2005 são mais plurais, equilibradas, ponderadas e procuram explicações ou justificativas.

Figura 6.9
ZH, 01/06/2001: 4

Frentistas trabalham dominados pelo pânico

Assaltantes levam terror a postos

CARLOS ETCHICHURY

Sempre que anoitece, um tremor irrepreensível toma conta do frentista Paulo Cassarotti, 45 anos.

– É o horário que os bandidos aparecem para assaltar. Basta cair o sol que começa a tremer – revela o funcionário de um posto de combustíveis na zona leste da Capital.

14h, às 7h, às 18h, em todos horários. Somos premiados – detalha Josué Lopes, 47 anos, gerente de um posto de combustíveis no bairro Azenha.

O tom irônico das frases, porém, não passa de um desabafo de quem foi vítima dos criminosos sete vezes apenas neste ano.

– Não temos condições de pagar segurança. Conto com a sorte e com a ajuda de Deus – desabafa Lopes.

Figura 6.10
ZH, 22/05/2005: 1

Gaúchos sofrem mais com furtos do que paulistas e cariocas

Proporcionalmente ao número de habitantes, o Rio Grande do Sul lidera o ranking de registro de furtos entre seis Estados. Levantamento de ZH mostra que nem o Rio ou São Paulo têm números mais assustadores.

O indicador mais favorável ao Estado é o de homicídios. Entre as 27 unidades da federação, segundo dados de 2003 do Ministério da Justiça, o Rio Grande do Sul tem o sexto menor índice de homicídios. **Págs. 44 e 45**

O título que sugere uma *equiparação* entre o RS e o RJ é rapidamente corrigido pelas palavras iniciais da matéria: “**Assassinatos, chacinas**, balas perdidas que matam inocentes (...) **fazem parte da realidade fluminense distante dos gaúchos**. Mas um comparativo de crimes contra o patrimônio **pinta um cenário sombrio** no Rio Grande do

Sul” (ZH, 22/05/2005: 45. Grifo nosso). Assim, ZH tenta tranquilizar o leitor. O cenário é sombrio, mas em relação ao patrimônio e não em relação à vida. Em 2001, uma informação semelhante é dada de maneira mais sóbria: “Dos cinco itens escolhidos como indicadores da qualidade dos serviços públicos em segurança, **apenas em um – homicídios – houve redução**” (ZH, 15/04/2001: 34).

O equilíbrio entre o negativo e o positivo é evidenciado em diversos momentos, conforme mostra a Tabela 6.15, com uma tendência maior para o enquadramento *oficialista*. A preocupação do jornal com a qualidade das informações estatísticas apresenta mudanças significativas. Os índices e taxas são apresentados com os cuidados necessários:

Muitos Estados têm números defasados.

(...)

Para especialistas, no caso dos furtos, o ranking deve ser visto com cautela (...).

(...)

Em São Paulo uma pesquisa apontou que 70% das vítimas de furto não procuram as autoridades (...).

(...)

O Rio Grande do Sul tem nível mais elevado de educação e está provado que isso é um fator decisivo para a queda da cifra obscura (de crimes não registrados) (ZH, 22/05/2005: 45)

Outra constatação é que, diferente de 2001, em 2005 ZH compara mais o RS com outros estados. No Rio de Janeiro, predominam as chacinas, os crimes contra a vida. Em São Paulo, a população não registra pequenos delitos porque não confia na ação da polícia. Mas, apesar do tom bastante positivo da matéria de 29/05/2005, o jornal não deixa de alertar o leitor para o fato de que “A violência continua endêmica – e um dos maiores problemas **no Brasil**” (ZH, 29/05/2005: 38. Grifo nosso). Ao situar o RS no país, o jornal adota um comportamento raramente observado em 2001.

O elemento que mais evidencia o enquadramento *oficialista* está na forma como o jornal se refere à polícia e à segurança pública. Enquanto em 2001 as matérias citam o desaparecimento e o sentimento de insegurança, em 2005 ZH escolhe fontes que constatarem que a redução nos homicídios acontece porque (ZH, 29/05/2005: 38) a polícia está mais eficiente; o policiamento mais inteligente, com planejamento; a polícia tem melhorado a investigação em presídios; e porque aumenta anualmente o número de prisões de foragidos.

Figura 6.11
ZH, 29/05/2005: 1



Por fim, ao lidar com as estatísticas, *ZH* apresenta aos leitores enquadramentos distintos em cada um dos períodos estudados, notadamente *adversário* em 2001 e *oficialista* em 2005. Ao afirmar que, em 2005, “o Rio Grande do Sul está entre os cinco estados menos violentos no que se refere a mortes, em um ranking formado

pelos 27 unidades da federação” e que “os patamares de homicídios entre os gaúchos são menores do que há uma década” (*ZH*, 29/05/2005: 38), *ZH* omite que, nos últimos dez anos, o ano com menor taxa de homicídios foi 1999 e que a condição de Estado com baixa taxa de homicídios não é nova, mas sim histórica.

6.7.3 A CPI da Segurança Pública

Instalada em 2001 para investigar as condições materiais de funcionamento dos órgãos subordinados à SJS e discutir decisões administrativas da Secretaria, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Segurança Pública foca seu trabalho num suposto relacionamento entre o governo petista e banqueiros do jogo do bicho. Nenhuma das sete matérias produzidas por *Zero Hora* sobre os trabalhos da CPI trata efetivamente de assuntos relativos à criminalidade ou às polícias. Apenas na data em que a Comissão inicia os trabalhos é que o jornal cita os 12 assuntos que, para os deputados, justificam a criação da CPI (*ZH*, 19/04/2001: 50):

- 1) Desestruturação do aparato policial (...);
- 2) Criação dos Termos Circunstanciados (...);
- 3) Sucateamento do Instituto-Geral de Perícias;
- 4) Expedição de Carteiras de Identidade com possibilidade de fraude;
- 5) Convênio com funerárias (...);
- 6) Fechamento de delegacias regionais (...);
- 7) Iminência de greve dos servidores da segurança;
- 8) Introdução da BM na Febem desguarnece as ruas;
- 9) Aumento no número de delitos e diminuição do número de inquéritos;
- 10) Emprego de técnicas ilícitas de espionagem (...);
- 11) Repasses do Fundo Especial de Segurança não têm sido feitos; e
- 12) Policiais que trabalham em empresas privadas (...).

O objetivo da Comissão é explicitado pelo Deputado Valdir Andrés (PPB), escolhido para presidi-la: “Esta CPI não terá nenhuma preocupação ideológica, não será nenhuma vitrine política, nenhuma disputa entre situação e oposição. Não é uma CPI para atirar pedras no governo, mas para ajudá-lo a encontrar o rumo” (ZH, 19/04/2001: 50). E, na mesma matéria, ZH abre espaço para outras vozes, como o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke: “Não tenho crítica ao projeto de segurança pública porque não existe nenhum. Existe o caos. Precisamos abrir essa caixa-preta”.

O enquadramento que ZH dá à matéria de instalação da CPI, pelas citações escolhidas, é um indício da posição *adversária* do veículo. A série de negativas feitas pelo presidente da CPI, explicando o que a Comissão *não será*, acaba por responder a uma questão que é compartilhada por muitos setores da opinião pública do Estado: que se trata de uma investigação política. Expressões como ajudar o governo *a encontrar o rumo* e *não existe segurança, existe o caos* também evidenciam uma posição *adversária* de ZH. O jornal não questiona os motivos da instalação, que não apontam ilegalidades ou irregularidades praticadas pelos administradores, mas uma série de assuntos que, em sua ampla maioria, são administrativos.

Por fim, na mesma matéria “(...) o deputado (Valdir) Andrés disse que as notícias que são veiculadas diariamente demonstram que o modelo atual (de segurança pública) não está respondendo à sociedade” (ZH, 19/04/2001: 50). A referência à participação da imprensa no fornecimento de material para a CPI trabalhar é bastante ilustrativa. A imprensa alimenta a agenda política, que produz insumos para o trabalho jornalístico. “A mídia não pode inventar acontecimentos, mas pode provocá-los. A magnitude resultante depende de como o campo político também procede em relação ao acontecimento” (COELHO, 2004: 115).

Nas demais matérias, ZH concentra sua atenção no suposto envolvimento do governo do Estado com o jogo do bicho e abre espaço para que as autoridades se pronunciem sobre as acusações feitas por delegados:

(...) o secretário da Justiça e da Segurança, José Paulo Bisol, qualificou ontem de *fofocas* as insinuações feitas quinta-feira pelos delegados Farnei Goulart e Nelson Oliveira à CPI da Segurança Pública da Assembléia Legislativa, de envolvimento do governo com o jogo do bicho. (...) “Não vi nenhuma denúncia que fosse suficientemente relevante para uma

pessoa digna levar em consideração. O que eu vi é um *alguém disse e por isso eu estou dizendo*. O que é uma vergonha, uma irresponsabilidade, uma indignidade, e a população gaúcha tem condições de cultura e de ética para avaliar a insignificância e a repugnância de semelhante depoimento – disse. O secretário disse que Goulart *não pensou duas vezes* ao prestar o depoimento: – Ele agiu como qualquer comadre fofqueira. Evidentemente, isso vai cair por terra quando a pessoa que teria dito falar. Me recuso a alimentar uma fofoca.” (ZH, 19/05/2001: 6)

Outra informação importante publicada pelo jornal, na mesma data, é que uma investigação policial encontrou a contabilidade de um banqueiro do bicho, filiado ao PMDB, que fez doações para a campanha do deputado Elmar Schneider (PMDB), vice-presidente da CPI. O jornal entrevista o deputado e pergunta se a investigação policial é uma perseguição política:

Só acho estranho que o chefe de Polícia tenha acusado deputados de terem sido financiados pelo jogo do bicho. (...) Não quero acreditar que seja represália contra um deputado, uma perseguição política contra mim. Mas o mais importante é que não recebi ajuda financeira de bicheiro. Quem me apoiou, apoiou de forma legal. (ZH, 19/05/2001: 6)

Figura 6.12
ZH, 19/05/2001: 6

ROSANE DE OLIVEIRA
Editora de Política
rosane.oliveira@zerohora.com.br

Tomar por verdadeiras as insinuações dos delegados Farnei Goulart e Nelson Oliveira de que o dinheiro do jogo do bicho estaria sendo canalizado para as obras sociais da primeira-dama Judite Dutra é tão leviano quanto dizer que o deputado Elmar Schneider teve sua campanha financiada por um bicheiro. Investigar suspeitas de envolvimento com a contravenção é obrigação da polícia. Lançar suspeitas, sem confirmação, não passa de irresponsabilidade.

Não se trata de absolver por antecipação o governo do Estado ou os deputados, mas de dar a cada arremedo de denúncia a sua verdadeira dimensão. O

A própria editora de Política de ZH, Rosane de Oliveira, encarrega-se de esclarecer a situação.

“Tomar por verdadeiras as insinuações dos delegados Farnei Goulart e Nelson Oliveira de que o dinheiro do jogo do bicho estaria sendo canalizado para as obras sociais da primeira-dama Judite Dutra é tão leviano quanto dizer que o deputado Elmar Schneider teve sua campanha financiada por um bicheiro. Investigar suspeitas de envolvimento com a contravenção é obrigação da polícia. Lançar suspeitas, sem confirmação, não passa de irresponsabilidade. Não se trata de absolver por antecipação o governo do Estado ou os deputados, mas de dar a cada arremedo de denúncia a sua verdadeira dimensão.” (Mar de Lama - ZH, 19/05/2001: 6)

Zero Hora não apenas publicou o *arremedo de denúncia* feito pelos delegados contra o governo, mas o reproduziu em outras três matérias que foram feitas sobre a CPI e que fazem parte deste trabalho:

Em 17/06/2001:

O jogo do bicho voltou a ser assunto no Rio Grande do Sul em 17 de maio. Os delegados Farnei Araújo Goulart e Nelson Soares Oliveira declararam em depoimento à CPI da Segurança Pública da Assembléia que o ex-chefe da Polícia Civil Luiz Fernando Tubino teria dito, em 1999, que o governo do Estado estaria interessado no dinheiro do jogo do bicho. A verba, segundo informaram os delegados, teria como destino obras assistenciais, o que foi negado pelo governo. (*Zero Hora* 17/06/2006: 40)

Em 22/06/2001:

Em depoimento prestado à CPI em maio, os delegados Farnei Araujo Goulart, Nelson Soares de Oliveira, Roberto Pimentel e Lauro Santos tinham assegurado ter ouvido de Tubino a informação de que a caixinha do bicho seria destinada a obras sociais do governo estadual. (*ZH*, 22/06/2001: 12)

Na mesma edição de 22/06/2001

- Os delegados Farnei Goulart e Nelson Oliveira declararam em depoimento à CPI da Segurança da Assembléia que o ex-chefe da Polícia Civil Luiz Fernando Tubino teria dito, em 1999, que o governo do Estado estaria interessado no dinheiro do jogo do bicho. A verba, segundo os delegados, teria como destino obras assistenciais. O governo negou a acusação. (*ZH*, 22/06/2001: 12)

A denúncia contra o vice-presidente da CPI foi rapidamente citada pelo veículo mais uma vez, em 22/05/2001, quando um deputado do PT pediu o afastamento de Elmar Schneider da Comissão e os componentes da CPI recusaram a solicitação. Mesmo com a escassa produção de provas, a CPI recebe um amplo espaço do jornal, com enquadramento adversário preponderante. E é a mesma editora de Política que comenta os resultados obtidos e procura justificar a baixa produtividade da Comissão comparando-a com suas congêneres:

Nestes dois meses de funcionamento a CPI da Segurança Pública acumulou uma pilha de denúncias contra o governo do Estado, mas ainda não apareceram provas que sustentem as acusações. (...) Não é privilégio desta CPI a apresentação de denúncias baseadas em indícios ou suposições. (*ZH*, 27/06/2001: 6)

6.7.4 O riso e o pranto – A voz das vítimas

A forma como o jornal expressa a opinião e o sentimento das vítimas se constitui num rico e interessante material para se identificar o tipo de enquadramento utilizado em cada período. Vários depoimentos, citações, entrevistas, descrições, exemplos e opiniões compõem o material de pesquisa e são utilizados por *ZH* para traduzir o sofrimento das vítimas e familiares. Conforme destaca Penedo (2003: 30):

1) O crime constitui um tópico noticioso que transporta para o espaço público temas vitais relacionados com as formas de sociabilidade. As narrativas sobre a ordem, segurança, autoridade, valores morais, configuram-se como matérias particularmente sensíveis à produção de conhecimento social. 2) **O crime é, em simultâneo, tema de grande carga dramática e emotiva, mobilizador da atenção do público e que, pelo seu potencial de noticiabilidade, se afirma como observatório do funcionamento dos media.** (...) Estas narrativas sobre o desvio, dignas de registro e notoriedade, ganham sentido ao serem contadas e convertem-se, assim, em experiência socialmente partilhada. (Grifo nosso)

Modular a carga dramática e emotiva se constitui num dos recursos que pode amplificar ou reduzir a força da narrativa. E isso é utilizado em diversas matérias. Em 2001, para ilustrar uma matéria sobre o aumento dos roubos no Estado, *ZH* traz o seguinte relato:

Luiz Felipe Giroto, 24 anos, passou incólume 2000, ano em que Porto Alegre foi palco de 18.572 assaltos. Mas na noite de 19 de fevereiro passado o estudante de Medicina foi vítima de assaltantes. (...) Um tiro no pescoço o deixou tetraplégico. Obrigado a abortar o sonho de se tornar cirurgião plástico, Giroto foi condenado a viver numa cadeira de rodas. Abordado por dois assaltantes (...) foi baleado na coluna. (*ZH*, 15/04/2001: 34)

Na edição de 26 de maio de 2001, ao noticiar a morte de uma menina ferida em um assalto a ônibus, o jornal destaca que:

A pequena Tássia Luana Boita, sete anos, encerrou ontem uma luta pela sobrevivência que já durava cinco dias. (...) A bala que a atingiu na testa sequer havia sido retirada (...). – É tristeza demais – desabafou Zelita Schutz Franco, 49 anos, avó paterna da menina, que ontem ainda mantinha roupas da neta secando em um varal, na esperança de que ela sobrevivesse. (*ZH*, 26/05/2001: 34)

Em 2005, policiais civis, num carro discreto, abordam um Santana com três rapazes. Ao observarem dois homens não identificados, com armas nas mãos, o motorista do

Santana arranca. Um dos policiais atira três vezes e dois tiros acertam em um dos passageiros. *ZH* faz o seguinte relato:

A Polícia Civil abriu ontem inquérito para investigar um mal-entendido de três segundos na tarde de terça-feira, que deixou um jovem de 21 anos baleado nas costas. (...) Médicos tentam evitar que ele fique paraplégico. (...) *ZH* – O que ocorreu?

Fábio Odirlei dos Santos – Os policiais nos confundiram com marginais. Estavam armados até os dentes, atiraram primeiro e checaram depois. Sei que o meu amigo errou arrancando o carro, mas será que tinham que atirar para matar?

(...) *ZH* – Como está sua recuperação?

Santos: Muito doída. Não sinto nada do peito para baixo, mas vamos tentar reverter. (*ZH*, 07/04/2005: 49)

“Uma vida por dois bonés e um moleton” (*ZH*, 28/04/2005: 50) relata o assassinato de um jovem na saída de uma festa. O jornal abre espaço para o tio, que é policial, e para o pai da vítima.

Não é porque é meu sobrinho que falo isso, mas estamos entregues aos criminosos, amedrontados. O governo diz que dá isso e aquilo para a segurança pública, mas a falta de novos policiais e de incentivos aos profissionais é uma aberração – afirma o inspetor.

O desabafo do pai – O momento é muito difícil para mim e para minha família. E se tornará difícil para todo o cidadão porque não existe mais segurança, as leis são falhas. Esse rapaz preso pelo crime, por exemplo, estava em liberdade provisória, e provavelmente poderá matar novamente se voltar às ruas. Se não fizermos alguma coisa, se a imprensa não provocar a Justiça sobre isso, amanhã serão outros filhos que serão assassinados. (*ZH*, 28/04/2005: 50)

O relato dramático do *sonho abortado* por assaltantes e da avó que ainda *mantém no varal as roupas à espera da neta* contrasta com a comedida descrição de um *mal-entendido* cometido por policiais que têm a função de proteger a população, mesmo com o desabafo do pai e do tio, que reclamam do governo e responsabilizam a Justiça. A carga emocional dos relatos de 2001 é mais contundente e praticamente inviabiliza uma explicação ou contraponto racional, o que efetivamente não aparece publicado no jornal.

Figura 6.13
ZH, 28/04/2005: 1

PORTO ALEGRE
Moleton e
boné custam
vida de rapaz
Universitário de 24 anos foi
baleado por assaltante na saída
de uma festa. Página 50

Já em 2005, os relatos trazem o sofrimento mais modulado e permitem a réplica das autoridades. Na primeira situação o esclarecimento é que “O policial que atirou (...) ajudou a socorrer o ferido. Ele justificou em depoimento ter tentado acertar o pneu do Santana para evitar a fuga dos suspeitos. (...) O caso é investigado pela Corregedoria” (ZH, 07/04/2005: 49). No segundo episódio uma nota oficial expõe a opinião das autoridades:

A SJS lamenta casos como este e se solidariza com os familiares do jovem. A defasagem de agentes, que é histórica, está sendo combatida pela atual administração. Já foram nomeados 1,5 mil PMs e outros 407 soldados estão em treinamento. (...). Para a Polícia Civil, 600 agentes e 53 delegados foram nomeados no último ano. (ZH, 28/04/2005: 50)

Mas não apenas a dor está presente nas páginas de ZH. Um tipo de humor, que pode ser interpretado como ironia ou deboche, aparece diversas vezes em 2001 e desaparece completamente em 2005. Este tipo de recurso retórico pode ser identificado claramente em diversas matérias de 2001, conforme mostram os relatos que seguem.

Medalha aos ladrões: Lima (empresário João Lima) se diz calejado pela violência. Desde abril do ano passado, foram 23 arrombamentos e três assaltos com agressões na sua empresa – 18 desses crimes foram registrados na Polícia Civil (...). Lima chegou a ser vítima de espancamento com todos os funcionários. Fechou 12 postos de trabalho à noite, e o prédio da fábrica, do setor de plásticos, está gradeado. A sua família está acuada. (...) Lima viu ladrões levarem desde telefones e fogão até portas, janelas e vasos sanitários. (...) - A quem posso premiar, se não aos bandidos? (ZH, 15/04/2001: 34)

O depoimento escolhido por ZH para ilustrar a matéria sobre aumento no número de assaltos na Capital gaúcha apresenta elementos de drama (*espancamento; família acuada*) e ironia (*Medalha aos ladrões; a quem posso premiar, se não aos bandidos?*), apresentando um enquadramento que aponta para a ineficiência da polícia. Em outro episódio, ZH muda um pouco o enquadramento:

Nos últimos três anos, fui assaltado umas 40 vezes. **Faz parte da rotina.** (relato de um comerciante de 50 anos, estabelecido na Zona Sul da Capital). (...) Outros empresários preferem usar de ironia para abordar o assunto da falta da segurança. – Em março, nos **visitaram** numa segunda-feira, numa quarta-feira e num sábado. Três vezes em uma semana. Já nos assaltaram às 14h, às 7h, às 18h, em todos horários. Somos **premiados** – detalha Josué Lopes, 47 anos, gerente de um posto de combustíveis no bairro Azenha. (ZH, 01/06/2001: 4)

O jornal ainda comenta o tratamento que o assunto recebe: “O tom irônico das frases, porém, não passa de um desabafo de quem foi vítima dos criminosos sete vezes

apenas neste ano” (ZH, 01/06/2001: 4). Expressões como *visitas dos assaltantes, premiados, faz parte da rotina* ilustram metaforicamente o que o jornal apresenta como desaparecimento ou abandono a que a segurança pública estaria entregue.

Figura 6.14
ZH, 01/06/2001: 4

<p>Mas enquanto as soluções não aparecem, os crimes proliferam. Eles são tantos que os comerciantes têm dificuldades de contabilizá-los.</p> <p>– Nos últimos três anos, fui assaltado umas 40 vezes. Faz parte da rotina. Mas é duro. Vai acabando com a auto-estima – relata um comerciante de 50 anos, estabelecido na Zona Sul.</p> <p>Outros empresários preferem usar de ironia ao abordar o assunto da falta da segurança.</p> <p>– Em março, nos “visitaram” numa segunda-feira, numa quarta-feira e num sábado. Três vezes em uma semana. Já nos assaltaram às</p>	<p>14h, às 7h, às 18h, em todos horários. Somos premiados – detalha Josué Lopes, 47 anos, gerente de um posto de combustíveis no bairro Azenha.</p> <p>O tom irônico das frases, porém, não passa de um desabafo de quem foi vítima dos criminosos sete vezes apenas neste ano.</p> <p>– Não temos condições de pagar segurança. Conto com a sorte e com a ajuda de Deus – desabafa Lopes.</p> <p>Rotweiler amarrado nas proximidades da bomba</p> <p>O dono de um posto localizado no bairro Petrópolis, por exemplo,</p>
--	---

O jornal cita o nome de Deus para justificar porque uma farmácia não foi assaltada em três anos (período da administração petista) ou a quem se pode recorrer para se proteger dos assaltantes:

Me considero **um homem de sorte**. Sofri **apenas três assaltos**, nenhum em 2000 – diz o lotérico. (...)

A descrença no aparato policial faz com que se apeguem à religião. – Sem Deus, sobram apenas as trevas – ensina João Rispoli, 30 anos, que raramente vislumbra um PM nas proximidades. (...) – A palavra de **Deus não permite que assaltantes toquem na farmácia** – filosofa o comerciante, que não foi assaltado em três anos. (ZH, 03/06/2001: 42)

Um jovem (...), em janeiro deste ano, rendeu funcionários, aterrorizou clientes e limpou os cofres. Repetiu a mesma ação em fevereiro e em março, **sem ser molestado pela polícia**. No ano passado, o estabelecimento de Galia registrou um assalto a cada 73 dias. **Quando não acontece nada de grave, a gente agradece a Deus** por continuar vivo e continua tocando a vida. (ZH, 03/06/2001: 43)

O tom místico que se alterna entre a *sorte* e o *divino*, complementado pela ironia (a polícia que não molesta bandidos) evidencia o tratamento *adversário* que ZH adota em relação à segurança pública.

Figura 6.15
ZH, 01/06/2001: 5

O pódio da violência

Todos foram recebidos com pizzas, empadinhas, cachorrinhos, bolachas e refrigerantes colocados sobre uma mesa adaptada entre as bombas de abastecimento. Apesar de ser um protesto, o clima era de descontração. Um convidado, saboreando um pizza calabresa, queria saber quando seria a próxima festa.

– Vai depender dos assaltantes – retrucou uma mulher.

Secretário foi convidado para ser o padrinho da festa

Os três “aniversariantes” se colocaram diante do bolo de quase um metro de comprimento: Chludinski – vítima de 20 assaltos nos últimos

com salva de palmas. Chludinski se abraçou a Camilo e a Martins. O dono do posto cortou as primeiras fatias de bolo para os dois amigos. Um vizinho não se conteve e gritou:

– Muitas felicidades e muitos assaltos.

Foi uma gargalhada geral.

Em seguida, houve a premiação. Os três subiram num pódio de madeira e receberam troféus. Convidado para ser o padrinho da festa, o secretário da Justiça e da Segurança, José Paulo Bisol não apareceu. Um carro da Polícia Civil cruzou o local.

– Isso é muito triste. Gostaria de comemorar o fim dos assaltos – comentou Chludinski.

A notícia que expõe de maneira mais explícita o enquadramento jocoso, que ZH adota em 2001, recebeu o título de “O pódio da violência” (ZH, 01/06/2006: 5) e relata uma festa que um comerciante promove para protestar contra o 20º assalto em sua garagem, em parceria com outros empresários também vítimas de assaltantes. O texto ilustra bem o humor que ZH usa para tratar o assunto (ZH, 1/06/2001: 5):

A partir do meio-dia, quando foram colocados balões e esticada uma faixa de quatro metros de comprimento, anunciando o aniversário, os motoristas que passavam pelo local buzinavam para cumprimentar Chludinski (o proprietário). (...) Todos foram recebidos com pizza, empadinhas, cachorrinhos, bolachas e refrigerantes (...). Um convidado, saboreando uma pizza calabresa, queria saber quando seria a próxima festa. – Vai depender dos assaltantes – retrucou uma mulher. (...)

Os três *aniversariantes* se colocaram diante do bolo de quase um metro de comprimento: Chludinski – vítima de 20 assaltos nos últimos dois anos, segundo seus cálculos -, Heleno Camilo, 57 anos, e Laudelino Martins, 50 anos. Dono da Pizzaria Bianca, Camilo soma 12 assaltos (...), em 15 meses. (...)

Quando o caminhão de som começou a puxar o Parabéns a Você, os convidados se reuniram em torno da mesa para acompanhar a música com salva de palmas. (...) Um vizinho não se conteve e gritou: - Muitas felicidades e muitos assaltos. Foi uma gargalhada geral. (...) Convidado para ser o padrinho da festa, o secretário da Justiça e da Segurança, José Paulo Bisol não apareceu. Um carro da Polícia Civil cruzou o local.

O convite para o secretário da Justiça e da Segurança, José Paulo Bisol, ser o padrinho da festa *tempera* ainda mais o enquadramento chistoso da notícia e pode ser interpretado como certo desrespeito em relação à autoridade. Mas é na descrição do cenário (balões, faixa, música, salva de palmas, Parabéns a Você), das falas dos convidados (quando será a próxima festa?; Muitas felicidades e muitos assaltos) , das comidas (pizza, empadinha, refrigerante) e na gargalhada geral que *ZH* até destoa do estilo mais sóbrio do jornal.

Para justificar a ausência da opinião oficial na reportagem que ocupou duas páginas do jornal (um levantamento em 26 postos da capital, a cobertura da *festa* e uma coluna com os crimes que ocorreram no Interior) *ZH* dedicou duas linhas: “Procurada às 18h de ontem, a SJS informou que não se manifestaria sobre o assunto, alegando falta de tempo hábil” (*ZH*: 01/06/2001: 4).

6.7.5 Pesos e medidas – Crítica e reconhecimento

Mesmo que os enquadramentos predominantes sejam bastante distintos nos dois momentos, em 2001 bem mais *adversário*, em 2005 *ZH* também mostra uma dose de crítica em relação à segurança pública. As expressões *adversárias* são em menor quantidade que em 2001, mas aparecem em intensidade semelhante, como nos relatos que seguem:

1) Agricultores armados para se proteger de agrobandidos (*ZH*, 10/04/2005: 45)

Descrentes da ação da polícia – eles nem mais registram os crimes na delegacia -, decidiram buscar segurança com as próprias mãos. (...) (U)m agricultor de 60 anos (...) decidiu se unir a um grupo cansado da violência

no campo. – Não consigo dormir nem largar a espingarda. Os bandidos têm a liberdade, nós não.

2) O portão de entrada da barbárie (ZH, 26/06/2005: 42)

Alvorada exibe um dos mais baixos índices de resolução de assassinatos (...). Dos 48 homicídios neste ano, apenas quatro tinham sido resolvidos pela Polícia Civil até a primeira quinzena de junho (...). Na semana passada outros quatro foram considerados esclarecidos. Sobre os 40 restantes, existem suspeitos em muitos deles, mas os inquéritos continuam inconclusos. A cidade teve ainda quatro mortes em assaltos, totalizando 52 até este sábado. Reflexo disso é que a população de Alvorada **não confia na polícia** (...).

A **descrença no Estado** tem feito a população transferir a função de polícia para os justiceiros, matadores que **substituem a Justiça** pela lei do cano do revólver.

3) Jovem se diz justiceiro (ZH, 26/06/2005: 43)

Morre um trabalhador, a polícia investiga. Se a vítima é um irmão com bronca na polícia, ninguém apura quem matou. Deixam para nós resolver.

Pode-se constatar que as expressões publicadas por ZH, em 2005, são bastante contundentes e críticas em relação à atuação da polícia, caracterizando-se como tipicamente *adversárias*. A diferença mais evidente em relação a 2001 é o espaço destinado às fontes *oficialistas*. Nenhuma das críticas ficou sem resposta, conforme os relatos que seguem, na mesma ordem das reclamações:

Figura 6.16
ZH, 26/06/2005: 42

Reflexo disso é que a população de Alvorada não confia na polícia, braço imprescindível do Estado num local marcado pela violência. Estudo encomendado pela prefeitura em 2004 evidenciou o descrédito da comunidade na ação policial. Apenas 12,7% dos assaltos e 3,1% dos arrombamentos são registrados.
– O pessoal fica até três horas numa delegacia para registrar algo e depois vê os criminosos passando perto de casa, soltos. Aí desiste de registrar – exemplifica Nero Gomes da Silva, presidente da Associação Comunitária da Vila Umbu, umas das que mais sofrem com a insegurança.

1) Agricultores armados para se proteger de agrobandidos (ZH, 10/04/2005: 45)

No começo da semana os agricultores entregarão um documento solicitando uma viatura ao secretário da Justiça e da Segurança, José Otávio Germano.

Contrapontos

Estamos realizando trabalho de ronda com o Batalhão de Operações Especiais. (...) Mas precisamos que os agricultores registrem os furtos. Sem dados estatísticos não podemos mapear os locais com maior incidência para traçar um planejamento da ação.

2) O portão de entrada da barbárie (ZH, 26/06/2005: 42)

(Reflexo disso é que a população de Alvorada não confia na polícia) **braço imprescindível do Estado num local marcado pela violência.** Estudo encomendado pela prefeitura em 2004 evidenciou o descrédito da comunidade na ação policial. Apenas 12,7% dos assaltos e 3,1% dos arrombamentos são registrados. O pessoal fica até três horas numa delegacia para registrar algo e depois vê os criminosos passando perto de casa, soltos. Aí desiste de registrar – exemplifica (...) o presidente da Associação Comunitária da Vila Umbu, uma das que mais sofrem com a insegurança.

3) Jovem se diz justiceiro

A gravidade da situação fez a Câmara de Vereadores instaurar uma CPI para investigar a violência, procedimento incomum no Brasil. A Secretaria da Justiça e da Segurança verificam se alguns dos matadores são policiais. (ZH, 26/06/2005: 42)

Em 2005, além de oferecer espaço para que a fonte *oficialista* se manifeste, o enquadramento principal é definido com base nessa versão. Expressões como a que considera a polícia “**braço imprescindível do Estado num local marcado pela violência**” (ZH, 26/06/2005: 42) evidenciam de forma mais clara os pesos e medidas diferentes do jornal. Em 2001, esse tipo de demonstração de confiança não aparece no material pesquisado. Outro aspecto a ser destacado é que a população desacredita na *ação da polícia* e até deixa de confiar no *Estado*. Em raríssimas situações o jornal se refere ao governo e à política de segurança pública. Quando isso ocorre, o modo de exposição típico é ilustrado pela matéria “População deve confiar, dizem as autoridades” (ZH, 07/05/2005: 5):

Os crimes que abalaram o Estado nos últimos dias não abalaram a convicção das autoridades da segurança pública de que o melhor está sendo feito. (...) - A população, diz a Secretaria da Justiça e da Segurança (SJS), deve confiar na polícia. A mensagem foi enviada pelo secretário José Otávio Germano (...). As polícias dizem trabalhar duro, mas falam em obstáculos. Para o chefe de Polícia (...), **os crimes no Rio Grande do Sul estão ligados ao Estado vizinho.** (...) Quando apertamos o cerco aqui, elas (as quadrilhas) vão para Santa Catarina (...) Um fator que desanima é a **facilidade que os criminosos experientes têm para voltar às ruas. Culpa da legislação,** afirma o diretor do (...) Departamento Estadual de Investigações Criminais. (...) **Não crítico o Judiciário, mas o sistema processual** tem de ser discutido – diz o diretor do Deic. (...) A impossibilidade de sempre estar onde o crime ocorre é o desafio a ser contornado, diz o subcomandante da Brigada Militar, coronel Ilson Pinto de Oliveira. – Desarticular o crime é fundamental. Temos feito isso com a Polícia Civil – afirma Oliveira. (Grifo nosso)

O discurso *oficialista*, que em 2005 ganha até título, o que não aparece em 2001, destaca outra peculiaridade: uma parte da culpa pelos criminosos estarem na rua (e

conseqüentemente os índices de criminalidade em alta) é atribuída à legislação, ao sistema processual e, de alguma forma, ao Judiciário. E não se trata de uma opinião pontual, conforme ilustram os recortes que seguem:

O momento é muito difícil (...) porque não existe segurança, as leis são falhas. É preciso leis mais severas com os criminosos. (ZH, 28/04/2005: 50)

Rocha (trombadinha) foi preso em flagrante por uma patrulha (...). Permaneceu dois dias no Presídio Central e, graças a um relaxamento de prisão, já é visto circulando pela praça (...) Para o espanto do soldado (...), que o prendeu. (ZH, 08/05/2005: 36)

(...) matadores que substituem a Justiça pela lei do cano do revólver. (ZH, 26/06/2005: 42)

A PM prende os ladrões e a Justiça solta, eles passam rindo perto da gente. (ZH, 26/06/2005: 43)

A transferência de responsabilidade para o Judiciário ou Legislativo, que ocorre em 2005, é outro fato não observado em 2001. Se em 2001 o Judiciário (Ministério Público ou promotores) aparece mais vezes como definidor primário, opinando sobre o sistema penitenciário ou sobre a redução da idade penal, em 2005 passa para a posição passiva, tornando-se objeto da crítica de outras fontes.

Pelo tratamento dado por ZH às notícias sobre segurança pública e criminalidade em 2001, é possível se deduzir que os cidadãos em geral, e as vítimas em particular, sofrem os efeitos de um sistema de proteção ineficiente, sem informações confiáveis e com uma polícia desestruturada e incapaz de atender aos anseios da população. Na observação dos enquadramentos de 2005, às vítimas também é debitada uma parcela de responsabilidade por a polícia ainda não ter atingido um grau maior de excelência. E isso acontece porque muitas pessoas não registram os delitos, conforme se verifica em várias notícias.

1) Agricultores armados para se proteger de agrobandidos (ZH, 10/04/2005: 45)

Descrentes da ação da polícia – eles nem mais registram os crimes na delegacia (...)

2) A gangue que vive no buraco (08/05/2005: 36)

(...) O assaltante saiu caminhando sem pressa (...). – Isso acontece a toda hora (...), desabafa a secundarista que nem sequer registrou a ocorrência por desconfiar de que *nada seria feito*.

3) Ônibus viram alvo de pedras (08/05/2005: 37)

A STS (empresa de ônibus) não registrou ocorrências policiais a respeito (...).

4) Assaltado seis vezes próximo da escola (08/05/2005: 37)
Juarez perdeu três celulares, dois relógios e centena de reais para os ladrões. (...) Registrou na Polícia Civil apenas um dos roubos, por não ter mais paciência de prestar depoimentos.

A referência freqüente da ausência de registro das ocorrências nas delegacias de polícia, que fora de contexto pode sugerir apenas uma citação *adversária*, indicando a desconfiança da população na polícia, em 2005, na verdade serve como gancho para a fonte oficial *educar* a população ou oferecer explicações. Em cada uma das matérias que *ZH* menciona o não registro, a autoridade policial recebe espaço para a réplica:

1) Agricultores armados para se proteger de agrobandidos (*ZH*, 10/04/2005: 45)
Estamos realizando trabalho de ronda com o Batalhão de Operações Especiais. (...) Mas precisamos que os agricultores registrem os furtos. Sem dados estatísticos não podemos mapear os locais com maior incidência para traçar um planejamento da ação.

2, 3 e 4) A gangue que vive no buraco – e demais (08/05/2005: 36 e 37)
O material de *Zero Hora* vai nos ajudar a planejar o policiamento ostensivo na área (...). Com relação aos roubos e furtos, o índice é baixo (...). Em relação a veículos furtados ou roubados, o índice também é baixo. (...) O número de prisões feitas está na média geral de outras companhias do batalhão.

6.7.6 A alquimia dos relatos

Uma matéria de 2001 e outra de 2005 revelam de maneira singular uma das facetas do processo de enquadramento que *ZH* utiliza em cada período. A primeira tem como título: “Termina força-tarefa no Denarc” (*ZH*, 13/06/2001: 34). O título da segunda é “O esquartejamento como recado” (*ZH*, 26/06/2005: 43). Os títulos não revelam toda a força retórica que essas duas notícias têm, nem tampouco permitem ao leitor do jornal enxergar os segredos de alquimista que o veículo demonstra nesta situação.

O encerramento de uma força-tarefa pode ser apenas um ato administrativo ou ganhar a capa do jornal, como na presente situação. O esquartejamento é uma ação tão bárbara que remete à história brasileira, a Tiradentes, mártir da Independência. Transformar o bom em mau, o velho em novo, o banal em importante, o absoluto em relativo é uma tarefa que exige habilidades de alquimista.

A matéria de 2005, que compõe a reportagem “O portão de entrada da barbárie” (ZH, 26/06/2005: 42), dá visibilidade ao drama vivido pela população de Alvorada, município da Região Metropolitana de Porto Alegre, que possui o menor Produto Interno Bruto (PIB) do Estado e também a mais elevada taxa de homicídios: 73 por 100 mil habitantes. Sem dúvida, uma matéria de elevado valor-notícia e indiscutível relevância social. Neste contexto de violência, a matéria “O esquiteamento como recado” contém elementos sensacionalistas e olhares particularmente reveladores:

O esquiteamento a golpes de machado de (...), o Boquinha, 19 anos, em uma ruela de Alvorada, é um marco da barbárie. A morte de Boquinha – que respondia por homicídio e receptação – (...) foi decidida em um tribunal de bandidos que o acusava de estupro, assalto a um mercado e roubo de drogas de colegas de quadrilha.

(...)

Muitos definem o episódio como uma maneira pedagógica de avisar bandidos que, se continuarem assaltando, terão destino semelhante. A pedagogia recebe apoio. Comerciantes lembram que a matança entre bandidos tem contribuído para diminuir o número de furtos em Alvorada.

(...)

Nas paradas de ônibus, trabalhadores esboçam um discurso semelhante ao do empresário. – Os bandidos estão se matando entre si e isso é bom para nós. São aqueles que ninguém chora a morte (...). (ZH, 26/06/2005: 43)

Figura 6.17
ZH, 26/06/2005: 43

O esquiteamento como recado

O esquiteamento a golpes de machado de Anderson Pinheiro de Vargas, o Boquinha, 19 anos, em uma ruela de Alvorada, é um marco na barbárie. A morte de Boquinha – que respondia por homicídio e receptação –, em 16 de junho, foi decidida por um tribunal de bandidos que o acusavam de estupro, assalto a um mercado e roubo de drogas de colegas da quadrilha.

A investigação do crime que monopolizou as conversas em Alvorada está com o delegado Francisco Antoniuk, 48 anos. Muitos definem o episódio como uma maneira pedagógica de avisar bandidos que, se continuarem assaltando, terão destino semelhante.

A pedagogia recebe apoio. Comerciantes lembram que a matança entre bandidos tem contribuído para diminuir o número de furtos em Alvorada.

– Há dois anos, caminhões de entrega não conseguiam entrar nas vilas sem serem assaltados. Hoje, não temos problemas, mesmo com a diminuição do número de policiais – explica um empresário.

Nas paradas de ônibus, trabalhadores esboçam um discurso semelhante ao do empresário.

– Os bandidos estão se matando entre si, e isso é bom para nós. São aqueles que ninguém chora a morte – diz a auxiliar de serviços gerais Ana Beatriz Lima.

A descrição *esquiteado a golpes de machado* torna atual o relato feito por Michel Foucault, já referido neste trabalho, que remonta a práticas abolidas há 200 anos. Se hoje o Estado não mais executa tais atos, a expressão adotada pelo jornal (*maneira pedagógica*) sugere que, de alguma forma, a sociedade aceita ou pelo menos tolera esta prática:

no fim do século XVIII e começo do XIX, a despeito de algumas grandes fogueiras, a melancólica festa de punição vai-se extinguindo. Nessa transformação, misturam-se dois processos. (...) De um lado, a supressão

do espetáculo punitivo. O cerimonial da pena vai sendo obliterado e passa a ser apenas um novo ato de procedimento ou de administração. (...) - condenados com coleira de ferro, em vestes multicores, grilhetas nos pés, trocando com o povo desafios, injúrias, zombarias, pancadas, sinais de rancor ou de cumplicidade – são eliminados mais ou menos em toda parte no fim do século XVIII, ou na primeira metade do século XIX. (FOUCAULT, 1977: 14)

Na parte inicial da reportagem, *ZH* esclarece que “das 48 vítimas de homicídio (em Alvorada) neste ano, 29 tinham antecedentes criminais e outras cinco eram investigadas (...)” (*ZH*, 26/06/2005: 42). Ao simplesmente narrar o dantesco como processo pedagógico, o jornal transforma o intolerável em aceitável, o bárbaro em civilizado, o *mau* em *bom*.

Baseando-se na concepção de que “as notícias são obras abertas, sentidos inacabados que convidam o leitor a completar cooperativamente a sua significação” (MOTTA, 2002A: 14), pode-se supor que a seleção das informações publicadas pelo jornal acaba por sugerir que as mortes de pessoas *com antecedentes criminais* não seja tão ruim.

Mesmo aquelas notícias de significação restrita, mesmo aquelas que conseguem ser mais objetivas e conseguem despir-se de toda fabulação, se consideradas como fragmentos de um conjunto maior de notícias, podem adquirir um sentido narrativo e, portanto, mítico, estimulando a fantasia, a imaginação, os desejos e as utopias dos leitores, ouvintes ou telespectadores. As notícias são pré-configuradas por categorias mitológicas e estão presas, como a literatura, por matrizes mitológicas que as conformam. É como se os jornalistas estivessem sempre à espera de acontecimentos que vêm preencher os seus moldes ontológicos, formas que revelam os dramas e as tragédias da humanidade. (MOTTA, 2002A: 14)

Na matéria de 2001, a cartola que apresenta o título mostra uma ambigüidade pouco utilizada fora das citações ou das páginas de opinião ou humor: “Desintegração policial”. Embora incomuns, as ações administrativas ou operacionais podem eventualmente ganhar a capa do jornal. Na presente matéria, *ZH* evidencia a importância da notícia para o leitor:

A primeira aposta de integração entre a Polícia Civil e a Brigada Militar foi extinta pela Secretaria da Justiça e da Segurança (SJS). (...) O que era para ser uma inovadora forma de integração entre as polícias já dava sinais de esgotamento em dezembro de 2000. Na ocasião, *Zero Hora* expôs o abandono material e financeiro a que estavam submetidos os PMs que atuavam junto ao Denarc.

(...)

O projeto de integração foi idealizado e implementado inicialmente pelo então comandante da PM, coronel Roberto Ludwig (...).

(...)

A SJS considerou a experiência um dos pilares do projeto de integração operacional das polícias. (*ZH*, 13/06/2001: 34)

Figura 6.18
ZH, 13/06/2001: 1

POLÍCIAS
**Fracassa integração
no combate ao tráfico**
A força-tarefa do Denarc, que reunia policiais civis e militares, está extinta desde março. **Página 34**

Figura 6.19
ZH, 13/06/2001: 34

34 | PORTO ALEGRE, QUARTA-FEIRA, 13/06/2001

DESINTEGRAÇÃO POLICIAL

Desde 21 de março, data de validade da portaria de designação, policiais militares da força-tarefa do Departamento Estadual de Investigação do Narcotráfico (Denarc) não participam mais de ações conjuntas de combate ao tráfico de drogas. No mês passado, a equipe de militares foi definitivamente dissolvida e redistribuída na corporação.

O foco da matéria está no fracasso da ação conjunta das polícias, que é apresentada como um dos *pilares do projeto de integração*, proposta pela SJS. A referência ao idealizador e implementador não é apenas mais uma informação. Na cerimônia em que assumiu o comando da Brigada Militar, o coronel referido utilizou uma estrela-símbolo do PT na lapela de seu uniforme. O episódio tornou-se a primeira polêmica envolvendo a PM e a RBS/ZH, ganhando contornos de crise, em 1999.

O que torna esta matéria emblemática é que o fato que a motiva, o acontecimento em si, é velho. A notícia é publicada em 13/06/2001, mas remete a uma decisão administrativa antiga: “Desde 21 de março, data de validade da portaria de designação, policiais (...) não participam mais de ações conjuntas (...)” (ZH, 13/06/2001: 34). Em outra parte, a matéria menciona que “A força-tarefa foi dispensada definitivamente no mês passado (...)”. Independente do *acontecimento* ter ocorrido há quase três meses ou há cerca de duas semanas, o que se evidencia é o rejuvenescimento de uma notícia com questionável valor jornalístico.

Em 2001 e 2005, são bastante diferentes as responsabilidades que ZH atribui a cada ator (polícia, governo, oposição, Justiça, agressor, vítima, etc.) que participa do grande palco da violência e da segurança pública. Também são distintas as explicações que o

jornal oferece para que o leitor entenda as origens, causas e conseqüências da criminalidade. As constatações quantitativas e qualitativas oferecem subsídios suficientes para se chegar a algumas conclusões que servirão para ampliar o debate sobre o papel da imprensa no tratamento deste tema tão delicado e importante para a sociedade brasileira.

6.8 Controle social em *Zero Hora* – A base do consenso

O aspecto mais significativo que praticamente não se modifica nos relatos do jornal, no conjunto de matérias estudadas em 2001 e 2005, é a condenação dos atos e atores desviantes, quando confrontados com os interesses de manutenção da ordem e do *status quo*. Nos dois períodos, as ações policiais de repressão e prevenção recebem do jornal, mais do que apoio e incentivo, uma cobrança sistemática para que as atitudes e discursos dos agentes de segurança não permitam qualquer afrouxamento das normas sociais. Inexistem expressões que condenem a polícia por atos praticados contra cidadãos. Tampouco os relatos policiais são colocados em xeque, quando se trata de questões relativas à ação de combate ao crime.

Eventuais questionamentos ou contestação das informações dadas pelas autoridades policiais ocorrem no plano das estatísticas ou estratégias de ação contra determinado tipo de delito – em outras palavras, num tipo de âmbito político. Em nenhuma matéria a veracidade do relato policial é colocada em questão, prevalecendo sistematicamente como fato que não precisa de confirmação. A dependência que o jornalista tem da fonte policial pode fazer com que o repórter não se sinta em condições de contestar a versão oferecida pela fonte, mesmo que outras informações cheguem a seu conhecimento. Stuart Hall (In TRAQUINA, 1999: 229) acredita que são as próprias regras destinadas a preservar a imparcialidade da imprensa, para dar maior neutralidade profissional, que “servem também para orientar poderosamente os media nas *definições da realidade social* que as suas *fontes acreditadas* – os porta-vozes institucionais – fornecem”.

Na matéria “Outro inocente é baleado em abordagem policial” (*ZH*, 07/04/2005: 49), que relata um *erro* cometido por policiais civis, *ZH* mantém a posição de não condenar o procedimento, afinal os agentes estavam trabalhando para manter a lei e a ordem – e acidentes acontecem. Mesmo em 2001, quando se evidencia um conflito intenso entre

governo e o grupo proprietário de *ZH*, a crítica do jornal concentra-se em reclamar da falta de ação, de repressão, da polícia. Nenhuma das matérias estudadas contém críticas sobre eventuais excessos. Tudo o que a polícia diz e faz, em termos de ação concreta (repressão ou prevenção) é invariavelmente tomado como positivo, ou pelo menos não criticável, nos dois períodos.

Nesse sentido, percebe-se que, em 2001, o controle social apoiado na repressão policial poderia ser a base de um possível consenso entre governo e *ZH*. Mas, enquanto o jornal cobra uma polícia tradicional, o governo responde com uma proposta diferente: “Instituídas historicamente como instrumento de defesa do Estado, as forças policiais têm dificuldade em se verem como prestadoras de serviços de proteção ao conjunto de cidadãos, numa perspectiva de respeito aos direitos humanos e à cidadania”. (DUTRA, O., in Coleção Segurança Pública e Democracia – Volume I: 9):

A defesa de um modelo de polícia cidadã não é uma invenção do governador petista, mas uma idéia não tão nova, defendida por pensadores como Anthony Giddens (1966: 260), para quem “todas as formas de violência devem ser minimizadas tanto quanto possível, sejam elas legítimas ou ilegítimas. Em outras palavras, a tendência das autoridades governantes no sentido de assegurar um monopólio dos meios de violência não deveria ser equacionada como um recurso cada vez maior à violência”.

Outro aspecto relevante é a ausência de entrevistas e matérias com acusados, suspeitos ou réus, em 2001. Segundo o coordenador-geral de Comunicação Social da SJS, em 2001, jornalista José Luis Dias da Silva Lima, a orientação da Secretaria é de não expor as pessoas sob custódia do Estado (mesmo condenados) por duas razões principais: 1) a exposição dificulta a readaptação social do apenado, após o fim da sentença, pois o torna uma figura conhecida (possível de ser identificado publicamente e sofrer um processo ainda mais severo de discriminação); e 2) evitar que o Estado seja processado por danos morais, acusado de ter exposto uma pessoa sob sua custódia.

Já em 2005, retornam os depoimentos e entrevistas com pessoas que confessam participação em crime (ou familiares), com destaque para uma empregada doméstica que assume ter participado do assassinato da patroa. Em 07/05, *ZH* faz uma matéria com o título “Doméstica afirma ter ajudado a matar patroa” e, em 03/06, publica uma entrevista:

“Doméstica revela detalhes do crime da Bela Vista”. No interior do jornal, a frase-título é esclarecedora: “Poderia ter ajudado a salvar ela” (ZH, 03/06/2005: 58). Embora não diga textualmente, na entrevista a acusada demonstra arrependimento e diz ter sido forçada a cometer o crime.

Figura 6.20
ZH, 03/06/2005:1

Doméstica revela detalhes do crime da Bela Vista

Em entrevista a ZH, Ana Lúcia Gonçalves relembra o que ocorreu na cobertura em que Maria Teresinha Harb Corrêa foi morta. **Página 58**

Na mesma linha, seguem os depoimentos que o jornal traz de parentes de dois adolescentes que tentaram assaltar um ônibus e foram mortos por um policial. Os relatos demonstram com maior força a presença duma variante do que Michel Foucault classifica como discurso de cadafalso⁵⁶:

Moro ali (aponta para um casebre que fica a cerca de 10 metros de onde ocorreram as mortes). Estava acordada, ouvi os tiros e saí para a rua. Vi eles no chão. Reconheci o Edson pela mão enfaixada. Um outro rapaz ficou atentando ele para sair ontem à noite (...). Falei para não ir, mas não me ouviu. Não dá pra aceitar. Se fosse uma doença, mas um tiro... (ZH, 03/06/2005: 04. Depoimento da mãe de um dos assaltantes mortos.)

Esperava por isso. Batalhei muito para recuperar ele da pedra (crack), da cocaína. (...) Não sei se ele assaltava, vivo trabalhando. Depois de tanta luta, é triste ver o filho como um porco no chão e não poder fazer nada. Era o nenê da casa. (ZH, 03/06/2005: 04. Depoimento do pai de um dos assaltantes mortos.)

A entrevista com a doméstica e as citações dos pais dos assaltantes mortos evidenciam o tipo de discurso com claro viés de controle social, na medida em que compartilham com a sociedade o que acontece com quem descumpra as leis. E vai um pouco além: alertam para a dor dos pais que não conseguem conter o ímpeto de jovens que optam pelo caminho do crime.

Em duas matérias feitas em 2001, outros aspectos relativos ao controle social são trazidos pelo jornal: 1) “Um adolescente é denunciado a cada hora” (ZH, 27/05/2001: 44), e 2) “Presos comandam o crime das celas” (ZH, 24/06/2001: 42). A primeira matéria retoma

⁵⁶ Momento no qual o condenado ganha o direito de falar, não para pedir clemência ou alegar inocência, mas para reconhecer publicamente sua culpa e a justiça de sua condenação.

o debate sobre a redução da maioridade penal, usando como pretexto um crime cometido por adolescente que resulta em duas mortes.

Os números do MP reacendem a polêmica sobre a redução da maioridade penal no país na mesma semana em que três adolescentes mataram uma menina de sete anos e um sargento da Brigada Militar durante assalto a ônibus em São Leopoldo. Na segunda-feira, enquanto era lançado na Assembléia o Comitê Contra a Redução da Idade Penal – que reúne mais de 60 entidades ligadas à proteção dos direitos da infância e da juventude -, o policial militar Altamiro dos Santos Pereira, 43 anos, era enterrado em Pelotas.

(...)

Em contrapartida às idéias defendidas pelo comitê que pede o fim da discussão da redução da maioridade penal, um grupo no Estado planeja criar, neste semestre, uma comissão de apoio à redução da idade penal para 16 anos. O projeto está sendo liderado pela advogada Amandina da Costa Aquiles. Segundo ela, um jovem de 16 anos tem total discernimento para saber o que é um crime. Amandina perdeu um filho durante um assalto a ônibus em Porto Alegre, há dois anos. O autor dos disparos estava em liberdade assistida da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (Febem). (ZH, 27/05/2001: 44)

A dor de uma mãe que perde o filho é colocada em contraposição às 60 entidades ligadas ao direito da infância e da juventude que se opõem à redução da idade penal. Convém lembrar que é mais freqüente a identificação dos leitores com alguém que relata o próprio sofrimento, do que com uma causa teórica, defendida por grupos sociais. O controle

Figura 6.21
ZH, 27/05/2001:1

A cada hora, um menor é denunciado por crime no Estado

Justiça gaúcha recebeu do Ministério Público 7.865 denúncias contra menores de 18 anos em 2000. Páginas 44 e 45

social feito pelo método do encarceramento, pela repressão, parece ser a preferência do jornal, confirmada pela força dos argumentos em favor da punição dos jovens, como mostra a opinião do promotor de Justiça da 2ª Vara do Júri de Porto Alegre, Marcelo Roberto Ribeiro:

Recentemente, em Goiânia, cinco meninos de rua dormiam, quando foram queimados por um grupo de jovens, integrado por menores de 18 anos, que jogaram diesel nos colchões e atearam fogo, queimando 90% de seus corpos. Repetiram a conduta cruel e assassina de outro menor de Brasília, matador do índio Galdino, fato até hoje impune. É a exemplaridade do crime. É a impunidade dos pequenos facínoras, estimulados por legislação frouxa e impotente. (ZH, 27/05/2001: 45).

O que não aparece no comentário do promotor é que jovens de classe média e alta estão em número muito menor, tanto nas unidades da Febem, quanto nos presídios. Neste sentido, a diminuição da maioria penal tende a atingir com maior intensidade os mais pobres, que já vivem em condições precárias, aumentando ainda mais a desigualdade, mas teoricamente garantindo maior controle social. Mas, como opina o deputado federal Pompeu de Mattos, “não podemos ficar esperando só uma solução social. Não podemos só amaldiçoar a escuridão. Temos que acender uma vela” (ZH, 27/05/2001: 45). O que o parlamentar parece ignorar é que a maior parte das mortes violentas acontece entre jovens pobres, que têm entre 14 e 24 anos. Antecipar a convivência desses adolescentes com criminosos experientes, ao invés de luz, tende a gerar maior *escuridão*.

A segunda matéria expõe as falhas dos presídios e sugere maior rigor no tratamento dos apenados. Mesmo que tenha um viés de crítica à ineficiência do governo, reúne elementos que também estão relacionados à preocupação com o controle social.

O cerceamento da liberdade está longe de impedir que líderes comandem ações criminosas. A conversa mostra como assaltantes e traficantes, presos no complexo penitenciário de Charqueadas-Porto Alegre, continuam mandando em suas organizações por celular. (...)

Para um experiente policial, os presídios são *centrais de inteligência do crime*. – É lá que se organizam para atuar nas ruas – constata o delegado. (...) Os celulares entram no presídio devido a falhas de vigilância, à inspeção deficiente em visitantes e detectores de metal inadequados. Em alguns casos, guardas ou agentes são subornados. O preço para um preso receber um celular na cadeia varia de R\$ 200 a R\$ 300.

A questão central da matéria é a facilidade com que os condenados têm acesso a drogas e celulares, bem como continuam a comandar as ações criminosas, que ameaçam a sociedade. Para isso o jornal afirma ter conversado com alguns apenados por celular e obtém uma curiosa entrevista, publicada com o título “Todo mundo pode ligar” (ZH, 24/06/2001: 43).

Zero hora conversou três vezes, por celular, com um homem que cumpre pena no Presídio Central e é suspeito de ser um dos maiores traficantes de drogas da Capital.

(...)

ZH – *Os presos têm tempo determinado para falar ao celular?*

Detento – Determinado não, mas tem de ser rapidinho.

ZH – *Para que o senhor utiliza o celular no presídio?*

Detento – Falo com a família.

ZH – *O senhor fala com a sua família todos os dias?*

Detento – Às vezes. É que o celular não é meu.

O curioso da suposta entrevista é entender como *um dos maiores traficantes da Capital* não tenha seu próprio celular. Por fim, em síntese, as matérias publicadas em *ZH*, nos dois períodos, contribuem para reforçar a necessidade da ação repressiva do Estado. Também confirmam o que já foi referido na parte teórica desta dissertação, quando Michael Foucault lembra que a única forma de aceitar a polícia a cobrar documentos, fazer blitz e rondar armada a casa dos cidadãos, obrigando todos a ficar contra os muros, calados e imóveis, é o fato de existirem criminosos. “Como isso seria aceitável se não houvesse os delinqüentes? Ou se não houvesse, todos os dias, nos jornais, artigos onde se conta o quão numerosos e perigosos são os delinqüentes” (FOUCAULT, 2000: 138).

7 Conclusão

O objetivo principal deste trabalho é verificar, identificar e desvendar a forma como *Zero Hora* trata os assuntos relacionados à criminalidade e à segurança pública no Rio Grande do Sul, nos anos de 2001 e 2005, períodos administrados por partidos com projetos político-ideológicos distintos. Não apenas evidenciar quanto o relacionamento entre os atores pode interferir no que é publicado no jornal, mas, sobretudo, mostrar como isso acontece.

Mesmo que os resultados pontuais apresentados em cada item já demonstrem a maneira como *Zero Hora* (ZH) faz a seleção, o agendamento, os enquadramentos, a escolha das fontes e a atribuição de responsabilidades pelos acontecimentos, uma análise transversal dos tópicos evidencia muito mais e melhor como a segurança pública e a criminalidade foram tratados em cada época. No período em análise, apenas três pontos mantiveram certo equilíbrio. Todos eles se relacionam mais com o olhar sobre o crime do que com a segurança pública propriamente dita.

A *negatividade* como valor-notícia preponderante é o primeiro ponto que ZH mantém tanto em 2001 quanto em 2005. Para o jornal este é o motivo mais relevante para publicar uma matéria relacionada ao tema. O papel de *controle social* desempenhado pelas notícias é o segundo tópico que se mantém igual. A condenação de qualquer ato desviante é sistemática. A polícia é cobrada a adotar ações repressivas e os relatos policiais são endossados pelo jornal. A atitude policial é sempre aprovada – o que o jornal não admite é a falta de ação. Com isso, o aparelho repressor pode atuar livremente, garantindo a manutenção do *status quo*, da estabilidade social. O terceiro tópico revela que ZH tem um olhar focado quase que exclusivamente no RS. Poucas são as situações, em 2001 e 2005, em que um fato externo ao Estado obtém espaço na capa do jornal.

Saliência – Em 2001, o interesse de ZH por assuntos relacionados à segurança pública e criminalidade foi bem maior que em 2005. Mesmo com taxas de homicídios, roubos e furtos inferiores a 2005, em 2001 quase todos os dias (77,5%) ZH publica alguma notícia sobre o tema – em 2005 apenas 55% dos dias têm alguma manchete sobre o assunto. A questão tem menor relevância em 2005. Também a quantidade de matérias ou chamadas

de capa é 50% maior em 2001 que no período seguinte. A explicação para esse fato pode estar relacionada a uma nova orientação editorial, já que a realidade oferece cada vez mais acontecimentos (delitos, pelo menos) que podem ser transformados em notícia.

Tipologia – Enquanto em 2001 *ZH* destaca com maior evidência os delitos, os fatos que revelam as deficiências da polícia no combate ao crime, em 2005 o jornal mantém um equilíbrio entre mostrar esse tipo de ocorrência e as ações de sucesso da polícia. Em 2001 há apenas uma matéria que reconhece uma ação bem-sucedida de combate ao crime, o que mostra o jornal bastante focado naquilo que a polícia deixa de fazer. Além disso, em 2001 *ZH* mantém-se bastante crítica em relação à política de segurança pública, acompanhando com especial atenção os trabalhos da CPI sobre o tema, que nada agregam para explicar ou entender o fenômeno da criminalidade ou as deficiências da área. Em 2005, a ausência de notícia sobre a política de segurança demonstra que *ZH* deixa de tratar o tema e se concentra nas operações policiais.

As fontes – Enquanto em 2001 a segurança pública é assunto discutido no meio político e policial, em 2005 torna-se tema para policiais, especialistas, vítimas e suspeitos. Deputados ou personalidades da política não são mais ouvidos pelo jornal, exceto a fala oficial da Secretaria da Justiça e da Segurança (SJS). A mudança dos atores, como definidores primários ou secundários, interfere radicalmente no discurso que o jornal produz, como será comentado adiante, nas conclusões sobre o enquadramento. Os definidores primários, em 2001, são preponderantemente *adversários* e, em 2005, *oficialistas*. *ZH* é muito mais plural ao tratar do tema, em 2005. Nesse ano, mostra-se aberto a abordar o assunto não mais a partir de uma visão simplista.

Culpados – A visibilidade negativa em 2005 é 38% menor que em 2001, ano que tem uma quantidade maior de notícias que apontam o governo como incapaz de oferecer segurança à população. Enquanto em 2001 *ZH* responsabiliza a administração estadual pelas mazelas da segurança pública, em 2005 o jornal praticamente dilui a responsabilidade pelos delitos entre os mais diversos atores ou fatores: problema social, leis imperfeitas, Justiça liberal, etc. Em 2005, o governo estadual deixa de ser responsável pelos problemas relacionados à falta de segurança.

Enquadramentos – A quantidade de expressões críticas, *adversárias* e ofensivas em relação à administração da segurança pública durante o governo petista, em contraste com o exíguo espaço para esclarecimentos das fontes oficiais, evidencia o desequilíbrio com que *ZH* tratou o assunto em 2001. O volume de citações, descrições, exemplos e metáforas *adversárias*, em 2001, e *oficialistas*, em 2005, não deixa dúvidas do tratamento desigual que o assunto recebeu em cada período. Os seis recortes desta pesquisa comprovam ainda mais essa conclusão.

A igualdade da centimetragem é argumento muito usado pelos dirigentes do jornal e isso é confirmado por Augusto Nunes (citado por BERGER, 1998: 74) “na confirmação aritmética da imparcialidade permanentemente perseguida por *ZH*”. Mas a igualdade de espaço não é acompanhada por uma equidade quando se analisam questões estéticas, enquadramentos, seleção das fontes e detalhes evidenciados, omitidos ou ocultados nas matérias publicadas.

Estrutura típica – Em 2001, ao montar uma reportagem sobre um determinado tema, *ZH* produz uma matéria principal apresentando o assunto e as demais aprofundando a crítica. Em 2005, as matérias são explicativas, esclarecedoras e até justificadoras. Enquanto, em 2001, a estrutura das reportagens (e levantamentos) tem clara intenção de apontar falhas, erros, defeitos, problemas e protestos da população, quatro anos depois as matérias se transformam em *quadros de serviços* (matérias publicadas em véspera de feriados, informando o que funcionará; ou quando se inicia o pagamento do abono do PIS - Programa de Integração Social – informando quem tem direito, calendário, documentos necessários, etc).

Estatísticas – A confiança absoluta que *ZH* tem nos números, em 2001, é bem distinta da que demonstra em 2005. A falta de crítica ao analisar os dados numéricos, em 2001, e a parcimônia que adquire quatro anos mais tarde são bastante contrastantes. Neste quesito também se torna evidente a mudança na abordagem que o veículo oferece. Enquanto em 2001 é dada maior relevância para os aspectos negativos dos números da criminalidade, em 2005 *ZH* adota uma posição mais equilibrada. O uso de exemplos com forte apelo dramático, em 2001, além de ilustrar os números, também reforça o tipo de enquadramento *adversário* que o jornal procura enfatizar. Em 2005 esse tipo de recurso

desaparece. Isso não pode ser atribuído ao acaso. É uma forma de amplificar o que o jornal deseja transmitir aos leitores, que são os problemas da área.

É também no terreno das estatísticas que, em 2005, *ZH* descobre o Brasil. Ao comparar o Rio Grande do Sul com o Rio de Janeiro e com São Paulo, o jornal faz um jogo que aproxima e distancia os gaúchos de fluminenses e paulistas. O jornal não nega a situação difícil em relação a roubos e furtos no RS, mas é rápido em compará-la com chacinas, assassinatos e balas perdidas atingindo inocentes no Rio, o que naturalmente é bem pior. Se em 2001 as comparações não ocorriam, nem geograficamente, nem temporalmente, em 2005 isso é feito com frequência. Porém um tipo de abordagem comparativa não ocorre: a que confronta o período administrado pelo PT, com o governado pelo PMDB. Como, estatisticamente (roubos, furtos e homicídios), a situação é bem melhor no período 1999-2001, *ZH* ignora esse tipo de abordagem. Se comparasse, apresentaria números favoráveis à administração petista.

Outra situação que chama a atenção, em 2005, é que algumas matérias apresentam o RS como uma das unidades federativas com as mais confiáveis estatísticas e menor zona de sombra (falta de registros de ocorrências). Por isso, na comparação com outros estados, o RS possuiria taxas de roubos e furtos tão elevada. Porém, diversas notícias apresentam declarações de vítimas que não registram a ocorrência (e assim a polícia não consegue planejar uma ação preventiva). Essa dicotomia indica mais um uso diferente das estatísticas de criminalidade.

CPI – Pelo que foi publicado em *ZH*, a Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada em 2001 para discutir assuntos relacionados a segurança não agrega nada para o debate do tema. A insistência que o jornal mostra em reproduzir declarações de delegados que sugerem um vínculo do governo do Estado com o jogo do bicho é outro indício de intenção ideológica em *ZH*.

Riso e pranto – A intensidade dos relatos dramáticos em cada um dos períodos é muito distinta e evidencia a intenção de agravar ou atenuar as situações relatadas. A forma como *ZH* fala do sofrimento das vítimas em 2001 ilustra e amplifica a sensação de medo, pavor, abandono e dor que o jornal transmite à população. Em 2005, *ZH* individualiza a dor, que se torna uma experiência singular das pessoas e familiares que a vivenciaram. O

clima de comoção não aparece em nenhuma matéria. Os sonhos deixam de ser abordados e nenhuma avó espera em vão o retorno da neta morta por assaltantes.

O uso da ironia e do deboche, também característico dos enquadramentos de 2001, desaparece em 2005, não por acaso, mas resultado da mesma mutação dos olhares que o jornal lança ao manipular dados, comparar realidades regionais, selecionar fontes ou transmitir o relato das vítimas. Com este poderoso recurso estético (o chiste), *ZH* evidencia de maneira muito mais clara a intenção supostamente inconsciente da empresa jornalística.

Festas, medalhas, pódio, empadinhas, refrigerantes, foguetes e todo tipo de luz colorida que se utilize num cenário tão árido, desmoralizam as autoridades e permitem a criação de metáforas que ridicularizam pessoas e instituições. Talvez seja neste quesito que *ZH* tenha expressado de maneira mais contundente o quanto o conflito com o governo está presente em suas páginas, em 2001.

Pesos e medidas – Quantitativa e qualitativamente, as expressões *adversárias*, em 2001, e *oficialistas*, em 2005, evidenciam que *ZH* adota pesos e medidas muito diferentes em cada período para tratar a segurança pública no RS. O espaço oferecido para as fontes oficiais explicarem ou esclarecerem os leitores oscila, em tamanho e quantidade, de um extremo ao outro, apresentando-se, numa ponta (2001), acanhado e de pouca visibilidade, e na outra (2005), amplo e em posição privilegiada. A polícia, *imprescindível braço do Estado* (*ZH*, 26/06/2005: 42), em 2005, é tratada, em 2001, como ineficiente a ponto de *ZH* trazer em suas páginas a informação de que os comerciantes não assaltados creditam esse *milagre* a Deus (*ZH*, 03/06/2001: 42).

Confirmando o que já foi apontado pelos dados quantitativos (que mostram quem o jornal culpa pelos crimes), em 2001 os enquadramentos indicam que os crimes que ocorrem no Estado são decorrentes das deficiências na política de segurança pública. Em 2005, *ZH* é muito mais plural e dilui a responsabilidade por quase todos os atores. A polícia sofre para capturar, mas o Judiciário é moroso e manda soltar os criminosos. As leis são brandas e o processo de execução penal emperrado. As vítimas não registram ocorrências e a polícia não tem como fazer um planejamento melhor. A desigualdade social e a pobreza criam condições para que a delinquência se instale. Enfim, em 2001 faltam recursos para a polícia e mais liberdade de ação repressiva - o governo é incompetente. Em 2005, o governo faz o

que pode e a polícia se torna muito competente. *Zero Hora* mostra aos seus leitores, em 2005, um cenário mais real, menos maniqueísta.

Alquimista – O último item que estuda o enquadramento revela que *ZH* também utiliza procedimentos de alquimia para tratar a segurança pública e a criminalidade. A forma como o jornal tenta justificar a barbárie, transformando esquiteamento em lição pedagógica, em 2005, é uma tentativa de tornar tolerável o inaceitável. Em 2001, o jornal faz renascer uma velha informação (com quase três meses) e a transforma em nova (fim de uma força-tarefa), publicando-a na capa, em 2001. O mote da matéria é falar do fracasso de um projeto do governo: unificação das polícias. Civilizar a barbárie e ressuscitar mortos são procedimentos indesejáveis no fazer jornalístico. Pertencem ao plano místico, mágico, religioso.

De 2001 para 2005, *Zero Hora* faz um curioso exercício de *contorcionismo*, particularmente nos enquadramentos e nas interpretações dadas aos eventos relacionados ao crime e à segurança pública. Isso indica que as convicções que orientam o jornal sobre assuntos relacionados à segurança pública estão à mercê das conveniências, dos interesses particulares, do jogo partidário. Essa prática, contrária aos princípios, regras e valores do jornalismo, fragiliza a credibilidade dos profissionais e das empresas que vivem da notícia. Em especial, porque *Zero Hora* afirma aos leitores que pretende ser um jornal “democrático, sem vínculos ou compromissos políticos, com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis” (MACHADO, 2002: 74).

No *coquetel* de notícias vão dissolvidos os elementos que ora podem *fazer* ver, de maneira diferente, uma realidade igual, ora *fazer* enxergar, como se fossem a mesma coisa, condutas distintas, acontecimentos diferentes, realidades que em nada se parecem. De igual forma, o jornal tem o poder de omitir, ignorar ou excluir fatos, bem como a condição de estabelecer conexões ou não querer mostrá-las. Em 2001, *ZH* utiliza microscópios, binóculos e telescópios para observar o crime e a segurança pública no Rio Grande do Sul. Em 2005, *ZH* abandona o olhar preferencialmente *adversário* e *faz* ver uma realidade outra, apesar dos dados e dos fatos. Da seleção ao enquadramento, *ZH* apresenta os parâmetros do que entra e do que deve ficar de fora, do que se omite e do que merece destaque.

Tanto em 2001, quanto em 2005, *Zero Hora* não apenas coloca a segurança pública e a criminalidade em sua agenda prioritária, como também seleciona criteriosamente os definidores primários e secundários para oferecer os enquadramentos desejados. Confirmando a teoria do *Agenda-setting*, o jornal propõe os temas e oferece a lente que os leitores devem utilizar para compreender o assunto. Contudo, o resultado da pesquisa publicado em *ZH*, em dezembro de 2005 (Gráfico 6.1), indica que o jornal não consegue fazer crer aos leitores que a segurança pública melhora na administração peemedebista. Por ser um assunto ligado diretamente a vivências afetivas, relatos e experiências relacionados a episódios violentos tendem a permanecer na memória das vítimas e dos leitores por longos períodos, adquirindo um efeito acumulativo e de constante atualidade.

Ao colocar a segurança e a criminalidade na agenda pública, o jornal contribui para determinar um dos assuntos que têm mais destaque nas eleições de 2002, em detrimento de outros temas que são de igual ou maior importância, especialmente para um Estado em que as estatísticas do crime não confirmam a relevância que o tema ganha em *ZH*. No período estudado, nenhum dos acontecimentos violentos relacionados ao Rio Grande do Sul, publicados na capa do jornal, pode ser apontado como fato que tenha relevância suficiente para ser matéria de um noticiário nacional. Como o próprio jornal reconhece, em 2005, o Estado está bem distante do Rio de Janeiro e de São Paulo, que sofrem com chacinas, balas perdidas e elevadas taxas de homicídios.

Diante do quadro de crescimento nos principais indicadores de criminalidade em 2005, na comparação com 2001, e das demais informações disponíveis para se compreender o cenário e seus atores (Rio Grande do Sul, os gaúchos e *Zero Hora*), este estudo constata que o olhar do jornal sobre a segurança pública sofreu uma verdadeira metamorfose de 2001 para 2005. Ao se confrontar os interesses comerciais dos donos de *ZH* com os documentos do Partido dos Trabalhadores, que se opõe aos monopólios e defende a intervenção do Estado no planejamento econômico, contrária à plena liberdade dos mercados, evidencia-se um dos pontos que potencializam a crise entre os dois atores.

É possível supor que, na administração petista, o consenso entre o governo do Estado e a Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), no campo da segurança pública, ocorresse caso a polícia tivesse maior liberdade para agir em defesa do patrimônio e

priorizasse a força e o conflito na repressão dos desviantes. A suspeição em relação ao papel que a polícia poderia desempenhar numa administração de esquerda é evidente no constante processo de cobrança por ações mais repressivas contra o Movimento dos Sem-Terra, dos Atingidos por Barragens, dos Sem-Teto, dos Pequenos Agricultores e todos os grupos que militam cobrando do Estado condições para trabalhar, morar, enfim, viver com melhores condições.

De forma geral, a mídia relaciona o trabalho policial à truculência, ao enfrentamento, ao conflito. Isso faz com que se construa na mente dos indivíduos uma noção equivocada do papel da polícia. Por outro lado, essa imagem serve como referência para a atuação desses servidores públicos, que tendem a se identificar com o modelo de polícia que serve ao Estado e não ao cidadão. Com isso, segundo Eugênio Bucci (In Coleção Polícia e Democracia – Volume IV, 2002: 62), a instituição deixa de ser “polícia da comunidade, uma polícia a serviço do povo, uma polícia dos direitos, e passa a ser uma polícia justiceira”.

Uma parte da vigilância de *ZH* em relação à atuação das polícias talvez se deva ao histórico de participações da Brigada Militar em guerras e revoluções (1893, 1930). O *fantasma* de que a PM se transformasse num *braço armado* do PT, dada a tradição de lutas da corporação, pode ter amedrontado parte da elite econômica. Um medo desnecessário, diria Millôr Fernandes⁵⁷, para quem não existe polícia de esquerda.

Tanto em 2001 quanto em 2005, o discurso de *ZH* é francamente comprometido com o controle social e contrário a ações ou manifestações dos desviantes (exceto as que considera positivas, como a matança que ocorre entre supostos criminosos). O jornal preocupa-se com a estabilidade do Estado, que oferece as condições para que seus negócios prosperem.

São muitas as evidências que tornam possível afirmar que a lente utilizada por *ZH* para observar o tema, em cada momento, é muito diferente, mesmo que não haja uma realidade material que a justifique, exceto o fato de, em 2001, o jornal manter um relacionamento de conflito com o administrador estadual.

⁵⁷ Artigo primeiro: não existe polícia de esquerda, Artigo segundo: não existe esquerda: <http://www2.uol.com.br/penultimas/mais0105.html>

Outros procedimentos de *ZH* também mostram que o conflito com o governo do PT repercute na redação. Se é compreensível e até aceitável que o jornal tenha prazos e horários para fechamento, o *deadline*, é razoável que também ofereça às fontes condições de gerar informações sem atropelo. Na matéria feita sobre assaltos a postos de gasolina (*ZH*: 01/06/2001: 4), quando *ZH* faz um levantamento com dezenas de comerciantes de Porto Alegre, acompanha uma *festa* organizada por vítimas, relaciona crimes ocorridos no interior, constrói um box sobre frentistas mortos e só às 18 horas da véspera da publicação da reportagem é que liga para a assessoria de imprensa da SJS para ouvir o outro lado, demonstra claramente a intenção de oferecer aos leitores uma matéria com enquadramento único. Uma reportagem dessas proporções precisa bastante tempo para ser elaborada ou uma equipe bem robusta para ficar pronta em um dia. É justo supor que as assessorias de imprensa dos órgãos públicos também tenham suas rotinas e limitações e, assim, em nome do interesse público, conciliar horários e negociar prazos é a melhor estratégia.

O jornal não trata com equilíbrio e isenção o tema deste estudo e faz abordagens sistematicamente negativas, partidárias, usando diferentes estratégias para convencer o leitor de que, em 2001, a segurança pública está muito ruim, apesar de nenhum indicador (qualitativo ou quantitativo) confirmar o discurso do veículo. Os leitores passam a assumir o pensamento do jornal e se cria um ambiente propício à produção de mais notícias com enquadramentos similares.

Já em 2005, *ZH* evolui bastante no tratamento do tema, abandonando a posição *engajada*, preocupada em desqualificar a política de segurança. A pluralidade das fontes, o aprofundamento das pautas, a maior sensibilidade em relação aos múltiplos fatores que estão em jogo, revelam um jornal mais equilibrado e, de certa maneira, muito pouco crítico. Diversas expressões mostram uma *parceria* entre o jornalista e a fonte oficial. De alguma maneira, *ZH* adota práticas do *jornalismo cívico*, procurando contribuir para a solução dos problemas.

Partindo do paradigma sociocêntrico, poder-se-ia supor que a modificação no olhar do jornal decorre da interferência da sociedade e seus grupos organizados sobre a pauta do veículo. Contudo, a mudança ocorre num contexto político particular. Assim, é mais provável que a alteração em *ZH* esteja relacionada ao entendimento com o novo ator

político, e não por ter se tornado mais aberto às Universidades, às entidades de defesa dos direitos humanos e a outros discursos sociais. Essa hipótese é sustentada pelo jornal, que mantém a mesma preocupação com o controle social, incentivando as ações repressivas das forças policiais, ainda que compreenda que só isso é insuficiente para resolver o problema.

Convém destacar que a imprensa desempenha um papel fundamental na construção das democracias. Não está acima nem protegida de erros eventuais, assim como os partidos e as demais instituições humanas. Para garantir a própria legitimidade e credibilidade, a imprensa precisa reconhecer práticas equivocadas e corrigir desvios. O leitor, o cidadão, até aceita o erro, o que não aceita é o descaso, a repetição de rotinas obscuras que colocam interesses privados acima do interesse público. Os pedidos de desculpas por eventuais excessos cometidos em períodos eleitorais (feitos em 1998 e 2002) são um tipo de confissão de culpa. Isso torna o leitor pouco crédulo nos documentos públicos do jornal, que professam equidade, isenção e pluralidade.

Cristiane Finger, coordenadora de Jornalismo da PUCRS, referindo-se às reportagens da crise política recente, afirmou que a cobertura da imprensa:

traz escondida a opinião da empresa na descrição dos fatos. *O jornalista faz reportagem para o chefe, para o colega, para ganhar prêmio ou porque gosta do tema.* Uma das consequências desse tipo de cobertura dos fatos (...) pode estar na pesquisa internacional que avaliou a confiança da população na mídia em 10 países. O estudo revelou, na média, que 63% da população em nove países listados confiavam na mídia. No Brasil, esse índice caiu para 45% (...). (Versão dos Jornalistas, Ano XVI, nº 77, Junho de 2006: 8)

Seria desejável que o jornalismo estivesse num plano menos atravessado por interesses particulares, partidários e econômicos, mas isso é uma utopia. De qualquer maneira, pode servir como um ideal que, mesmo se sabendo que nunca será alcançado, funciona como uma linha no horizonte, uma direção para onde se deve caminhar sem fim. Compreender como *Zero Hora* se orientou diante da segurança pública e da criminalidade em dois momentos históricos contíguos, mas afetivamente muito distintos, pode evitar que tais práticas se repitam. Afinal, “existimos para servir à comunidade e não para servir-nos dela. O passado não está aí e nem se deu ao trabalho de passar para que o neguemos. É o nosso maior tesouro, na medida em que não nos dirá o que fazer, mas o que precisamos evitar” (CHAGAS, in MOUILLAUD, 2002: 348). Mas também é preciso considerar que

“afirmar que aqueles que esquecem o passado provavelmente estão condenados a repeti-lo não equivale a dizer que aqueles que o recordam não o farão” (PHILLIPS⁵⁸).

Assim como a mídia interfere na maneira como as pessoas interpretam o mundo, também é importante destacar o papel que a sociedade cumpre para estabelecer um outro olhar sobre a criminalidade, nos moldes propostos por José Paulo Bisol⁵⁹. Uma perspectiva que valorize as liberdades positivas, a convivência fraternal, a manifestação das diferenças humanizantes, na qual a função preponderante das polícias seja a mediação de conflitos, o amparo aos mais necessitados, o socorro em seu sentido amplo. Um ponto de vista pelo qual se desfaça, paulatinamente, a imagem que hoje é cultivada e cobrada do policial.

Ao jornalismo cabe o papel de oferecer ao público a pluralidade de olhares, com isonomia nos espaços, dentro de princípios éticos e padrões que a própria profissão cria, utiliza e defende. Por ser uma atividade de mediação de conhecimento baseada nesses referenciais, numa sociedade democrática o jornalismo é uma arena para o confronto de idéias, para a convivência dos contraditórios, de disputa entre visões de mundo, de interpretação de fatos, de embate entre interesses distintos. É um espaço para o conflito que deve abarcar a multiplicidade de perspectivas.

Nos campos em que atuam, são absolutamente legítimas as posições ocupadas pelo PT, PMDB e *Zero Hora* na defesa de seus ideários e espaços. Tanto em relação às desconfianças mútuas, quanto no que concerne aos interesses próprios, todos os atores deste enredo têm razões e motivos suficientes para sustentarem suas posições. Até mesmo o conflito entre o PT e *ZH* pode ser compreendido, haja vista que possuem posições explicitamente antagônicas (monopolista *versus* antimonopolista; liberal *versus* reguladora do mercado) e professam a fé em mundos diferentes. Contudo, a construção da realidade social exige do jornalismo uma posição que supere as disputas paroquiais e os interesses particulares.

⁵⁸ Adam Phillips é psicanalista e coordenador da nova tradução, para o inglês, das obras completas de Sigmund Freud. <http://socioblogando.blogspot.com/2005/11/livros.html>

⁵⁹ Item 4.2: A humanidade subestima seu próprio sentido ao instituir o Estado e a Ordem Jurídica, voltando-se, quase que exclusivamente, para a liberdade em sentido negativo (ausência de coerção alheia), deixando de lado a liberdade em sentido positivo (acesso de todos às possibilidades de criar capacidades e obter recursos para viver dignamente). A íntegra do texto está no Anexo VII.

Orientado para a defesa do interesse público, o jornalismo deve caminhar para a formação do consenso. Afinal, “construímos o mundo em que vivemos durante as nossas vidas. Por sua vez, ele também nos constrói ao longo dessa viagem comum. Assim, se vivemos e nos comportamos de um modo que torna insatisfatória a nossa qualidade de vida, a responsabilidade cabe a nós” (MATURANA, 2002: 10).

8 Bibliografia

1. ALSINA, Miguel Rodrigo. *La construcción de la noticia*. Barcelona-Buenos Aires-México, Ediciones Paidós: 1989.
2. ANZIEU, D. e outros autores. *Psicanálise de linguagem – Do corpo à fala*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
3. BISOL, José Paulo. *Quero chamar-te pátria*. Porto Alegre: Editora Tchê!, 1987.
4. BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
5. CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
6. CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
7. COSTA, Belarmino Cesar Guimarães da. *Estética da violência - Jornalismo e produção de sentidos*. Cidade, Editora, 2002.
8. COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 3ª Edição 2003.
9. DAMÁSIO, Antônio. *O mistério da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
10. DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio – organizadores. *Métodos e técnicas de pesquisas em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.
11. EAGLETON, Terry. *Ideologia – Uma introdução*. São Paulo: Boitempo - Editoria da USP, 1997.
12. ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
13. FAGUNDES, Antônio Augusto. *Cartilha da história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.
14. FISCHER, Maria de Fátima Bueno e Isabel Freitas (Org.). *Sujeitos e instituições: modos de cuidar e tratar*. (Programa de saúde mental para os Trabalhadores da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul). Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2002.
15. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 15ª Edição, 2000.
16. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.
17. FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
18. GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT – Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.
19. GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide - Para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Ortiz, 2ª edição, 1989.

20. GONZAGA, Sergius e Luís Augusto Ficher (Coord.). *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.
21. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere – Vol. 2. (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
22. GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal. Parte Especial, Vol. II*. Niterói: Editora Impetus, 2005.
23. GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Editora da UNESP, 1966.
24. HERMAN, Edward S. e Noam Chomsky. *A manipulação do público*. São Paulo: Futura, 2003.
25. JORGE, Marco Antonio Coutinho. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
26. KLÖCKNER, Luciano. *A notícia na Rádio Gaúcha – Orientações básicas sobre texto, reportagem e produção*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997.
27. LAZZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.
28. LIMA, Venício A. de. *Mídia – Teoria e política*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
29. MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia – Jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo, Editora Ática, 1989, 2ª Edição.
30. MARIANO, Benedito Domingos e Isabel Freitas, Org. *Polícia – Desafios da democracia brasileira*. Porto Alegre: Corag, 2002.
31. MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo – O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.
32. MARX, Melvin H e Hillix Willian A. *Sistemas e teorias em psicologia*. São Paulo: Cultrix, 1993, 9ª edição.
33. MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia – Jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo: Editora Ática, 1989, 2ª Edição.
34. MARCONDES FILHO, Ciro. *Ideologia*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 1997, 9ª edição.
35. MARCONDES FILHO, Ciro. *A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
36. MARX, Karl; e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.
37. MARX, Melvin H.; e WILLIAN A, Hillix. *Sistemas e teorias em psicologia*. São Paulo: Cultrix, 1993, 9ª edição.
38. MATURANA, Humberto R. e Francisco J. Varela. *A árvore do conhecimento – As bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Editora Palas Athenas, 2ª edição, 2002.

39. MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em 'tempo real' – O fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.
40. MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora da UnB, 2002.
41. MOUILLAUD, Maurice e Sérgio Dayrell Porto (Org.). *O jornal – Da forma ao sentido*. Brasília: Editora UnB, 2ª edição, 2002.
42. NASIO, Juan David. *Os 7 conceitos cruciais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
43. NIETZSCHE, Friedrich. *Fragmentos do espólio - Julho de 1882 a inverno de 1883/1884*. Brasília: Editora UnB, 2004.
44. NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral – Uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
45. NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano – Um livro para espíritos livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
46. PASAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
47. PENEDO, Cristina Carmona. *O crime nos media – O que nos dizem as notícias quando nos falam de crimes*. Lisboa: Editora Livros Horizonte, 2003.
48. PROULX, Philippe Breton Serge. *Sociologia da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
49. RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre Alerta*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
50. ROGER, Guy. *Sociologia Geral*. Lisboa: Editora Presença, 1971.
51. RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
52. SANT'ANNA, Francisco. *Mídia da fontes: O difusor do jornalismo corporativo*. Brasília, Casa das Musas: 2005.
53. SCHIRMER, Lauro. *RBS: Da voz do poste à multimídia*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
54. SCHOPENHAUER, Arthur. *A arte de ter razão*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
55. SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001.
56. SOARES, Laura Tavares (Org.). *Tempo de desafios - A política social democrática e popular no governo do Rio Grande do Sul*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
57. STERNBERG, Robert J. *Psicologia cognitiva*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.
58. STOETZEL, Jean. *Psicologia Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
59. THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. (Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa). Petrópolis: Editora Vozes, 6ª Edição, 2002.

60. THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 6ª Edição, 2004.
61. TRAQUINA, Nélon Traquina (Organizador). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa: Vega Editora, 2ª Edição, 1999.
62. TRAQUINA, Nelson. *O poder do jornalismo – Análise e texto da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Editora Minerva, 2000.
63. TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2ª Reimpressão, 2003.
64. TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo – Volume I – Por que as notícias são como são*. Florianópolis: Editora Insular, 2ª Edição, 2005 (A).
65. TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo – Volume II – A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Editora Insular, 2005 (B).
66. URBIM, Carlos (Org.). *Rio Grande do Sul – Um século de história I*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.
67. WEBER, Maria Helena. *Comunicação e espetáculos da política*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2000.
68. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
69. WOLF, Mário. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Teses/Dissertações

1. ADGHIRNI, Zélia Leal. *La dimension sociale du fait-divers dans la presse bresiliennne – Le cas de Porto Alegre*. Grenoble: Tese de Doutorado pela Universite des Langues Et Lettres de Grenoble, França, 1982.
2. COELHO, Marja Pfeifer. *Miditização das CPI's: os escândalos do Leite e da Segurança, entre a notícia e o espetáculo*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
3. FONSECA, Alexandre Leboutte da. *1999 - O ano em que Zero Hora abandonou o neoliberalismo e se tornou keynesiana: o investimento do Estado na GM e na Ford*. Porto Alegre: Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
4. FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. *Jornalismo no conglomerado da mídia: a reestruturação produtiva sob o capitalismo global*. Porto Alegre: Tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
5. LARANJEIRA, Álvaro. *A dialógica dos contraditórios na construção da comunicação monoteísta: estudo de caso da repulsão/atração entre o PT e a RBS*.

- Porto Alegre: Tese de doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.
6. LIEDTKE, Paulo Fernando. *A esquerda presta contas: a comunicação e o discurso político em governos municipais*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
 7. MACHADO, Maria Berenice da Costa. *Estratégias híbridas de ação política e mercadológica - Estudo dos discursos normativo, jornalístico e publicitário do Jornal Zero Hora, no período 1998-2004*. Porto Alegre: Tese de doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.
 8. NEGRINI, Michele. *A morte como espetáculo televisivo: a imagem do criminoso e da vítima no programa Linha Direta*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
 9. MOREIRA, Manoella Maria Da Silva Pinto. *Marcas da política da Administração Popular, na Prefeitura*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
 10. OLIVEIRA, Stella Máris Valenzuela de. *Movimento dos sentidos: o discurso do jornal Zero Hora sobre o PT, durante a CPI da Segurança Pública, realizada pela Assembléia Legislativa/RS, em 2001*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
 11. PARZIANELLO, Geder Luis. *A idealização do leitor: uma análise de editoriais jornalísticos*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
 12. ROSÁRIO, Heloisa Monteiro. *Relações de tensão entre imprensa e o Estado: uma análise do discurso jornalístico-político de Zero Hora sobre o governo Olívio Dutra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ufrgs, 2002.
 13. SCHUSTER, Marco Antônio Franzmann. *Colunismo político no Rio Grande Do Sul - O PT e a Página 10*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
 14. SILVA, Maria Cristina Gomes da. *Estudo comparado do enquadramento e do discurso jornalístico sobre a Amazônia nas revistas Veja, Time e The Economist*. Porto Alegre: Tese de doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.

Revistas, pesquisas e outras publicações

1. *Análise das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civas (Janeiro de 2004 a Dezembro de 2005)*. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Formação de Pessoal em Segurança Pública. Setembro de 2006.
2. ADGHIRNI, Zélia Leal. *O jornalismo entre a informação e a comunicação: como as assessorias de imprensa agendam a mídia*. (Trabalho apresentado à Seção

- temática 6 – Jornalismo – do VII Colóquio Brasil-França). Porto Alegre: Intercom, 2004.
3. BEATO, Cláudio. C. *Informação e desempenho policial*. Paper elaborado para o IV Seminário Brasileiro do Projeto Polícia e Sociedade. Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais: 1999.
 4. BISOL, José Paulo. *Para iniciar uma discussão sobre políticas para a área da justiça e da segurança pública*. Documentos da SJS/RS. Porto Alegre, 1999.
 5. Coleção Segurança Pública e Democracia – Volume I. *As universidades e a construção de novos modelos de polícia*. Porto Alegre: Corag, 2001.
 6. Coleção Polícia e Democracia – Volume II. *I Seminário Internacional Polícia e sociedade democrática: desafios para o século XXI*. Porto Alegre: Corag, 2000.
 7. Coleção Polícia e Democracia – Volume III. *II Seminário Internacional Polícia e sociedade democrática: desafios para o século XXI*. Porto Alegre: Corag, 2002.
 8. Coleção Polícia e Democracia – Volume IV. *III Seminário Internacional Polícia e sociedade democrática: desafios para o século XXI*. Porto Alegre: Corag, 2002.
 9. Coleção Polícia e Democracia – Volume V. *Secretaria da Justiça e da Segurança: Quatro anos de gestão pioneira – 1999 - 2002*. Porto Alegre: Corag, 2002.
 10. Comunicação e Espaço Público. *Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília*. Ano VI nº 1 e 2 – Edição Especial: 2003.
 11. Diário do Povo do Piauí. *Brasil perde US\$ 10 bi com violência armada*. Terezina: 27/06/2006: 16.
 12. Revista *Veja*, 08/11/2000.
 13. MOTTA, Luiz Gonzaga. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Para uma antropologia da notícia*. São Paulo, Volume XXV, Nº 2, Julho/dezembro de 2002(A).
 14. MOTTA, Luiz Gonzaga. *O trabalho simbólico da notícia*. Pernambuco, XII Reunião Anual da Compôs – GT Comunicação e Cultura, 2003.
 15. MOTTA, Luiz Gonzaga. *Pesquisa em jornalismo no Brasil: O confronto entre os paradigmas midiacêntrico e sociocêntrico*. Uma versão oral deste artigo foi apresentada na Pré-Conferência da Association for International Media and Communication Research (AIMCR), Porto Alegre, 25 de julho de 2004.
 16. *Partido dos Trabalhadores – Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998*. Organização Diretório Nacional do PT/Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perceus Abramo / Projeto Memória. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.
 17. RAMOS, Silvia, e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência – como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, Universidade Cândido Mendes, Boletim Segurança e Cidadania, Ano IV, nº 10, Dezembro de 2005.

18. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. *Antropologia da notícia, ética e cidadania e pesquisa comunicacional latino-americana*. São Paulo: Volume XXV, Nº 2, Julho/dezembro de 2002.
19. Versão dos Jornalistas. Jornal do Sindicato dos Jornalistas do RS - Ano XVI, nº 77, Junho de 2006.
20. ZH, 30/06/2005: 4. *Droga: Um mercado de US\$ 322 bilhões*.

Artigos, matérias e textos publicados na *internet*

1. ABRAMO, Cláudio. *O jornalismo é o exercício diário da inteligência e a prática cotidiana do caráter*. Excerto de *Regra do Jogo – o jornalismo e a ética do marceneiro*, página 109, Companhia das Letras, 1997, 4ª reimpressão (<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/es090520019.htm>).
2. BERABA, Marcelo. *A voz dos Ouvidores: ‘erros e acertos’*. Publicado no Observatório de Imprensa em 22/06/2004: (<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=282voz001>)
3. DINES, Alberto. *Seduções e castigos da numerologia*. Publicado no Observatório de Imprensa em 22/06/2004: (<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=282JDB001>)
4. FERNANDES, Millôr. <http://www2.uol.com.br/penultimas/mais0105.html>.
5. Observatório de Imprensa: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/cadernos/cid210220013.htm>
6. PHILLIPS, Adam. *A memória forçada*. Publicado no site: <http://socioblogando.blogspot.com/2005/11/livros.html>
7. Rede Brasil Sul (RBS): http://www.rbs.com.br/rbscom/jsp/default.jsp?contexto=grupo&paginamenu=../library/menu_grupo_apresentacao.lbi&paginaconteudo=../library/gruporbs_capa.lbi
8. Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul: <http://www.sjs.rs.gov.br>
9. VENCESLAU, Pedro Paulo. <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/asp0805200294.htm>
9. *Zero Hora*: <http://www.clicrbs.com.br/jornais/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&edition=4912&template=&start=1§ion=Pol%EDtica&source=Busca%2Ca1042726.xml&channel=9&id=&titanterior=&content=&menu=23&themeid=§ionid=&suppid=&fromdate=&todate=&modovisual=>